UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

RENATA BASTOS DA SILVA

Caio Prado Júnior na Política, 1947-1948

São Paulo

2012

RENATA BASTOS DA SILVA

Caio Prado Júnior na Política, 1947-1948

Tese apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências
Humanas para a obtenção do título
de Doutor em História.

Área de Concentração:
História Social

Orientadora: Prof^a Dr^a
Maria Odila Leite da Silva Dias

São Paulo

2012

SILVA, Renata Bastos da. Caio Prado Júnior na Política, 1947-1948. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para a obtenção do título de Doutor em História.

Aprovada em

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço, muito, aos meus pais Regina e Nelson e irmãs Paula e Roberta, que em todos os momentos me apoiaram e me ajudaram a criar meus filhos Tiago e Tariq.

Ao Núcleo de Estudos Antonio Gramsci, por meio da figura de seu atual presidente, o prof. Dr. Ricardo José de Azevedo Marinho.

Aos estudiosos e herdeiros do pensamento de Caio Prado Júnior os quais conheci em minhas idas e vindas a São Paulo, bem como à presidente da editora Brasiliense, Yolanda Cerquinho da Silva Prado – filha de Caio Prado Júnior –, que sempre demonstrou generosidade ao me receber na editora para pesquisas e entrevistas. À Dr^a Roberta Nioac Prado – neta de Caio Prado Júnior – que tive a oportunidade de entrevistar. Dos estudiosos do pensamento de Caio Prado Júnior que entrevistei, agradeço ao prof. Dr. Bernardo Ricupero.

Ao diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), prof. Dr. István Jancsó (*in memoriam*), que me permitiu pesquisar no Fundo Caio Prado Júnior, onde reuni a documentação e os livros que pertenciam à biblioteca particular do autor. Agradeço também ao prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti, organizador e responsável pelo Fundo Caio Prado Júnior.

Um agradecimento muito especial ao então diretor do Acervo Histórico da Alesp, o prof. Dr. Dainis Karepovs. Por sua competência na administração do Acervo Histórico da Alesp é que pude ter acesso a material inédito da trajetória parlamentar de Caio Prado Júnior. Meu agradecimento também a todos os demais funcionários da Alesp que me acolheram.

Aos funcionários do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – CEDEM/Unesp; aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE/SP; e aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

À deputada Zuleika Alambert, que fez parte da ilustre bancada comunista na Alesp em 1947/1948 e a qual tive a oportunidade de entrevistar.

Por fim, agradeço muito a generosidade da minha orientadora prof. Dra. Maria Odila Leite da Silva Dias, uma conhecedora singular da obra e da trajetória política de Caio Prado Júnior.

Renata Bastos da Silva
Niterói, 29 de novembro de 2011.

RESUMO

SILVA, Renata Bastos da. Caio Prado Júnior na Política, 1947-1948. 2012. 299 f. Tese (Doutorado). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Neste trabalho apresentamos uma faceta da atuação do deputado constituinte Caio Prado Júnior na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 1947. Ele foi eleito como deputado pelo Partido Comunista do Brasil e em seu exercício parlamentar participou das principais comissões para a elaboração da Constituição do Estado de São Paulo. Por outro lado, abordaremos sua atuação parlamentar após a promulgação da Constituição Estadual de São Paulo de 1947. Desta destacamos sua defesa em prol da liberdade de expressão, garantida na Carta Magna Federal de 1946, bem como a elaboração de projetos de lei que colaboraram para o desenvolvimento da pesquisa em nosso país.

Palavras-chave: Redemocratização; Constituinte de São Paulo de 1947; Cassação de mandatos; Caio Prado Júnior.

Abstract

SILVA, Renata Bastos da. Caio Prado Júnior Policy, 1947-1948. 2012. 299 f. Tese (Doutorado). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

In this work we present a view of Caio Prado Junior's performance as a representative in the constituent assembly of the legislative body of São Paulo State in 1947. He was elected representative for Brazilian Communist Party. In his parliamentary practice, he was a member of the main commissions that developed the Constitution of São Paulo State. On the other hand, will discuss his parliamentary performance after the promulgation of the Constitution of São Paulo State in 1947. This highlight his defense in favor of freedom of expression guaranteed in the Federal Charter of 1946, as well as the drafting of bills that collaborated to the development of research in our country.

Key words: Redemocratization; Constituent of São Paulo in 1947; Cassation of mandates; Caio Prado Junior.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Academia Brasileira de Letras (ABL)

Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)

Comissão Especial de Constituição (CEC)

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
(CEDEM/Unesp)

Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP)

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)

Esquerda Democrática (ED)

Estados Unidos da América (EUA)

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Partido Comunista do Brasil (PCB)

Partido Democrata Cristão (PDC)

Projeto de Lei (PL)

Partido Social Democrático (PSD)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Partido Social Progressista (PSP)

Partido Republicano (PR)

Partido da Representação Popular (PRP)

Partido Agrário Nacional (PAN)

Regimento Interno da Constituinte (RIC)

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP)

União Democrática Nacional (UDN)

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 RECONSTRUINDO A DEMOCRACIA	7
1.1. A instalação da Assembleia Constituinte de São Paulo de 1947	11
1.2. O Regimento Interno da Constituinte	16
1.3. Comissão Especial de Constituição	31
2. DISPUTANDO A CONSTITUIÇÃO	44
2.1. Emendas ao Projeto de Constituição para a Primeira Discussão	44
2.2. Primeira discussão	60
2.3. Segunda discussão e respectivas emendas	138
2.4. A Aprovação da Redação	168
3. AS CONSTITUIÇÕES EM DISPUTA	186
3.1. A Lei Orgânica dos Municípios	191
3.2. O Projetos de Lei do Deputado Caio Prado Júnior	219
3.2.1. Instituto de Pesquisas Científicas	222
3.2.2. Levantamento Aerofotogramétrico	227
3.3. A proposta Orçamentária do Governo de São Paulo para 1948	235
3.4. A cassação dos mandatos da bancada do PCB	263
CONCLUSÃO	282
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	286

INTRODUÇÃO

Um dos momentos históricos brasileiros que ainda intrigam, em nossa opinião, os pesquisadores é o pós-Estado Novo, ou melhor, a redemocratização que ocorreria a partir de meados de 1945, acelerada com o fim da Segunda Guerra Mundial.¹ Na história contemporânea do Brasil encontramos dois períodos de redemocratização: a já citada, a partir de 1945, e a de meados dos anos 1980. Dessas estudamos a dos anos de 1940, por meio de um caso particular, a atuação do historiador Caio da Silva Prado Júnior na reconstrução da democracia mediante sua ação, como deputado constituinte eleito pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), na elaboração da lei fundamental do Estado de São Paulo e posteriormente como deputado ordinário da Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

O material que usamos para nossa análise são os discursos do deputado Caio Prado Júnior pronunciados na ALESP em 1947. Também, tivemos a oportunidade de ler o prontuário da Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Caio da Silva Prado Júnior que se encontram no Arquivo Público de São Paulo. Nesse mesmo arquivo localizamos e lemos os exemplares do jornal *Hoje* - entre outros jornais -, órgão da imprensa comunista, fundado, entre outros, por Caio Prado Júnior, Milton Cayres de Britto e Jorge Amado, em outubro de 1945. Pesquisamos no Acervo Histórico da ALESP, bem como no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM/UNESP) e no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). Nossa pesquisa se estendeu até o arquivo pessoal de Caio Prado Júnior, que está no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) localizado na Universidade de São Paulo (USP). No IEB tivemos a oportunidade de ler parte de seus *diários políticos* (1935-1947)² e achamos algumas anotações e registro de sua atuação parlamentar. Visitamos a editora Brasiliense, fundada por Caio Prado Júnior e Monteiro Lobato em 1943. Por fim, realizamos algumas entrevistas com pessoas que trabalharam e conviveram com o

¹ Ver entre outros trabalhos: OLIVEIRA, R. P. A Educação na Assembleia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001, v. 1, p. 153-189. SARETTA, F. *Política Econômica Brasileira: 1946-1951*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Partidos, lideranças e luta política nos tempos da Constituinte Paulista. In: ALMEIDA, M. H. T. de. (org.). *Processo Constituinte Paulista*. São Paulo: Fundap, 1989, p. 7-20.

² Ver IUMATTI, Paulo Teixeira. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

deputado. Entre elas destacamos a realizada com a deputada comunista Zuleika Alambert, que foi companheira de bancada de Caio Prado Júnior em 1947.

A partir desse material – e utilizando uma bibliografia suplementar – começamos a compor o contexto daquele período; foi quando observamos que as conjunturas de 1945 a 1947 são os momentos cruciais da virada dos comunistas depois do Estado Novo, do fim da Segunda Guerra Mundial e na antevéspera da Guerra Fria. As forças de oposição ao regime do Estado Novo e Luís Carlos Prestes, o líder do Partido Comunista do Brasil (PCB), sabiam que não bastaria a elas fortalecer uma frente de esquerdas. Por conseguinte, os comunistas brasileiros – que não foram *à la manière* do comunismo soviético – irão realizar uma *nova* leitura das táticas que levariam à aliança entre os comunistas e as demais forças democráticas do Ocidente para combater o nazismo. Apóiam Getúlio Vargas, depois participam do *movimento* da criação da União Democrática Nacional (UDN), e se afastam dela quando esta se torna um *partido*, e em seguida tomaria uma direção própria na oposição.

Em nossa perspectiva, o que ocorreu do ponto de vista da história do político entre 1945 e 1948 marcaria o resto do século no Brasil: as classes dominantes tradicionais, os herdeiros da ditadura, as forças da oposição, os comunistas, o movimento operário, os intelectuais (que ali, como grupo, tiveram o seu grande momento de organização para contestar) – ninguém passaria incólume. Claro está da impossibilidade de se repassar aqui todas as tensões do período.

Interpretamos que Caio Prado Júnior observou, participou dos acontecimentos e, inabalável, viu o processo com a precisão de quem dissecava a história do presente. Salientou que naquele ano de 1945 ainda não estava claro para as camadas da esquerda da necessidade da organização em prol da redemocratização.³ Ele se encontrou com Prestes, o Cavaleiro da Esperança, em uma festa de aniversário deste na casa de Aldo Lins e Silva, em São Paulo. Imagine-se uma conversa entre os dois por três horas. Prestes tem a polidez de um autêntico general da Primeira República.⁴

A partir de agosto, Caio Prado Júnior revelou-se desanimado diante do apoio dos comunistas, em junho de 1945, ao *queremismo*. O *queremismo* foi um movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. O nome *queremismo* se originou do *slogan*

³ IUMATTI, Paulo Teixeira, *op. cit.*, p. 53.

⁴ Detalhes sobre esse encontro ver IUMATTI, Paulo Teixeira. *op. cit.* Ver também, PINHEIRO, Paulo Sergio. “O ano de 1945”. In: *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1998.

utilizado pelo movimento: *Queremos Getúlio*. Além disso, os *queremistas* reivindicavam o adiamento das eleições presidenciais e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Caso as eleições fossem mesmo confirmadas, queriam o lançamento da candidatura de Vargas.⁵ No entanto, o ano terminará com o golpe militar que alija o ditador.⁶

Caio Prado Júnior, apesar de todos os problemas, candidatou-se a deputado federal, ficando como terceiro suplente do grande amigo, o escritor baiano Jorge Amado. Mas, aquela experiência seria decisiva para que Caio Prado Júnior voltasse a ser candidato. Como se estivesse colocando à prova mais uma vez o homem prático por caráter, por formação e por opção intelectual, que sempre havia sido exposto ao julgamento da história política e cultural de São Paulo, ou seja, expunha sua trajetória – de jovem ouvinte da Semana de Arte Moderna, que passara pelo Partido Democrático (PD) e o Clube dos Artistas Modernos, depois entrando para o PCB e entusiasta da primeira leva de estudantes da USP em 1934, até a vice-presidência, em São Paulo, da Aliança Nacional Libertadora (ANL), fato este que lhe rendeu uma prisão por quase dois anos e seu primeiro exílio na Europa, de 1937 a 1939 – ao escrutínio democrático.

Importa reter que quando Caio Prado Júnior concorreu na primeira eleição realizada no país após o fim do Estado Novo, esta ocorreu seguindo o sistema político e partidário do regime findo. Nela se definiram, como as principais forças políticas do país, o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Getúlio Vargas, e a União Democrática Nacional (UDN). O PCB conhecerá por pouco tempo a legalidade, elegendo representantes à Assembleia Nacional Constituinte e ao Congresso Nacional.

Mas, quando Caio Prado Júnior disputou as eleições para a Assembleia Constituinte Estadual Paulista, estamos no sistema político e partidário sob a égide do General Eurico Gaspar Dutra, e tudo o que isso significava. Empossado em janeiro de 1946, Dutra aproximou-se dos setores conservadores, incluindo aqueles representados pela UDN, por meio do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do PTB, que acabaram por romper com o presidente. Os comunistas, que haviam obtido um resultado eleitoral expressivo nas eleições de 1945, foram vítimas de uma ferrenha perseguição por parte do governo, que assim se integrava ao contexto internacional da Guerra Fria, e tiveram sua atuação política legal

⁵ Cf. SILVA, Hélio. *1945: porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

⁶ IUMATTI, Paulo Teixeira, op. cit., p. 177.

novamente proibida. Um dos instrumentos legais utilizados na cassação do registro do PCB foi o Artigo nº 26 do Decreto-Lei Federal nº 9.258, de 14 de maio de 1946, que se refere à influência estrangeira sobre os partidos.

O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política de arrocho salarial. E mesmo sob essa política e legislação eleitoral, o PCB conseguiria na Assembleia Constituinte Estadual Paulista uma bancada de 11 deputados – dentre os quais Caio Prado Júnior – obtendo 16% dos votos válidos, como se vê no Quadro 1.

Quadro 1 - Eleições para a Assembleia Constituinte Estadual Paulista, 1947

Legenda	Número de Votos	%	Número de Cadeiras	%
PSD	267.129	24,7	26	34,6
PTB	221.066	20,4	14	18,6
PCB	173.654	16	11	14,6
UDN	138.342	12,8	9	12
PSP*	138.024	12,7	9	12
PR**	59.379	8,7	3	4
PDC	35.975	3,3	2	2,6
PRP***	25.344	2,3	1	1,3
ED****	14.498	1,3	-	-
PAN*****	8.308	0,7	-	-
Total de Legendas	1.081.719		75	
Branco	51.319			
Nulos	16.011			
Total de Votantes	1.149.049			
Abstenção	452.234			
Total do Eleitorado	1.601.283			

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

* Partido Social Progressista (PSP).

** Partido Republicano (PR).

*** Partido de Representação Popular (PRP).

**** Esquerda Democrática (ED).

***** Partido Agrário Nacional (PAN).

Tal como acontecera para Assembleia Constituinte de 1946 (onde conseguiu um total 9.304 votos, dos quais 7.853 da sua cidade) a votação no candidato Caio Prado Júnior voltou a ser bastante expressiva na cidade de São Paulo, como apresentamos abaixo:

Distribuição Regional do Voto
(Assembleia Constituinte Estadual Paulista - 1947)

Candidato	Capital	Interior	Total
Caio Prado Jr.	4787	470	5257

Fontes: Mapas e Atas do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP)

A extraordinária revelação dessas votações junto com as análises dos seus discursos pronunciados na ALESP em 1947, deixa-nos a convicção de que estamos diante de alguns dos mais relevantes documentos, ainda inéditos, sobre a década de

1940.⁷ Percebemos que em seus discursos o deputado Caio Prado Júnior foi preciso na análise da conjuntura e na construção dos cenários futuros, acertando sempre.

Neste sentido, nossa tese se divide em três capítulos; o primeiro distinguiu a organização dos trabalhos para a elaboração da Constituição de São Paulo de 1947, então revelamos a participação de Caio Prado Júnior na definição do Regimento Interno da Constituinte (RIC), na qualidade de Presidente da Comissão do RIC. No segundo capítulo mostramos as discussões em torno do projeto de Constituição apresentado pela Comissão Especial de Constituição (CEC), da qual Caio Prado Júnior fez parte, bem como, as emendas parlamentares para o referido projeto. E por fim no último capítulo examinaremos sua atuação, na elaboração da Lei Orgânica dos Municípios, na apresentação de seus projetos de lei, na definição do orçamento do Estado de São Paulo para 1948 e sua resistência até o último momento a cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo PCB. Com isso podemos distinguir um pouco da importância desse sensível e obstinado parlamentar. Assim, entendemos que estaremos começando a saldar, em parte, o constrangido e enorme débito da intelectualidade brasileira com a dignidade e o rigor do deputado Caio Prado Júnior.

⁷ Percentualmente, Caio Prado Jr. terá um crescimento de 1945 a 1947, passando na capital de 84% a 91%.

1 RECONSTRUINDO A DEMOCRACIA

*O Sr. Caio Prado Júnior [PCB] – [...] Somos representantes do povo; vamos fazer a Constituição de nosso Estado sem esquecer que somos os representantes do povo e de todos os seus interesses. Diariamente recebemos cartas de interessados, a que temos de dar satisfação.*⁸

Numa contribuição singular, e breve, para a vida pública brasileira, Caio Prado Júnior exerceu mandato na Assembleia Estadual de São Paulo (ALESP) a partir de março de 1947, percorreu aquele ano, e teve sua vida pública cassada no dia 12 de janeiro de 1948. Ele havia sido eleito em janeiro de 1947, pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), no qual já militava desde 1931. Mas antes ele já havia tido uma experiência na vida partidária, pois, como sabemos, nos anos 1920 Caio Prado Júnior se filiou ao Partido Democrático (PD), assim juntando-se ao tio, Antônio Prado, que foi um dos seus fundadores. Compreendemos que sua filiação ao PCB marcou sua aproximação com o marxismo⁹ e com as Casas legislativas, primeiro como suplente da bancada federal do PCB na Câmara dos Deputados, resultado de sua candidatura pelo Estado de São Paulo a uma das vagas em 1945, e depois em 1947, na sua vitoriosa campanha para a ALESP. Destacamos que ele vivenciou, como constituinte e deputado estadual, um período assinalado como “redemocratização” pela retomada do funcionamento das Casas legislativas (estaduais e municipais) em todo o Brasil, depois do período conhecido como Estado Novo (1937-1945). Por conseguinte, nos anos do pós-guerra, ou seja, a partir da metade de 1945, o Brasil viveu um período de reconstrução da democracia, no qual as instituições da República, como as já mencionadas Casas legislativas, voltaram a funcionar, e foram compostas por membros eleitos diretamente. Também, foram restabelecidas as eleições diretas para Presidente da República e Governador de Estado. Neste sentido, interpretamos que o parlamentar Caio Prado Júnior contribuiu para a reconstrução da democracia em nosso país naquele final dos anos de 1940. Procuraremos evidenciar isso pelo exame da documentação parlamentar relativa à participação de Caio Prado Júnior na Assembleia Constituinte paulista em 1947 e na sua atuação na qualidade de deputado da ALESP. O trabalho será centrado, portanto, neste capítulo e no próximo, no exame dos Anais da referida

⁸ PRADO JR., Caio. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. I. São Paulo, 15ª Sessão Ordinária em 7 de abril, p. 391, 1947.

⁹ Ver RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Ed. 34, 2000.

Constituinte, os quais demonstram a atuação de Caio Prado Júnior na elaboração da nova Constituição paulista. Nessa perspectiva, distinguimos que entre março e início de julho de 1947, período dedicado à elaboração da Carta Magna do Estado de São Paulo, a ALESP ocupou-se ao mesmo tempo dos trabalhos de uma Assembleia Constituinte e dos de uma Assembleia Legislativa, ou seja, acumulou duas funções.

Posteriormente à promulgação da Constituição paulista, ocorrida em 9 de julho de 1947, os trabalhos legislativos passaram a ser ordinários na ALESP, ainda que com algumas atuações singulares, uma vez que funcionou como legislativo para administrar os municípios paulistas e elaborar a lei orgânica dos mesmos, como veremos no último capítulo da tese. Assim, Caio Prado Júnior exerceu o papel de deputado estadual a partir de 11 de julho de 1947.

Sua atuação parlamentar foi precocemente interrompida devido à cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB, assunto que abordaremos também no último capítulo da tese. O contexto de reconstrução democrática no Brasil coincidiu com o advento da Guerra Fria no mundo. Uma das consequências disso foi que o PCB teve seu registro cassado em maio de 1947, e o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Rússia em outubro do mesmo ano. Posteriormente, os deputados paulistas eleitos pela legenda tiveram o mandato cassado em janeiro de 1948, por meio de uma lei federal que coube à Mesa da ALESP cumprir. Como já destacamos, abordaremos com detalhes este assunto no último capítulo de nossa tese.

Este capítulo e o próximo apresentam nossa pesquisa a respeito dos discursos e intervenções de Caio Prado Júnior na Assembleia Constituinte de São Paulo. Portanto, trata-se do registro do processo que ocorreu, conforme informado acima, de março a julho de 1947 na Constituinte paulista, a partir do olhar de Caio Prado Júnior.

A Constituição Federal do Brasil de 1946 definiu, em um dos seus atos das disposições transitórias, que:

O Estado que, até quatro meses após instalação de sua Assembleia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, a de um dos outros que parecer mais conveniente, até que a reforme pelo processo nela determinado.

Por conseguinte, o constituinte paulista de 1947 tinha quatro meses, a contar da posse, para a preparação da Carta daquele Estado. Nesse sentido, abordaremos os momentos daquela ocasião nos quais a participação de Caio Prado Júnior se fez evidente. São eles: a instalação da Assembleia Constituinte, a preparação do Regimento

Interno da Constituinte, e as intervenções de Caio Prado Júnior em plenário que revelam sua atuação na Comissão Especial de Constituição, da qual era membro, e em torno do anteprojeto de Constituição. Também trataremos dos momentos em que Caio Prado Júnior foi ao púlpito do plenário para pronunciar discursos que expõem o contexto dramático das conjunturas nacional e internacional da época, devido à ascensão da Guerra Fria, fato que já mencionamos, entre outros assuntos que ao longo dos capítulos iremos analisar. Sobre o parlamentar Caio Prado Júnior, podemos afirmar que os debates constituintes mostraram, em detalhes, o crescimento constante de sua reputação naquela Assembleia. Compreendemos que suas preciosas contribuições às discussões revelam o historiador e político que já era conhecido por sua trajetória pública - por exemplo, como participante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e a partir de 1943, à frente da editora Brasiliense. Além disso, seus três principais livros já o haviam tornado intelectual protagonista do cenário nacional: *Evolução política do Brasil* (1933); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História econômica do Brasil* (1945). A menção a essas obras fazia parte de sua apresentação como Candidato do Povo a uma vaga na Assembleia paulista em 1947:

Sempre ligado aos movimentos democráticos dirigidos pelo Partido Comunista do Brasil, Caio Prado Júnior vem prestando uma colaboração eficiente a todas as campanhas democráticas e populares. Foi um dos fundadores e diretor do jornal HOJE, e através de magníficos artigos, muito tem contribuído para o estudo da atual situação política e econômica do Brasil. É suplente da Câmara Legislativa Federal. Caio Prado Júnior por todo o seu passado de lutas, por todas as suas virtudes e qualidades de democrata sincero, é um verdadeiro líder popular, que bem merece a confiança e simpatia de todos aqueles que vão sufragar o seu nome na chapa dos deputados estaduais de São Paulo, pelo Partido Comunista do Brasil. (HOJE, 1947, p. 3)

História econômica do Brasil, editado em 1945, foi um dos livros publicizados durante as suas campanhas para a disputa a uma vaga, primeiro para o Legislativo federal. Entendemos que no referido livro Caio Prado Júnior recuperou as raízes históricas da análise de como se conformou a organização econômica do Brasil, acabando assim por remeter à própria constituição das sociedades capitalistas. Por conseguinte, nesta obra Caio Prado Júnior tratou de examinar, entre outros assuntos, a trajetória tumultuada da indústria brasileira. Dessas suas observações destacamos:

Não é assim difícil compreender a debilidade orgânica em que se debaterá a indústria brasileira. E sua grande vulnerabilidade. A sua sorte estará indissolavelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um

fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e o balanço de contas internacionais do país; bem como o estado das finanças públicas e o ritmo das emissões destinadas a cobrir as despesas do Estado. Qualquer conjuntura favorável das finanças externas brasileiras repercutirá duramente na indústria.¹⁰

Compreendemos, por conseguinte, que nas discussões que se dariam posteriormente em torno das finanças públicas do Estado de São Paulo, nosso constituinte se mostraria ciente e com um considerável volume de conhecimentos fundamentados em seus livros e viagens, que nenhum dos seus pares construiu previamente.¹¹

Portanto, uma vez bem-sucedido no pleito eleitoral de seu Estado, interpretamos que Caio Prado Júnior estava ciente, como assinalamos anteriormente, de que os quatro primeiros meses de seu mandato seriam dedicados aos trabalhos constituintes e que esse prazo seria fatal para o destino político não só do Estado de São Paulo, mas do país naquela conjuntura, como esclareceremos adiante. Entendemos que essas sejam as razões da dedicação que levaram Caio Prado Júnior a uma conduta exemplar diante dos trabalhos constituintes, pois foi presidente da comissão responsável pela elaboração do Regimento Interno da Constituinte (RIC). Posteriormente, fez parte, como já informamos, da Comissão Especial de Constituição, responsável por orientar e sistematizar os trabalhos para a elaboração da Carta de São Paulo. Assim, destacamos, mais uma vez, que os constituintes estaduais, eleitos em todo o Brasil em 1947, e em especial a experiência de São Paulo, operaram em duas frentes: na elaboração da sua Constituição e no dia a dia de uma Assembleia e sua legislatura. A seguir vamos observar como isso se deu na ALESP, em 1947, através das palavras do constituinte Caio Prado Júnior.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, (1976) [1945], p. 266.

¹¹ Para uma leitura da trajetória intelectual de nosso autor, ver IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

1.1. A instalação da Assembleia Constituinte de São Paulo de 1947

A sessão solene de instalação da Assembleia Constituinte de São Paulo ocorreu às 14 horas do dia 14 de março de 1947. O Poder Legislativo do Estado de São Paulo ocupava o Palácio das Indústrias, no centro da capital. Entre os deputados convocados pelo então presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), desembargador Mario Guimarães, compareceu Caio da Silva Prado Júnior. Ele fora eleito, no pleito eleitoral ocorrido janeiro de 1947, como mencionamos anteriormente, com 5.257 votos, a maioria deles concentrados na capital paulista.

No início daquela tarde iniciaram-se os trabalhos de abertura da Assembleia, e para secretariá-lo, o desembargador nomeou os deputados Lincon Feliciano, do Partido Social Democrático (PSD), e Arnaldo Borghi, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), até que a Mesa fosse formada. Ato sucessivo, Mario Guimarães leu seu discurso para saudar a nova Legislatura; através de sua fala podemos perceber que o mundo do pós-Guerra ainda apresentava instabilidade política. Por outro lado, em sua exposição destacou o papel do agricultor na construção da metrópole em que São Paulo ia se transformando, colocando, assim, a pauta da questão agrária logo no início dos trabalhos da Assembleia, tema que seria abordado por Caio Prado Júnior, como iremos verificar no próximo capítulo. Segundo as palavras do desembargador:

Aquêle que hoje contemple o São Paulo moderno, ouriçado, de arranha céus, sulcado de automóveis, deve lembrar-se de que tudo isto, tôda esta grandeza, tôda esta vida escachocante, deriva, próxima ou remotamente, do modesto agricultor que lutando contra as pragas e contra as geadas, ora desajudado dos Governos, ora erradamente socorrido, numa ousadia sem par, todos os anos, abria novas fazendas. Já na Monarquia um estadista havia escrito, talvez sem grande exagero, que foi o Vale do Paraíba que ganhou a guerra do Paraguai. Dir-se-á que as lavouras se formaram a princípio com o auxílio do africano e mais tarde com o braço europeu. Mas o braço não funciona sem o cérebro que o dirija. E tanto se fadiga o braço no abater a floresta, no amanho a terra ou no carpir o cafezal, como o cérebro que estua nos anseios, na tortura, nas apreensões, ante os imprevisíveis de toda a espécie, que podem, num momento aniquilar o esforço do lavrador.¹²

Em seguida, os constituintes Alfredo Farhat, do Partido Democrata Cristão (PDC), e Salomão Jorge, em nome do governador eleito e do Partido Social Progressista

¹² *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I Sessão Solene de instalação em 14 de março de 1947. São Paulo: Indústria gráfica Siqueira S. A., p. 10-11.

(PSP), pronunciaram seus discursos. Logo após, o desembargador orientou os trabalhos para a escolha da Mesa Diretora da Assembleia Constituinte, através de voto secreto. Os eleitos foram: presidente: Valentin Gentil, do PSD; 1º vice-presidente, Nelson Fernandes, do PTB; 2º vice-presidente, Rubens do Amaral, da UDN; 1º, 2º, 3º e 4º secretários, respectivamente, Mario Beni, do PSP, Catullo Branco, do PCB, Bravo Caldeira, do PR, e Alfredo Farhat, do PDC. O cargo mais disputado foi o de 2º secretário, entre o vencedor, Catullo Branco (PCB, 64 votos), Ulisses Guimarães (PSD, 3 votos), Brasília Machado (PSD, 1 voto). E ainda foram registrados 3 votos em branco.

O Presidente do TRE-SP deu posse à Mesa e o constituinte Valentin Gentil pronunciou o seu discurso de posse. De sua fala destacamos:

Vimos de um pleito que honra o Brasil, marcando bem alto o grau de consciência. Nele se manifestaram, com a mais ampla liberdade, todos os homens livres da nossa Pátria, [...].

O mosaico que é esta Assembleia, constituindo pela mais variada representação de tendências, de credos, de classes, através dos vários partidos que a abrilhantam, [...] brasileiros. [...]

Confiou-nos o povo de nossa terra [...] orientada para rumos certos e elevados, tendo sempre em vista os grandes problemas surgidos com a nova situação mundial, nunca esquecidas as nossas tradições.¹³

Valentin Gentil salientou ainda a questão nacional, em especial as eleições de 1946 e o papel dos Tribunais Eleitorais, imparciais e cumpridores de seu dever cívico. Por fim, destacou os problemas surgidos com a nova situação mundial. Aqui, entendemos que já era o prenúncio da Guerra Fria; mais adiante esclareceremos melhor essa conjuntura internacional.

O desembargador retirou-se e os trabalhos prosseguiram através do requerimento dos constituintes do PSP, Salomão Jorge e Pinheiro Júnior, no qual a Bancada do PSP, partido do governador eleito, Adhemar de Barros, em conformidade com o TRE-SP, solicitou ao presidente da Mesa Diretora que marcasse dia e hora para a sua posse. Então, o líder da bancada do PSD, Padre Carvalho, encaminhou um requerimento, assinado pelos líderes das bancadas partidárias, solicitando que o presidente da Casa nomeasse uma comissão a fim de conduzir o governador eleito até o plenário da Assembleia. Pelas palavras do presidente:

De conformidade com o que acaba de ser deliberado pela Assembleia, determino que a posse do Sr. Governador se realize hoje, às 17,30 horas e

¹³ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 16.

designo uma comissão composta dos Srs. deputados, Mario Beni, Caio Prado Júnior, Diógenes de Lima e Nelson Fernandes, para comunicar esta resolução ao exmo Sr dr. Adhemar Pereira de Barros e acompanhá-lo até esse recinto a fim de ser empossado.¹⁴

Assim, Caio Prado Júnior deu início a sua atuação parlamentar ao fazer parte da primeira comissão criada na Assembleia. Porém, antes da chegada de Adhemar de Barros, Alfredo Farhat leu o termo de compromisso da Legislatura, e um a um os constituintes foram chamados a prestar seu compromisso regimental. Em seguida, a sessão foi suspensa por meia hora e quando reaberta adentrou o recinto o governador eleito, Adhemar de Barros, acompanhado, entre outros constituintes, de Caio Prado Júnior. O governador se sentou à Mesa ao lado do presidente da Assembleia Constituinte e leu o compromisso de posse:

Prometo cumprir a Constituição da República e a que fôr promulgada para o Estado, observar as leis e desempenhar o mandato no interêsse do bem comum.¹⁵

O presidente da Mesa declarou empossado o governador e convocou os constituintes para a primeira sessão ordinária da Assembleia Constituinte, no dia 17 de março, às 14h, assim ocorrendo até o dia 9 de julho, quando a Assembleia Constituinte finalizou seus trabalhos. Observamos que a promessa de posse feita pelo governador implicava “*cumprir a Constituição da República e a que fôr promulgada para o Estado*”; no entanto, distinguimos que pouco mais de três meses da sua posse, verificou-se que os princípios democráticos consagrados na Carta Magna Federal não estavam sendo cumpridos por Adhemar de Barros. Podemos confirmar isto pelas palavras de Caio Prado Júnior, proferidas na 75ª sessão ordinária da Assembleia Constituinte de São Paulo, realizada em 21 de junho:

Sr. Presidente. Srs. Constituintes.

Pedi a palavra para trazer ao conhecimento desta Casa mais um fato de maior gravidade praticado pelo Governo do Estado, através da Polícia.

Pretendia, hoje à noite, realizar uma conferência em Santos. Essa conferência já estava marcada há vários dias e tratava-se de uma conferência em recinto fechado, e o assunto sobre o qual versaria, refere-se, precisamente, aos nossos trabalhos nesta Casa, aos assuntos aqui debatidos, e, em particular, ao nosso trabalho constitucional.

Acabo de ser notificado que a Polícia proibiu a realização dessa conferência, e impediu que os jornais e o rádio a notificassem. [...].¹⁶

¹⁴ *Idem*, p. 18.

¹⁵ *Ibidem*, p. 19.

Em nosso ponto de vista, de acordo com as palavras de nosso parlamentar, acima registradas, o governador não cumpriria plenamente a Constituição Federal, em especial no que tange aos direitos civis do cidadão de expressar sua opinião. Deste modo, Caio Prado Júnior concluiu seu discurso fazendo questionamentos acerca daquela atitude da polícia estadual e do posicionamento do governador diante dos fatos relatados, assim conclamando a Casa a se posicionar sobre o assunto:

Sr. Presidente, a pergunta que queria fazer aos meus colegas se dirige, em particular, aos representantes do Governo nesta Casa. Vem a ser a seguinte: reconhecem esses nobres Deputados que o Governo de São Paulo, que a Polícia de São Paulo têm o direito de impedir que um cidadão livre, um Deputado, representante do povo, pronuncie uma conferência? De realizar uma conferência, em recinto fechado? Como vêem os ilustres colegas, já não me refiro a um comício público. Repito: tem o Poder Executivo, na pessoa do Sr. Governador e a Polícia, esse direito?

Espero a resposta à pergunta que ora faço. Além disso, quero também saber qual a atitude que esta Casa tomará.

(Muito bem.)

Ou continuamos nessa marcha, passivamente nos curvando diante das arbitrariedades da ditadura que se esboça no País, ou então nos afirmaremos como uma Assembleia livre, para não nos reduzirmos a essa situação miserável em que o País se encontrou durante os longos anos da ditadura, contra cujo regime deblateramos todos os dias, recusando-nos contudo a atitude firmes e consequentes ante os fatos da natureza daquilo que acabo de referir, e que se vêm repetindo cada vez mais amiudadamente.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem. Palmas).*¹⁷

Notamos que o discurso acima foi realizado após a cassação do registro do PCB, ocorrida, como informamos acima, em sete de maio de 1947. Portanto, entendemos que aquelas atitudes praticadas pela polícia estadual e relatadas por nosso constituinte já revelavam a intenção do Poder Executivo estadual e federal de suspender os direitos políticos dos deputados estaduais eleitos pelo PCB. Pretendemos, como anunciamos acima, no último capítulo esclarecer melhor este assunto e suas consequências para aquele processo de redemocratização brasileiro.

Por outro lado, percebemos pelas palavras de Caio Prado Júnior que os trabalhos da ALESP, naqueles quatro primeiros meses, estavam comprometidos em fazer valer os Poderes Legislativos do Estado de São Paulo, vivenciar a tensão de organizar a nova Constituição do Estado que revelou os aspectos relacionados a coalizões entre os

¹⁶ *Ibidem*, p. 166.

¹⁷ *Idem*.

partidos de esquerda, em especial o PCB, e os liberais, no constitucionalismo. Por outro lado, também mostrou as discordâncias entre esse dois espectros da política, propiciando o crescimento dos partidos conservadores durante as discussões, em plenário, do projeto da Constituição; concomitante a essas questões, o parlamentar da ALESP deveria dar conta do dia a dia do legislativo com a Constituição Federal em vigor.

1.2. O Regimento Interno da Constituinte

Compreendemos que a partir da primeira sessão ordinária daquela Constituinte principiava um momento em que poucas vezes foi realizado tanto trabalho legislativo em espaço de tempo tão pequeno, e em especial a organização e escrita da Carta do Estado de São Paulo; como mencionamos anteriormente, foram somente quatro meses para os trabalhos que redundariam na Constituição. Neste sentido, entendemos que era urgente que ocorresse a definição do conjunto de normas que regeriam o funcionamento daquela Constituinte. Portanto, naquela sessão foram iniciadas as discussões em torno da elaboração do Regimento Interno da Constituinte (RIC). Nessa perspectiva, Milton Cyares de Brito, logo no início dos trabalhos, na qualidade de líder da bancada comunista, apelou para que a Casa entrasse imediatamente na organização para preparação do RIC. A bancada da UDN, através de seu líder, Auro de Moura Andrade, declarou que apoiava a sugestão do líder comunista. Por conseguinte, Lincoln Feliciano, filiado ao PSD, apresentou a seguinte indicação:

INDICAÇÃO Nº 1, DE 1947

Indico à Mesa que, consultada a Casa, seja, adotado, em caráter provisório e até a aprovação do definitivo, o Regimento Interno da Assembleia Constituinte de 1935. (Resolução n. 1, de 18 de maio de 1935), no que não contrarie as leis em vigor.

Sala de Sessões, 17 de março de 1947. - *Lincoln Feliciano*.¹⁸

Esta indicação foi posta em discussão pelo presidente da Casa, mas Ulysses Guimarães apresentou um requerimento solicitando à Mesa que a indicação apresentada entrasse em discussão na sessão seguinte, pois alegou que o RIC de 1935 deveria ser atualizado. Em seguida, o líder da bancada comunista enviou à Mesa uma Indicação, em nome da bancada, a qual Caio Prado Júnior assinou, e que ofereceu emendas ao RIC de 1935; segundo o constituinte, essas facilitariam os trabalhos de definição do novo Regimento. A proposta daquela bancada era utilizar-se o RIC de 1935 como base e modificar o que fosse necessário para a tarefa constitucional. Então, a Mesa definiu, após a intervenção de mais alguns constituintes, que a discussão sobre o RIC ficaria pautada para a sessão ordinária do dia seguinte.

Na segunda sessão ordinária registramos a participação de Caio Prado Júnior na qualidade de constituinte e vice-líder da bancada comunista. Observamos que no início

da sessão, realizada no dia 18 de março, a maioria dos constituintes ainda não se mostravam concentrados para a definição do RIC, visto que o presidente da Assembleia colocou em pauta o Requerimento nº 2, de Alfredo Farhat. Em sua intervenção, Farhat desviou a atenção principal da Casa para tratar de temas que até hoje, em nossa opinião, acabam por colocar a política como algo menor, ou circunscreve o Legislativo a uma instituição quase policial no sentido de denunciar condutas do Poder Executivo. Tratou-se, portanto, de um requerimento que pedia ao Executivo estadual a informação sobre qual o número atual de automóveis que transitavam na capital com a chapa oficial, privativa dos veículos a serviço do Estado. De acordo com Farhat, o que o motivou a solicitar tal informação foi que um número impressionante daqueles veículos circulava pelas ruas da cidade de São Paulo, conduzindo até senhoras, e constava que alguns proprietários de carros particulares conseguiram a chapa oficial. Na abertura do expediente foi apresentado esse requerimento e em seguida o presidente da Casa abriu a discussão sobre o mesmo. Imediatamente, Caio Prado Júnior pediu a palavra e interferiu na condução das discussões para que se pudesse retomar o tema principal, qual seja, a definição do RIC. Então, suas primeiras palavras na Assembleia, referindo-se ao posicionamento de sua bancada, foram:

Entendemos que esse requerimento não deva ser objeto de discussão neste momento. Estamos numa fase preliminar de nossos trabalhos, apenas iniciando-os; não temos ainda nosso Regimento Interno, de forma que, se esse requerimento merecesse a nossa atenção, viria dificultar os nossos trabalhos, pois abriria margem para muitos outros da mesma natureza e uma revisão completa da administração pública. Com esses fundamentos e sem entrar na indagação do mérito do aludido requerimento, a minha bancada votará contra ele.¹⁹

Entretanto, a discussão a respeito do referido requerimento ainda se prolongou e, mesmo com os argumentos do nosso constituinte, o mesmo foi aprovado em votação simbólica, por 27 votos contra 23. Notamos, deste modo, o que já anunciamos anteriormente, a dupla face daquela Constituinte, ou seja, por um lado, observamos os trabalhos concentrados para a organização da nova Constituição, e, por outro, as discussões de uma legislatura ordinária. Mas, ato subsequente, Padre Carvalho, líder da bancada do PSD, junto a outros líderes, entre eles Caio Prado Júnior, solicitou que fosse nomeada uma Comissão para tomar a seu cargo a elaboração do RIC, para abrir

¹⁸ *Ibidem*, p. 26.

¹⁹ *Ibidem*, p. 48.

efetivamente os trabalhos Constituintes. Segundo o documento, a Comissão seria constituída por nove membros, respeitada, quando possível, a proporcionalidade das representações partidárias. Essa petição foi aprovada por todos os presentes e o presidente da Mesa designou a Comissão: Sylvio Luciano de Campos (PSD), Ulysses Guimarães (PSD), Caio Prado Júnior (PCB), Salomão Jorge (PSP), Rubens do Amaral (UDN), Gabriel Migliori (PTB), Bravo Caldeira (PR), Alfredo Farhat (PDC) e Loureiro Júnior (PRP). Assim, por decisão da própria Comissão, Caio Prado Júnior tornou-se o presidente da mesma e Ulysses Guimarães seu secretário. Ainda na sessão ordinária do dia 18 de março, Caio Prado Júnior sugeriu que a Comissão do Regimento Interno apresentasse uma primeira versão em 48 horas, já que iriam se basear no Regimento de 1935, que, no seu julgamento, era muito bom. Entretanto, outros constituintes, entre eles Padre Carvalho, ponderaram, solicitando que não se fixasse prazo para a conclusão do estudo do RIC. Caio Prado Júnior acatou o pedido de seu colega:

Sr. Presidente, pedi a palavra, atendendo ao apelo do ilustre colega Padre Carvalho, para retirar o requerimento da fixação do prazo, na certeza de que a Comissão preencherá o seu mandato no mais breve prazo possível não em 48 horas, mas de acordo com o declarado pelo nobre colega, em 24 horas se possível. (*Muito bem, muito bem*).²⁰

Por conseguinte, com a aclamação dos constituintes, os trabalhos prosseguiram. Lincoln Feliciano sugeriu, como indicamos acima, que em caráter provisório fosse adotado o RIC de 1935, no que não contrariasse as leis então em vigor. Assim, o presidente colocou em votação a indicação nº 1, que foi aprovada por unanimidade.

Notamos que os trabalhos dos constituintes a respeito da definição do RIC avançou na 4ª sessão ordinária, quando a Comissão Especial do Regimento entregou o projeto do RIC ao presidente da Assembleia para a apreciação da Casa. Esse anteprojeto foi publicado e na sessão seguinte, quando Caio Prado Júnior se pronunciou:

Sr. Presidente, tendo a Comissão incumbida de elaborar o projeto de Regimento Interno concluído e apresentado o seu trabalho que já foi publicado, e havendo grande urgência na discussão da matéria, peço a V. Excia. que submeta ao plenário este nosso requerimento verbal, solicitando seja convocada uma sessão extraordinária para amanhã, às 9 horas, a fim de ser discutido e votado o referido projeto.²¹

²⁰ *Ibidem*, p. 55.

²¹ *Ibidem*, p. 102.

Deste modo, o presidente da Assembleia submeteu o requerimento verbal do presidente da Comissão Especial do Regimento à votação e louvou o esforço da referida Comissão por apresentar tão prontamente o projeto do RIC. O requerimento foi aprovado por unanimidade e os trabalhos iniciais se deram na primeira sessão extraordinária da Casa, que ocorreu no dia 22 de março, iniciada às 9 horas da manhã, e convocada com a finalidade, apenas, de discutir o projeto do RIC. O projeto do RIC entrou, portanto, em primeira discussão, foram apresentadas e lidas, ao todo, 42 emendas. Dessas, Caio Prado Júnior assinou duas, a emenda de nº 6, na qual propunha que o projeto de Constituição, depois de estabelecida a Comissão Especial de Constituição, fosse apresentado em 15 dias, e não em 10, como propunha a redação anterior. E a outra emenda, de nº 7, referiu-se ao capítulo sobre as sessões públicas, ao qual ele propôs o seguinte substitutivo:

Artigo 41, parágrafo 1º - Haverá ao lado do recinto, um funcionário da Secretaria encarregado de anotar a presença dos Deputados. A lista de presença assim organizada será entregue à Mesa para o efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão.

O encarregado da lista de presença apresentá-la-á diretamente, finda a sessão, ao Diretor Geral da Secretaria da Assembleia - *Caio Prado Júnior*.²²

Na 7ª sessão ordinária, realizada no dia 24 de março, a Assembleia recebeu o telegrama do general Eurico Gaspar Dutra, então presidente da República, nos seguintes termos:

Tenho a satisfação de agradecer a comunicação de haver sido instalada a Assembleia Constituinte e constituída sua Mesa dirigente, formulando votos pela rápida votação da Constituição Estadual que assegurará a constitucionalização desse Estado. Atenciosas saudações²³.

Sob essas saudações iniciou-se aquela sessão, na qual a definição sobre a apresentação de mais emendas ao RIC tomou seu termo, como relataremos a seguir. A hora do expediente já estava encerrada quando o presidente da Casa consultou os presentes sobre se havia mais algum assunto de natureza urgente, como a elaboração do RIC, para apreciarem ainda naquela sessão. Um dos que se manifestaram sobre o assunto em tela foi Milton Cayres de Brito, que pediu esclarecimentos a respeito da apresentação de novas emendas para o RIC como registramos a seguir:

²² *Ibidem*, p. 114.

²³ *Ibidem*, p. 122.

MILTON CAYRES DE BRITO – Peço licença para consultar V. Excia. sobre o prazo dentro do qual poderão ser aceitas as emendas, bem como quando vai entrar em discussão o projeto do Regimento.

O SR. PRESIDENTE - O prazo de inclusão do Regimento, como o Parecer, na Ordem do Dia, deverá ficar a critério da Comissão de Regimento, critério que poderá ser fixado por ela na sua reunião, ou poderá por ela ser sugerido a esta Assembleia. Conforme a Assembleia deliberar, ou a Comissão se manifestar, será fixado aquele prazo²⁴.

Notamos que a Ordem do Dia é componente da sessão ordinária destinada à discussão e votação das proposições apresentadas à Mesa da Assembleia e publicadas no *Diário Oficial*. Mas, voltemos para a discussão sobre o RIC, quando em seguida ao pronunciamento do presidente da Casa, registrado acima, nosso constituinte observou que:

SR. CAIO PRADO JUNIOR - Sr. Presidente. Na qualidade de Presidente da Comissão de Regimento, sugiro, com a devida vênia dos meus companheiros, que o prazo fixado seja o dia de hoje, até o encerramento da sessão. Isto, para evitar o acúmulo de emendas que talvez também fossem apresentadas em cada dia seguinte, impedindo a discussão e votação do Regimento.

Desejo informar à Casa que a Comissão já emitiu o seu parecer, o qual está sendo datilografado na Secretaria desta Assembleia, para publicação no jornal oficial, amanhã. Sugiro, portanto, que as emendas sejam apresentadas todas hoje, para que hoje mesmo se possa encerrar o expediente, e, como frisei, sejam publicadas amanhã.²⁵

Dessa perspectiva, após uma breve discussão entre os constituintes se seguiu a sugestão do presidente da Comissão de elaboração do RIC, e ficou deliberado que durante aquela sessão da Assembleia Constituinte o presidente da mesma recebesse até as 18 horas, em seu Gabinete, novas emendas, para a discussão, ao projeto do RIC. Ato contínuo, como acordado, a Comissão Especial do RIC emitiu parecer, até o fim daquela sessão, sobre todas as emendas oferecidas, inclusive as 42 já apresentadas. Assim, como previsto por Caio Prado Júnior as emendas ao RIC e seus respectivos pareceres foram publicadas.

Na 8ª sessão ordinária, em 25 de março, foram oferecidos à Mesa da Assembleia Constituinte dois requerimentos, no sentido de definir em qual sessão seria discutido o projeto do RIC. Caio Prado Júnior elaborou um destes, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária na mesma noite do dia 25 de março. No entanto, Martinho Di Ciero (PSD) já havia encaminhando um requerimento à Mesa no qual pediu que a

²⁴ *Ibidem*, p. 139.

²⁵ *Ibidem*, p. 139.

sessão extraordinária fosse convocada para as 21 horas do dia seguinte. Aprovado pela Casa o requerimento apresentado por Di Ciero, assim ficou decidido que a discussão do RIC fosse realizada no dia seguinte. Na 8ª sessão ordinária ainda destacamos dois momentos, os quais mostram que havia a dubiedade de funcionamento da Casa, pelo que entendemos, pois mais uma vez os trabalhos para a definição do RIC seriam atropelados pelos temas prementes que pautavam uma Assembleia Legislativa. Revelou-se, também, que a Casa ainda estava se familiarizando com o conjunto de normas que regem o funcionamento daquela instituição.

Nessa perspectiva, após o expediente destinado aos necrológicos, Alfredo Farhat encaminhou à Mesa um requerimento de urgência no qual convidava o secretário de Educação e Saúde Pública a comparecer perante o plenário da Assembleia a fim de prestar esclarecimentos sobre as supostas irregularidades que se estariam verificando no Serviço de Profilaxia da Lepra. O presidente da Casa alegou que, de acordo com o Regimento de 1935, então em vigor, os requerimentos de urgência só seriam admitidos quando assinados por dois membros da Mesa, ou por oito parlamentares. Farhat buscou e conseguiu mais sete chancelas dos colegas, que subscreveram o requerimento. A Mesa aceitou o referido requerimento, no entanto, Auro de Moura Andrade (UDN) ponderou sobre a petição e informou que a bancada de seu partido votaria contra o requerimento por duas razões, expostas, a seguir, por suas palavras:

A primeira é que a Assembleia não tem conhecimento oficial de irregularidades existentes no Serviço da Lepra. Sabemos unicamente, o que tem sido debatido na Imprensa e no Rádio a propósito do assunto. Nesta Assembleia, porém, a questão ainda não foi suscitada. De modo que não podemos, em sã consciência pedir a vinda de um Secretário do Estado para dar explicações e prestar informações sobre assunto não discutido nesta Casa, nem sequer apresentado à sua consideração. Por outro lado, a bancada da União Democrática Nacional vota, ainda contra o requerimento do deputado Alfredo Farhat porque êsse requerimento é anti-regimental.

Em nosso Regimento Interno não existe nenhuma disposição que autorize o pedido da vinda de um Secretário do Estado a êste Plenário. Consta, é certo, no nosso ante-projeto de Regimento essa inovação, que ainda não está discutida e nem aprovada.²⁶

As discussões prosseguem acerca das razões expostas acima e o líder da bancada comunista, Milton Cayres de Brito apoiou as ponderações expostas pelo constituinte da UDN e o debate girou em torno do cumprimento das normas estabelecidas pelo então Regimento Interno que estava em vigor. A bancada do PSP, através de Lino de Mattos,

apresentou outro requerimento, no qual solicitou informações sobre os leprosários, mas postulava que os esclarecimentos do secretário se deem por escrito ou pessoalmente, se assim o Secretário da Educação e Saúde entender. Por fim, após acaloradas participações, os respectivos requerimentos foram retirados, pois Farhat justificou esse procedimento para aguardar as explicações de Conceição Santamaría (PTB) sobre o tema em tela; deste modo, o colega do PSP o acompanhou. Conceição Santamaría disse que falaria em Plenário, na 10ª sessão ordinária, sobre o assunto da lepra em São Paulo:

Falarei na quinta-feira, mesmo que ainda não tenha vindo a esta Casa o Sr. Secretário de Educação e Saúde Pública. Falarei pela palavra dos dez mil doentes de lepra, que é a justificativa da minha presença nesta Casa²⁷.

Não obstante, distinguimos que na 14ª sessão ordinária, que ocorreu dia 1º de abril, Caio Prado Júnior se pronunciou em nome de sua bancada sobre as irregularidades nos leprosários, como mostraremos no próximo ponto. Por outro lado, notamos como não foi fácil a aclimação de um RIC naquela Casa, até a definição das normas que regeriam a condução dos trabalhos.

Por fim, ainda nesta sessão destacamos o pronunciamento de Mautílio Muraro membro do PCB sobre o transcurso do 25º aniversário do Partido Comunista do Brasil, do qual ressaltamos os seguintes trechos que contextualizam a trajetória do PCB:

Ao Completar o seu 25º ano de existência, orgulha-se o meu Partido, srs. Constituintes, de possuir, pela primeira vez na história do Parlamento Estadual uma bancada que, de modo claro e insofismável traduz o avanço político da classe operária e do povo de São Paulo. [...]
Mas, srs. Constituintes, para que a data de hoje tivesse êste real e profundo significado de avanço democrático, para que o Partido Comunista estivesse hoje, neste Parlamento, lado a lado, com outros. Partidos, teve êle 23 anos de existência ilegal, existência tôda ela marcada de lutas tremendas, de sacrifícios os mais ingentes e dos mais inconcebíveis heroísmos. A história do meu Partido, srs. Presidente, é a própria história do sofrimento da classe operária e do nosso povo.²⁸

Pelas palavras de Mautílio Muraro, percebemos o momento de redemocratização que vivia o país, e sobre a ascensão da classe operária na cidade que se tornaria a maior capital industrial do Brasil. Por outro lado, seu discurso revelaria a participação dos comunistas na elaboração da Constituição Federal de 1946:

²⁶ *Ibidem*, p. 171.

²⁷ *Ibidem*, p. 172.

²⁸ *Ibidem*, p. 182.

Dois anos em que tivemos oportunidade de, através da nossa bancada no Parlamento Nacional, e das atividades de todos os comunistas, contribuir para a manutenção de um clima de ordem e paz, criando a possibilidade de democratização do País e influindo, significativamente, para dar à nossa Pátria uma Constituição à altura do momento histórico que vivemos, demonstram perfeitamente a atitude do meu Partido frente aos problemas nacionais.²⁹

Assim, Mautílio Muraro registra a participação da bancada comunista federal na elaboração da Constituição de 1946 e, para reafirmar isso, citou as palavras do senador Luiz Carlos Prestes, pronunciadas na ocasião em que o PCB apresentou as emendas à Constituição de 1946, as quais deixam clara a contribuição do Partido para uma política democrática³⁰. Por fim, Muraro segue seu discurso, observando que:

Dentro de poucos dias êste Parlamento dará início à elaboração da Constituição Estadual, Constituição esta onde possam ser consubstanciadas as grandes aspirações do nosso povo, possibilitando meios para uma reforma agrária, agora mais do que nunca exigida e reclamada por todos os progressistas, e já reconhecida por S. Excia. Sr. Presidente da República em sua mensagem enviada por ocasião da reabertura do Congresso Nacional, com medidas que uma vez postas em prática, abram as perspectivas para a criação do mercado interno, tão necessário ao desenvolvimento da nossa indústria.³¹

Em nossa perspectiva, e tentaremos provar isso adiante, este discurso já colocava em pauta a questão agrária, num contexto de redemocratização, em princípio propício para este debate. Mais à frente vamos ver, através das intervenções de Caio Prado Júnior, que o tema agrário não foi fácil de ser tratado na Constituinte paulista de 1947.

Finalmente, Muraro salientou o contexto internacional distinguindo o Plano Truman e assinalou as grandes responsabilidades que aquela Câmara Legislativa Estadual tinha para organizar leis progressistas que visassem ao progresso do Brasil e ao bem-estar de sua população. Destacamos o ponto de seu discurso que nos remete ao início da Guerra Fria ao citar o Plano Truman. Deste modo, recorremos às palavras do historiador Eric Hobsbawm para distinguirmos o contexto daquele período:

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num

²⁹ *Idem. Ibidem*, p. 182.

³⁰ *Idem. Ibidem*, p. 182 e 183.

³¹ *Idem*, 183.

período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas (“Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar”). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da “destruição mútua inevitável” (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês - *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária. (HOBBSAWN, 1995, p. 224)

Por conseguinte, interpretamos que o começo dos trabalhos daquela Legislatura paulista foi marcado por um contexto internacional no qual iria se revelar uma guerra de posição entre as duas principais nações que estiveram unidas e juntas derrotaram o fascismo e o nazismo e levaram ao fim a Segunda Guerra Mundial. Abordaremos mais à frente como Caio Prado Júnior mostrou seu posicionamento diante daquele contexto. Ainda segundo Hobsbawn, a Guerra Fria foi peculiar, pois, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial, os governos dos EUA e da URSS aceitaram a distribuição global de influência política após o fim da Segunda Guerra Mundial. De um lado, os EUA exerceram o domínio e liderança do chamado mundo capitalista, que incluiria os países identificados com este sistema. E, do outro lado, a URSS controlava uma parte do Globo, ou seja, nações que se identificaram e constituíram países sob regime socialista. Portanto, ainda sob o período da Guerra Fria, o historiador Eric Hobsbawn destacou que:

Terá havido, nessas circunstâncias, verdadeiro perigo de guerra mundial em algum momento desse longo período de tensão – a não ser, claro, pelo tipo de acidente que inevitavelmente ameaça os que patinam muito tempo sobre gelo fino? Difícil dizer. Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação da Doutrina Truman, em março de 1947 (“Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem as tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora”), e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coreia, que levou sua ambição militar longe demais. (HOBBSAWN, 1995, p. 226)

Não obstante, em 26 de março de 1947, a Assembleia realizou sua segunda sessão extraordinária, ocorrida no turno da noite, e dedicada, exclusivamente, à

apreciação do projeto do RIC, apresentado com as emendas e seus respectivos pareceres da Comissão de Regimento. O presidente da Casa principiou a sessão submetendo o projeto do RIC à votação global, por capítulo, menos as emendas que seriam votadas posteriormente, em duas partes: aquelas que mereceram parecer favorável da Comissão, e aquelas que não o tiveram. O presidente explicou, ainda, que depois de aprovado o RIC, o projeto iria diretamente à Comissão, e os constituintes, então, poderiam oferecer as emendas de redação. Ele ainda lembrou que não haveria mais discussão sobre o Projeto do RIC e advertiu que em cada votação por capítulo os constituintes poderiam pedir a palavra para encaminhar a votação ou para fazer declaração de voto. O Projeto então foi aprovado em votação global e passou-se à deliberação das emendas.

Deste modo, Caio Prado Júnior, na qualidade de presidente da Comissão do Regimento, registrou duas observações, durante a apreciação das emendas:

Sr. Presidente, a emenda nº 29 diz o seguinte: “As sessões extraordinárias poderão ser convocadas para qualquer dia e hora, por iniciativa do Presidente, deliberação da Assembleia ou requerimento de qualquer Deputado.” Esta emenda foi aceita pela Comissão mas peço licença para chamar a atenção da Casa para uma pequena ressalva que o parecer contém. A Comissão sugeriu que fosse substituída a disjuntiva “ou” pela preposição “a” por ser êsse o espírito da proposta.”³²

O petebista Sylvio Pereira, autor da emenda nº 29, responde prontamente a Caio Prado Júnior:

O SR. SYLVIO PEREIRA – Como autor da emenda devo declarar que realmente houve um engano na sua publicação, estando assim em pleno acôrdo com a ressalva da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – Estando a Assembleia perfeitamente esclarecida sobre a ressalva, a correção será feita na redação final do Regimento Interno.³³

Em outro momento de intervenção do presidente da Comissão Especial do RIC, no exame das emendas ao Regimento, ele propôs um aditivo à emenda nº 35, que foi debatido e rejeitado pela plenária. Esta emenda foi aprovada e referia-se ao seguinte:

A presente Mesa da Assembleia continuará a presidir os seus trabalhos, após a promulgação da Constituição, até o fim do primeiro período legislativo.³⁴

³² *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, *op. cit.*, p. 202.

³³ *Idem.* p. 202.

³⁴ *Idem.* p. 203.

Ou seja, não ocorreriam mudanças entre a Mesa Diretora dos trabalhos constituintes e a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. No entanto, compreendemos que Caio Prado Júnior, para salientar a transição de uma Assembleia Constituinte para a Legislativa, propôs o seguinte aditivo:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, à emenda nº 35, que acaba de ser votada, a Comissão propôs um aditivo que é o seguinte: (lê)
 “Acrescente-se após “legislativo”: - “Lavrando-se de tudo uma ata que será lida, discutida e aprovada pelos Deputados presentes, qualquer que seja o seu número.”³⁵

Logo após o pronunciamento de Caio Prado Júnior, o presidente da Casa esclareceu que a emenda foi votada e aprovada, e colocou o referido aditivo proposto pela Comissão do RIC em votação e abriu um momento para a manifestação da Casa a respeito. Em seguida, os petebistas Sylvio Pereira e Arnaldo Borghi, e o pessedista Diógenes de Lima, expuseram suas dúvidas quanto ao aditivo e solicitaram à Comissão que explicasse qual seria o objetivo do mesmo. Prontamente o presidente da Comissão explicou:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, parece-me que essa emenda aditiva é necessária. Nas sessões ordinárias a ata não é aprovada no decorrer da mesma, nem assinada e nem há necessidade, portanto de número suficiente de Deputados presentes. Mas, na última sessão da Assembleia Constituinte, que vai prosseguir em seus trabalhos, já porém na qualidade de Assembleia Legislativa Ordinária, é mister que no mesmo dia isto fique firmado de forma que, terminada a sessão, a ata seja lavrada, aprovada e assinada e, daquele momento em diante, a Assembleia assumirá sua função legislativa, deixando a função constituinte. Há, pois, uma solução de continuidade, embora continue a mesma Assembleia e a mesma Mesa, de acordo com a votação vencedora.³⁶

Martinho Di Ciero rebateu a explicação do presidente da Comissão do RIC, colocando que então, no caso não é preciso de ata, já que havia uma solução de continuidade da Mesa diretora. Caio Prado ainda insiste na questão:

[...] mas há, de fato, uma modificação e para que ela fique assinalada, é necessário essa providência, preconizada na emenda aditiva oferecida pela Comissão³⁷.

³⁵ *Idem. Ibidem.* p. 203.

³⁶ *Idem. Ibidem.* p. 203.

³⁷ *Idem.* p. 204.

A proposta de aditivo provocou muita discussão. Ato sucessivo às palavras de Caio Prado Júnior, ocorreram as intervenções de outros constituintes (2 PTB, 3 PSD, 1 PRP, 1 UDN, 1 PCB, 1 PR). Destas, destacamos a de Milton Cayres de Brito, pois o mesmo, como já salientamos acima, havia participado da elaboração da Constituinte Federal de 1946, e sua intervenção distingue o papel de uma Assembleia Constituinte para uma Assembleia Legislativa:

O SR. MILTON CAYRES DE BRITO – Acho que estamos discutindo uma questão que, à primeira vista, parece de “Lana caprina”. Entretanto, estou de acordo em que esta sessão, esta transformação do período Constituinte para o Legislativo, seja uma sessão diferente, queiram ou não queiram alguns nobres colegas. Mas, a verdade é que esta Assembleia é Constituinte...

O SR. OSNY SILVEIRA – Assembleia Legislativa, com funções constituintes inicialmente.

O SR. MILTON CAYRES DE BRITO – Mas, na prática, é constituinte. A verdade é que não estamos legislando. É um período constituinte de uma Assembleia Legislativa. É um período constituinte e ela é Constituinte. Então, Sr. Presidente, estou de acordo em que se acrescente esse final, mesmo porque não procede a argumentação de que só se consideraria esse final no caso de renovação da Mesa.

Assistimos a uma eleição e a ata não foi feita nem assinada no mesmo dia. Não é culpa da Mesa, mas porque realmente se trata de uma sessão excepcional, realizada durante a passagem de um período Constituinte para um período Legislativo. Será uma sessão solene, uma sessão em que será promulgada uma Constituição. Teremos de assinar uma ata no mesmo dia. Foi esta a finalidade da emenda aditiva. Mas não se assina no mesmo dia³⁸.

Mesmo com as intervenções dos constituintes comunistas o aditivo à emenda foi rejeitado, mas o interessante é que se revelou a questão: estávamos diante de uma Assembleia Constituinte e/ou Legislativa? Os dois papéis acabam se confundindo, pois, para a maioria dos eleitos, tratava-se de uma Assembleia Legislativa que teria, inicialmente, função constituinte.³⁹ Isto ficou evidente na sessão ordinária seguinte, do dia 27 de março de 1947.

Neste sentido, devido às acaloradas discussões sobre a redação final do RIC, os trabalhos acerca da aprovação do mesmo ainda não tinham sido concluídos. Portanto, a discussão e aprovação do RIC ainda se prolongariam por mais dois dias, como veremos a seguir.

Na 10ª sessão ordinária a Comissão do RIC apresentou ao presidente da Assembleia a redação final do Projeto de Regimento Interno da Constituinte. No entanto

³⁸ *Idem*, p. 205.

³⁹ Ver manifestação dos parlamentares sobre o tema em *idem*, p. 202-206.

antes disso a constituinte Conceição Santamaría, como anunciado em sessão anterior, proferiu discurso sobre a situação dos leprosários administrados pelo Governo de São Paulo,⁴⁰ deste modo, em nosso entendimento, retardando a definição da votação do RIC e afastando a Casa do início dos trabalhos para a elaboração da Constituição. Abaixo registramos as palavras iniciais do discurso da constituinte Conceição Santamaría, as quais mostram a situação deplorável dos sanatórios de lepra do Estado:

Falo, sr. Presidente, do povo hanseniano, falo dos doentes de lepra. Não estou aqui implorando misericórdia, estou pedindo justiça.

Quando, em fins de 1944, recebi as primeiras reclamações dos internados pensei ser fantasia o que chegava ao meu conhecimento, tais e tão fantásticas se me apresentaram estas reclamações. Os doentes de lepra do Estado de São Paulo estavam passando fome, sede e frio.⁴¹

Por conseguinte, a deputada Conceição Santamaría prosseguiu seu discurso e apresentou vários documentos que comprovavam sua afirmação. Através de suas palavras podemos observar o tema da higienização do social, da exclusão e do preconceito. Assim, o debate em torno do tema dos leprosários do Estado se prolongou até o final da sessão, com a intervenção de vários deputados, no entanto, nosso parlamentar não se pronunciou. E antes de acabar a referida sessão foi lido pela Mesa e publicado, como informamos acima, o projeto de RIC resultante das discussões em plenário.

Não obstante, na Ordem do Dia posterior entrou em votação única a redação final do Regimento Interno da Constituinte. No entanto, na 11ª sessão ordinária, em 28 de março de 1947, iniciou seus trabalhos destacando o ofício enviado àquela Casa comunicando que o arquiteto e professor Christiano Stockler das Neves havia sido indicado pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, ao cargo de prefeito da Capital de São Paulo, assumido nos 17 de março.⁴² Depois, o presidente Valentin Gentil colocou em discussão os requerimentos recebidos pela Mesa e que necessitavam de apreciação da Casa. A partir de então as discussões são marcadas pelo conteúdo do Requerimento de urgência que dizia:

⁴⁰ Ver *idem*, p. 218-222.

⁴¹ *Idem*. p. 218

⁴² Na qualidade de prefeito, Neves instituiu a Comissão do Plano Diretor e criou o Departamento de Arquitetura e a Companhia Municipal de Transportes – CMTc. Poucas semanas após a criação da companhia, eleva o valor da tarifa, inalterado por 36 anos, gerando protestos – como veremos adiante – tão intensos que é destituído do cargo em agosto do mesmo ano.

Requeremos sejam remetidos hoje, aos Sr. Governador do Estado de São Paulo, os abaixo-assinados dos doentes dos leprosários de São Paulo contra a nomeação do Dr. Luiz Batista para o cargo de diretor de Departamento de Profilaxia da Lepra.⁴³

Depois de muita polêmica acerca do tema, revelando os constituintes defensores do governo de Adhemar de Barros e os opositores, em especial a bancada do PTB,⁴⁴ para findar o debate e recolocar o tema do RIC em pauta o líder da bancada comunista, Milton Cayares de Brito, fez a seguinte intervenção:

Sr. Presidente, desejo dar o ponto de vista da minha bancada a respeito da matéria em discussão. [...].

A minha bancada, Sr. Presidente, encara êsses problemas sociais, de saúde pública, notadamente o da lepra, como consequência de uma estrutura caduca que, no nosso Estado, onde a renda pública, é muito pobre, não permite ao nosso Governo, no início, tratar da assistência social, como era do seu dever. [...].

Tenho a impressão, Sr. Presidente, de que estamos todos já suficientemente esclarecidos sobre a matéria. Insisto, portanto, na necessidade de se aprovar o Regimento. Estamos enquadrados dentro do período que nos concedeu a Constituição Federal. Dêsse período de quatro meses já gastamos quinze dias, sr. Presidente, e não vamos admitir, nem por hipótese, que no final dos quatro meses esta Assembleia tenha que adotar uma Constituição de Estado vizinho!⁴⁵

Depois do pronunciamento de Brito, mais dois constituintes expuseram sua opinião e o presidente da Casa colocou em votação o Requerimento:

ORDEM DO DIA

- Entra em votação única a Redação Final do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE – Consulto a Casa, preliminarmente, sobre se concorda em que a votação da Redação Final do Regimento Interno seja feita englobadamente. Se algum dos srs. Deputados desejar fazer qualquer sugestão ou apresentar alguma emenda de redação, poderá encaminhá-la à Mesa para as modificações necessárias. (*Pausa*)

- É posto em votação, englobadamente o Regimento Interno, com a sua redação definitiva, e aprovado.

O SR. PRESIDENTE – Em virtude da deliberação que a Casa acaba de tomar, o Regimento Interno entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial⁴⁶.

⁴³ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, *op. cit.*, p 269.

⁴⁴ Ver *idem*, p. 268-278.

⁴⁵ *Idem*, p. 277.

⁴⁶ *Idem*, p. 278.

Deste modo, sob a presidência de Caio Prado Júnior, a primeira Comissão de trabalho da Assembleia Constituinte, Comissão do Regimento Interno da Constituinte, findou suas tarefas após onze dias.

1.3. Comissão Especial de Constituição

Com o objetivo de sistematizar os trabalhos para a organização da Carta Magna do Estado de São Paulo, o RIC previa no seu primeiro capítulo a criação e as atribuições da Comissão Especial de Constituição. Esta teria a incumbência de organizar e apresentar o anteprojeto da Constituição e estudar, bem como dar o parecer às emendas dos constituintes ao referido anteprojeto. Logo, passaremos, neste ponto e no próximo capítulo, a descrever os resultados dos trabalhos da Comissão Especial de Constituição. Em especial, destacaremos as intervenções de Caio Prado Júnior, que teve a oportunidade de acompanhar, na qualidade de membro da referida Comissão, de perto a elaboração do aludido anteprojeto.

Por outro lado, enquanto a Comissão Especial de Constituição elaborava o anteprojeto da lei fundamental do Estado, como já mencionamos, em plena Assembleia Constituinte a Casa acumulava as funções de uma Assembleia Legislativa ordinária. Por conseguinte, mostraremos isto, ao final deste capítulo, a partir do posicionamento de Caio Prado Júnior sobre dois temas que foram pauta de discussões na Casa, mas que não estavam diretamente ligados à elaboração da Carta Magna, e revelaram o trabalho cotidiano de uma Assembleia Legislativa. São eles: as irregularidades nos leprosários do Estado de São Paulo e a passagem do “Dia Panamericano”. Nesses dois momentos, Caio Prado Júnior nos revelou sua opinião sobre a condução administrativa do governo do Estado, no primeiro, e acerca da conjuntura internacional sob a ascensão da Guerra Fria no segundo.

De acordo como o capítulo primeiro do Regimento Interno da Constituinte paulista de 1947, caberia à Comissão Especial de Constituição:

Da Comissão Especial de Constituição

Artigo 1º - A Comissão Especial de Constituição, criada pela Assembleia Constituinte e composta de quinze membros, depois de haver escolhido seu Presidente e feito a distribuição dos trabalhos, passará à organização do projeto que lhe incumbe, devendo apresentá-lo em Plenário dentro de quinze dias contados da publicação deste Regimento, prorrogáveis por mais 5 (cinco).

Parágrafo único – A título de colaboração, poderá qualquer Deputado, cidadão ou entidade, apresentar à Comissão sugestão por escrito⁴⁷.

⁴⁷ *Idem*, p. 253.

Sendo assim, a Comissão Especial de Constituição, que como já afirmamos acima, foi responsável pela sistematização do texto final da Constituição, deveria ser composta, conforme o RIC, por 15 membros, e ainda:

Artigo 2 ° - A Comissão só deliberará, presentes, no mínimo, oito de seus membros.

§ 1 ° - As deliberações da Comissão serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes.

§ 2 ° - Em caso de empate, cabe ao Presidente o voto de qualidade.

Artigo 3 ° - Não será facultada vista de pareceres no seio da Comissão, devendo os membros que divergirem da maioria assinar o parecer com restrições, apresentando, se assim o entenderem, parecer ou voto em separado, sobre os pontos em que se tenha verificado a divergência, tudo dentro dos prazos regimentais.⁴⁸

Portanto, a nomeação, conforme a indicação de cada bancada, dos membros da Comissão Especial de Constituição, respeitando a proporcionalidade dos partidos, foi estabelecida na 13ª sessão ordinária ocorrida no dia 31 março. Assim:

O SR. PRESIDENTE – De acordo com as indicações partidárias, fica assim constituída a Comissão Especial de Constituição:

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO: *Brasílio Machado, Sebastião Carneiro, Lincoln Feliciano, Epaminondas Lobo.*

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO: *Sylvio Pereira, Cunha Lima.*

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL: *Caio Prado Júnior, Milton Cayres de Brito.*

PARTIDO SOCIAL PROGRESISTA: *Pinheiro Junior, Motta Bicudo.*

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL: *Pereira Lopes, Osny Silveira.*

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO: *Alfredo Farhat.*

PARTIDO REPUBLICANO: *Salles Filho.*

PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR: *Loureiro Júnior.*⁴⁹

Não obstante, os trabalhos para a elaboração da Constituição de São Paulo de 1947 duraram de abril a junho daquele ano. Na 14ª sessão ordinária, de 1 de abril de 1947, iniciou-se o período da organização das tarefas para elaboração e sistematização do projeto de Constituição; no entanto, até a consolidação dos trabalhos, ainda se passariam alguns dias. A Comissão Especial de Constituição foi presidida por Lincoln Feliciano, a vice-presidência ficou a cargo de Milton Cayres de Brito e a relatoria sob a responsabilidade de Osny Silveira. Como informamos, Caio Prado Júnior também fez parte da Comissão responsável pela sistematização do texto final da Constituição. Dos assuntos a que Caio Prado Júnior se dedicou, destacamos o Tribunal de Contas, que havia sido posto de lado pela Constituição de 1935 e retomado na inovadora parte da

⁴⁸ *Idem. Ibidem.*

Carta de 1947 dedicada à Organização Financeira do Estado, em que são detalhados os aspectos da tributação e da fiscalização financeira. Além disso, também destacamos a discussão a respeito do Poder Judiciário estadual, particularmente a criação dos Tribunais Regionais. Entendemos que esses, do ponto de vista de Caio Prado Júnior, seriam importantes instâncias para se regulamentar a posse da terra. A posse da terra sem a necessidade de cumprimento de suas funções sociais era uma importante bandeira dos proprietários de terras, pois permitia a incorporação de novas áreas com custos bastante reduzidos. Mas esta alternativa da posse foi a principal arma de Caio Prado Júnior na sua luta pela reforma agrária. E além da alternativa da posse, que já tinha beneficiado extensamente as elites proprietárias de terras no Brasil, havia inúmeros outros exemplos de mudanças legais que mantinham o *status quo* dos proprietários de terras, que sempre se beneficiaram dos créditos e subsídios do Estado (em todas as esferas da federação) e das possibilidades de especulação com a terra.

A conjuntura política criada a partir da implementação da Constituição de 1946 e das Constituintes Estaduais, somada à ascensão dos movimentos sociais, sobretudo representados pelo PCB, continham o germe da restrição desses benefícios obtidos pelos proprietários de terras. Sintomático de tal processo é que a bancada do PCB na Constituinte Paulista será a terceira maior. Neste sentido, percebemos que para o constituinte Caio Prado Júnior viabilizar a democratização do acesso à terra havia que se institucionalizar de forma mais clara a posse e a propriedade, por meio de mudanças legais, como a criação de cadastro, entre outras medidas. Em suma, criar no Estado brasileiro instituições que efetivamente fiscalizassem socialmente o uso ou não da propriedade da terra. Portanto, compreendemos que para Caio Prado Júnior uma das facetas da nova Constituição do Estado de São Paulo passaria pela criação das condições institucionais para isso. Desde um mapeamento da realidade agrária do Estado, com indicações de áreas de terras devolutas, identificação dos imóveis, cadastro das dívidas do Imposto Territorial Rural (ITR), fiscalização dos negócios realizados, entre outros. Em nossa perspectiva, esses pontos estavam na pauta do constituinte Caio Prado Júnior como verificaremos, com mais detalhes, no próximo capítulo.

Daí que nos idos daquela sessão ocorrida no dia 1 de abril de 1947, Caio Prado Júnior apresentou à Mesa da Casa o Requerimento nº 25, lido na hora do expediente da 15ª sessão ordinária em sete de abril. Na hora do expediente, segundo o RIC, numa sessão da Assembleia Constituinte, o 1º Secretário, depois de aprovada a ata da sessão

⁴⁹ Idem. p. 316-317.

anterior, se encarrega da leitura de ofícios, representações, petições memoriais e de mais papéis enviados à Assembleia, dando-lhes o devido destino. Ato subsequente é a leitura, pelo mesmo secretário, dos pareceres, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa da Casa e que eram mandados publicar no jornal oficial. O expediente se encerrava no prazo de uma hora e era improrrogável.⁵⁰ E foi neste momento daquela 15ª sessão ordinária que foi lido o seguinte Requerimento assinado por Caio Prado Júnior:

REQUERIMENTO N.º 25, DE 1947

Sr. Presidente:

Requeiro nos termos do Regimento Interno da Assembleia, que sejam pedidas informações ao Governo sobre:

- a) - arrecadação do **imposto de vendas e consignações** em cada ano do último quinquênio (1942-1946);
- b) - arrecadação do **imposto territorial rural** em cada ano do último quinquênio (1942-1946);
- c) - número, valor e área globais das propriedades rurais lançadas em cada em cada ano do último quinquênio (1942-1946) para efeito do pagamento do **imposto territorial rural**.

Sala das sessões, 1 de abril de 1947.

- Caio Prado Junior.⁵¹

Como se depreende, o requerimento sugeria, em nossa opinião, que Caio Prado Júnior solicitou aqueles dados para elaborar um estudo acerca da arrecadação de um imposto sobre a terra agrícola, que entendemos que, se efetivamente cobrado, poderia estimular o melhor uso produtivo das terras subutilizadas ou ociosas. No entanto, antes de adentrar propriamente nessa discussão, que será retomada no próximo capítulo através das intervenções de Caio Prado Júnior, nosso constituinte ainda perpassaria por outros debates.

Assim, voltando à 14ª sessão ordinária, notamos que a bancada comunista insistiu em advertir os colegas sobre o tempo premido que tinham para criar a nova Constituição; verificamos isso através da declaração de voto abaixo, assinada, entre outros membros daquela bancada, por Caio Prado Júnior, e apresentada no início daquela Ordem do Dia:

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

⁵⁰ Cf. Regimento Interno. In: *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, *op. cit.*, p 259.

⁵¹ Cf. PRADO JR., Caio. "Requerimento nº 25". In: *Anais da Assembleia Constituinte*. São Paulo, 15ª Sessão Ordinária em 7 de abril de 1947.

Entra em discussão a Indicação nº 7, de 1947, do sr. Deputado Salomão Jorge, e outros, relativamente à não realização de sessões nos dias 2, 3, 4 e 5 do corrente.

O SR. MAUTILHO MURARO – Sr. Presidente. A bancada do Partido Comunista deseja fazer uma declaração de voto, a respeito da Indicação nº 7, feita pelo nobre colega sr. Salomão Jorge, e outros. O nosso líder, sr. Milton Cayres de Brito, havia assinado essa indicação com uma restrição, isto é que houvesse sessões nas 4ª e 5ª feiras. Assim, passo a ler uma declaração de voto, confirmando essa restrição:

(lê) – “Tenho já decorrido 18 dias de funcionamento desta Assembleia Legislativa, em função constituinte, e como o prazo de elaboração da Constituição torna-se cada dia mais exíguo, é, a bancada do Partido Comunista do Brasil de opinião que se realizem as sessões ordinárias dos dias 2 e 3 quarta e quinta feira – a fim de que se processe com normalidade e sem perda de tempo a feitura do Estatuto Básico de São Paulo. Sala das Sessões, 1 de abril de 1947 – Mautilio Muraro, Clovis Oliveira Netto, Estocel de Moraes, Taibo Cadorniga, Sanches Segura, Armando Mazzo, Roque Trevisan, Lourival Villar, Caio Prado Júnior”.

PRESIDENTE - Ninguém mais pedindo a palavra, é a seguir posta em votação e aprovada a Indicação nº 7.⁵²

Portanto, a Assembleia só retomaria seus trabalhos após o feriado relativo à Semana Santa; por conseguinte, as sessões recomeçariam no dia 7 de abril. Mas, ainda naquela sessão, também durante a Ordem do Dia, foi colocado em discussão o Requerimento nº 20, subscrito por Conceição Santamaría e outros parlamentares, que solicitava a organização de uma Comissão de Inquérito (CPI), a fim de apurar irregularidades existentes nos Sanatórios de Lepra do Estado, e sobre a inserção nos *Anais da Assembleia* do discurso e documentos apresentados pela constituinte. Sobre o assunto, Caio Prado Júnior solicitou a palavra:

Sr. Presidente. Venho apenas fazer uma declaração de voto, de acordo com as declarações já proferidas nessa Casa, pelo nosso líder, o ilustre constituinte Milton Cayres de Brito. A bancada do Partido vota favoravelmente à inserção nos anais da Assembleia, dos discursos e documentos apresentados pelo nobre deputado Conceição Santamaría. Quanto à primeira parte, isto é, à organização de uma comissão de inquérito, vamos contra. Isto porque entendemos que a administração deve ter as mãos livres para tomar a seu cargo todas as irregularidades e deficiências que por ventura haja na administração. Essas irregularidades são em grande número, e se fossemos estabelecer comissão de inquérito, para este caso, seria natural estabelecer, também, comissão de inquérito para todos os outros inúmeros casos da administração de São Paulo, que necessita de uma profunda reforma.

Nessas condições, por uma questão de coerência, entendemos que é impossível esse enorme número de comissões de inquérito. Entendemos que não se justifica para este caso uma comissão. O governo cuidará disso. Se não der cabal desempenho à missão que lhe foi confiada, que é a de zelar pelo bem público e reorganizar aqueles serviços – eficientes que são muitos – então será de esta Assembleia nomear comissões de inquéritos. Neste

⁵² *Idem*, p. 338.

momento, porém parece-nos prematura uma nomeação nesse sentido. A bancada do meu Partido votará, pois, contra essa comissão de inquérito e aprovará apenas a 2ª parte do requerimento, no item que se refere à inserção, nos anais, dos discursos e documentos apresentados pela Exma. Sra. Conceição Santamaría⁵³.

Assim se revelava, de novo, como apontamos acima, momentos em que os trabalhos da Assembleia Constituinte se configuravam como tarefas de uma Assembleia Legislativa, pois, voltou-se para a discussão sobre a administração do governador Adhemar de Barros. Então, após mais algumas falas dos constituintes sobre o Requerimento nº 20, o mesmo foi aprovado e a CPI foi formada para tratar do tema em questão.

Num outro momento, no qual a Casa se afastou de suas funções constituintes, distinguimos a calorosa polêmica que Caio Prado Júnior travou com seu colega Ulysses Guimarães. Esta ocorreu na 21ª sessão ordinária da Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo, em 14 de abril de 1947, sob a presidência de Nelson Fernandes e secretariada por Mario Beni e Catullo Branco. Como informamos, Caio Prado Júnior e Ulysses Guimarães haviam trabalhado juntos na Comissão do RIC, ele como presidente, e o *psedista* como secretário.⁵⁴ Seguem os pronunciamentos da polêmica:

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente. Srs. Constituintes. O dia 14 de abril é o dia Pan-Americano. (...) Sendo data das Américas, elas a colocaram sob a égide da paz, da solidariedade e da cooperação. Relembra e significa um traço de união. (...) Na época em que vivemos, ameaçados pela desintegração atômica, é de se recordar, também sr. Presidente, que os povos americanos através desta data e destas comemorações, desejam definir um salvador programa político e moral que, pelo bem e pelo amor, integre o Homem na Humanidade.

(...) A paz há de ser necessariamente indivisível porque a guerra o é, não se circunscrevendo às nações beligeras em causa, estendendo seus efeitos desastrosos a todos os povos, a todos os rincões, atingindo todos os lares e direta ou indiretamente, pelas metralhadoras ou pela fome, matando tantas crianças em todos os países. A paz há de ser indivisível porque a humanidade o é. Hoje, mais do que nunca pela instantaneidade dos meios de comunicação do pensamento, pela rapidez dos sistemas de transporte e principalmente, pelo poder extra-territorial das armas de devastação e de morte, à frente das quais está a apocalíptica guerra atômica, a paz é indivisível, porque as fronteiras da nossa garantia, do nosso bem estar, não se confundem com as fronteiras físicas e geográficas: estendem-se muito além, até às fronteiras políticas e morais e estão sempre com aqueles povos que foram atingidos na sua segurança, dando relevo escultórico à verdade enunciado por Montesquieu de que a “injustiça feita a um é ameaça feita a todos”. Nesta conformidade, com tal espírito, buscando semelhante ideal épico, é que os

⁵³ *Idem.* p. 339.

⁵⁴ Cf. PRADO JR., Caio. “Projeto de Regimento Interno”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. São Paulo, 17ª Sessão Ordinária em 24 de março de 1947.

povos da América reúnem-se hoje, para celebrar, sob a égide da paz, o seu grande dia.

Nada mais justo, sr. Presidente, que na data das Américas, que na efeméride da concórdia, se recordasse também a figura imortal do invicto soldado da paz, do intrépido vexilário da democracia – o grande cidadão das Américas e do mundo – Franklin Delano Roosevelt⁵⁵. (*“Muito bem! Muito Bem!” – palmas.*)

Há dias comemorou-se o segundo ano da sua morte, no Brasil e em todo o mundo, como um dos mais denodados defensores do nosso ideal de viver conjuntamente vida digna, de acordo com os grandes postulados que nos prendem ao nosso destino. Sr. Presidente. Na data de hoje, em todos os países da América, todas as bandeiras estão unidas simbolizando este ideal de paz indivisível, que se não compadece com a truculenta paranóia da “pax romana”, isto é, da paz com feição de cesarismo, da paz totalitária ou fascista, porque ela é indigna e prepotente, objetivando fazer da humanidade uma senzala.

É sob este ponto de vista, sr. Presidente, que unimos as nossas almas, nas celebrações que ora se realizam no Brasil e em toda a América. (...) Encaminho a V. Excia, sr. Presidente, uma indicação votiva à América e ao seu grande filho Roosevelt, assinada por numerosos Deputados, conclamando os homens de boa vontade para que, com a arquitetura da lei, da justiça, da igualdade política, evitem que o mundo continue a ser assassina trincheira para suicídio de povos, transformando-o em bendita, feliz e pacífica casa dos irmãos.

VOZES – (*“Muito bem! Muito bem!”*, palmas.)⁵⁶

Em seguida, a palavra de Ulysses Guimarães foi entregue à Mesa, e posteriormente foi lida a seguinte:

Moção nº 7, de 1947

A Assembleia Constituinte do Estado associa-se às solenidades comemorativas do “Dia Pan-Americano”, solidarizando-se também com as homenagens, que por ocasião do segundo ano de sua morte, foram tributadas ao grande cidadão das Américas e do Mundo: Franklin Delano Roosevelt.

Sala de Sessões, 14 de abril de 1947.

- Ulysses Guimarães, Pinheiro Júnior, Milton Cayres de Brito, Romeiro Pereira, Luiz Liarte, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Porphyrio da Paz, Salomão Jorge, Padre Carvalho, Álvares Florence, Toledo Artigas, Auro de Moura Andrade, Sylvio Luciano de Campos, Miguel Petrilli, Castro Tibiriçá, Arimondi Falconi, Salles Filho, Leônidas Camarinha, Bravo Caldeira, Luiz Augusto de Mattos, Lincoln Feliciano.⁵⁷

Após a leitura da Moção, o presidente da Mesa em exercício, Nelson Fernandes, esclareceu que os requerimentos ou moções de regozijo independem de votação, são

⁵⁵ Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), membro do Partido Democrata, foi presidente dos Estados Unidos (1933-1945). Implementou o programa conhecido com *New Deal* (Novo Acordo) para combater os efeitos da crise de 1929, o qual fez com que o governo saísse de seu então papel passivo, passando a ser um instrumento ativo de mudança econômica e social.

⁵⁶ Cf. GUIMARÃES, Ulysses. “Dia ‘Panamericano’ - Franklin Delano Roosevelt”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, Vol. I, 21ª Sessão Ordinária, em 14 de abril de 1947. p. 549-550.

⁵⁷ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, Vol. I, 21ª Sessão Ordinária, em 14 de abril de 1947. p. 550.

apenas submetidos à discussão. Por conseguinte, o presidente deu a palavra a qualquer dos constituintes que dela queriam fazer uso. Logo se pronunciou Henrique Ricchetti (PSP) e, depois, Caio Prado Júnior. Observamos que parte da bancada comunista, inclusive seu líder, assinou a referida Moção. No entanto, além de não assinar, Caio Prado Júnior fez uma intervenção. Em sua intervenção notamos o *porquê* não aderiu à convocação do colega Ulysses Guimarães, pois, tratava-se de, naquele momento, qualificar o que significava a política norte-americana para o mundo, ou seja, os Estados Unidos estavam utilizando-se dos países sul-americanos como base de ação política internacional de agressão e domínio imperialista:

O Sr. CAIO PRADO JUNIOR - Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Comemorando-se hoje o dia do Pan-americanismo, cumpre, em primeiro lugar, mencionar o nome do grande morto que foi Franklin Delano Roosevelt, o primeiro realmente a inaugurar nos Estados Unidos a política do Pan-americanismo, num sentido real, num sentido de paz e de progresso para todos os povos deste hemisfério.

Antes do advento do grande Presidente, o que dominava na América era a política que os próprios norte-americanos batizaram de “Big stick”, porque era esta a política do dólar, a política de dominação sobre os povos mais fracos e economicamente débeis de todas as Américas.

Roosevelt compreendeu o sentido do Novo Mundo, compreendeu o papel da América neste Mundo, compreendeu que esse papel só se realizaria, só poderia produzir todos os seus frutos, numa base de verdadeira igualdade e também de solidariedade de todos os povos americanos.

Roosevelt compreendeu o perigo representado pelo fascismo e procurou conjugar todos os países americanos na luta contra ele. E foi essa sua grande realização: reunir senão a totalidade, ao menos a quase totalidade dos países americanos na luta contra o fascismo.

E alguns desses países, e sobretudo o Brasil, entraram nos campos de batalha, ombro a ombro com os americanos e ombro a ombro com as demais Nações Unidas.

Infelizmente, o falecimento de Roosevelt significou uma mudança profunda na política dos Estados Unidos pois que não teve continuadores, ou antes, esses continuadores não estavam mais nos postos de governo. Os poucos que ainda sobraram, foram sendo alijados da política norte-americana, e esta, infelizmente mudou inteiramente de rumo.

Isto tem grande significação para o Pan-americanismo. Porque o americanismo que tinha chegado ao seu esplendor sob Roosevelt, está ameaçando transformar-se novamente naquilo que fora antes, simples arma de domínio e hegemonia desta grande potência que são os Estados Unidos.

Em substituição aos princípios de solidariedade e de união de todas as nações americanas na realização da grande tarefa progressista de paz e de construção da humanidade melhor, em substituição a esse Pan-americanismo, está se desenvolvendo um outro, isto é, os Estados Unidos utilizando-se dos países sul-americanos como base de ação política internacional de agressão e domínio imperialista.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Peço permissão para recordar a V.Excia. que está tirando ilações políticas injustificáveis de uma homenagem que não é contra quem quer que seja, mas a favor das Américas.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Exatamente. É esse o nosso ponto de vista. V.Excia. poderá ter opinião diversa sobre o assunto. Entretanto, parece que o que é fundamentalmente importante neste momento em que comemoramos o Dia da América, é comemorarmos o Dia de Roosevelt, porque atualmente se observa que a política Pan-americana está tomando rumo de outrora, isto é, política de domínio norte-americano.

Como a ameaça da implantação dessa política nos países latino-americanos e em nosso País, em virtude de os Estados Unidos seguirem novamente a mesma orientação política por eles mesmos denominada “Big stick” devemos abrir os olhos, advertir e contribuir com todos os nossos esforços para que esse grande mal não se realize. Devemos lutar com todos os nossos esforços para impedir que a política do Pan-americanismo, que foi, durante o Governo de Roosevelt, tão bem orientada, não seja desvirtuada. A política de Roosevelt que se baseava na solidariedade e na união americana, orientando-se no sentido da paz e do progresso, essa mesma política novamente se está transformando numa base de ação para o estabelecimento do domínio imperialista norte-americano.

Cabe perfeitamente nesta homenagem ao Dia Pan-americano a definição bem clara do que seja esse dia, do que seja esse Pan-americanismo que ocupa nossa atenção neste instante.

Sr. Presidente. A transformação da política norte-americana está à vista de todos nós e seria ingenuidade extraordinária, se nós, brasileiros que estamos sofrendo e ainda mais vamos sofrer com isso, não a delineássemos claramente, porque os próprios norte-americanos, aqueles legítimos continuadores do Presidente Roosevelt, tais como o Sr. Wallace, são os primeiros a assinalá-la apesar de não estarmos aqui em considerações sobre a política internacional, com sua projeção no mundo. Mas, Sr. Presidente, é precisamente o Pan-americanismo que está em jogo e é contra esse Pan-americanismo, que a atual política norte-americana tem em mira utilizar para reassentar a sua política de expansão imperialista e domínio mundial, que devemos lutar: cumpre-nos homenagear um outro Pan-americanismo, o verdadeiro, o do grande Roosevelt, que significa futuramente paz e prosperidade para as Américas.⁵⁸

Percebemos, pelo registro acima, que Caio Prado Júnior estava ciente de toda a política que resultou na Guerra Fria, a qual dominou o mundo a partir de meados do século XX. Ainda destacamos sua referencia a Henry Agard Wallace (1888-1965) que foi membro do Partido Democrata, cabendo um esclarecimento sobre esse personagem da política norte-americana. Wallace foi Secretário de Agricultura de 1933 até 1940, no governo de Roosevelt. Tornou-se vice-presidente dos Estados Unidos (1941-1945). Após a morte de Roosevelt (em abril de 1945) – quando os Estados Unidos já estavam sob o governo de Truman – manifestou seu desacordo com a política externa tanto de

⁵⁸ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “Dia do pan-americanismo”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, Vol. I, 21ª Sessão Ordinária em 14 de abril de 1947. p. 552-554.

democratas como de republicanos e, juntamente com vários democratas, fundou o Partido Progressista, em 1947. Em 1948 foi lançada sua candidatura à presidência dos EUA por este Partido, mas foi derrotado por Truman. Sigamos na apreciação do discurso de Caio Prado Júnior:

Nós brasileiros, nós americanos em geral, servimos de base a essa expansão norte-americana pelo mundo. Esta é a política do plano Truman e dos que o acompanham, os quais pretendem levar o Pan-americanismo a servir de base à hegemonia norte-americana, como fora no passado.

Sr. Presidente, o Plano Truman é uma demonstração bem clara do sentido que os Estados Unidos querem hoje emprestar à política americana e o exemplo disso é a padronização dos armamentos dos países americanos, o que, à primeira vista, pode parecer sedutor mas não passa de uma forma indireta de manter a sua hegemonia sobre todo o continente americano. O Brasil, como país soberano e como todos os demais países soberanos da América Latina, precisa ter absoluta liberdade nos seus armamentos, na organização de suas forças armadas e no encaminhamento de seus interesses internacionais, independentemente dessa dependência em que ficaria uma vez aplicado esse plano, que exigiria uma fiscalização estreita, realizada por quem? Não por um organismo internacional, porque esse organismo não passaria dos próprios Estados Unidos, os únicos verdadeiramente capazes de toda América.

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – O Plano Truman, como V.Excia. diz, é a favor das Américas, portanto, necessariamente contra o imperialismo russo.⁵⁹

Observamos que o Plano Truman, como sabemos, não seria a favor das Américas e Caio Prado Júnior era ciente disso. Harry S. Truman (1884-1972), membro do Partido Democrata, foi vice-presidente de Roosevelt em 1945 e com sua morte tornou-se presidente dos Estados Unidos (1945-1953). Nesse mesmo ano, já como presidente, autorizou o lançamento de bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Durante seu mandato presidencial tomou uma série de medidas de combate ao comunismo, originando a Guerra Fria. Ampliou os poderes do Poder Executivo, em detrimento do Congresso. Afirmou a preponderância dos Estados Unidos no continente americano, através das conferências do Rio de Janeiro (1947) e de Bogotá, onde foi criada a Organização dos Estados Americanos (1948). No seu governo foi criado o Conselho Nacional de Segurança e a Agência Central de Informação (CIA). Mas, voltemos às palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – O imperialismo norte-americano não se exerce apenas contra o Brasil, mas tem vistas muito mais largas, sobre todo o

⁵⁹ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “Dia do pan-americanismo”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, Vol. I. 21ª Sessão Ordinária em 14 de abril de 1947. p. 552-554.

mundo. São muito mais interessantes para os Estados Unidos os depósitos de petróleo da Arábia do que todo o café que produzimos ou qualquer outra coisa que venha de nós. O que digo, é que os Estados Unidos estão se servindo e servem-se cada vez mais do Brasil e de toda a América como base para a expansão americana sobre todo o mundo. Isto que estou afirmando, como a unificação dos armamentos representa a união de todos os países americanos debaixo da hegemonia americana para a realização de seus planos no mundo inteiro.

Sr. Presidente. Homenageando sinceramente e de todo o coração este grande dia, o Dia do Pan-americano, acreditamos sinceramente que a união dos povos americanos é uma das grandes bases da paz futura e do progresso para melhoria das condições de vida da humanidade. Assim sendo, o Dia Pan-americano significa a união de todos os países americanos e representa, sem dúvida uma base para esse progresso, que todos temos pela frente.

Assim, é preciso que mais uma vez voltemos a esse assunto para assinalar que o Dia Pan-americano é ameaçado pela nova política americana que pretende tomar um rumo inteiramente novo, daí decorrendo a nossa grande responsabilidade porque o grande País que são os Estados Unidos deve representar para a toda a humanidade, como para os países americanos, um elemento de grande significação, levando avante, o Pan-americanismo de Roosevelt que é a verdadeira base em que podem repousar o progresso da humanidade e a paz para todos os homens. Era o que eu tinha a dizer.

VOZES – (“*Muito bem! Muito bem!*”, *palmas*).⁶⁰

O debate prosseguiu com outras intervenções. O requerimento de Ulysses Guimarães foi aprovado. Destacamos esses dois pronunciamentos, pois entendemos que esses sejam fundamentais para contextualizar o momento em que viviam as Constituintes estaduais. Notamos que o tom conciliador de Ulysses Guimarães, sem levantar problemas a propósito da política pan-americana do pós-Segunda Guerra Mundial contrasta com a postura de Caio Prado Júnior. Observamos que Ulysses Guimarães preocupou-se em pregar o espírito de unidade pela paz que deve unir as Américas. Mas, não percebeu que contra esse espírito conspirava o propósito material do espírito capitalista das nações do Norte do mundo, tal como apontado por Weber em seu clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.

Por outro lado, Caio Prado Júnior advertiu que o tema do pan-americanismo naquele contexto estava associado à política imperialista do Plano Truman – que se tornaria famoso através da conhecida Doutrina Truman, que deu início à Guerra Fria, como salientamos acima. Sendo assim, Caio Prado Júnior notou que o imperialismo americano tomou sua forma através do discurso de Truman, uma vez que a concepção

⁶⁰ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “Dia do pan-americanismo”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, Vol. I, 21ª Sessão Ordinária em 14 de abril de 1947. p. 552-554.

de paz do Plano Truman continha, em seu bojo, uma política de dominação da civilização ocidental que tinha o propósito de subjugar os povos do Sul do mundo⁶¹.

Não obstante, os trabalhos para a elaboração da Constituição prosseguiram. Logo, nos idos de 28 de abril de 1947, na 32ª sessão ordinária, a Comissão Especial de Constituição apresentou sua proposta de Constituição, dentro do prazo estabelecido no RIC, na qual a presença de Caio Prado Júnior se fazia evidente nos Artigos 63 e 64 da Tributação, onde se lia:

Artigo 63 - O imposto territorial rural será cobrado na base do valor venal dos imóveis, exclusive benfeitorias, e será progressivo em função da área, levada em consideração a situação do imóvel.

Artigo 64 - Será extinto imposto de vendas e consignação, salvo sobre artigos de luxo, bebidas alcoólicas e fumo.⁶²

Destarte, iniciavam-se os preparativos para a discussão em plenário do projeto da Constituição Estadual. Deste modo, em 29 de abril, durante a 33ª sessão ordinária, foi entregue à Mesa da Casa o Requerimento nº 64, o qual solicitou que fosse submetido à votação global o anteprojeto da Constituição, apresentado à Assembleia pela Comissão Especial de Constituição. Posto em votação, foi aprovado o referido Requerimento. Ato sucessivo, o presidente da Casa, Valentim Gentil, colocou em votação o anteprojeto da Constituição, que foi aprovado integralmente, sob prolongadas palmas⁶³. De acordo com o RIC, o Projeto de Constituição ficaria sobre a Mesa da Casa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas em primeira discussão, como também ficou estabelecido que as justificativas para as emendas só deveriam ser apresentadas por escrito.

Assim, as emendas foram recebidas até a sessão ordinária de terça-feira, dia 6 de maio de 1947. Deste modo, seguindo o Regimento Interno da Constituinte, a Comissão Especial de Constituição teve cinco dias para elaborar os pareceres para cada emenda. Por conseguinte, as emendas com os respectivos pareceres foram lidas no momento do expediente nas sessões ordinárias dos dias 19, 20, 21, 22, 23 e 24 de maio. Deste modo, feita por capítulo, a primeira discussão e votação do projeto de Constituição e respectivas emendas foi iniciada na Ordem do Dia da 57ª sessão ordinária, em 29 de

⁶¹ A dimensão dessa política ficou clara quando Truman se torna um dos criadores, em 1949, da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e, no ano seguinte, ordena a intervenção militar americana na guerra da Coreia.

⁶² Cf. Comissão Especial da Constituição. "Projeto de Constituição". In: *Anais da Assembleia Constituinte*, São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947.

⁶³ *Idem*, p. 890.

maio de 1947, e encerrada na 69ª sessão ordinária, de 13 de junho do mesmo ano. Observamos que nesse período ocorreram dez sessões extraordinárias, todas com o objetivo de discutir e votar as emendas ao projeto de Constituição.⁶⁴ A segunda discussão e votação do projeto de Constituição e respectivas emendas ocorreu entre 23 e 26 de junho, sendo que as emendas com os respectivos pareceres foram publicadas antes da referida discussão, ou seja, no dia 21 de junho. Observamos que para essa segunda discussão, de acordo com o RIC, os constituintes só poderiam apresentar emendas sob matérias que até então não haviam recebido emendas. Na sessão ordinária do dia 2 de julho, a Comissão Especial de Constituição entregou o projeto final de Constituição e na 85ª sessão ordinária do dia 4 de julho ocorreu a discussão final, com as respectivas reclamações às omissões, erros e contradições do texto. Portanto, naquela sessão os trabalhos para a elaboração da Constituição de São Paulo de 1947 chegaram ao seu término, a redação final foi aprovada e, de acordo com o artigo 18 do RIC, os constituintes foram convocados para a sessão solene de promulgação da Constituição, marcada para o dia 9 de julho, e nos dias 5, 7 e 8 de julho não houve sessão.

No próximo capítulo iremos destacar as participações de Caio Prado Júnior nas discussões das emendas de primeira e segunda discussão ao projeto da Constituição.

⁶⁴ O Projeto de Constituição do Estado de São Paulo, com as respectivas emendas aprovadas em primeira discussão, foi publicado em *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 69ª sessão ordinária de 13 de junho de 1947, p. 836-875.

2 DISPUTANDO A CONSTITUIÇÃO

*O Sr. Caio Prado Júnior [PCB] – [...]. Uma Constituição, Sr. Presidente, é, além da sua função de organização fundamental do Estado, um roteiro. Estamos aqui, também, para dizer que nós, Constituintes estamos organizando a Lei Básica do Estado, aquilo que consideramos necessário para o progresso de São Paulo. É isso a Constituição. E, é esse o nosso objetivo – traçar uma Constituição – que demonstre, ao legislador ordinário que nos vai seguir nessa tarefa, qual é essa tarefa, em que sentido deve ela encaminhar-se*⁶⁵.

Nesse capítulo examinaremos as intervenções do constituinte Caio Prado Júnior, registradas nos *Anais da Assembleia Constituinte de São Paulo de 1947*, durante as discussões em plenário que contribuíram para a definição do texto da Constituição Paulista.

Nessa perspectiva, distinguimos momentos em que Caio Prado Júnior apresentou emendas e participou das discussões sobre o projeto de constituição. Como salientamos no capítulo anterior, entendemos que através do exame desses debates revelamos o trabalho de nosso constituinte na Comissão Especial de Constituição (CEC) e para além dela.

2.1 Emendas ao Projeto de Constituição para a Primeira Discussão

Para a primeira discussão do projeto de constituição, Caio Prado Júnior assinou ao todo treze emendas. Assim, percebemos que a maioria de suas intervenções foi no sentido de defender a proposta da CEC. Notamos que nosso constituinte demonstrou um minucioso estudo sobre os temas que assinalou em suas intervenções, anteriores e durante a primeira e a segunda discussão do projeto da lei fundamental do Estado. Logo, iniciaremos esse ponto mostrando um dos seus discursos que comprovam nossa interpretação, no qual notamos que Caio Prado Júnior começou a disputar os temas que iriam compor a Constituição paulista. Depois, vamos expor os temas das emendas apresentadas por nosso constituinte.

Neste sentido, verificamos que no dia 7 de maio, durante a 39ª sessão ordinária, um dia após o fim do limite para que os constituintes oferecessem emendas, como

informamos anteriormente, Caio Prado Júnior cobrou em seu discurso o atendimento ao requerimento nº 25, já registrado no capítulo anterior. Pelas palavras de nosso deputado notamos que o tema da efetiva cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) no Estado de São Paulo constava na proposta da CEC através do capítulo da Tributação contido no projeto da constituição paulista, e foi defendida pelo mesmo com os argumentos que revelamos a seguir:

Agora, Sr. Presidente, vou entrar na famosa questão de Imposto Territorial. Só de ouvir falar nesse nome vejo que muitos colegas ficam de cabelo em pé. Mas esquecem-se de que o Imposto Territorial já existe no Brasil, em São Paulo em particular, há mais de 20 anos, se bem que mal aplicado. O Imposto Territorial consta de quase todas as legislações, com variantes próprias de cada uma; esse imposto é cobrado em toda parte, inclusive, como disse, em São Paulo. Alega-se que esse imposto não pode servir porque produz uma renda insignificante: Cr\$ 45.000.000,00, segundo o último orçamento. Efetivamente, esta é uma quantia ridícula comparada com a produzida pelo Imposto de Vendas e Consignações.

Mas as razões de esse imposto ser baixo, isto é, do Imposto Territorial ser exíguo, são de várias naturezas e vou enumerá-las aqui.

Em primeiro lugar, porque é insignificante; é apenas de 1,25%, que se reduz na prática a 1%, porque o pagamento, dentro dos prazos legais, traz um abatimento de 20% e assim o imposto na realidade é de 1%, que é uma porcentagem insignificante. Acho desnecessário por isso qualquer outro argumento. Mas não é só por isso que o imposto é baixo; ele é baixo porque as terras de São Paulo estão lançadas, para o pagamento desse imposto, por quantia muito menor do que realmente valem.

Isto é um depoimento, e uma constatação fácil de fazer e eu creio que quem conhece o interior do Estado de São Paulo, por pouco que seja, sabe que há terras avaliadas em Cr\$ 20.000,00, o alqueire, e lançadas por Cr\$ 1.000,00 e até Cr\$ 500,00. Conheço dessa natureza.

Há cerca de vinte dias pedi informações por intermédio da Mesa, ao Sr. Secretário da Fazenda, sobre o valor global das terras lançadas em São Paulo; essas informações não chegaram. Infelizmente, nenhuma das informações pedidas foi fornecida, até hoje, pelo Governo.

O Sr. Ulysses Guimarães - Muito bem. É isso mesmo.

O Sr. Caio Prado Junior - Aliás, aproveito a ocasião para solicitar do nosso Governo, que atenda com um pouco mais de solicitude a esses pedidos de informações, que muitas vezes tem grande importância. Esse meu pedido, por exemplo, daria base para argumentação num assunto muito importante.

Na falta dessas informações fiz o cálculo aproximado, tomando por base a arrecadação de Cr\$ 45.000.000,00 e a taxa de 1% cobrada. O valor das terras seria assim de mais de 4 bilhões de cruzeiros.

Em 1920, o Recenseamento daquele ano dava, para as terras de São Paulo, exclusivamente das terras sem benfeitorias, sem as culturas, sem os instrumentos utilizados na sua exploração, o valor de Cr\$ 2.237.000.000,00.

Assim sendo, de 1920 para cá, as terras de São Paulo não conseguiram dobrar de valor, segundo a Secretaria da Fazenda. Não só em São Paulo a moeda

⁶⁵ PRADO JR., Caio. Reforma Tributária. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. III. São Paulo, 9ª sessão extraordinária em 4 de junho de 1947, p. 467.

desvaloriza. Em 1930, o dólar valia dois mil e quinhentos réis, e hoje o seu valor é de Cr\$ 18.00.

Em 1920, todo mundo sabe qual era o valor aquisitivo da nossa moeda comparado com o atual. Além disso, a extensão das terras exploradas em 1920 era muito menor do que hoje em dia. No entanto, a Secretaria da Fazenda só descobre um aumento que não chega ao dobro...

O Sr. Oliveira Costa - Quero declarar que seu preço de 20% não é, principalmente no interior do Estado...

O Sr. Caio Prado Junior - Não falei nem em 20, nem em 15 e nem em 2; não dei preço. Estou dizendo que a avaliação da Secretaria da Fazenda para base de lançamento é muito baixa. Todo mundo há de reconhecer que é insignificante esse imposto. Mas ainda há uma razão por que o Imposto Territorial tem uma arrecadação pequena em São Paulo. É que boa parte dos proprietários Não paga imposto, não está lançada. Esse também é um assunto....

O Sr. Mario Beni - Poderia V. Excia, se lhe fosse possível, dar as razões por que, na melhor das intenções, a Secretaria da Fazenda, que sempre desejou fazer uma arrecadação perfeita e eficiente, não o conseguiu até agora, apesar de vários Governos terem tentado esse objetivo?

O Sr. Caio Prado Junior - Posso explicar a V. Excia., embora esse seja um problema mais complexo e profundo. Em São Paulo. Como no Brasil em geral, nunca, houve possibilidade da aplicação de uma lei de terras que regulasse a ocupação e a utilização da terra.

Desde 1850, existe uma lei, perfeita, pode-se dizer, para a época, que regulamentava a utilização e distribuição das terras, que regulamentava a concessão dos títulos de propriedade. No entanto, essa lei nunca foi aplicada, como nunca tinham sido aplicadas as leis anteriores, as ordens régias, os alvarás, desde o tempo da Colônia, que se referem à propriedade da terra.

E isso porque os proprietários rurais no Brasil, sempre tiveram e ainda têm um domínio tal que jamais o Estado pôde sobrepor-se a eles e sofreu sempre todos os seus abusos e assaltos ao patrimônio público. Pois a verdade é que as terras públicas, no Brasil, que na maior parte nunca foram cedidas a pessoa alguma, hoje em dia são propriedades particulares. Como chegaram às mãos desses particulares? Ninguém sabe; ou melhor, sabe-se muito bem... E foram esses mesmos proprietários, que ocuparam essas terras indevidamente, que ainda conseguiram as leis que vieram confirmar a legalidade desse verdadeiro furto praticado...

O Sr. Epaminondas Lobo - Mas existe o “usucapião” que...

O Sr. Caio Prado Junior - O “usucapião” não existe contra o Estado.

O Sr. Epaminondas Lobo - O instituto do “usucapião” é, porém, preconizado até contra o próprio Estado, conforme vem expresso na lei civil e confirmado pacificamente pela jurisprudência pátria.

O Sr. Caio Prado Junior - Sr. Presidente, quero apenas dizer em resposta ao aparte do ilustre colega Mario Beni, que a dificuldade da arrecadação do Imposto Territorial entre nós é devida, unicamente ao fato de que não temos um cadastro da propriedade rural. Não temos um cadastro, não porque seja difícil fazê-lo, uma vez que existe em outros Países semelhantes ao nosso...

O Sr. PRESIDENTE - Peço licença ao nobre Deputado para declarar que está esgotada a hora do expediente. Entretanto, V. Excia. poderá completar a frase que estava iniciando.

O Sr. Caio Prado Junior - Muito obrigado. Não temos esse cadastro rural, exatamente pelas mesmas razões por que nunca houve devida regulamentação de terras públicas, no que se refere à sua aquisição ou posse, no Brasil. Isso é devido à prepotência e ao grande poder dos proprietários

rurais que, desde os tempos da Colônia, se opuseram à realização dessa e de outras medidas de regularização da propriedade fundiária
Como nós estamos entrando numa nova época, acredito que, brevemente, teremos organizado esse cadastro.⁶⁶

Podemos perceber, de acordo com as palavras de Caio Prado Júnior registradas acima, que os debates em torno dos temas que compuseram a Carta Magna seriam acalorados. Compreendemos isso ao distinguimos no debate acima mencionado a advertência que nosso constituinte fez a respeito da efetiva cobrança do ITR, através do cadastro organizado das terras ocupadas. No entanto, a conjuntura, como estamos pontuando, mudou, e o processo de democratização brasileira, naqueles meados dos anos de 1940, fracassou e, entre outras questões, as apontadas por Caio Prado Júnior não teriam um bom termo. Mas, Caio Prado, ainda naquela sessão, salientou o tema da reforma agrária, ao oferecer um aparte do colega Oliveira Costa:

V. Excia. que é representante do Partido Social Democrático nesta Casa é que, portanto, acompanha, naturalmente a orientação política do Exmo. Sr. Presidente da República, que desenvolveu na sua mensagem, longamente, esse capítulo da reforma agrária, sem dúvida, concordará com as seguintes palavras de S. Excia. : “A absoluta necessidade da transformação da tributação territorial no sentido da eficaz e racional utilização das terras, e para combater a concentração da propriedade.” Estas são as palavras de S. Excia. o Sr. Presidente da República que o Partido Social Democrático, mais do que qualquer outro Partido, representa nesta Casa.

De forma que se o projeto constitucional apresenta uma reforma tributária que traz esse estímulo ao eficaz aproveitamento das terras, segundo as palavras de V. Excia. a primeira obrigação desse Partido é dar apoio à reforma Tributária que defendemos.⁶⁷

Interpretamos, através das intervenções de nosso constituinte, que os debates a respeito da reforma tributária foram polêmicos, isso teria sequência até a votação dos já referidos artigos 63 e 64 do Capítulo do projeto de constituição intitulado *Da Tributação*. Todavia, a polêmica teve um momento de suspensão, quando a sessão do dia 8 de maio foi dedicada às homenagens prestadas ao aniversário de dois anos da paz que selou o fim da Segunda Guerra Mundial⁶⁸.

Nas 48ª e 49ª sessões ordinárias ocorridas, respectivamente, nos dias 19 e 20 de maio apresentadas na hora do expediente e posteriormente publicadas nos Anais da Constituinte, as emendas ao projeto de Constituição que receberam pareceres favoráveis

⁶⁶ Cf. PRADO JR., Caio. “Da Tributação”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 39ª Sessão Ordinária em 7 de maio de 1947. p. 85 -87. Os deputados Ulisses Guimarães, Oliveira Costa e Epaminondas Lobo eram filiados ao PSD; o deputado Mario Beni era filiado ao PSP.

⁶⁷ *Idem*, p. 94.

⁶⁸ Ver *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II, p. 122-156.

da CEC. Nessa última sessão foi apresentado o parecer favorável a emenda nº 868, assinada somente por Caio Prado Júnior, sendo a primeira emenda dele lida em plenário, e que tratou da definição da legítima bandeira paulista.⁶⁹

Dando sequência à leitura das emendas, também, na hora do expediente da sessão ordinária datada do dia 21 de maio, foi lida a emenda nº 508-A, cujo um dos signatários era Caio Prado Júnior. Esta emenda foi resultado do trabalho de uma subcomissão criada no âmbito da CEC e que ficou encarregada da tarefa de coordenar e disciplinar os assuntos relativos aos funcionários públicos. Essa subcomissão foi formada por Sebastião Carneiro (PSD), Pinheiro Júnior (PSP), Caio Prado Júnior e Ulysses Guimarães. Como resultados dos trabalhos da aludida subcomissão foi apresentada a emenda 508-A. Esta emenda era substitutiva e consubstanciava toda a matéria capital do capítulo referente ao funcionalismo público⁷⁰. De acordo com o parecer do relator Osny Silveira, a emenda 580-A apresentou um substitutivo ao Título IV *Dos funcionários públicos*, e, entre outras questões, propôs o direito a licença maternidade da funcionária pública, por três meses, com vencimentos integrais⁷¹. No parecer da CEC ficou registrado que a emenda mereceu aprovação unânime por disciplinar a matéria com a precisão exigida nos textos constitucionais.

Por outro lado, distinguimos que na mesma sessão, o assunto da reforma tributária foi retomado por Caio Prado Júnior; entendemos que seu objetivo era de colocar para os colegas de legislatura seus argumentos sobre o tema e tentar ganhar a maioria para a aprovação da proposta contida no projeto da Carta Magna. Interpretamos que para rebater os argumentos contrários à proposta de reforma tributária prevista no projeto de constituição apresentado pela CEC, Caio Prado Júnior pediu a palavra e registramos abaixo parte de seu discurso:

E para responder a esse tipo de argumento, eu apenas usarei a entrevista concedida ontem, nesta Capital ao “Diário da Noite”, pelo Prof. Paul Hugon, da Universidade de São Paulo.

(...) a opinião do Prof. Paul Hugon pode ser lembrada, porque se trata de um professor, de um economista, cujos méritos são indiscutíveis; é além disso, de um conservador, inteiramente apegado à ortodoxia da economia clássica por isso insuspeito aos adversários da reforma tributária. Finalmente é um simples observador dos nossos assuntos – um professor e técnico francês

⁶⁹ *Idem*, p. 451. Emenda aprovada.

⁷⁰ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 11ª sessão extraordinária em 11 de junho de 1947. p. 609-615.

⁷¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 50ª sessão ordinária em 21 de maio de 1947. p. 505. Aprovada em parte.

contratado, e que não está diretamente envolvido nos interesses e nos debates de nossa terra.

O Prof. Paul Hugon referindo-se à reforma projetada, diz o seguinte: “A reforma do sistema tributário que está sendo preconizada pelo ante projeto da Constituição Estadual com respeito à substituição do Imposto de Vendas e Consignações pelo que recairá sobre as terras, representa algo de muito interessante sobre o ponto de vista da tributação, pois marca um grande passo no caminho dos impostos. A preponderância dos impostos sobre a propriedade é notável nos Estados Unidos e no Canadá (...), onde constituem respectivamente 94% e 88,4% da renda total, enquanto que no Brasil essa renda não passa, no momento, de 31,5%”.

Estas palavras do Prof. Paul Hugon mostram – ditas, como são, por um conservador e por um economista clássico – que absolutamente a reforma aventada não é uma “revolução branca”, uma subversão da ordem. É uma transformação que está na atualidade, dentro da ordem natural do progresso. (...)

A reforma tributária significa uma transferência do pagamento dos impostos de custeio dos serviços públicos do Estado; significa uma transferência, da parte da população que não tem recursos, para aquela que pode e deve pagar. A reforma proposta traz essa transformação e o voto da Assembleia dará a resposta à orientação que a Casa pretende seguir.⁷²

Dando prosseguimento à apresentação na hora do expediente das emendas ao projeto da Constituição paulista, na 51ª sessão ordinária, datada do dia 22 de maio, foram lidas as emendas que receberam pareceres que recomendavam a rejeição das mesmas. Destas, nosso constituinte foi o primeiro signatário da emenda nº 25. Esta propunha que se substituísse no artigo 3º, parágrafo 1º, “4” por “2” anos, ou seja, os mandatos dos deputados estaduais eleitos deveriam durar dois anos e não quatro, como definido pelo projeto de Constituição. Abaixo transcrevemos a justificação dos signatários para a aludida emenda e logo em seguida o parecer:

Os mandatos curtos são mais democráticos e permitem à Assembleia representar mais fielmente a opinião pública, bem como acompanhar suas modificações. Representam um estímulo para o bom desempenho das funções legislativas.

O argumento de que eleições muito frequentes trazem a desorganização da vida normal, não procede, porque é precisamente a frequência de eleições é que as tornará fatos normais e rotineiros da vida do cidadão (...). As eleições constituem a melhor escola política do cidadão (...).

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- *Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes*⁷³.

Parecer

A comissão opina contrariamente à emenda supra, fazendo-o por maioria de votos.

⁷² PRADO JR., Caio. Imposto Territorial - Reforma Tributária. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 50ª Sessão Ordinária em 21 de maio de 1947. p. 539-546.

⁷³ *Idem*, p. 599.

Muito embora os argumentos da justificação sejam de certo modo impressionantes, parece melhor mantermos a tradição dos mandatos quadrienais.

Sala da Comissão, 16 de maio de 1947.

- *Osny Silveira* (relator).⁷⁴

Observamos que a emenda nº 25 de Caio Prado Júnior foi assinada por menos que a metade da bancada comunista e que a CEC ficou impressionada com a proposição, no entanto, escolheu o caminho tradicional, mantendo assim o mandato dos deputados com a duração de quatro anos.

Ainda naquela sessão foram lidas mais duas emendas das quais Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário, as emendas nºs 30-A e 30, assinadas, também, pelos seus companheiros de bancada que o acompanharam na Emenda nº 25. Além, dessas, na mesma sessão foi apresentada a emenda de nº 139, a qual Caio Prado Junior foi um dos signatários. Vamos examiná-las a seguir.

A emenda de nº 30-A propunha a alteração do artigo 4º do projeto de constituição, capítulo segundo *Do Poder Legislativo*, seção I, *Da sua organização*, para que seja elegível a vaga de deputado estadual os habitantes do Estado que adquiriram a nacionalidade brasileira na vigência das Constituições anteriores a 18 de setembro de 1946. Abaixo transcrevemos o parecer da Comissão para esta emenda:

Parecer

A comissão opina pela rejeição da emenda supra mencionada, preferindo a exigência da nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 129, n.ºs, 1 e 2 da Constituição Federal, para o exercício da relevante função de Deputado.

Sala da Comissão, 16 de maio de 1947.

- *Osny Silveira* (relator).⁷⁵

Entendemos que com esse mesmo propósito, qual seja, de incorporar os brasileiros naturalizados foi apresentada a emenda nº 30 que propunha um substitutivo para o já mencionado artigo 4º, com a seguinte justificativa que recebeu o mesmo parecer acima registrado:

O artigo 4º do Projeto é inconstitucional, pois a ineligibilidade para as Assembleias Legislativas estaduais foram estabelecidas pela Constituição Federal, artigos 137 e 139 nº V, e dela não podem furtar-se as Constituições estaduais estendendo-as para casos previstos, como faz o Projeto. Este visa excluir os brasileiros naturalizados, o que não se justifica. Um naturalizado é tão bom brasileiro como o nato; é a presunção legal, pois doutra forma não se

⁷⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 51ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1947. p. 599.

⁷⁵ *Idem*, p. 600.

justificaria a naturalização. Devemos considerar ainda que num Estado como S. Paulo, onde é muito grande o número de brasileiros naturalizados integrados em nossa comunhão há longos anos, não há razão para privá-los de um direito que legitimamente adquiriram em virtude de sua permanência entre nós e do fato de terem espontaneamente abandonado sua nacionalidade de origem para se tornarem brasileiros. Ocorre ainda que o artigo, 21 n° I da Constituição Federal proíbe “criar distinções entre “brasileiros”; e o fato de se tornarem inelegíveis os naturalizados (que são brasileiros, ex-vi do art. 129 n° IV) cria, evidentemente, uma distinção incabível.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- *Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes.*⁷⁶

Essa discussão foi retomada por Caio Prado Júnior nas sessões posteriores, como vamos relatar mais à frente. Por fim, comentamos a emenda n° 139, da qual Caio Prado Júnior foi o terceiro signatário, e que também trouxe um debate polêmico: tornar eletivo o prefeito de municípios qualificados como estâncias hidrominerais naturais. Segundo a justificativa dos constituintes:

Justificativa

Visa a emenda tornar eletivo o prefeito das estâncias hidrominerais, ou antes, abolir a distinção entre os Municípios, concedendo a todos autonomia ampla. A nomeação do prefeito das estâncias hidrominerais é justificada com a alegação de que nessas estâncias o Estado efetua grandes despesas, tornando-se, assim, necessária sua intervenção na vida administrativa do Município. Não encontramos fundamento nessa alegação. O Estado pode realizar obras em qualquer Município, sem que para isso seja necessário imiscuir-se em sua vida íntima.

Será, por acaso, necessária a intervenção quando funda escolas, instala campos de experimentação, estabelece centros de saúde?

Por que então se alega que quando se trata de estâncias hidrominerais a nomeação do prefeito é indispensável?

A inconveniência da nomeação da principal autoridade administrativa do Município pelo Governo central resulta do fato de que este cuidará sempre mais da parte flutuante da população, aquela que procura o Município como estância, deixando de lado os interesses da população permanente e fixa. É o que a prática tem demonstrado.

Sala de sessões, 6 de maio de 1947.

- *Roque Trevisan, Armando Mazzo, Caio Prado Júnior, Sanches Segura, Estocel de Moraes.*

Parecer

A Comissão opina pela rejeição da emenda supra, por julgar recomendável a intervenção do Poder Legislativo em certas nomeações de grande importância, feitas pelo executivo, somente aceitando as modificações do inciso no concernente à supressão da aprovação da Assembleia no tocante à indicação de diretores para as sociedades de economia mista. A interferência do legislativo nos casos mencionados no inciso não viola a independência dos poderes nem tão pouco sacrifica a discutível pureza do sistema presidencialista.

Sala de sessões, 16 de maio de 1947.

⁷⁶ *Idem* p. 600-601. Emenda rejeitada.

- Osny Silveira (relator).⁷⁷

Em nosso ponto de vista o parecer do relator não enfrenta a questão posta pelos signatários da emenda nº 139, pois estes observam que a nomeação dos prefeitos dos municípios que são estâncias hidrominerais naturais tem causado inconvenientes para a população permanente e fixa dessas cidades, pois, pela argumentação, a população flutuante recebe mais atenção do que aquelas. Portanto, há um problema a ser enfrentado, qual seja, atender as demandas da população local. Disso o parecer não trata, por conseguinte, nosso constituinte retomou o ponto em plenário, como relataremos à frente. Ainda naquela sessão destacamos, em seus momentos finais, o pronunciamento de Alfredo Farhat, com aparte de Caio Prado Júnior⁷⁸. Estes revelam, em nosso entendimento, o repúdio do constituinte comunista à aprovação de um substitutivo ao projeto Constitucional,⁷⁹ oferecido através da emenda nº 5. Destacamos que já havia ocorrido manifestações contra a emenda nº 5, através do pronunciamento de Diógenes de Lima,⁸⁰ o que levou, em nossa compreensão, Alfredo Farhat, um dos signatários da aludida emenda, a exigir de seu partido, o Partido Democrata Cristão, um novo exame e pronunciamento sobre a mesma:

Nestas condições, entendemos que nada justifica a aprovação da mesma para entrar desde logo em vigor, sem ser submetida a emendas e sem ser sujeita as duas discussões previstas no Regimento.

A aprovação da mesma, em bloco e em uma só discussão, não só contraria o Regimento em vigor, como também cerceia o direito que têm os Deputados de oferecer-lhe emendas e de discutir amplamente os seus dispositivos. (*Muito bem*), como é de se esperar, em se tratando de uma lei da magnitude de um texto constitucional.

O Sr. Caio Prado Júnior - ... e de uma Assembleia digna de seu nome.

O Sr. Alfredo Farhat – Era o que tinha a dizer. (*Palmas. Muito Bem.*)⁸¹

Em seguida ao pronunciamento de Alfredo Farhat e do aparte de nosso constituinte, Milton Cayres de Brito reafirmou a posição da bancada comunista de votar contra a emenda nº 5, encerrando assim aquela sessão.⁸² Na véspera da primeira

⁷⁷ *Idem.* p. 615 - 616. Essa emenda foi retirada por Caio Prado Júnior Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 10ª Sessão Ordinária em 7 de junho de 1947. p. 576.

⁷⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 51ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1947. p. 701-702.

⁷⁹ Ver *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 48ª Sessão Ordinária em 19 de maio de 1947. p. 367-376.

⁸⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II, 403-416.

⁸¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 51ª Sessão Ordinária em 22 de maio de 1947. p. 701-702.

⁸² *Idem* p. 702.

discussão o presidente da Casa conseguiu um acordo com os signatários da emenda nº 5, e eles retiram a mesma da pauta, como vamos revelar mais à frente.

Mas, voltemos à apreciação das emendas assinadas por Caio Prado Júnior. As emendas com pareceres que recomendavam sua rejeição foram lidas ainda nas sessões ordinárias dos dias 23 e 24 de maio. Entretanto, vale destacar que o primeiro documento lido na hora do expediente da 52ª sessão ordinária em 23 de maio foi a seguinte declaração, assinada pelos constituintes da bancada do PCB:

DECLARAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo-assinados por meio desta declaração escrita desistem, em favor do Tesouro Estadual, da parte dos subsídios, correspondentes às sessões extraordinárias, durante a discussão da Constituinte Estadual. Sala de sessões, 21 de maio de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Taibo Cardoniga, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Lourival Villar, Armando Mazzo, Roque Trevisan, Clovis Oliveira Netto, Caio Prado Júnior, Catullo Branco*⁸³.

Assim, a bancada do PCB reafirmou sua convicção nos trabalhos constituintes sem onerar o erário público. Naquela sessão foram lidas, na hora do expediente, mais três emendas assinadas por Caio Prado Júnior e alguns de seus colegas de bancada, todas com parecer contrário da CEC. As de nºs 366 e 373 sugeriam modificações ao Título *Do Ministério Público*;⁸⁴ a primeira, assinada por Sanches Segura, Roque Trevisan e Caio Prado Júnior, a segunda, o nosso constituinte foi o primeiro signatário, seguido por Taibo Cadorniga, Armando Mazzo e Roque Trevisan. A essa emenda foi oferecido o mesmo parecer:

Parecer

A Comissão opina contrariamente à emenda supra mencionada, visto tratar de pretendidas modificações no Título “Do Ministério Público”, cuja supressão foi aprovada quando se tratou da Emenda nº 360 e pelas razões ali mencionadas. Destarte, ficou prejudicada toda matéria referente ao Título, a qual por muito controvertida, merecerá por certo especial atenção em plenário.

Sala de sessões, 16 de maio de 1947.

- *Osny Silveira* (relator).⁸⁵

Na emenda nº 360, assinada pelos petebistas Sylvio Pereira, Toledo Artigas, Arnaldo Borghi, Oliveira Mathias e Arimoni Falconi, e que obteve parecer favorável,

⁸³ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 52ª Sessão Ordinária em 23 de maio de 1947. p. 703.

⁸⁴ *Idem*, p. 707-708 e p. 710-711. Ambas rejeitadas.

⁸⁵ *Idem*, p. 708 e p. 711.

por maioria de votos, na CEC, foi solicitada a supressão do Capítulo V, que trata do Ministério Público, com os seguintes argumentos:

O Ministério Público é um aspecto do funcionalismo público do Estado. Nada aconselha a introdução de um capítulo especial, na Constituição Estadual, que regulará a organização do Estado e os direitos dos cidadãos. Não se argumente como o precedente da Constituição Federal. Não estamos obrigados a segui-lo, a menos que tenhamos argumentos de ordem jurídico-constitucional, para defendê-lo.
Sala de sessões, 6 de maio de 1947.
- *Sylvio Pereira, Toledo Artigas, Arnaldo Borghi, Oliveira Mathias, Arimoni Falconi.*⁸⁶

Portanto, observamos que nosso constituinte teria outra disputa a travar durante a primeira discussão do projeto da lei fundamental do Estado, qual seja a regulamentação, na Carta Magna, do funcionamento e atribuições do Ministério Público, assim, mais à frente verificaremos o desenlace desta questão.

Voltemos à leitura e exame das emendas. Para o Título III do Projeto de Constituição, intitulado *Dos Municípios*, o nosso constituinte assinou uma emenda, junto a seus colegas de bancada, a de nº 504, a qual o parecer da CEC indicou sua rejeição. O tema foi a elegibilidade de brasileiros naturalizados para os cargos de prefeito e vereador, bem como a exigência da residência de no mínimo dois anos no respectivo município para o cidadão se tornar elegível aos referidos cargos públicos. Assim, no artigo 77 do Projeto constava que:

Título III DOS MUNICÍPIOS

Artigo 77 – Podem ser eleitos Prefeitos e Vereadores os cidadãos brasileiros (artigo 129, ns. I e II da Constituição Federal), maiores de 21 anos, eleitores, residentes no Município há mais de dois anos.⁸⁷

E a emenda nº 504 propunha:

EMENDA Nº 504

Substitua-se o Artigo 77 pelo seguinte:
Podem ser eleitos prefeitos e vereadores os brasileiros eleitores, com as exceções previstas na Constituição Federal, art. 138, 139 nº III e 140 nº III.

Justificação

⁸⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 49ª Sessão Ordinária em 20 de maio de 1947. p. 445.

⁸⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947. p. 855.

Não há razão para excluir dos cargos municipais os naturalizados, o que além de inconstitucional ex. vi do art. 139 alínea III da Const. Fed. (que já estabeleceu as inelegibilidades para Prefeito) e do art. 31 da mesma Constituição (que proíbe distinções entre brasileiros) é altamente inconveniente e injusto, pois, são em grande número os naturalizados, sobretudo em São Paulo, capazes e dignos de exercerem tais cargos. O naturalizado é um brasileiro como os outros, que adquiriu seus direitos não somente em virtude de um ato legal, mas ainda pela dedicação demonstrada ao país de adoção quando sacrificou em seu favor a nacionalidade de origem. Tais distinções num Estado como São Paulo, onde o número de naturalizados é grande, e onde a maior parte da população é de recentíssima origem estrangeira, não se justificam de modo algum, e apenas revelam pequenos e mesquinhos preconceitos nacionalistas. (...)

Sala das Sessões, 5 de maio de 1947

- *Estocel de Moraes, Caio Prado Júnior, Taibo Cardoniga, Sanches Segura.*⁸⁸

Percebemos a participação de nosso constituinte na elaboração da justificativa da emenda, pois Caio Prado Júnior sempre distinguiu em suas obras o papel da população paulista que, vinda de outros países, adotou o Brasil como pátria, contribuindo, por exemplo, para o desenvolvimento da produção agrícola em nosso país e particularmente em São Paulo.⁸⁹

Ainda na sessão ordinária do dia 23 de maio foi publicado o parecer contrário da CEC para a emenda nº 637, assinada, entre outros, por Caio Prado Júnior, a qual solicitou a substituição do artigo 95 do Título IV *Dos Funcionários Públicos*, como lemos a seguir a referida emenda e sua justificativa:

EMENDA Nº 637

Substitua-se o artigo 95, pelo seguinte:

- Aos operários do Estado e do Município serão asseguradas, em estatutos próprios, as garantias mínimas que a Constituição Federal prevê como princípios fundamentais das leis trabalhistas.

Justificação

1 – O projeto refere-se apenas a “operários dos serviços industriais”, quando é certo que estes constituem parte mínima dos operários do Estado e dos Municípios. E os direitos e deveres de todos os operários dessas entidades não se acham enquadrados dentro da legislação trabalhista, ou de outra qualquer, por forma que satisfaçam ao interesse dos próprios operários e dos poderes públicos. (...)

Sala das Sessões, 5 de maio de 1947

- *Estocel de Moraes, Sanches Segura, Caio Prado Júnior.*⁹⁰

⁸⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 52ª Sessão Ordinária em 23 de maio de 1947. p. 729. Emenda rejeitada.

⁸⁹ Conforme, entre outras obras, PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, (1976) [1945].

⁹⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 52ª Sessão Ordinária em 23 de maio de 1947. p. 780-781. Emenda rejeitada.

Ou seja, nosso constituinte foi solidário à extensão dos direitos trabalhistas a todos os operários do Estado e Município de São Paulo, colocando em pauta o que seria discussão durante todo o século XX em São Paulo e demais regiões do nosso país.

Na 53ª sessão ordinária, em 24 de maio, foram lidas as últimas emendas e seus respectivos pareceres para a primeira discussão do projeto de constituição. Caio Prado Júnior foi o signatário de três dessas emendas, vamos ver a seguir.

A primeira, apesar de ter recebido parecer contrário da CEC, suscitou um interessante debate acerca do acesso do público à educação. Trata-se da emenda de nº 765, da qual Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário e mostrava, de acordo com nossa interpretação, sua preocupação com o acesso da massa da população à educação pública.

EMENDA Nº 765

Substitua-se no artigo 107 a palavra “incentivará”, por “amparárá”.

Justificativa

Visa a emenda tornar bem claro que o ensino compete essencialmente ao Estado, que só admite o ensino privado com exceção à regra, e porque não está ainda em condições de ministrá-lo integralmente. É justo que o Estado ampare o ensino particular gratuito das classes menos favorecidas, se ele próprio não pode ministrá-lo em proporções suficientes. Mas, incentivá-lo, isso não, porque seria confessar não apenas sua incapacidade relativa e momentânea, mas definitiva e permanente. Coisa que não se admite frente aos modernos princípios pedagógicos.

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- Caio Prado Júnior, Taibo Cadorniga, Armando Mazzo

Parecer

A Comissão opina pela rejeição da emenda supra mencionada, porquanto aceitou uma emenda supressiva de todo o artigo 107 do projeto, que na realidade não caracteriza matéria constitucional, devendo ser apreciada pela legislação comum.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1947

- Osny Silveira (relator).⁹¹

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior contribuiu para que naquela e em outras Constituições ficasse consolidado o papel e responsabilidade do Estado diante da organização e democratização do acesso do cidadão ao ensino público.

Por outro lado, na emenda nº 817-A, Caio Prado Junior e os demais signatários da mesma, Clóvis de Oliveira Netto, companheiro de bancada, Pinheiro Júnior, do PSP

⁹¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 53ª Sessão Ordinária em 24 de maio de 1947. p. 827-828. Emenda aprovada.

e Sylvio Pereira, do PTB, propuseram a supressão do Título VIII do projeto de constituição. Este tratava *Da Assistência Social e da Saúde Pública* e a referida emenda recebeu parecer contrário da CEC. Esta alegou que considerava necessário consignar na Constituição preceitos relativos à assistência e saúde pública. Mas, não teve a mesma opinião quanto à educação pública.

E por fim, a emenda nº 62, a qual propôs a substituição do artigo 11, n.º II, alínea “a” do capítulo II do projeto de constituição, intitulado *Do Poder Legislativo*. Esta emenda foi rejeitada pelo plenário na primeira discussão do projeto, seguindo assim o parecer da CEC:

EMENDA Nº 62

Substitua-se o art. 11 nº II, alínea “a”, pelo seguinte: “ser proprietário diretor ou sócio com participação apreciava, em empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.”

Justificação

A emenda visa em primeiro lugar suprimir a exceção constante do projeto relativamente ao *advogado* de empresa que goze de favor público. (...) Mesmo com a melhor das intenções, será difícil a mesma pessoa defender simultaneamente os interesses públicos e os de empresa que pela sua natureza especial encontra-se frequentemente em choque com aqueles interesses (...). Outro objetivo da emenda é estender o impedimento dos sócios de empresas que gozam de favor público, que no Projeto alcança apenas o *sócio principal*. (...)

Sala das Sessões, 6 de maio de 1947

- Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes.

Parecer

A Comissão opina pela rejeição da emenda supra, por ter aceito emenda substitutiva que disciplina com precisão a matéria.

Sala das Sessões, 16 de maio de 1947

- Osny Silveira (relator).⁹²

Não obstante, na 55ª sessão ordinária, em 27 de maio, mais uma vez notamos que Caio Prado Júnior mostraria que estaria disposto a defender suas proposições até o último minuto do debate político. Exemplo disso foi quando nosso constituinte, na aludia sessão, ainda na hora do expediente, ofereceu apartes durante o discurso do *psedista*, Luiz Liarte que tratou do assunto referente a proposta de reforma tributária contida, como destacamos, no projeto da Carta Magna estadual. Diria Caio Prado Júnior:

⁹² *Idem*, p. 886.

O sr. Caio Prado Júnior – Se V. Excia. está fazendo uma brilhante dissertação sobre georgismo e imposto único, mas me parece que não se cogita disto no projeto de Constituição nem nas emendas.

O sr. Luiz Liarte – Se v. Excia. permite, devo chegar exatamente a esse ponto. Desejaria, conforme já disse estudar o imposto de vendas e consignações. Já disse que estou de acordo com o ponto de vista de que os impostos, desde que isto seja possível e nas proporções aceitáveis, não somente pela economia ou finança do Estado, como também em relação à economia do particular.

O sr. Caio Prado Júnior – Parece que ficou bem demonstrado que o imposto de vendas e consignações não só seria suprimido totalmente, como, ainda mais, substituído pelo imposto territorial e outros impostos.

O sr. Luiz Liarte – Eu aceito o aparte de V. Excia. e reconheço a elevada cultura do ilustre colega e o seu ponto de vista que é digno de ser apreciado nesta Casa, mas o meu discurso não é senão um grito de alerta contra a possibilidade de que o imposto territorial rural venha a substituir inteiramente o imposto de vendas e consignações. Meu discurso resulta, neste ponto, no sentido de evitar-se para o futuro tal possibilidade de interpretação.

O sr. Caio Prado Júnior – De modo que o pensamento de V. Excia. não é contra a emenda do projeto e sim contra o que poderá disso advir, futuramente.

O sr. Luiz Liarte – Justamente. (...).⁹³

Então, Caio Prado Júnior acompanhou o pronunciamento do colega Liarte, e em nosso ponto de vista, compreendeu que havia entre os seus pares aqueles que queriam derrubar a proposta do projeto de Constituição da qual ele foi um dos signatários. E mais uma vez apresentou apartes ao discurso de Liarte, expondo a situação real da ocupação das terras na área rural do Estado de São Paulo:

O sr. Caio Prado Júnior – A situação em São Paulo é precisamente essa a que V. Excia. se referiu, relativamente à Nova Zelândia. O número de grandes proprietários é pequeno mas a área abrangida é grande, pois os grandes proprietários ocupam uma grande parte da área de São Paulo.⁹⁴

Luiz Liarte discordou da afirmação de Caio Prado Júnior, mostrando a estatística publicada em 1946 pelo Ministério da Agricultura, que levantou um cadastro, mostrando para São Paulo as porcentagens entre o número de alqueires e proprietários⁹⁵. E Caio Prado Júnior insistiu em seu argumento:

O sr. Caio Prado Júnior – Isto com relação ao número de proprietários, mas o número de proprietários não interessa. O que interessa saber é que a área ocupada é grande e não o número de proprietários que a ocupam. Sendo

⁹³ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 55ª Sessão Ordinária em 27 de maio de 1947. p. 57. Observamos que georgismo refere ao seu mais conhecido teórico norte-americano Henry George, é uma filosofia política e ideologia econômica.

⁹⁴ *Idem*, p. 59.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 59.

maior o número de pequenos proprietários, é claro que será menor o número dos grandes proprietários.

O sr. Luiz Liarte – O número exato é de 1501 para mais de 500 alqueires de terra.

O sr. Caio Prado Júnior – Perfeitamente e que representa uma certa área global das terras.

O sr. Luiz Liarte – V. Excia. poderia dizer qual é a proporção?

O sr. Caio Prado Júnior – Existem estatísticas das áreas. A Secretaria da Agricultura de São Paulo, em suas estatísticas, publica a área ocupada por cada grupo de proprietários e verifica-se por estas estatísticas que a maior área de São Paulo está em mãos de grandes proprietários.⁹⁶

O debate prosseguiu mais um pouco quando o presidente da Mesa advertiu que estava esgotada a hora do expediente, mas, como não havia ordem do dia em pauta, Luiz Liarte poderia prosseguir fazendo o uso da palavra. O mesmo encerrou seu discurso afirmando que iria procurar elementos para contrapor o argumento de Caio Prado Júnior e voltaria a abordar o assunto. Nesta perspectiva, podemos perceber que as intervenções de nosso constituinte seriam acaloradas durante a discussão do projeto da Constituição Estadual de São Paulo, é o que iremos expor mais adiante.

⁹⁶ *Ibidem.* p. 59.

2.2. Primeira discussão

Para compreendemos melhor atuação de Caio Prado Júnior na qualidade de constituinte, abaixo registramos seus pronunciamentos nas sessões destinadas à primeira discussão do projeto de Constituição. Como informamos, a primeira discussão do projeto de Constituição, de acordo como o RIC, teve início na 57ª sessão ordinária do dia 29 de maio e foi concluída na 69ª sessão ordinária de 13 de junho.

Entretanto, antes de entrarmos na aludida discussão, vamos distinguir alguns momentos, das sessões anteriores, os quais definiram os critérios da discussão. O primeiro deles ocorreu na sessão ordinária do dia 26 de maio, na qual foi apresentado e aprovado sem debate o seguinte requerimento, subscrito pelo *psedista* Padre Carvalho e outros:

REQUERIMENTO Nº 104, DE 1947

Requeremos que a Mesa haja por bem convocar sessões extraordinárias, a partir do dia em que se iniciar a discussão e votação do projeto de Constituição.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1947

- *Padre Carvalho, (...)*⁹⁷

Por outro lado, com o objetivo de estabelecer os critérios de discussão e votação do projeto da Constituição, na 56ª sessão ordinária de 28 de maio, na hora do expediente, foi lida a proposta de emendas ao RIC⁹⁸ encaminhadas pela Mesa da Casa, então assinadas pelo presidente Valentim Gentil e pelos secretários, Mario Beni e Catullo Branco. Estas definiram melhor o tempo de intervenção de cada bancada durante a discussão do projeto de Constituição. Em nosso entendimento, essa reforma ocorreu para que a Casa entrasse em acordo após a polêmica emenda nº 5, referida acima, ter recebido o parecer favorável da CEC. A chamada reforma do RIC foi tratada em apenas uma sessão extraordinária convocada para aquele mesmo dia 28 de maio, às 18h00. Nesta os líderes das bancadas que compunham a Assembleia Constituinte comprometeram-se, por mensagem escrita e enviada a Mesa da Casa, durante a sessão: a apoiar um requerimento no sentido de pôr em vigor imediatamente a reforma regimental prevista; informar que por meio de entendimento com os constituintes signatários da emenda nº 5, estes entregariam ao presidente da Casa um requerimento

⁹⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 54ª Sessão Ordinária em 26 de maio de 1947. p. 13.

⁹⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 4ª Sessão extraordinária em 28 de maio de 1947. p. 112.

retirando a referida emenda; e por fim, concordaram que nenhuma reforma do RIC seria proposta ou promovida até a promulgação da Constituição do Estado de São Paulo. Foram feitas nove cópias deste documento, todas subscritas pelos representantes das bancadas que participaram dos entendimentos e pelo presidente da Assembleia.⁹⁹ Logo após a leitura do documento os constituintes signatários da aludida emenda nº 5 apresentaram o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 133, DE 1947

Os Deputados infra-assinados, subscritores da Emenda nº 5, que consubstancia um substitutivo ao projeto inicial de Constituição, considerando que, sob a alta e honrosa Presidência de V. Excia., as bancadas de todos os Partidos representados nesta Casa, por seus líderes, concordam em modificar o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa para apressar a promulgação da Constituição de São Paulo;

Considerando que a rápida constitucionalização do Estado é o único objetivo visado pelos signatários da Emenda nº 5;

Considerando, finalmente, que a fórmula apresentada recebeu o alto patrocínio de V. Excia., que desta Casa merece inteira confiança e maior consideração;

Tomam a deliberação de retirar – como retirado tem – a referida emenda que, em virtude das considerações acima expostas perdeu a sua razão de ser.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1947

- *Auro de Moura Andrade, Ribeiro dos Santos, Alfredo Farhat, Miguel Petrilli, Rubens do Amaral, Arnaldo Borghi, Cruz Martins, Bento Sampaio Vidal, Joviano Alvim, Antonio Sylvio Cunha Bueno, Paula Lima, Oliveira Mathias, Toledo Artigas, Arimondi Falconi.*¹⁰⁰

Por conseguinte, na Ordem do Dia da já mencionada sessão ordinária do dia 29 de maio entrou em primeira discussão o projeto de Constituição. As regras para tal seguiram o determinado no RIC e foram expostas verbalmente pelo presidente da Casa:

O SR. PRESIDENTE – Vai entrar em primeira discussão o projeto de Constituição com as respectivas emendas. A primeira discussão será feita por capítulos, nos termos do artigo 7º, § 2º, do Regimento Interno De acordo com o art. 8º, cada bancada terá o direito falar sobre o capítulo em discussão pelo prazo correspondente a tantas vezes cinco minutos, quantos sejam os seus membros, assegurada a cada bancada o mínimo de 15 minutos. (...). O relator e os membros da Comissão, estes quando autores de votos ou pareceres em separado terão 15 minutos para discussão de cada capítulo. Se os Deputados cederem a sua vez a outros da mesma bancada essa cessão nunca poderá exceder o prazo assegurado à sua bancada (...).

Encerrada a discussão, será ele imediatamente posto em votação, englobadamente, *sem prejuízo das emendas* que serão votadas uma a uma, votando-se em primeiro lugar as de parecer favorável e em segundo lugar, as de parecer contrário. Votada uma emenda, serão consideradas prejudicadas

⁹⁹ *Idem*, p. 112.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 112-113.

todas as que tratarem da mesma matéria e colidam com o vencido (...). Iniciando a discussão do projeto, eu faço com grande contentamento cívico, com grande entusiasmo, com a convicção de que os debates decorrerão num ambiente de elevação, de nobreza de que têm dado tantas provas os Constituintes de São Paulo.¹⁰¹

Logo, na qualidade de presidente da Casa, Valentim Gentil, em primeiro lugar submeteu à discussão o preâmbulo do projeto com as respectivas emendas¹⁰² n°s 1, 1-A e 2. O primeiro constituinte a usar a palavra foi Sebastião Carneiro, em nome da bancada do PSD, para defender a evocação do nome de Deus no preâmbulo da Constituição Estadual de São Paulo, como previa o projeto de Constituição e as referidas emendas. Seu discurso teve o aparte de Caio Prado Júnior:

O Sr. Sebastião Carneiro – (...) Não conheço, sr. Presidente, srs. Constituintes, nenhuma Constituição que não traga no seu intróito, no seu preâmbulo, essa invocação sublime ao nome de Deus, este pedido de proteção a Deus. (...) Já – se não me trai a memória – a Constituição política do Brasil, a que data de 1824, ao tempo de D. Pedro I, trazia no seu pórtico a invocação ao nome de Deus mas sim em nome da Santíssima Trindade, Amém. (...)

Não conheço outras Constituições, mas as nossas Constituições, desde a de 24 até a de 18 de setembro de 1946, todas elas trazem, no seu preâmbulo, a invocação ao nome e proteção de Deus. E não há, srs. Constituintes, nenhuma Constituição, de todos os Estados do Brasil – nenhum só – que não traga essa invocação no seu intróito.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte? E a Constituição brasileira de 1891?¹⁰³

Registramos abaixo o preâmbulo da Constituição brasileira de 1891 consta que:

Nós, os Representantes do Povo Brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte¹⁰⁴

Portanto, Caio Prado Júnior chamou a atenção da Casa, quebrando o argumento do colega *psedista* Sebastião Carneiro, de que todas as Constituições brasileiras evocaram em seu preâmbulo o nome de Deus, pois, como comprovamos acima, a primeira Carta Magna da República, a Constituição de 1891, não fez tal evocação.

¹⁰¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 29 de maio de 1947, p. 138.

¹⁰² A emenda número 1 foi publicada em *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 48ª Sessão Ordinária em 19 de maio de 1947, p. 366.

¹⁰³ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 29 de maio de 1947, p. 140-141.

¹⁰⁴ *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 3: Preâmbulo, 1891.

Mas, voltando ao debate sobre o preâmbulo, Sebastião Carneiro concluiu seu discurso defendendo que no preâmbulo da Constituição de São Paulo figurasse a evocação a Deus. O discurso seguinte, proferido por Loureiro Júnior, também seguiu na mesma linha que seu antecessor¹⁰⁵. Em sequência discursou Milton Cayres de Brito, lembrando que a Constituição de 1946 consagrou a tradição das Constituições brasileiras, qual seja, manter o princípio da separação entre a Igreja e o Estado, e ainda acrescentou a liberdade do culto religioso, condenando a intolerância religiosa. Neste sentido, o líder da bancada comunista leu a declaração de voto de sua bancada, da qual o último signatário foi Caio Prado Júnior:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 11 DE 1947

Votamos contra a inclusão do nome de Deus no preâmbulo da Constituição Estadual, defendendo o princípio consagrado em nossa tradição política, de separação da Igreja do Estado.

Trata-se realmente de uma exigência anti-democrática e intolerância religiosa pretender-se invocar o nome de Deus numa Assembleia política formada de homens de todas as crenças e de homens sem crença.

Tem mostrado a experiência que nenhuma formulação que pretenda invocar forças sobrenaturais, no caso a invocação do nome de Deus, se torna necessária.

Efetivamente, para os crentes, a invocação de seu Deus preside ou deve presidir seus atos, além do que, pelo conceito de onisciência e de onipresença, admitido é que todos seus atos, contem com a presença do Ente superior.

Para os descrentes, a invocação é disparate.

Por esse motivo, votamos contra a inclusão do nome de Deus no preâmbulo de nossa Carta constitucional.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1947

- Milton Cyares de Brito, Mautílio Muraro, Taibo Cadorniga, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Roque Trevisan, Lourival Villar, Caio Prado Júnior.¹⁰⁶

Após isto, mais alguns constituintes usaram a palavra defendendo a proposta do projeto de constituição de agregar o nome de Deus ao preâmbulo da Constituição e outros defendendo as emendas ao mesmo, mas sempre mantendo a evocação a Deus. Deste modo, o presidente da Casa encaminhou a votação e Caio Prado Júnior chamou a atenção para que a Assembleia seguisse o RIC:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Parece-me, sr. Presidente, que a votação global do capítulo tem que ser feita inicialmente, sem preferência. O artigo 11 do Regimento diz o seguinte: (lê) – “Encerrada a discussão de um

¹⁰⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 29 de maio de 1947. p. 143.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 144-145.

capítulo, será ele imediatamente posto em votação, englobadamente, sem prejuízo das emendas, que serão votadas uma a uma”.

De forma que tem que ser posto em votação o texto.

O SR. PRESIDENTE – A interpretação do Regimento seria exatamente essa que V. Excia. acaba de dar, numa questão de ordem, se porventura se tratasse, realmente de um capítulo. Mas, na realidade, é apenas um preâmbulo, de maneira que a votação e a aprovação do preâmbulo não admitem emenda. Seria uma emenda de redação, mas esta só seria considerada em terceiro lugar (...).¹⁰⁷

Por conseguinte, notamos que já no encaminhamento da primeira votação sobre o projeto da Constituição, Caio Prado se fez presente, na qualidade de jurista e de constituinte que presidiu a Comissão do RIC. Assim, o presidente da Casa, Valentim Gentil, encaminhou a votação a partir da explicação ao nosso constituinte:

O SR. PRESIDENTE – Como acaba de ser resolvido, nos termos do Regimento Interno, em explicação ao deputado Caio Prado Júnior, o Regimento se refere à votação global por capítulo. (...) Sendo dessa maneira um caso excepcional, que o Regimento não prevê, quero submeter à opinião da Casa, sobre se uma emenda tem caráter substitutivo.¹⁰⁸

Nessa perspectiva, o presidente da constituinte encaminhou a votação, primeiro consultando a Casa sobre as emendas ao preâmbulo, que foram rejeitadas, e depois, colocando em votação o preâmbulo do texto do projeto, que foi aprovado.¹⁰⁹ Ato sucessivo foi a discussão do primeiro capítulo do projeto de Constituição e suas respectivas emendas. Naquele momento, de novo Caio Prado Júnior intervém, pela ordem, no sentido de recolocar o tema do encaminhamento da votação:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(pela ordem)* - Parece-me que o encaminhamento da votação consiste, precisamente, em defender a emenda ou combatê-la. (...) o relator sustenta o ponto de vista da Comissão, favorável ou contrário à emenda e, depois, o autor da emenda sustenta o seu ponto de vista, ou seja, a própria emenda. Desta forma, um e outro tem que entrar no mérito da questão, sem o que não haverá, propriamente encaminhamento de votação.¹¹⁰

No entanto, o presidente da Casa entendeu que tanto o relator quanto o autor da emenda deveriam discuti-la no decorrer do tempo destinado à discussão. E interpretou que o encaminhamento de votação visaria a esclarecer a Casa, orientando-a na maneira como deve votar, se favorável ou contrariamente à emenda. Deste modo, os trabalhos prosseguiram e foi convocada a 5ª sessão extraordinária para o mesmo dia, às 21h, com

¹⁰⁷ *Idem*, p. 148.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 149.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 149.

o objetivo de discutir o segundo capítulo do projeto de Constituição que tratou do Poder Legislativo. Nesta sessão Caio Prado Júnior iniciou sua participação através do aparte ao seu colega de bancada, Clóvis Oliveira Netto. Este, em seu discurso defendeu as emendas do PCB para o segundo capítulo do projeto de Constituição, entre elas a de nº 139, já apresentada acima. Reproduzimos abaixo uma parte da discussão:

O Sr. Clóvis Oliveira Netto – (...) A Emenda nº 139 de minha bancada aceita o projeto em seu artigo 18, letra “k”, no tocante à aprovação da nomeação dos Secretários de Estado, pela Câmara, excluindo-se, porém, dessa atribuição, a aprovação dos Prefeitos das estâncias hidrominerais, conforme demonstraremos a seu tempo quando se discutir o Título 2º do projeto. (...)

A Assembleia exercerá verdadeiro papel de crítica, o que, sem dúvida, conduzirá o Executivo a um extremo cuidado e ao melhor dos critérios nas indicações dos seus auxiliares. Estes, no mecanismo de nossa vida pública, não se investem de um mero e apoucado exercício de funções burocráticas. São eles que promovem e dirigem a máquina estatal; são os que elaboram planos e os executam; são, a bem dizer, os responsáveis técnicos pela marcha dos negócios públicos afetos às suas Secretarias.

O Sr. Epaminondas Lobo – V. Excia. dá licença para um aparte? O mal da sugestão apresentada pela bancada de V. Excia. é (estou argumentando por hipótese), o seguinte: vamos supor, por exemplo, que o Governador escolha um Secretário que não tenha aprovação da Assembleia; que escolha um segundo Secretário que, igualmente não tenha essa aprovação; que escolha ainda um terceiro... Ficaríamos num impasse o que viria afetar seriamente a vida do Estado.

O Sr. Clóvis Oliveira Netto – Assim, São Paulo se transformará num deserto de homens.

O Sr. Caio Prado Júnior – Devo ponderar que um caso dessa natureza, não ocorreu em 180 anos da História norte-americana.¹¹¹

Caio Prado Júnior se referiu à experiência norte-americana, na qual, de acordo com a Carta máxima dos Estados Unidos da América, os secretários indicados pelo Executivo passam pela aprovação do Parlamento. Não obstante, surgiram mais apartes ao discurso de Clóvis Oliveira Netto a ponto de o presidente da Casa chamar a atenção dos constituintes para organizarem suas intervenções ao discurso do colega. O discurso do *pcedista* foi sucedido pelo colega de bancada Caio Prado Júnior, defendendo a posição da CEC quanto à inclusão no Segundo Capítulo do referido projeto da escolha da Comissão Legislativa.¹¹² Não obstante, reproduzimos abaixo, do projeto de Constituição, o artigo 20 que recebeu a seguinte redação:

¹¹⁰ *Idem*, p. 151.

¹¹¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 5ª Sessão Extraordinária em 29 de maio de 1947, p. 178.

¹¹² *Idem*, p. 180

Artigo 20 – Incumbe à Comissão Legislativa, “ad referendum” da Assembleia:

- a) zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
- b) resolver quanto a pedido de licença para prisão ou processo de Deputado;
- c) conceder licença ao Governador para ausentar-se do Estado e receber-lhe a renúncia;
- d) convocar extraordinariamente a Assembleia;
- e) conceder crédito para socorros em casos de calamidade pública, quando insuficientes as dotações orçamentárias;
- f) convocar Secretário de Estado ou designar dia e hora para ouvi-lo;
- g) criar comissões de inquérito sobre fatos por ela determinados;
- h) aprovar nomeações e indicações previstas no artigo 18 letra “k” desta Constituição.¹¹³

Registramos o artigo 20 do referido projeto, pois ele definiu as funções da aludida Comissão Legislativa, e seria mencionado nos discursos seguintes que tratam do tema. Então, voltemos para às palavras de nosso constituinte para compreendemos melhor a questão:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Sr. Presidente, srs. Constituintes. O projeto de Constituição, elaborado pela Comissão inclui a Comissão Legislativa, isto é, um organismo escolhido pela própria Assembleia e funcionará durante o tempo das férias parlamentares. No seio da Comissão de Constituição, a inclusão desse órgão foi bastante debatida, tendo a sua existência sido condenada por alguns de seus membros; “por alguns”, digo mal: pela maioria.

Apesar disso, pedi a palavra para sustentar a necessidade da inclusão da Comissão Legislativa entre os órgãos de nossa organização política. (...)

A função da Assembleia e do Poder Legislativo em geral não é apenas a de legislar. Além dessa função – que é a sua função fundamental – ela tem que fiscalizar o Executivo, a ação do Governador, dos órgãos de administração pública e, ainda mais, atender aos reclamos da opinião pública, que se apresentam a cada momento, que surgem a cada instante.

Ora, deixando a Assembleia de funcionar durante uma parte do ano, o Poder Legislativo fica em suspenso; e essas funções de fiscalizadora da ação do Executivo e de atender aos reclamos da opinião ficam sem órgão de representação.

Nota-se que, dos 3 Poderes, o único que entra em férias é o Poder Legislativo, situação que absolutamente não se justifica.

O Sr. Luiz Liarte – O Judiciário também tem férias.

O Sr. Caio Prado Júnior – (...) Na Constituição de 1934, uma comissão mista de representantes do Senado e da Câmara de Deputados já existia na esfera federal. Além disso, esse tipo de órgão legislativo existe em muitas outras Constituições, aliás em todas as Constituições modernas.¹¹⁴

¹¹³ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 848.

¹¹⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 5ª Sessão Extraordinária em 29 de maio de 1947, p. 180.

O debate sobre o tema prosseguiu, e nosso constituinte recebe os apartes de Lincoln Feliciano e Alfredo Farhat, ambos colocando que a Comissão era prescindível, pois em caso de necessidade a Assembleia poderia ser convocada extraordinariamente durante o período de férias. Entendemos que o líder do PCB, Milton Cayares de Brito ajudou na sustentação do argumento do colega de bancada através de seu aparte:

*O Sr. Milton Cayres de Brito – V. Excia. dá licença para um aparte? Mesmo porque viria estabelecer o equilíbrio, pois, o único Poder que entra em férias é o Legislativo,*¹¹⁵

No entanto, Luiz Liarte, como salientamos acima, advertiu que o Judiciário também entra em férias. Mas, Caio Prado Júnior esclareceu a questão:

*O Sr. Caio Prado Júnior – (...) O Judiciário nunca entra em férias totais. Entra em férias para certas causas; para outras, se mantém em funcionamento. E é precisamente isto que está previsto, quando tratamos da Comissão Legislativa. Quando em férias a Assembleia, a Comissão não terá funções legislativas. Estas funções estão suspensas, mas as demais funções da Assembleia continuarão a existir.*¹¹⁶

O debate continuou com apartes dos constituintes já citados e de Epaminondas Lobo se colocando contra a criação da referida Comissão, argumentando que os 20 membros que comporiam a Comissão não poderiam deliberar sobre assuntos que competiam à maioria absoluta da Assembleia. Por outro lado, Gabriel Migliori apoiou a criação da Comissão, ao final das considerações de Caio Prado Júnior:

O Sr. Gabriel Migliori - V. Excia. dá licença para um aparte? Estou de acordo com V. Excia. quanto à criação de uma Comissão Legislativa. Apenas discordo de V. Excia. quando afirmou que os argumentos contrários são fracos. Não estou de acordo nesse ponto, mesmo porque V. Excia. somente pode justificar a criação dessa Comissão exatamente quando limita os poderes, as funções de acordo com o artigo 20. Portanto, também falece o argumento de que a Comissão vai substituir a Assembleia.
(...)

*O Sr. Caio Prado Júnior – Agradeço a lição do nobre colega que, embora da mesma opinião que a minha apenas apresenta o assunto sob outro aspecto. No entanto, queria terminar as minhas considerações. Não há uma delegação de poderes, em primeiro lugar pelos motivos já aduzidos, que se trata, apenas, de entregar algumas funções, funções essas que não constituem uma delegação no sentido do artigo 2º da Constituição.*¹¹⁷

¹¹⁵ *Idem*, p. 181.

¹¹⁶ *Idem*, p. 182.

¹¹⁷ *Idem*, p. 183.

E prosseguiu sua defesa, após os apartes de Epaminondas Lobo e Milton Cayres de Brito, afirmando que não se trata de uma delegação:

O Sr. Caio Prado Júnior – Além disso, além de não se tratar de uma delegação, quero lembrar que, de acordo com o corpo do artigo 20, todas as deliberações da Comissão são “ad-referendum” da Assembleia, de forma que a Assembleia não está, absolutamente, delegando sem controle algum, todas as funções que lhe competem exclusivamente. (...) ¹¹⁸

Distinguímos abaixo como Caio Prado Júnior concluiu seu discurso, destacando o processo de redemocratização como o momento importante para que o Legislativo ocupasse seu espaço num governo democrático e observando a má prática do Executivo:

O Sr. Caio Prado Júnior – (...) A própria experiência de nossa vida constitucional tem mostrado que é precisamente nestes períodos de férias parlamentares que são cometidos os maiores abusos, isto porque o Poder Executivo se aproveita desses períodos – durante os quais não existe uma Câmara aberta onde se possam ouvir as vozes dos Deputados – para abusar de seus poderes no discurso, justamente, dessas férias que são muito longas esperando que os fatos estejam esquecidos quando a Assembleia voltar a se reunir.

Não devemos permitir que este regime que estamos inaugurando, essencialmente democrático, um regime que é também de fiscalização popular, consubstanciado na Assembleia Constituinte, como órgão popular que é, não podemos permitir, repito, que a Assembleia se ausente ou desapareça completamente do cenário político durante alguns meses deixando o Poder Executivo com arbítrio da situação, sem controle, de espécie alguma. (*Palmas.*) ¹¹⁹

Em seguida ao discurso de Caio Prado Júnior, Sylvio Pereira pediu a palavra e se disse convencido da importância da criação da Comissão Legislativa, distinguiu que nas Constituições votadas depois da Segunda Guerra Mundial, existiam já comissões legislativas com órgãos fiscalizadores necessários. E ainda afirmou que, em seu entendimento, numa democracia o povo deve estar presente aos atos dos governantes, portanto, a comissão representaria isso. ¹²⁰

O debate prosseguiu com o aparte de Milliet Filho, filiado ao PTB, concordando com Sylvio Pereira que conclui seu discurso sob palmas. Em seguida Lincoln Feliciano pediu a palavra para afirmar que era contra a Comissão Legislativa, e advertiu que os artigos 19, 20 e 21 do projeto da Constituição não poderiam ser aprovados antes que se

¹¹⁸ *Idem. Ibidem.*

¹¹⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 5ª Sessão Extraordinária em 29 de maio de 1947, p. 184.

¹²⁰ *Idem*, p. 184.

resolvesse primeiro, se criaria ou não a Comissão Legislativa.¹²¹ E ainda distinguiu que o artigo 18 na letra M, o qual trata do Conselho Estadual de Contas, também, não poderia ser aprovado, a não ser a Assembleia resolvesse extinguir o Tribunal de Contas. Deste modo, o Caio Prado Júnior, em aparte, chamou a atenção do colega:

O Sr. Caio Prado Júnior – Não é assunto de discussão.

O Sr. Lincoln Feliciano – Está dentro do Capítulo. Se a Assembleia Legislativa mantiver o Tribunal de Contas, conseqüentemente, esse dispositivo não poderá ser votado.¹²²

No entanto, Caio Prado Júnior destacou que Lincoln Feliciano estava saindo do assunto, porque o capítulo relativo ao Tribunal de Contas, que tratava da fiscalização, se encontrava no capítulo quarto, Título segundo. Mas, Feliciano insistiu na discussão do Tribunal de Contas, tema caro para Caio Prado Júnior, como podemos verificar através da discussão abaixo:

O Sr. Lincoln Feliciano – (...) O Tribunal de Contas foi criado pelo Conselho Administrativo do Estado, em pleno vigor, nos termos do artigo 12 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. A pretensa ilegalidade de sua criação, alegada pelos defensores do Conselho Estadual de Contas, só poderia ser fixada pelo Poder Judiciário e não por esta Assembleia.

O Sr. Caio Prado Júnior – Esse Tribunal, que está aí criado, é absolutamente inconstitucional. A Constituição Federal expressa claramente: “A fiscalização de contas, nos Estados, será regulada pela Constituição respectiva”. De forma que o Interventor Macedo Soares não tinha poderes, como Interventor que era, de criar um Tribunal de Contas dias antes da reunião da instalação desta Assembleia, que devia tratar da matéria.

O Sr. Lincoln Feliciano – Isso necessitaria da manifestação da Justiça. Somente o Judiciário poderia dizer se o Tribunal foi criado, após aprovação do Conselho Administrativo, com aprovação do Sr. Presidente da República.

O Sr. Caio Prado Júnior – Que também errou.¹²³

O discurso de Lincoln Feliciano prosseguiu colocando em pauta a discussão sobre o Tribunal de Contas do Estado e Caio Prado Júnior fez mais um aparte:

O Sr. Caio Prado Júnior – Vou ler o artigo 22 da Constituição Federal (*lê*): “A administração financeira, especialmente a execução do orçamento será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e Municípios pela forma que for estabelecida nas Constituições Estaduais”.¹²⁴

¹²¹ *Idem*, p. 185.

¹²² *Idem*, p. 186.

¹²³ *Idem*, p. 186.

¹²⁴ *Idem*, p. 187.

Com essa fala de Caio Prado Júnior, Lincoln Feliciano se mostrou, em nossa opinião, provocado e disse que o artigo 22 da Constituição Federal não se aplicava naquele caso, ou seja, de como foram definidos os membros do Tribunal de Contas de São Paulo naquele ano. O presidente da Casa chamou a atenção dos dois constituintes e Feliciano conclui seu discurso. Logo após, o relator do projeto de constituição, Osny Silveira apelou a todos para que os colegas evitassem desvio da matéria em debate, pois foi isso que ocorreu quando Feliciano colocou em pauta a discussão sobre o Tribunal de Contas. Desse modo, se deu sequência à discussão do segundo capítulo.

Na qualidade de defensor da proposta de criação da Comissão Legislativa que constava no projeto de Constituição, Caio Prado Júnior ofereceu apartes durante os discursos de Lino de Mattos e Milliet Filho. Lino de Mattos (que, como já aludimos acima, era filiado ao partido do Governador Adhemar de Barros, o PSP) o qual, através dos debates em plenário, justificou sua discordância quanto à criação da referida Comissão nos moldes definidos pelo artigo 20 (exposto acima), propondo somente uma função para a Comissão, a de fiscalizadora.¹²⁵ Por outro lado, Milliet Filho, que chegou à conclusão das vantagens da criação da aludida Comissão, entre elas destacou a de que seria uma válvula pela qual poderia fazer chegar ao conhecimento de todo o Estado, pela voz de seus representantes, qualquer irregularidade ou injustiça cometida pelo Executivo.¹²⁶ Nosso constituinte também ofereceu um aparte à manifestação pela ordem de Alfredo Farhat,¹²⁷ convergindo com a opinião do colega Lino de Mattos. Caio Prado Júnior voltou a intervir na discussão durante o pronunciamento de Salles Filho,¹²⁸ que defendeu a supressão da Comissão Legislativa e em seu argumento salientou as consequências do artigo 20:

O SR. SALLES FILHO – (...) Devemos levar em consideração todos os casos, todas as consequências, inclusive o ridículo a que poderia ser exposto o Governador do Estado, como, por exemplo o fato de estar em alto mar, em um navio da nossa esquadra, e esse navio ter que voltar ao proto de embarque...

O Sr. Caio Prado Júnior – E que mal há nisso?

O Sr. Salles Filho - Há o mal supremo da desmoralização e falta de acatamento do Poder Executivo quando este por exemplo, tivesse solicitando licença com base na Constituição.

O Sr. Caio Prado Júnior – Obediência ao Legislativo não implica desacatamento nenhum.

¹²⁵ *Idem*, p. 187-189.

¹²⁶ *Idem*, p. 189-191.

¹²⁷ *Idem*, p. 190.

¹²⁸ *Idem*, p. 190-191.

O Sr. Salles Filho – Obediência, no entanto, que não deverá levar, o Governador, a vexames e situações exquísitas, que me parecem absolutamente incongruentes. Por isso, estou em desacordo com V. Excia., se bem respeite o seu ponto de vista. Ouvi, com atenção que merece, a oração de V. Excia. Não posso porém, infelizmente, concordar com V. Excia. V. Excia., em aparte ao sr. Lino Mattos, admitiu a possibilidade de se converterem todos os itens do art. 20 num único, que mantivesse, porém, o espírito da Comissão Legislativa, tendo em vista a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo. Para atingir esse fim, parece-me desnecessária uma Comissão Legislativa, porque a obrigação de zelar pelas prerrogativas do nosso Poder compete a todos nós.¹²⁹

Assim, Salles Filho concluiu seu pronunciamento. Em seguida tomou a palavra Gabriel Migliori que já havia se manifestado a favor da criação da Comissão Legislativa, como registramos acima, e veio afirmar sua posição, qual seja, de que a aludida Comissão teria o papel definido pelo que diz a letra “a” do artigo 20, o de *zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo*.¹³⁰ Mais à frente revelaremos a definição dos constituintes sobre o tema.

Ainda na discussão do segundo capítulo do projeto constituinte, Silvio Pereira solicitou a palavra para defender a emenda de seu colega da bancada do PTB, Waldy Rodrigues; a mesma recebeu parecer desfavorável do relator Osny Silveira, e propôs a criação do Senado Estadual constituinte. A defesa de Pereira recebeu apartes de Caio Prado Júnior:

O SR. SYLVIO PEREIRA – Sr. Presidente. Venho agora à tribuna por delegação do meu nobre companheiro de bancada, o deputado sr. Waldy Rodrigues, que precisou ausentar-se e solicitou-me fizesse a defesa de sua emenda rejeitada na Comissão. Essa emenda se refere a criação do Senado. (...)

No Brasil, o Senado foi criado como um meio de cooperação do Poder Legislativo, e de se evitar a preponderância dos grandes Estados, que são representados de acordo com o número de habitantes. O Senado seria, então, o meio de controlar a prevalência dos grandes Estados sobre os pequenos.

Portanto, por causa desse argumento inicial do Senado, entendeu-se que seria o único argumento da implantação ou da instituição do Senado. Mas, sr. Presidente, em verdade, não é este o único argumento. Mantem-se o Senado dos Estados da República Americana como um meio de se evitar que as leis votadas pela Assembleia traduzam paixões de momento.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para uma aparte? Não é perfeitamente exato isso, porque o Senado americano, de acordo com os comentadores e os debates da época, foi exclusivamente criado para garantir a igualdade dos Estados, que eram muito ciosos de sua liberdade, até o momento de sua formação.

O Sr. Sylvio Pereira – Eu estou referindo ao Senado nos Estados.

¹²⁹ *Idem*, p. 190-191.

¹³⁰ *Idem*, p. 191-192.

O Sr. Caio Prado Júnior – Isso é mimetismo.

O Sr. Sylvio Pereira – Não é. Há outro argumento sério e muito interessante para a instituição do Senado e esse argumento é o seguinte: as Assembleias Legislativas são constituídas por tempo relativamente curto.

O Sr. Caio Prado Júnior – O tempo de quatro anos já foi aprovado.

O Sr. Sylvio Pereira – Há a emenda da bancada comunista, reduzindo para dois anos.

O Sr. Caio Prado Júnior – A comissão aprovou quatro anos. Não me parece que quatro anos sejam um mandato curto.¹³¹

O debate prosseguiu mais um pouco, no entanto os apartes de Caio Prado Júnior foram os registrados. Os mesmos nos revelam que nosso constituinte era contrário à criação do Senado e já estava ciente da derrota da emenda de sua bancada, ou seja, o plenário iria acompanhar o parecer da Comissão que defendeu o mandato de quatro anos para os deputados estaduais.

Após o pronunciamento de Sylvio Pereira o presidente em exercício, Nelson Fernandes, deu por encerrada a discussão do segundo capítulo. Então, submeteu à votação o mesmo, globalmente, sem prejuízo das emendas. Assim, foi aprovado o segundo capítulo do projeto e se passou à votação das emendas. Votariam em primeiro lugar as emendas de parecer favorável da Comissão. Pelas palavras do presidente em exercício:

De acordo com o art. 18, no momento da votação das emendas o relator do projeto e os membros da Comissão, autores de votos ou pareceres em separado, poderão encaminhar as respectivas votações, dando rápidos esclarecimentos, no prazo máximo de cinco minutos cada um.¹³²

E deste modo os trabalhos seguiram, até que surgiram dúvidas por parte do líder do PSD, Padre Carvalho, sobre o encaminhamento da votação das emendas rejeitadas pela CEC. Por conseguinte, Caio Prado Júnior pediu a palavra pela ordem para defender o RIC, apoiado pelo relator da Comissão, o constituinte udenista Osny Silveira:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (...) O Regimento é absolutamente claro, porque para a sua interpretação não se usa apenas o que literalmente nele está contido, mas também o seu espírito. O que está sendo e foi votado em primeira discussão é o capítulo globalmente, salvo emendas. De forma eu tudo aquilo que não for modificado por emendas aprovadas está, por natureza, aprovado.

O Sr. Osny Silveira – E não admite emendas em segunda discussão.

O Sr. Caio Prado Júnior – Não admite absolutamente emendas em segunda discussão. Repito mais uma vez meu argumento: o capítulo foi votado englobadamente salvo as emendas só as emendas é que poderão modificar

¹³¹ *Idem*, p. 192.

¹³² *Idem*, p. 193.

esse texto e isso é absolutamente claro. É necessário firmar essa jurisprudência desde já porque senão em segunda discussão, vamos reabrir a discussão sobre toda a Constituição, o que absolutamente não se justifica. Isso é de praxe universal de todos os parlamentos e de todos os parlamentares. Em segunda discussão só se admitem emendas aditivas, emendas sobre matéria de que não se cogitou no texto, que não foi vencida, portanto. Eu repito essa questão, chamando para ela a atenção do sr. Presidente. Se forem rejeitadas todas as emendas prevalecerá o texto, isto é, a votação global, feita inicialmente, e essa é a boa interpretação do nosso Regimento; não apenas literal, mas do seu espírito.¹³³

O presidente da Casa, Valentim Gentil, após a intervenção de Caio Prado Júnior, Padre Carvalho e Castro Neves (PSD), recolocou em discussão o projeto de Constituição alegando que a Mesa tomaria a deliberação de aplicar o RIC com a liberalidade resultante do que tinha sido combinado com as bancadas.¹³⁴

Então, o debate prosseguiu e Caio Prado Júnior se colocou em defesa da emenda nº 25 na qualidade de primeiro signatário da mesma. A emenda nº 25, como acima registramos, propunha que o mandato dos deputados estaduais durasse dois anos. Pelas palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Peço a palavra. Como primeiro signatário da emenda, vou justificar o mandato de 2 anos. Não há a menor dúvida de que o mandato de 2 anos é muito mais democrático, porque a Assembleia, assim, acompanha, com mais facilidade, as mutações da opinião pública. (...). O melhor exemplo disso são os Estados Unidos, onde há eleições cada dois ou três meses, uma vez que grande número das funções administrativas são exercidas por candidatos eleitos pelo povo.

A eleição tornou-se, ali, de tal forma banal e fácil, que mesmo num domingo, o eleitorado em vez de ir a um cinema ou a qualquer passeio, irá depositar seu voto na urna. Isto absolutamente não causa transtorno de espécie alguma, de forma que o mandato curto, além de apresentar essa grande vantagem, de permitir melhor representação da opinião pública na Assembleia, constitui um elemento de educação política do eleitorado, acabando por terminar com esse sistema em que vivemos atualmente, isto é, de representar, para a vida do Estado, cada eleição quase que uma convulsão dado o pequeno preparo do eleitorado com também o anseio com que os candidatos se atiram à sua propaganda eleitoral.

Neste sentido, sr. Presidente, votamos pelo prazo mais curto e esperamos que esta Assembleia, que legitimamente representa o pensamento público, agora e no futuro também, vote no sentido de diminuir o tempo dos mandatos, tornando-os mais democráticos. (*Muito bem.*)¹³⁵

Apesar dos argumentos de Caio Prado Júnior, a Assembleia seguiu a direção da CEC e a emenda nº 25 foi rejeitada. Imediatamente após, o presidente da Casa deu

¹³³ *Idem*, p. 200.

¹³⁴ *Idem*, p. 201.

¹³⁵ *Idem*, p. 202-203.

como encerrada a discussão, e convocou a todos para que no dia seguinte, em sessão ordinária, se retomasse a discussão e votação do capítulo segundo.

Logo no início dos trabalhos da 58ª sessão ordinária, ocorrida no dia 30 de maio, Caio Prado Júnior se fez representar através da primeira discussão daquele dia, quando se tratou de emendas que versavam sobre o preceito contido no artigo quarto do projeto, no capítulo segundo, *Do Poder Legislativo*, seção primeira, *Da sua organização*:

Artigo 4º - Podem ser eleitos Deputados os brasileiros (Const. Fed., art. 129, na I e II), eleitores maiores de 21 anos.¹³⁶

Assim, quando na Ordem do Dia da referida sessão se prosseguiu na discussão do segundo capítulo do Título I *Da organização dos Poderes* do projeto da Constituição, Caio Prado Júnior registrou sua opinião a respeito do artigo 4º, quando em especial se debateu a emenda que definiu os elegíveis para a vaga de deputado estadual. Pelas palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, como voto vencido na Comissão, peço a palavra para combater essa emenda e sustentar a outra que apresentamos, e que teve voto vencido na Comissão.

Essa emenda incluiu, entre cidadãos que possam ser eleitos Deputados, apenas brasileiros, incluídos nos ns. I e II do art. 129 da Constituição Federal, isto é, excluiu os naturalizados. Essa disposição me parece inconstitucional, porque o art. n. I da Constituição Federal proíbe criar distinção entre brasileiros, e o fato de tornar inelegíveis os naturalizados, que são brasileiros, por força do art. 129, nº IV, criou, evidentemente, uma distinção proibida por esse dispositivo citado. Alega-se, em contrário, que a Constituição Federal estabeleceu, para a eleição de Deputados Federais, ser necessário excluírem-se os brasileiros naturalizados, mas isso só existe para os Deputados Federais, não existe para os Deputados Estaduais.

A Constituição, nos seus artigos 138 e 139, estabeleceu quais são as inelegibilidades para os Deputados Estaduais e não excluiu ali os naturalizados, de forma que nós não podemos criar na lei uma distinção que não existe na Constituição Federal.

Nessas condições, a emenda em debate, nº 33, que torna inelegíveis os naturalizados é inconstitucional. Essa emenda, portanto, deve ser rejeitada para entrar em votação a outra emenda que permite a eleição dos naturalizados.¹³⁷

No entanto, distinguimos que a defesa de Caio Prado Júnior da elegibilidade dos brasileiros naturalizados colidia com o previsto na Constituição Federal de 1946, pois a mesma definiu que os naturalizados brasileiros eram inelegíveis ao cargo de deputado federal. Sendo assim, o plenário da Assembleia Constituinte de São Paulo seguiu o

¹³⁶ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 846.

indicado pela Carta Federal, e votou pela aprovação da emenda nº 33 e rejeitou a emenda nº 30-A, cujo primeiro signatário, como já informamos, foi Caio Prado Júnior.¹³⁷ Por conseguinte, compreendemos que a incorporação dos naturalizados à vida cívica, que tanto Caio Prado Júnior defendeu em seus escritos, ficou prejudicada naquele momento, rompendo, em nossa opinião, desse modo, com a própria história da sociedade paulista, em especial na área da produção agrária.

O texto final da Constituição Estadual ficou desse modo:

Artigo 6º - Só poderão ser eleitos deputados os brasileiros (art. 129, ns. I e II da Constituição Federal), maiores de vinte e um anos, eleitores, no gozo de seus direitos políticos, com mais de cinco anos de residência no Estado.¹³⁹

Mas, Caio Prado Júnior não se abateu com aquela derrota e na mesma sessão voltou a pedir a palavra para expor os argumentos do voto de sua bancada sobre a emenda nº 57-A, referente ao artigo 11 do segundo capítulo. Num primeiro momento o presidente Valentim Gentil lembrou à Casa o conteúdo da referida emenda, e logo após nosso constituinte pediu a palavra:

O SR. PRESIDENTE – Vamos passar ao artigo 11. Há uma emenda com parecer favorável, nº 57-a: (lê) “Art. – Nenhum Deputado poderá, desde a posse: a) celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica ou sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedeça a normas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, comissão, ou emprego remunerado, de pessoa jurídica de direito público ou entidade autárquica; c) patrocinar causas contra pessoa jurídica de direito público interno e de entidade autárquica; d) pleitear interesses privados perante a administração pública, na qualidade de advogado ou procurador; e) ser proprietário, diretor ou sócio principal de empresa beneficiada com privilégio, concessão, isenção, ou favor, em virtude de contrato com a administração pública; f) acumular mandatos eletivos”.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Pedi a palavra para encaminhar a votação como voto vencido da Comissão. Vamos contra essa emenda, pelo seguinte: de um modo geral, ela reproduz um texto do projeto. Apenas exclui desse projeto uma frase, com relação à letra “e”. O projeto acrescentava a expressão “nela exercer função remunerada”. Evidentemente, se excluirmos, se impedirmos o ser proprietário, diretor ou sócio principal, não há razão nenhuma para não excluirmos, também, aquele que exerça outra função remunerada. Além do diretor, são interessados na empresa concessionária, gerentes, administradores, que não são diretores. De forma que, se excluirmos os diretores, termos que excluir, também, os demais que exercem função remunerada.

¹³⁷ Cf. PRADO JR., Caio. “Combate emenda que declara inelegíveis os naturalizados”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio de 1947, p. 218-219.

¹³⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio de 1947, p. 218 e p. 222.

¹³⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, p. 697.

A aprovação dessa emenda significaria a supressão dessa parte: “exerça função remunerada”. De forma que apelo para a Casa no sentido de rejeitar a emenda, para manter esse impedimento, o exercício de função remunerada nessas empresas. Porque, evidentemente, um Deputado que exerça função remunerada, numa empresa que goze de privilégios e concessões, de favores públicos, é suspeito e não pode, ao mesmo tempo, pleitear ou defender interesses como administrador dessa empresa e como Deputado, portanto, defender os interesses públicos, que muitas vezes podem ser contrários aos interesses dessas empresas. De forma que essa emenda deve ser rejeitada com base nesse princípio de moral e de decência dentro da administração pública, dentro do Legislativo.¹⁴⁰

Aqui cabe salientar o comprometimento de nosso constituinte com a formação de um Legislativo voltado para os interesses públicos, ou seja, para os interesses da população, e não para causas pessoais. No entanto, a emenda 57-A foi aprovada pelo plenário da constituinte.¹⁴¹

No mesmo dia 30 de maio foi convocada a 6ª sessão extraordinária, para as 20h30, com o objetivo de dar continuação à discussão do projeto de Constituição. Logo no início da sessão, Caio Prado Júnior já se fez presente ao apoiar o relator da CEC, Osny Silveira, que recomendou à Casa acompanhar o parecer da referida comissão quanto à rejeição da emenda nº 75, de autoria do constituinte Ribeiro dos Santos.¹⁴² De acordo com o relator:

O SR. OSNY SILVEIRA – Se esta emenda for aprovada, não haverá dentro do Estatuto Constitucional aquela obrigação, aquele dever consignado no projeto, de os srs. Deputados fazerem declaração pública de seus bens no início e no termo de seus mandatos. É uma medida de alta relevância, de um aspecto moral indeclinável e que em nada diminui os srs. Deputados. Ao contrário, pode até elevá-los no conceito público. (...)

O Sr. Caio Prado Júnior – Permita-me V. Excia. lembrar que será um ótimo exemplo para todo o País.¹⁴³

Neste sentido, mesmo com uma votação apertada, a emenda nº 75 foi rejeitada por 26 votos contra 21, e essa vitória recebeu palmas do plenário, ou seja, dos constituintes e das pessoas que estavam nas galerias assistindo.¹⁴⁴ Ainda naquela sessão Caio Prado Júnior faria mais duas intervenções. Na primeira, quando a Casa iniciava a discussão das emendas referentes ao artigo 16, que no projeto apresentou a seguinte redação:

¹⁴⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio de 1947, p. 230.

¹⁴¹ *Idem*, p. 232.

¹⁴² *Idem*, p. 249.

¹⁴³ *Idem*, p. 250.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 251.

Artigo 16 – Os Deputados perceberão ajuda de custo anual e subsídio, fixados em cada legislatura para a subsequente.

Parágrafo único – O subsídio divide-se em duas partes – uma fixa, mensal, paga no decurso de todo o ano, outra variável, correspondente ao comparecimento às sessões.¹⁴⁵

Nosso constituinte solicitou a palavra pela ordem, distinguindo que a emenda nº 98 seria uma emenda de redação:

O SR. PRESIDENTE – Passemos agora à votação do artigo 16, § único. (...)

A Emenda n.º 98 diz o seguinte: “o subsídio divide-se em duas partes – uma fixa mensal, devida mesmo durante o recesso da Assembleia, outra variável, pelo comparecimento às sessões”.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, esta emenda, parece-me que é exclusivamente de redação e de acordo com o critério adotado pela Mesa, as emendas de redação devem ficar para a última discussão; caso contrário, vamos perder tempo com um assunto que é absolutamente incabível para o momento. *(Muito bem.)*¹⁴⁶

Imediatamente após sua fala Joviano Alvim retirou a referida emenda, que era de sua autoria.¹⁴⁷ A última intervenção de Caio Prado Júnior naquela sexta sessão extraordinária foi marcada por seu pedido de ordem para solicitar à Mesa a explicação de como seria o modo de votação das emendas referentes ao Artigo 18 de projeto que tratava das competências exclusivas da Assembleia Legislativa.¹⁴⁸ Uma das emendas apresentadas ao referido artigo foi a de nº 141, de autoria de Loureiro Júnior, que tinha o objetivo de tornar competência da Assembleia a aprovação da criação das estâncias hidrominerais naturais. Deste modo, Caio Prado Júnior solicitou a palavra:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* – Sr. Presidente.

Penso que poderemos votar separadamente, começando no que concerne aos Secretários de Estado. Quanto à questão das estâncias hidrominerais naturais, é preciso inicialmente saber se vamos adotar tais estâncias ou não.

Parece-me, entretanto, que esse assunto só poderá ser discutido quando da discussão dos Municípios e da autonomia municipal. Isto porque, por exemplo, a nossa bancada – aliás, esta é apenas uma observação de estâncias hidrominerais naturais.

O SR. PRESIDENTE – Mas não se pode deixar de votar também essa parte.

O Sr. Osny Silveira – Se desaparecer a estância, desaparecerá também o inciso.

O Sr. Caio Prado Júnior – A questão é delicada, com efeito, porque, se forem admitidas as estâncias hidrominerais naturais, seremos favoráveis à aprovação, pela Assembleia, da nomeação de Prefeitos. Entretanto, somos

¹⁴⁵ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 847.

¹⁴⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio de 1947, p. 235.

¹⁴⁷ *Idem.*

¹⁴⁸ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 847-848.

contra a própria existência de estâncias e Municípios com Prefeitos nomeados.

Assim, sr. Presidente, o nosso voto se torna muito difícil.

O SR. PRESIDENTE – Peço licença para informar a V. Excia. que, se porventura no capítulo referente à organização dos Municípios e estâncias não for criada fica prejudicada a matéria votada.

O Sr. Caio Prado Júnior – De forma que cai.

O SR. PRESIDENTE – Exatamente.

O Sr. Caio Prado Júnior – Faço essa observação, sr. Presidente, para firmar esse princípio da nossa bancada.

Quer dizer que não é matéria vencida? Pode-se, depois, no capítulo referente aos Municípios, votar contra a criação de estâncias?

O SR. PRESIDENTE – Em consequência da nomeação dos Prefeitos (...) ¹⁴⁹

Então, o presidente deixou claro que no capítulo referente aos Municípios se poderia votar contra a criação das aludidas estâncias hidrominerais, e encaminhou a votação das emendas referentes ao artigo 18. Logo após essas votações a sessão foi encerrada.

Em seguida da abertura da 59ª sessão ordinária, de 31 de maio, na hora do expediente, Mario Beni pediu a palavra e pronunciou um longo discurso sobre o capítulo do projeto de Constituição relativo à tributação. Em especial acerca da proposta do projeto que prevê a supressão do imposto de venda e consignações, e por outro lado, criava o mecanismo para a efetiva arrecadação do ITR. Caio Prado Júnior fez vários apartes ao discurso de Mario Beni, e vamos destacar a seguir alguns daqueles.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte? V. Excia. está adiantando uma proposição que me não parece bem exata. Os impostos indiretos não são aqueles capazes de proporcionar maior rendimento, e a prova disso está na evolução das finanças de todos os países modernos onde essa substituição se está fazendo em proporções cada vez mais acentuadas, não apenas com o objetivo da justiça tributária, mas, também, com o objetivo de reforçar as finanças públicas.

O Sr. Mario Beni – Respondendo ao aparte com que muito me honrou V. Excia., devemos dizer que não podemos comparar o clima do desenvolvimento da tributação de justiça fiscal do nosso País com o de outros povos, onde a experiência por que queremos passar, é sem dúvida, muito mais adiantada. V. Excia., mesmo, neste plenário, teve ocasião de fazer considerações a esse respeito, e terei a oportunidade de responder a V. Excia. neste ponto que também considero capital em nossa apreciação.

Eles seguem de perto as variações da riqueza e as oscilações da moeda, enquanto que os diretos se revelam inelásticos, estáveis.

Em suma, somente da associação de impostos diretos e indiretos poderá resultar um sistema tributário capaz de atender aos vários aspectos da imposição: os que respeitam a economia dos poderes públicos e os que se relacionam com a repartição do imposto.

(...)

¹⁴⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio de 1947, p. 267.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. tem toda a razão quando afirma que os impostos devem ser tanto diretos quanto indiretos, mas é precisamente isto o que se pretende com o Projeto Constitucional.

Na situação atual em que nos encontramos, é o inverso que ocorre: apenas os impostos indiretos é que contribuem, seriamente, em proporções apreciáveis, para os cofres públicos. O imposto de vendas e consignações, imposto indireto, vem crescendo na sua proporcionalidade permanentemente, e já cobre, hoje, cerca de 75% da arrecadação. De forma que, a situação atual é que está em desacordo com a opinião de V. Excia.¹⁵⁰

Posteriormente aos primeiros apartes de Caio Prado Júnior, Mario Beni prosseguiu seu discurso, afirmando que do ponto de vista doutrinário concordava com nosso constituinte, no entanto, advertiu para as reais necessidades do Estado naquele momento. Ou seja, percebemos que como deputado governista, Mario Beni estava mais preocupado com as finanças do governo do que com uma política tributária mais igualitária para a sociedade como um todo. Prosseguindo seu discurso, Mario Beni revelou sua inquietação ao responder ao aparte de Caio Prado Júnior, registrado acima:

O Sr. Mario Beni – (...) Posso assegurar a V. Excia., no entanto, que o imposto de vendas e consignações, imposto indireto, atende também a mais de 75% das necessidades do Estado, e não poderíamos, agora, submeter a realidade financeira do Estado a um princípio doutrinário, sem graves riscos para nós mesmos, desta Casa¹⁵¹.

E continuou seu discurso alegando que a proposta do projeto de Constituição de erigir o ITR na mais importante rubrica do sistema tributário do Estado de São Paulo era uma reminiscência da doutrina fisiocrata de Quesnay, que no século XVIII considerava a terra a única fonte de riqueza.¹⁵² Isto provocou um novo aparte do constituinte Caio Prado Júnior:

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para uma aparte? V. Excia. está combatendo os fisiocratas ou o Projeto Constitucional?

O Sr. Mario Beni – Combato ambos. Pretende-se gravar o valor venal da terra, portanto, a própria fonte de riqueza, o próprio capital, em proporções tais que o imposto reduza esse capital consumindo-o de todo em pouco tempo, ao contrário do que hoje acontece, porque o tributo é leve, talvez excessivamente em alguns casos, e passível de correção, convenhamos, mas de qualquer modo, incapaz de provocar distúrbios de ordem econômica. (...)

¹⁵³

¹⁵⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 59ª sessão ordinária em 31 de maio de 1947, p. 274-275.

¹⁵¹ *Idem*, p. 275.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ *Idem*, p. 276.

Mario Beni ainda argumentou em sua exposição de motivos contra a proposta do projeto de Constituição, que a cobrança efetiva do ITR provocaria verdadeiro êxodo de lavradores para outros estados, com o propósito de fugir da asfixia fiscal. Esta afirmação provocou outro aparte de nosso constituinte:

O Sr. Caio Prado Júnior – Permita-me V. Excia. outro aparte? Esse êxodo se está verificando hoje em dia, como afirmou V. Excia. Mas V. Excia. sabe que o Estado do Paraná está atraindo as populações rurais de São Paulo precisamente por causa da má distribuição da terra, o que faz com que aqueles que tenham aspirações a um pedaço de terra prefiram emigrar para o Estado vizinho, onde há possibilidades de obtê-lo. O imposto territorial visa exatamente tornar a terra mais acessível àqueles que a desejam e que não podem adquiri-la, nas condições atuais.¹⁵⁴

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior estava certo em seus argumentos, de acordo com o que conhecemos de suas obras,¹⁵⁵ no entanto, Mario Beni e Bento Sampaio Vidal discordaram do posicionamento de nosso constituinte, dando sequência ao debate:

O Sr. Mario Beni – Discordo profundamente do nobre deputado Caio Prado Júnior. O êxodo que se verifica é decorrência muito natural da ambição da gente paulista, que procura terras férteis. Aliás, o nosso Estado poderá conseguir limitar esse êxodo, se não retirarmos os elementos indispensáveis à receita capaz de assegurar aos lavradores todo o apoio, de ordem técnica, especialmente na recuperação de suas terras cansadas.

Isto não deve ser confundido com o êxodo, em face do imposto territorial. Ele se verificaria, assim, mais uma vez. Não pela ambição, porque a terra, além de ser fértil em outros Estados, seria muito mais cara em São Paulo se mantivéssemos os dispositivos do Projeto Constitucional.

O Sr. Caio Prado Júnior – Exatamente o contrário. As terras hoje estão excessivamente valorizadas no Estado de São Paulo. As populações trabalhadora e rural estão impossibilitadas de adquiri-las. E são essas populações, justamente, que estão emigrando, abandonando o Estado e deixando as grandes extensões despovoadas em franco regresso.

O Sr. Bento Sampaio Vidal – É, no mundo, onde se vende a terra mais barato.

O Sr. Mario Beni – É novo o argumento do nobre deputado Caio Prado Júnior. Não é só, contudo, a terra que se valoriza em São Paulo: todos os bens, imóveis e móveis, se valorizam, em face da conjuntura econômica em que se encontra o nosso País.

O Sr. Caio Prado Júnior – Perfeitamente. É o que impossibilita a aquisição da terra.¹⁵⁶

O debate ficou cada vez mais acalorado até chegar ao tema da reforma agrária. Num primeiro momento o assunto surgiu através da alocação de Mario Beni, depois

¹⁵⁴ *Idem*, p. 277.

¹⁵⁵ Ver entre outras obras PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*, op. cit.

¹⁵⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 59ª sessão ordinária em 31 de maio de 1947, p. 277.

este foi apartado pelo líder da bancada comunista, Milton Cayres de Brito, o qual afirmou que a Constituição Federal de 1946 previu a possibilidade da reforma agrária através de um prévio pagamento em dinheiro por parte do Estado para que as terras fossem redistribuídas.¹⁵⁷ Por outro lado, o líder da bancada do PCB voltou a retomar a discussão sobre os impostos diretos e indiretos, abrindo espaço para mais apartes de Caio Prado Junior, sendo que o último foi para reafirmar o ponto do projeto de Constituição quanto à proposta de tributação:

O Sr. Mario Beni – V. Excia. se mantém dentro do princípio rígido constitucional. Se fazemos uma Constituição e se nela quisermos manter a liberdade para que a legislação ordinária faça essa modificação depois de estudos profundos, de acordo com as necessidades e possibilidades do meio, nós, que vamos promulgar essa Constituição, que somos o poder soberano legislativo, por que temermos que a lei ordinária, que está afeta a nós, não possa realizar esse ideal!

O Sr. Caio Prado Júnior – Ninguém diz ao contrário. A lei ordinária é que deverá fazê-lo. A Constituição apenas consignará o princípio.¹⁵⁸

Por conseguinte, a proposta do projeto de constituição propiciava registrar o princípio da tributação para o Estado de São Paulo, portanto, o aludido texto trazia em seu Título II: *Da Organização Financeira*, capítulo primeiro – *Da tributação*, os já citados, artigos 63 e 64, que em seu conteúdo propunham a cobrança do ITR a partir da base venal dos imóveis, assim como, a quase completa extinção do IVC.¹⁵⁹ Neste sentido, compreendemos que o tema da efetiva cobrança do ITR iria marcar os debates daquela constituinte, como pudemos acompanhar, e veremos mais discursos acalorados até a votação do capítulo *Da Tributação*.

A partir da Ordem do Dia daquela sessão ordinária, retomou-se a discussão e votação do projeto de constituição. Então, voltaram-se para a discussão e votação das emendas referentes ao artigo 18, do projeto de Constituição, que tratava, como aludimos acima, das competências exclusivas da Assembleia Legislativa. A última dessas foi definida assim no projeto:

Artigo 18 – É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa:

(...)

m) eleger os membros do Conselho Estadual de Contas.¹⁶⁰

¹⁵⁷ *Idem*, p. 278.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 279.

¹⁵⁹ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 853.

¹⁶⁰ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 847-848.

Como o tema da composição do Conselho Estadual de Contas estava sendo acompanhado por Caio Prado Júnior, este pediu a palavra pela ordem, quando o presidente da Casa esclarecia a mesma sobre a votação da emenda nº 147, de autoria de Sebastião Carneiro, que propunha o seguinte: no artigo 18, na letra m, onde se lia “eleger os”, o constituinte sugeriu que fosse substituído por, “aprovar a nomeação dos”, e onde se lia “Conselho”, substituir por “Tribunal”.¹⁶¹ De acordo com Caio Prado Júnior:

O SR. PRESIDENTE – A letra “m”, do artigo 18, diz: “eleger os membros do Conselho Estadual de Contas”.

Há uma emenda, com parecer favorável da Comissão, a de nº 147.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente. Esse assunto parece que devia ser transferido, para discussão, quando se tratar do capítulo referente à Fiscalização. No caso contrário, será prejudicado um assunto que não foi debatido nesta Casa. Trata-se do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE – O mesmo caso deu-se, por ocasião da votação das nomeações dos Prefeitos das estâncias hidrominerais.

Se porventura for aprovada a emenda, e não for aprovado o Conselho Estadual de Contas, a emenda cairá automaticamente.

O Sr. Caio Prado Júnior – Parece-me, então, desnecessário perdemos tempo na votação.

O SR. PRESIDENTE – É necessária essa votação. Se porventura for criado o Tribunal de Contas, já fica estabelecida a competência da Assembleia. Nós estamos agora votando as atribuições do Poder Legislativo. Uma vez aprovada esta emenda, poderemos votar, oportunamente, a criação do Tribunal de Contas. Se a criação do Tribunal de Contas for rejeitada, a emenda cairá automaticamente.

O Sr. Caio Prado Júnior – Desejo figurar a hipótese inversa. Sr. Presidente. Admitamos que esta emenda seja aceita, e, depois, ao discutirmos o Tribunal ou o Conselho de Contas, seja ele mantido; porém se esta Assembleia, amplamente esclarecida sobre o assunto, resolver estabelecer outro modo de nomeação para os membros desse tribunal, como ficaremos?

O SR. PRESIDENTE – Nesse caso, os Deputados, que votam pela rejeição do Tribunal de Contas – presumivelmente todos os srs. conhecem as emendas – desde já se manifestarão contra a criação desse Tribunal de Contas.

Ontem, já tomamos deliberação idêntica com relação à nomeação dos Prefeitos das estâncias hidrominerais.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas, sr. Presidente, não só a maioria não é sempre a mesma, como o assunto ainda não foi debatido, de forma que os partidários da criação do Tribunal de Contas poderão modificar o seu ponto de vista, mesmo porque não se expenderam todos os argumentos que poderão influir nessa votação. Alguns Deputados, que neste momento são favoráveis à criação do Tribunal de Contas, podem, depois, se manifestar de modo contrário. Antes de se debater convenientemente a matéria, parece-me que não seria conveniente que esta fosse votada.

O SR. PRESIDENTE – E como V. Excia, resolveria o caso? Que o Tribunal de Contas fosse criado e a Assembleia não tivesse poderes para nomear os seus membros?

¹⁶¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 59ª sessão ordinária em 31 de maio de 1947, p. 291.

O Sr. Caio Prado Júnior – Adiando essa discussão para momento oportuno, quando fosse discutida a questão do Tribunal de Contas. Se fosse adotado o Conselho, então seria votada essa emenda, incluindo entre as atribuições da Assembleia a escolha dos membros do Conselho de Contas.

Se a Assembleia entendesse conveniente escolhes o Tribunal de Constas com membros nomeados, aí seria votada a emenda favoravelmente. Seria mais coerente.

Essa atribuição é uma conseqüência do fato de existir ou não um Tribunal ou Conselho. Essa emenda seria uma conseqüência, e mais convenientemente seria discutida e votada quando se tratasse desse capítulo.

O SR. PRESIDENTE – A Casa, ontem, por exemplo, votou o texto referente à aprovação, pela Assembleia Legislativa, da nomeação dos Prefeitos das estâncias hidrominerais naturais. Entretanto, a Casa não resolveu, ainda, sobre o cargo de Prefeito, para tais estâncias. (...)

Francamente, não concordo com a opinião do nobre deputado Caio Prado Júnior. Contudo, vou deixar à Casa a resolução da questão de ordem suscitada por V. Excia.

O Sr. Caio Prado Júnior – Sr. Presidente. Não insisto nas minhas considerações. Solicito a V. Excia. que submeta, então, à votação o assunto, com a declaração, entretanto, de que isso não prejudique a matéria que ainda não foi debatida.

O SR. PRESIDENTE – Perfeitamente. Esse, o ponto de vista da Mesa.

O Sr. Caio Prado Júnior – Assim estou de pleno acordo com V. Excia. e aceito que a matéria seja submetida à votação.

O SR. PRESIDENTE – Foi esta a solução dada, igualmente, aos casos de ontem.

O assunto está claro, srs. Deputados. Havendo qualquer contradição, com referência às atribuições conferidas a um órgão, e se esse órgão, porventura, desaparece, naturalmente a parte já aprovada sofrerá modificações. Assim, se nos referimos ao Conselho Estadual de Contas e este, afinal, não merecer a aprovação da Casa, é claro que prevalecerá a letra “m” do art. 18 do projeto. Se, entretanto, por exemplo, o Conselho Estadual de Contas for mantido, a atribuição conferida ao Poder Legislativo deixa de existir; e, na redação final, essa atribuição não lhe poderá ser conferida.

A redação final, como é do conhecimento dos srs. Deputados, tem precisamente o fim de escoimar o projeto de todas essas contradições. Desta forma, a Mesa tem escrúpulos em sair da matéria do capítulo que se está votando.¹⁶²

Deste modo, o presidente da Casa colocou em votação da emenda nº 147; num primeiro momento, o signatário da mesma, Sebastião Carneiro, encaminhou para a votação; num segundo momento, o relator do projeto de Constituição, Osny Silveira também encaminhou a votação, no sentido de manter o texto do projeto¹⁶³. Como resultado, a emenda foi rejeitada por 29 votos contra 17. Logo após, passou-se à votação das emendas referentes ao artigo 19 do projeto de Constituição; este artigo iniciou a *Secção III* do projeto de Constituição e nele ficou definida a escolha da Comissão

¹⁶² *Idem*, p. 289-290.

¹⁶³ *Idem*, p. 291-293.

Legislativa, assunto tratado acima. Registramos abaixo o que constava no projeto de Constituição:

Secção III

Da Comissão Legislativa

Artigo 19 – No fim de cada sessão legislativa ordinária, a Assembleia escolherá, por votação secreta, uma Comissão Legislativa que, com a Mesa da Assembleia, a representará até a instalação da sessão subsequente.¹⁶⁴

Como foi dito, a escolha da Comissão Legislativa foi um tema defendido por Caio Prado Júnior, que colocou seus argumentos para o plenário. No entanto, a definição da questão ocorreu durante a votação da emenda nº 156, de autoria de Lincoln Feliciano, que solicitou a supressão dos artigos 19, 20 e 21 do projeto de Constituição, portanto, de toda Secção III do referido projeto.¹⁶⁵ A aludida emenda supressiva da Secção III, foi posta a votos e aprovada por 32 a 25 votos. Por conseguinte, as demais emendas ao artigo 19 ficaram prejudicadas.¹⁶⁶ Logo, foi suprimida do projeto de Constituição a Comissão Legislativa.

Ainda naquela sessão Caio Prado Júnior defendeu o projeto de Constituição contra a emenda nº 175-A, que propunha mudança no artigo 28 do projeto de Constituição, Segundo Capítulo *Do Poder Legislativo*, Secção V, *Do orçamento*.¹⁶⁷ O texto proposto no projeto de Constituição foi o seguinte:

Artigo 28 – São vedados o estorno de verbas, a concessão de créditos ilimitados e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito de qualquer natureza.

Parágrafo único – A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevista, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.¹⁶⁸

A definição das normas para a elaboração do orçamento do Estado, dentro do projeto de Constituição, que estava sendo votado naquela sessão do dia 31 de maio, continha o tema das autorizações, no âmbito do Legislativo, para a abertura de créditos adicionais, ou seja, o planejamento inicial do orçamento anual do Estado poderia ser alterado através de tais créditos. De acordo com a emenda nº 175-A, a Assembleia não teria controle sobre a finalidade dos mesmos, isso ficaria a cargo do Executivo. Para

¹⁶⁴ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, op. cit., p. 848.

¹⁶⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 59ª sessão ordinária em 31 de maio de 1947, p. 293.

¹⁶⁶ *Idem*, p. 293-295.

¹⁶⁷ A emenda 175-A foi apresentada pelo constituinte Ulysses Guimarães, cf. *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. II, op. cit., p. 390.

esclarecer melhor a questão, vamos registrar o encaminhamento da votação, primeiro com o pronunciamento do relator do projeto de Constituição e, em seguida, com o posicionamento do constituinte Caio Prado Júnior:

O SR. OSNY SILVEIRA - (*Para encaminhar a votação*) Sr. Presidente. Estamos votando uma emenda que no roteiro tem o nº 175-A. Ela manda acrescentar ao art. 28, no seu corpo, as palavras: “exceto extraordinário”.

O artigo 28 veta o “estouro de verbas”, a concessão de créditos ilimitados e ainda a abertura, sem autorização legislativa, de créditos de qualquer natureza.

O que se desejou foi impedir que o Executivo abrisse créditos sem aprovação dos representantes do povo.

No entanto, houve uma emenda apresentada por Deputados cujos nomes não estão consignados no roteiro, expondo que realmente há ocasiões em que o Executivo deve abrir crédito extraordinário, ocasiões essas provocadas por casos de excepcional urgência, de calamidade pública; parece-me até que a Constituição Federal preconiza a mesma coisa, isto é, admite abertura de créditos extraordinários. É óbvio que deva ter o indispensável “ad referendum” ou apreciação da Câmara, pois não se pode impedir a ação ou amarrar o Poder Executivo dessa forma. A Comissão opinou pela aprovação da emenda, por maioria de votos havendo votos vencidos.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, fui voto vencido nessa matéria, de forma que quero justificar o meu voto. A emenda consiste no seguinte: em princípio, é vetada a abertura de crédito, sem autorização legislativa. Esse princípio é geral e estabelecido do art. 29. Visa a emenda abrir exceção para os créditos extraordinários que poderiam, caso a emenda seja aprovada, ser abertos pelo Executivo, sem autorização do Legislativo. O argumento favorável à emenda é que, em certas ocorrências, há necessidade de grande urgência.

Em primeiro lugar, é preciso considerar-se que em casos de urgência, existem verbas, verbas gerais, globais, para determinados fins e que podem ser aplicadas.

Além disso, essa urgência pode perfeitamente ser atendida pela Assembleia. Evidentemente, os Deputados, compreendendo a urgência de uma matéria, na votação de um crédito, não veriam dificuldades em votá-la com a maior rapidez.

De forma que essa emenda não acrescenta nada. Pelo contrário, cria uma faculdade que pode tornar-se abusiva nas mãos do Executivo, permitindo que, sob o nome de créditos extraordinários, abram-se créditos para fins que não o sejam.

O passado é farto desses exemplos. Parece-me que não devemos permitir essa faculdade ao Executivo.

Nessas condições devemos votar contra a emenda, mantendo o texto.

O SR. PRESIDENTE – Está em votação a Emenda 175-A.

Os srs. Deputados que a aprovam queiram conservar-se como se acham.

(*Pausa*)

Está rejeitada.¹⁶⁹

¹⁶⁸ *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I, *op. cit.*, p. 849.

¹⁶⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 59ª sessão ordinária em 31 de maio de 1947, p. 300.

Verificamos que a Casa acompanhou as argumentações de Caio Prado Júnior, e no último capítulo desta tese voltaremos ao tema quando trataremos da discussão e votação da proposta orçamentária do Governo de São Paulo¹⁷⁰ para 1948. Logo depois da intervenção de Caio Prado Júnior registrada acima a sessão foi encerrada após a votação das emendas aos artigos referentes à seção *Do orçamento*.

Na 60ª sessão ordinária em 2 de junho, passou-se à discussão do terceiro capítulo do projeto de Constituição, referente ao Poder Executivo. Por conseguinte, Caio Prado Júnior foi designado pelo relator da CEC, Osny Silveira, para encaminhar a votação da emenda nº 221, que recebeu parecer contrário da CEC. De acordo com o presidente da Casa:

O SR. PRESIDENTE – (...) Há um pedido de preferência para a Emenda nº 221, ao parágrafo 3º do artigo 34. A Mesa concede a preferência.

Emenda nº 221 determina: “Suprimam-se os parágrafos 3º e 4º, substituindo-se por este texto: “Artigo – Substitui o Governador, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no caso de vaga, o Vice-Governador.

§ 1.º - Em caso de impedimento ou vaga do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício do Governo o Presidente da Assembleia e o Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2.º - Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á a eleição 60 dias depois de aberta a última vaga, se no primeiro biênio governamental; se no segundo biênio governamental, será eleito por maioria absoluta da Assembleia e pelo voto secreto, 15 dias depois de verificada a vaga ou, se durante as férias parlamentares, da instalação da Assembleia.

§ 3.º - Ocorrendo a vaga durante as férias parlamentares, o Presidente a convocará, dentro de 10 dias para prover o cargo”.¹⁷¹

Então, Caio Prado Júnior encaminhou a votação contra a emenda nº 221, pois a CEC discordou da criação do cargo de vice-governador do Estado de São Paulo. Pelas palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. A Comissão Especial de Constituição manifestou-se contra a criação do cargo de Vice-Governador, em primeiro lugar, por considerá-lo inútil. O Vice-Governador do Estado não exerceria função alguma. Nesse sentido, a nossa situação é diferente da União Federal, onde o Vice-Presidente da República é o Presidente do Senado. (...) Mas não é apenas inútil tal cargo: é também prejudicial e perigoso. A experiência norte-americana, tem demonstrado, em muitas instâncias, que o Vice-Presidente, substituto eventual do Presidente, é muitas vezes um elemento de oposição a este: é o centro em torno do qual se cristalizam as oposições, aqueles que querem afastar o Presidente em exercício e substituí-

¹⁷⁰ Projeto de Lei nº 244, de 1947 – Orçamento para 1948. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 02 de outubro de 1947, p. 594-789.

¹⁷¹ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 60ª sessão ordinária em 2 de junho de 1947, p. 316.

lo, por um aliado político. Essa, aliás, não é apenas a experiência dos Estados Unidos. É a nossa, também.

Temos várias instâncias em que o Vice-Presidente da República serviu de centro de cristalização de todas as oposições, trazendo, com isso, embaraços à vida pública. Temos, o primeiro exemplo, na nossa história republicana, com o Marechal Floriano em oposição ao Marechal Deodoro e servindo de centro de aglutinação de todos os opositores ao primeiro Presidente republicano. Temos, em seguida, o caso de Vitorino Pereira, também Vice-Presidente da República durante o quadriênio de Prudente de Moraes e que, igualmente, reuniu as oposições, causando as agitações que são conhecidas. Finalmente, temos o caso, mais recente, do hoje Senador Melo Viana, em oposição ao Presidente Washington Luiz.

São esses casos que mostram que a figura de um Vice-Governador, sobretudo de um Vice-Governador que não tem função nenhuma, como tem o Vice-Presidente, - além de inútil, pode servir de centro de cristalização das oposições e de luta contra o governo estabelecido. (...)

O argumento apresentado pelo nobre colega Auro de Moura Andrade, de que seria inconveniente tornar substituto do Governador o Presidente da Assembleia, pelo fato de não ter sido eleito por sufrágio universal. Em primeiro lugar, temos exemplos anteriores. A Constituição paulista de 1935 considerava substituto do Governador o Presidente da Assembleia. Trata-se de uma substituição eventual, e para a qual não há absolutamente necessidade de eleição direta. Poderíamos até criar o cargo de Governador por eleição indireta.

De forma que não há inconveniente nenhum de ordem constitucional que faça com que o Vice-Governador substituto do Governador, não seja o Presidente da Assembleia. Tratar-se-ia, nesse caso, de uma eleição indireta, mas uma eleição realizada pelos legítimos representantes populares.

Nesse sentido foi o voto da Comissão Especial de Constituição e, em nome dela, apelo para a Assembleia a fim de manter o texto, isto é, votar contra a instituição do cargo de Vice-Governador.¹⁷²

Mas a Assembleia votou a favor da criação do cargo de vice-governador. Foram 36 votos a favor da emenda nº 221 e 25 votos contra.¹⁷³ E entre os argumentos de Caio Prado Júnior, acima exposto, destacamos o que tratou da experiência norte-americana, pois entendemos que nosso constituinte retomou o seu discurso anterior sobre o Dia Panamericano, uma vez que o vice-presidente Truman, ao suceder o presidente Roosevelt devido ao seu falecimento em abril de 1945, rompeu completamente com a política democrata de seu antecessor, como Caio Prado Júnior já havia denunciado em seu aludido discurso. Como sabemos, Truman imprimiu sua marca própria, apesar de ter pertencido ao Partido Democrata, como Roosevelt. E naquela conjuntura essa mudança custou muito caro ao mundo, visto que resultou na Guerra Fria.

Apesar desta derrota, Caio Prado Júnior voltaria à cena na 7ª sessão extraordinária daquele mesmo dia 2 de junho. No início da Ordem do dia daquela

¹⁷² *Idem*, p. 316-317.

¹⁷³ *Idem*, p. 318-319.

sessão, Sylvio Pereira assumiu a posição de relator *ad-hoc* do projeto de Constituição. Este foi indicado pelo presidente da CEC, Lincoln Feliciano, visto que o relator Osny Silveira estava doente. A sessão foi dedicada a finalizar a discussão do capítulo terceiro do Título I *Da Organização dos Poderes*. Caio Prado Júnior solicitou esclarecimento sobre a emenda nº 121, de autoria de Martinho Di Ciero; esta emenda responsabilizaria os Secretários de Estado que não atenderem às interpelações da Assembleia. A mesma tinha inspiração no artigo 54, parágrafo único, da Constituição Federal de 1946, que cominava pena no caso de os Ministros não atenderem a solicitação do Legislativo. No caso da emenda a referencia foi feita aos Secretários de Estado. Nosso constituinte contribuiu para esclarecer a discussão à Casa e, deste modo, ajudou, junto ao relator, o presidente da Mesa a colocar a questão em votação. Portanto, nosso constituinte solicitou ao presidente da Casa:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Excia. permite um esclarecimento?

Esse assunto foi largamente debatido na Comissão de Constituição e, como voto vencido, posso trazer o meu depoimento a esse respeito.

A emenda foi mal redigida, não esclarece bem o assunto. O espírito dela era relativo a esse parágrafo, e era isso sobretudo o que mais interessava. Lembro-me muito bem, os demais colegas poderão confirmar, que o que se debateu foi a responsabilidade dos Secretários de Estado, caso não comparecessem à Assembleia. Essa parte é que mereceu discussão e em torno dela é que giraram todos os debates, de forma que o que realmente está em debate é o parágrafo do artigo citado, da Constituição Federal. A emenda foi mal redigida, mas foi bem compreendida pelos membros da Comissão.

Parece-me que a Mesa poderia, da mesma forma que a Comissão, levar em conta esse aspecto, deixando de lado o texto literal da emenda, e tomar em consideração o seu espírito, que está perfeitamente claro. De forma que eu sugeriria que fosse posto em discussão e votação o parágrafo, pois é precisamente isso que a emenda visa.¹⁷⁴

Logo após a intervenção de Caio Prado Júnior, o presidente Valentim Gentil consultou a Casa se a aludida emenda deveria ser considerada objeto de deliberações. A Casa considerou que sim. Por conseguinte, o relator Sylvio Pereira, para encaminhar a votação, solicitou que a emenda fosse dividida em duas partes:

O SR. PRESIDENTE – A consulta seria se a Casa aprova a emenda referente ao artigo 54 e parágrafo único da Constituição Federal.

O Sr. Sylvio Pereira – Exatamente, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Vamos dividir a emenda em duas partes: a referente ao corpo do artigo 54, e, depois a referente ao parágrafo único do mesmo artigo. A Comissão de Redação escolherá, mais tarde, a redação mais conveniente.

¹⁷⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 7ª sessão extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 334.

O SR. SYLVIO PEREIRA – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, o corpo do artigo 54 da Constituição Federal é mais restritivo do que o que consta do projeto da Comissão de Constituição. A alínea “e” do artigo 46 diz o seguinte: “prestar à Assembleia as informações solicitadas e comparecer a ela quando convocados, respondendo às interpelações de qualquer Deputado”, de modo que há diferença essencial dos dois textos: no nosso projeto admite-se a interpelação de qualquer Deputado, enquanto que na Constituição Federal não se verifica o mesmo. Era isso que desejava esclarecer.¹⁷⁵

Nesta perspectiva, a emenda foi posta a votos e foi rejeitada na parte referente ao corpo do artigo 54 da Constituição Federal. E em sequência foi posta a votos e aprovada a parte da emenda que se refere ao parágrafo único do artigo 54 da Constituição Federal. Assim ficou a redação final da Carta Magna de São Paulo:

Artigo 50 – Os Secretários de Estado são obrigados a comparecer perante a Assembleia ou qualquer das suas missões, quando convocados para, pessoalmente, prestar informações sobre assunto previamente determinado, devendo responder às interpelações de qualquer deputado.
Parágrafo único – A falta do comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.¹⁷⁶

Em seguida ocorreram mais algumas votações de emendas referentes ao capítulo terceiro e foi concluída sua discussão e votação. Então, passou-se ao quarto capítulo, intitulado *Do Poder Judiciário*. Naquele momento Caio Prado Júnior solicitou a suspensão de sessão, quando estava na presidência da Casa Nelson Fernandes, para articular as ideias a fim de que os constituintes se preparassem para discutir um novo capítulo:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Pedi a palavra para requerer que a sessão fosse suspensa durante quinze minutos para podermos articular as idéias. Vamos entrar na discussão de um novo capítulo, com assunto completamente diferente do outro que acaba de ser votado. Não é possível, portanto, passar, assim, abruptamente, para outro assunto de tanta relevância.¹⁷⁷

Entendemos que sua intenção era se preparar para discussões nas quais teria que consubstanciar melhor suas intervenções, visto que se tratava de defender a criação dos Tribunais Regionais de Justiça (TRJ) e retomar a tema do Ministério Público. Então, o

¹⁷⁵ *Idem*, p. 334.

¹⁷⁶ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 703.

¹⁷⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 7ª sessão extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 335.

presidente Nelson Fernandes consultou a Casa e esta concordou que a sessão fosse suspensa por 15 minutos.

A sessão foi reaberta e o presidente colocou em discussão o quarto capítulo do projeto de Constituição, assim o primeiro constituinte a usar a palavra, Gabriel Migliori, levantou a questão relativa aos TRJ, declarando-se a favor da criação de tais Tribunais; entretanto, era contra a que se fixasse aquele dispositivo no texto Constitucional. Esses Tribunais constavam no projeto de Constituição, e nos parece que tinham o objetivo de levar as instituições do Judiciário para atender à população do interior do Estado. Caio Prado Júnior ofereceu vários apertes ao discurso do constituinte Migliori, colocando-se a favor da criação daquelas instituições jurídicas, por conseguinte, contra a posição daquele constituinte.¹⁷⁸ De acordo com o nosso parlamentar:

O Sr. Caio Prado Junior - (...) Tribunal Regional - já afirmei aqui - é uma questão de nome apenas. Pode ter outro nome. O fato é que esses Tribunais Regionais não são outra coisa senão regionais, isto é, terão a sua competência restrita a determinado território, que chamamos região. Caso contrário, não existiriam esses Tribunais. Evidentemente que não se pode fazer de outra forma, senão Tribunais para determinadas regiões, serão então Tribunais Regionais. (...) Antes de encerrar minhas considerações (...) quero referir-me à letra “f” do artigo 49, do nosso projeto, que diz: “Os Juízes referidos no artigo 56”. E esse artigo 56 diz: “Serão criados cargos de Juízes togados, com investidura limitada a certo tempo e competência, para julgamento de causas de pequeno valor”.

Essa disposição também foi fundamentada num artigo da Constituição Federal, que vem a ser o artigo 124, nº 11, com a diferença de que nesse dispositivo da Constituição Federal é facultada a criação desses Juízes, enquanto que no nosso projeto essa criação é taxativa.

A criação desses Juízes é absolutamente necessária. Estamos diante de uma situação no Estado de São Paulo, como aliás, no Brasil todo, que não deve existir. É que, realmente, não existe Justiça para as pequenas questões e, por conseguinte, para a grande massa da população. Temos uma Justiça complicada, difícil, morosa e cara.¹⁷⁹

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior, no discurso acima, defendeu um mecanismo para que o acesso à Justiça fosse democratizado. Nesta perspectiva, destacaremos dois momentos em que o deputado defendeu a criação dos TRJ pela constituinte paulista de 1947. Num primeiro momento, na 7ª sessão extraordinária, em 2 de junho, e num segundo momento, na 61ª sessão ordinária, em 3 de junho. Para esclarecer melhor a discussão, registramos abaixo o artigo 49 do projeto de Constituição:

¹⁷⁸ *Idem*, p. 335-337.

¹⁷⁹ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “Tribunais Regionais”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III São Paulo, 7ª Sessão Extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 348.

São órgãos do Poder Judiciário:

- a) o Tribunal de Justiça do Estado;
- b) os Tribunais Regionais de Justiça;
- c) os Juízes de Direito;
- d) os Tribunais do Júri
- e) os Tribunais Militares
- f) os Juízes referidos no artigo 56;
- g) outros Juízes ou Tribunais instituídos por lei¹⁸⁰

Dos TRJ, se lê no artigo 53:

Os Tribunais Regionais terão jurisdição nas regiões para as quais forem criados e julgarão, em última instância, os processos de sua competência, fixados por lei ordinária.¹⁸¹

Então, para defender a proposta do projeto de Constituição, nosso constituinte observou o seguinte:

O que é importante é criar Juízes de Direito existentes, porque a organização atual não corresponde às necessidades da massa da população. Em todos os países cultos de organização judiciária desenvolvida, existem Juízes para causas de pequeno valor. Nós mesmos aqui no Brasil tivemos, para isso, os Juízes de Paz. Infelizmente, a Constituição Federal tirou desses Juízes, praticamente, toda a competência em matéria de julgamento, de forma que ficamos sem essa justiça barata e rápida, tão necessária e que não pode ser desempenhada pelos Juízes de Direito que se ocupam de outras causas.¹⁸²

Assim, podemos entender que o tema da Justiça foi para o constituinte Caio Prado Júnior um tema de política pública tão importante quanto a tributação e/ou a reforma agrária. Isto porque a população sempre buscou acesso à Justiça. De acordo com nosso deputado constituinte:

Quero, antes de terminar, lembrar a esta Assembleia que estamos tratando de organizar não apenas a Justiça que já aí está. Vamos por na Constituição o que não está aí. Estamos diante de grandes necessidades que não estão sendo atendidas. Uma vez que estamos elaborando uma Constituição, uma Lei Básica, nela devemos instituir os princípios fundamentais que nortearão o Legislador Ordinário, no futuro, para estruturar, de forma nova, moderna, a nossa Justiça e organizá-la mais de acordo com as necessidades atuais. Vamos, desde já, estabelecer esses princípios na Constituição, para que fiquem, desde logo, consignados e obriguem o

¹⁸⁰ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 852.

¹⁸¹ *Idem*.

¹⁸² PRADO JÚNIOR, Caio. “Tribunais Regionais”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 7ª Sessão Extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 349.

Legislador Ordinário a legislar isto que o Estado de S. Paulo necessita e que o povo espera para a efetivação da Justiça entre nós.¹⁸³

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior estava dando sequência à tradição do Poder Legislativo no Brasil, que sempre pensou no Direito e suas instituições como um cenário de encaminhamento da questão social no Brasil.

Logo após o discurso de Caio Prado Júnior, Salles Filho solicitou a palavra para declarar que a bancada do Partido Republicano, do qual era membro, iria votar contra a inclusão dos TRJ na Carta Magna estadual. Segundo Salles Filho, sua bancada estava convencida de que a inclusão daquele item era desnecessária, uma vez que, o item “g)” do já referido artigo 49, daria a possibilidade de restaurar a discussão quando se tornasse mais oportuna. Ao final de seu discurso, Caio Prado Júnior fez duas intervenções, contrapondo os argumentos de Salles Filho:

O Sr. Salles Filho – (...) Ainda, sr. Presidente, a descentralização, pela forma pretendida, implicaria necessariamente na ereção do Tribunal de Justiça atual em verdadeiro Supremo Tribunal de Justiça Estadual, o que não compreendo, o que não admito, o que não entra na minha consciência jurídica.

O Sr. Caio Prado Júnior – Então V. Excia. está em desacordo com a Constituição Federal.

O Sr. Salles Filho – A Constituição não determina a criação desses Tribunais. Se a Constituição apenas faculta a criação dos Tribunais, não me encontro na obrigação de aceitar esse dispositivo.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas V. Excia. se está insurgindo contra o texto.

O Sr. Salles Filho – E V. Excia. está sofismando, o que é muito natural, na defesa de sua tese. Entretanto não me convence.

*O SR. PRESIDENTE – Está esgotada a hora dos nossos trabalhos. (...).*¹⁸⁴

Assim sendo, são lidas declarações de voto sobre matérias já vencidas e, posteriormente, o presidente suspendeu a sessão e designou outra para o dia 3 de junho com o objetivo de dar continuidade à discussão e votação do projeto de Constituição.

Logo no início da 61ª sessão ordinária, em 3 de junho, antes da Ordem do Dia na qual se retomou a discussão a respeito dos TRJ, foi colocado em pauta o tema da reforma tributária do Estado de São Paulo. Isso ocorreu através do discurso de Mario Beni, do partido do governador, que retomou o debate fazendo referência direta ao discurso de Caio Prado Júnior proferido na sessão ordinária do dia 21 de maio, o qual uma parte do mesmo foi destacada acima. Portanto, Beni antecipou o debate sobre o Primeiro capítulo *Da Tributação*, Título II – *Da Organização Financeira*, e recebeu

¹⁸³ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “Tribunais Regionais”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 7ª Sessão Extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 349.

vários apartes de Caio Prado Júnior.¹⁸⁵ Destes apartes distinguimos o seguinte, que expôs parte do argumento de nosso constituinte:

O Sr. Caio Prado Júnior – Em seus discursos, V. Excia. vem insistindo nesse ponto, que eu teria sustentado: a teoria do imposto único e, exclusivamente, do imposto direto. Outro é o meu pensamento. E muito menos isso é o que está consignado no projeto de reforma tributária. Os impostos indiretos são conservados; o imposto de transmissão é um imposto indireto; o imposto de vendas e consignações, sobre determinados artigos, é, também, imposto indireto. Portanto, tais impostos são mantidos. O que existe hoje em dia, é um imposto de vendas e consignações que cobre 75% da Receita. Assim, estamos no regime onde há apenas um, praticamente, um único imposto e é isso o que queremos modificar, de forma que V. Excia. se está levantando contra uma coisa que absolutamente não foi afirmada por mim e nem se encontra nessa reforma tributária.¹⁸⁶

E num outro aparte, entendemos que Caio Prado Júnior reafirmou a importância do ITR, quando Mario Beni fez várias citações do discurso de Caio Prado Júnior proferido na sessão ordinária de 21 de maio. De acordo com nosso constituinte:

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte?
V. Excia. vai desculpar-me por este aparte, o qual é provocado pela citação constante do meu nome por V. Excia.
O Sr. Mario Beni – Pode V. Excia. dar os apartes que bem desejar.
O Sr. Caio Prado Júnior – Apenas quero licença para uma explicação.
Da entrevista dada pelo Prof. Paul Hugon, que não tenho aqui, deixei de me referir a certas partes que não se referiam diretamente ao assunto em debate. Nos Estados Unidos, o imposto territorial rural é um imposto pertencente aos Municípios. V. Excia. sabe que a estrutura financeira dos Estados Unidos é inteiramente diversa da nossa.
De modo que o indispensável é a existência ou não do imposto territorial, pouco importando que pertença à União, ao Estado ou ao Município. Portanto, o que interessa é a existência do imposto. E se excluí essa referência a respeito, é porque não havia interesse em fazer qualquer menção. O imposto territorial compete aqui aos Estados e nos Estados Unidos, sobretudo, aos Municípios. Não havia, pois, inconveniente, porque não se tratava da matéria em debate, a distribuição do imposto entre as três esferas. Tratava-se apenas da qualidade do produto, do tipo do produto.¹⁸⁷

Neste sentido, Caio Prado Júnior teve a oportunidade de esclarecer seu ponto de vista quanto à efetiva cobrança do ITR. No entanto, Mario Beni foi contundente em seu discurso, terminando assim:

¹⁸⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 7ª Sessão Extraordinária em 2 de junho de 1947, p. 350.

¹⁸⁵ Esse debate entre os constituintes Mario Beni e Caio Prado Júnior está registrado nos *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 61ª Sessão Ordinária em 3 de junho de 1947, p. 354-365.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 355.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 359.

O Sr. Mario Beni – Sr. Presidente, devo declarar que a minha intenção nesta tribuna foi a de esclarecer alguns pontos abordados pelo nobre colega Caio Prado Júnior, quando se refere ao Projeto de Constituição na parte de tributação, analisando também o imposto territorial rural e citando, nessa ocasião, uma entrevista do Prof. Paul Hugon, que esclarece de forma diversa o pensamento que se criou nesta Casa com o discurso de S. Excia.

Sr. Presidente, tenho em mãos uma série de telegramas que recebi de quase todos os Estados do Brasil, com referência a este capítulo – Tributação – nos projetos constitucionais que estes Estados vem discutindo.

A todos, fiz uma só pergunta: - se o imposto de vendas e consignações iria sofrer algumas restrições no futuro ou se talvez viesse a ser substituído pelo imposto territorial rural ou por outros impostos.

Passarei a ler, ligeiramente, devido ao adiantado da hora, alguns desses telegramas. Faço-o com satisfação, por ver que em todo o Brasil há o mesmo pensamento, isto é, deixar para a legislação ordinária qualquer modificação que devamos fazer com relação ao campo tributário, o que vem atender perfeitamente ao disposto na emenda apresentada à Comissão Especial de Constituição pelo nobre deputado Procópio Ribeiro dos Santos, a qual discutiremos dentro de alguns dias. (...) ¹⁸⁸

Por conseguinte, compreendemos, através dos posicionamentos de Caio Prado Júnior e Mario Beni, que o debate em torno da Reforma Tributária, proposta no projeto de Constituição, seria um dos temas que levaria a um dos mais acalorados debates a que nosso constituinte se deteve. Mas, Caio Prado Júnior, na Ordem do Dia daquela sessão ordinária, voltaria a discursar e disputar a opinião dos colegas acerca dos TRJ. Logo no primeiro discurso que abriu os trabalhos de discussão do quarto capítulo, referente ao Poder Judiciário, proferido por Sebastião Carneiro, Caio Prado Júnior fez vários apartes. Carneiro se colocou contra a criação dos TRJ, defendendo que estes deveriam ser criados por uma lei ordinária:

O Sr. Sebastião Carneiro – (...) Sr. Presidente. Se para o desafogo dos serviços forenses já foram criados mais onze lugares, mais onze Desembargadores, no nosso Tribunal de Justiça, por que não esperar o resultado dessa medida, para depois se cogitar da criação dos Tribunais Regionais, verificada que seja, se assim for, a impraticabilidade daquela medida preconizada pelo nosso mais alto Tribunal de Justiça?

Se o Tesouro não nada em ouro, se o Erário público não comporta maiores dispêndios atualmente...

O Sr. Caio Prado Júnior – Para a Justiça comporta.

O Sr. Sebastião Carneiro – Eu acredito que não.

O Sr. Caio Prado Júnior – Entre nós, a Justiça é uma fonte de renda.

O Sr. Sebastião Carneiro – A Justiça já foi fonte de lucro quando tínhamos a Taxa Judiciária, que foi destinada exclusivamente à construção do Palácio da Justiça. Desvirtuou-se, na verdade, a finalidade dessa taxa. Daí para cá, a Justiça não tem sido fonte de lucro. V. Excia. tem sido injusto para com a Justiça.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 363.

O Sr. Caio Prado Júnior – Não acusei a Justiça, mas, pelo contrário, o Estado, para quem a Justiça até já constituiu fonte de renda, com a cobrança da taxa judiciária.¹⁸⁹

Observamos que Caio Prado Júnior rebateu os argumentos do colega Sebastião Carneiro, no entanto, o tema ainda seria discutido até a sua votação definitiva. Antes de nosso constituinte fazer seu discurso sobre o assunto, antecederam-no, Castro Neves, Alfredo Farhat e Ulysses Guimarães.¹⁹⁰ Em seu discurso, Caio Prado Júnior reafirmou a importância da criação dos TRJ. Em suas palavras:

(...) nós legisladores constituintes, devemos indicar uma rota, um caminho, para os legisladores ordinários, indicar essa rota nesse capítulo da Organização Judiciária, dizendo-lhes: os Tribunais de alçada inferior, determinados pela Constituição no seu artigo 124, devem ser criados.¹⁹¹

Apesar das argumentações de nosso deputado, a proposta contida no projeto de Constituição, qual seja, de criação dos TRJ, foi derrotada logo no início da 8ª sessão extraordinária, em 3 de junho. E a redação final na Constituição paulista de 1947, ficou da seguinte forma:

São órgãos do Poder Judiciário:

- a) O Tribunal de Justiça;
- b) os Juízes de Direito;
- c) os Tribunais do Júri
- d) os Tribunais Militares
- e) outros Juízes ou Tribunais instituídos por lei¹⁹²

Ainda na sessão extraordinária do dia 3 de junho, Caio Prado Júnior se pronunciou para encaminhar a votação da emenda nº 329, supressiva do artigo 54 do projeto de Constituição e que recebeu parecer favorável da CEC. No referido artigo constava que:

Artigo 54 – As garantias, impedimentos, condições de investidura, promoções, proventos e vantagens da magistratura, são os constantes dos artigos 95, 96 e 124 da Constituição Federal.

Parágrafo único – O preenchimento das vagas reservadas ao Ministério Público e aos advogados, no Tribunal de Justiça, será feito alternadamente, não podendo os advogados escolhidos ter mais de 50 anos.¹⁹³

¹⁸⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 61ª Sessão Ordinária em 3 de junho de 1947, p. 369.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 371 - 379.

¹⁹¹ PRADO JÚNIOR, Caio, “Discussão do Projeto de Constituição - Do Poder Judiciário”. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 61ª Sessão Ordinária em 3 de junho de 1947, p. 379.

¹⁹² Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 703.

Nosso constituinte se mostrou contrário à decisão da CEC e novamente defendeu o projeto de Constituição. Pelas palavras de nosso constituinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, como voto vencido pelo a palavra.

A emenda em questão visa eliminar a parte final do parágrafo único, que se refere à idade dos advogados a serem escolhidos para o Tribunal de Justiça. A razão dessa exclusão dos advogados maiores de 50 anos foi expedida quando se redigiu o projeto, considerando que os advogados maiores de 50 anos já terão dado à profissão que livremente escolheram a melhor parte de sua vida, aquela parte mais produtiva; reservar-se-iam, assim, os anos de sua maior idade para as funções do Tribunal, o que, evidentemente, não se justifica.

O Estado deve procurar, para constituir o Tribunal de Justiça, precisamente os advogados mais moços, os advogados mais capazes, na plenitude da sua capacidade de trabalho, e não os que já tenham ultrapassado essa idade.

Assim, não se justifica que sejam levados para o Tribunal advogados maiores de 50 anos, reservando-se, como já disse, para o serviço público, aqueles que já atingiram aquele período em que, naturalmente, se encontram em declínio, em virtude da idade avançada.

Nesse sentido, parece-me que essa emenda deve ser rejeitada, para ser mantido o texto, tal qual se encontra.¹⁹⁴

Durante o discurso de Caio Prado Júnior, assumiu a presidência Nelson Fernandes. E logo após Salles Filho, do Partido Republicano, pediu a palavra para encaminhar a votação, na qualidade de um dos signatários da emenda em discussão. Salles Filho disse que sua bancada teve razões para elaborar a emenda:

O SR. SALLES FILHO – (...) A primeira está em que a Constituição Federal, estabelecendo que um quinto dos membros do Tribunal de Justiça deve ser constituído, alternadamente, de membros do Ministério Público e de advogados, não faz essa restrição.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas por que tinha que fazer tal restrição? O advogado, com menos de 50 anos, deixa de ser advogado?

O Sr. Salles Filho – A segunda razão é que o advogado, aos 50 anos, não está no limite de idade, de maturidade, de proficiência a que aludiu o nobre deputado Caio Prado Júnior.

Parece-nos, até que devemos levar para o Tribunal de Justiça, os advogados que tenham mais de 50 anos (*muito bem*), e que, pela experiência adquirida pelo tirocínio, e pelo traquejo profissionais se habituaram ao conhecimento das causas e ao conhecimento jurídico das questões, em virtude do maior número de anos que dedicaram aos trabalhos forenses. (*Muito bem.*)

Em terceiro lugar, os membros do Ministério Público não têm esse limite de idade. Eles poderão ascender ao Supremo Tribunal com mais de 50 anos, com qualquer idade, até a compulsória.

¹⁹³ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 852.

¹⁹⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 8ª Sessão Extraordinária em 3 de junho de 1947, p. 394-395.

Seria, aliás, um regime de desigualdade se a maturidade fosse abranger e atingir os advogados, sem atingir ou abranger os representantes do Ministério Público.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas esses ingressaram de livre e espontânea vontade na carreira pública. Estão nela e merecem a promoção.

O Sr. Salles Filho – Discordo de V. Excia. nesse particular.

Se os membros do Ministério Público, ingressaram, em tempo hábil, na carreira, é certo que os advogados também ingressaram no exercício da sua profissão, via de regra logo após a sua formatura. Assim, são carreiras paralelas; uma, a carreira funcional do Ministério Público; e outra, a carreira profissional e liberal do militante. (*Muito bem.*)¹⁹⁵

Apesar dos esforços de Caio Prado Júnior, o discurso de Salles Filho foi bem recebido pela Casa e a emenda nº 329 foi aprovada por 34 votos a 30, quando Valentim Gentil reassumiu a presidência.¹⁹⁶ Mais algumas emendas foram votadas e a sessão foi encerrada.

Em 4 de junho os trabalhos em plenário, durante a 62ª sessão ordinária e a 9ª sessão extraordinária, ocorridas no mesmo dia, foram bastante movimentados, uma vez que naquelas sessões foi discutida a parte do projeto de Constituição referente ao Título II *Da Organização Financeira*, capítulo primeiro *Da Tributação*. Logo em seguida, ainda no dia 4 de junho, o aludido capítulo foi votado globalmente e, posteriormente, suas emendas. Notamos que nessas sessões o presidente Valentim Gentil teve várias vezes que revezar a presidência da Casa com os que formavam a Mesa, Nelson Fernandes, Rubens do Amaral e Mario Beni. Compreendemos que isso ocorreu devido aos trabalhos exaustivos e tensos daquelas sessões, que verificamos ao ler os discursos dos constituintes.

Na 62ª sessão, passando-se à Ordem do Dia, retomaram a votação das emendas referentes ao capítulo *Do Poder Judiciário*. E mais uma vez Sylvio Pereira, cumprindo o papel de relator, concedeu a palavra a Caio Prado Júnior para defender o ponto de vista da CEC a respeito da emenda nº 343, supressiva do artigo 56. No projeto de Constituição o artigo 56 trazia a seguinte redação:

Artigo 56 – Serão criados cargos de juízes togados, com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento de causas de pequeno valor.

Parágrafo único – A competência e atribuições desses Juízes assim, como o seu modo de investidura, serão fixados em lei.¹⁹⁷

¹⁹⁵ *Idem*, p. 395.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 396.

¹⁹⁷ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 853.

De tal modo que ao encaminhar a votação, Caio Prado Júnior lembrou que na sessão anterior ficou definido, no artigo 49, que só seriam instituídos Juízes através de lei ordinária, pois havia sido suprimido do referido artigo a letra “f”, que fazia referência ao artigo 56. Portanto, nosso constituinte disse que em sua opinião parecia que o artigo 56 havia caído.¹⁹⁸ Assim sendo, o presidente em exercício, Mario Beni, informou à Casa que todas as emendas relativas ao artigo 56 estavam prejudicadas, inclusive a emenda 343. Em seguida foi concluída a votação das emendas do quarto capítulo, *Do Poder Judiciário*. Quando o presidente Mario Beni ia passar à votação do quinto capítulo, *Do Ministério Público*, foi apresentado à Mesa um requerimento, solicitando a inversão da ordem para discussão e votação. Os constituintes concordaram com a inversão e ficou decidido que o capítulo relativo ao Ministério Público entraria em discussão no último lugar, antes do Título XI, que se referia às *Disposições Gerais*.¹⁹⁹

Neste sentido, passou-se à discussão e votação do Título II *Da Organização Financeira*, cujo primeiro capítulo intitulava-se *Da Tributação*. Então, ressaltamos que a Casa antecipou a discussão da tributação, ou seja, chegamos ao ápice dos debates sobre o tema. Deste modo, vários constituintes discursaram acerca da questão. E ainda naquela sessão Caio Prado Júnior se manifestou a propósito do assunto por meio dos apartes que deu ao discurso de Castro Neves, do PSD, a respeito do ITR. O próprio Castro Neves registrou em sua fala que naquele instante se debatia o assunto de magno interesse para as classes rurais. E disse que o problema da terra estava diretamente ligado com a proposta de reforma tributária, apresentada através do projeto de Constituição em seu artigo 63.²⁰⁰ Por outro lado, em um dos seus apartes Caio Prado Júnior fez questão de esclarecer a expressão “classes rurais”:

O Sr. Castro Neves – Quer dizer, uma concentração de atividades agrárias locais mais próximas para que não estejamos fazendo como agora, criando uma linda cidade, como Marília para exigir depois uma estrada de ferro que vá servir cidades completamente abandonadas.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. tem toda razão, mas são precisamente as medidas concretas que estão faltando, à receita está certa, o objetivo final conhecido. Mas qual o meio de chegar a isso?

O Sr. Castro Neves – O meio é enfrentar o problema com a coragem que o nobre colega Caio Prado Júnior tem demonstrado nesta Casa.

¹⁹⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 62ª Sessão Ordinária em 4 de junho de 1947, p. 412.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 414.

²⁰⁰ *Idem*, p. 425.

O Sr. Caio Prado Júnior – Muito obrigado a V. Excia.²⁰¹

Então, compreendemos que Caio Prado Júnior aproveitou para esclarecer acerca das “classes rurais” quando seu colega Castro Neves reconheceu publicamente seus esforços para atacar de frente os problemas que envolviam o território agrário do Estado de São Paulo.²⁰² Assim o debate prosseguiu:

O Sr. Castro Neves – (...) O que estamos aqui examinando é o seguinte: é possível fazer-se presentemente, no Estado de São Paulo – e quando digo presentemente na vida pública de um Estado tenho que abranger, é forçoso, um período no mínimo de 10 anos – seria possível realizar-se presentemente no Estado de São Paulo aquela modificação ou transposição de encargos atuais – isto do ponto de vista fiscal – ora nas mãos, como foi dito nesta Casa, das classes favorecidas, para as classes rurais.

O Sr. Caio Prado Júnior – É possível e peço licença ao nobre colega para esclarecer definitivamente essa expressão “classes rurais”. Na zona rural há duas classes: a dos grandes proprietários e a dos trabalhadores rurais. É preciso distinguir essas duas classes. Não se trata de fazer recair o ônus tributário sobre trabalhadores rurais, mas sim sobre a classe dos proprietários que o podem pagar.²⁰³

O debate continua e Caio Prado Júnior interpelou Castro Neves sobre se este estava de acordo com o artigo 100 do projeto de Constituição. Antes de adentrarmos no debate, vamos ler o que constava no referido artigo:

Título VI DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

(...)

Artigo 100 – O Estado facilitará a aquisição da propriedade rural aos que quiserem explorá-la por conta própria como pequenos proprietários.

§ 1º - Para a efetivação do disposto neste artigo, a lei ordinária prescreverá, entre outras, as seguintes providências:

I – O Estado e os Municípios providenciarão o aproveitamento das terras de sua propriedade, mediante o seu loteamento e concessão, a famílias de pequenos agricultores e criadores, dando-se preferência a brasileiros.

II – O Estado e os Municípios promoverão a desapropriação das terras, de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, a fim de as lotear, sempre que os seus proprietários não as explorem em condições que atendam ao interesse coletivo.

III – A incidência do imposto territorial rural objetivará precipuamente o loteamento das áreas incultas ou mal aproveitadas, bem como das grandes propriedades.

²⁰¹ *Idem*, p. 437.

²⁰² Encontramos o argumento de Caio Prado Júnior mais definido em sua obra clássica, *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1942].

²⁰³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 62ª Sessão Ordinária em 4 de junho de 1947, p. 437.

§ 2º - Na caracterização da pequena propriedade, a lei considerará não só a área, como o objeto econômico, o valor venal, a localização do imóvel e a situação financeira do proprietário.²⁰⁴

Por conseguinte, observamos que o projeto de Constituição previa a regulamentação de situações que abrissem caminho para a democratização do acesso à terra pelos pequenos agricultores. Mas, voltando ao debate entre Caio Prado Júnior e Castro Neves, quando este é arguido por nosso constituinte a respeito do artigo 100:

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. está fazendo rápidas referências ao artigo 100...

O Sr. Castro Neves – Estou de acordo: isso porque V. Excia. se referiu a ele.

O Sr. Caio Prado Júnior – Eu queria perguntar a V. Excia. se V. Excia. está de acordo como esse artigo e seus parágrafos.

O Sr. Castro Neves – Não estou de acordo, de modo integral. Estou de acordo apenas com o espírito. Mas, no momento em que formos discutir o assunto explicarei então porque divirjo de determinadas medidas, de certos aspectos mencionados no projeto.²⁰⁵

Compreendemos que a posição de Castro Neves confirmou o que Caio Prado Júnior já havia afirmado em suas obras, que as classes produtoras, em especial no mundo rural, não almejavam mudanças significativas para se concluir no Brasil o processo de plena atividade capitalista. Portanto, não concordam com as transformações estruturais tão necessárias para que a massa da população brasileira seja incorporada ao mundo do trabalho com todos os direitos que um cidadão possui.²⁰⁶ O debate se prolongou mais um pouco e logo após sua conclusão a sessão foi encerrada e convocada outra para o mesmo dia, a partir das 20h30.

A sessão extraordinária do dia 4 de junho foi prolongada por mais duas horas e foi a ocasião na qual ocorreu a definição sobre a proposta da reforma tributária contida no projeto de Constituição.

Momentos antes da votação definitiva dos Artigos 63 e 64 do capítulo da tributação do projeto de Constituição, Caio Prado Júnior voltou à tribuna para proferir as seguintes palavras:

Vou referir-me em última análise ao imposto territorial. Esse imposto evidentemente teria de ser acrescido, cobrado melhor do que tem sido

²⁰⁴ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 857.

²⁰⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 62ª Sessão Ordinária em 4 de junho de 1947, p. 428.

²⁰⁶ Ver, entre outros escritos, PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, op. cit., e PRADO JÚNIOR, Caio. “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. In: *A Classe Operária*, 19 de abril, 1947.

cobrado até hoje. (*Muito bem.*) O imposto territorial, eu quero analisá-lo em primeiro lugar, do ponto de vista puramente fiscal.

Se é possível cobrar esse imposto, a classe que sofrerá essa imposição deverá poder suportá-la. Tive nesta Casa de citar leis, mostrando com estatísticas que, se existe uma classe absolutamente desonerada de qualquer tributo, essa é a dos proprietários rurais. O imposto territorial existente não é apenas insignificante, representa unicamente um por cento do valor da propriedade: o que sobretudo importa é que o valor sobre o qual se calcula a taxa é um valor, em regra geral praticamente sem exceção, muito abaixo do valor real da terra. Também a essa realidade tive ocasião de comprová-la, trazendo documentos irrefutáveis, e efetivamente, Sr. Presidente, nenhum dos muitos oradores que depois de mim ocuparam essa tribuna contestaram esse ponto. Todos eles, quando se referiam a ele, concordaram em que o imposto territorial, da forma que está sendo cobrado em São Paulo, não onera e não grava as grandes propriedades rurais.

De forma, Sr. Presidente, que, do ponto de vista fiscal, existe na propriedade rural uma grande fonte de contribuições, uma grande fonte que poderá trazer renda considerável para o Estado, de não apenas quarenta insignificantes milhões de cruzeiros que o Estado arrecada, numa injustiça clamorosa, cobrando impostos elevados como o das vendas e consignações das demais classes e deixando absolutamente isentos de qualquer tributação apreciável os proprietários rurais.

Além desse aspecto fiscal, quero abordar o aspecto social do imposto territorial. É inegável que, além da função fiscal, os impostos tem outra função, uma função econômica, uma função social, isto é, tem por objetivo, além de trazer fundos para o Estado, de custear os seus serviços, orientar a economia e conduzi-la naquele sentido que mais convém aos interesses da coletividade. É precisamente esse sentido que se realizará com o imposto territorial. Recairá, de acordo com o que está estabelecido no Projeto de Constituição, e que, aliás, está estabelecido nas atuais leis que regulam o assunto, sobre a terra nua, sobre a terra sem as benfeitorias.

Evidentemente um imposto dessa natureza, recaindo apenas sobre a terra e não sobre as benfeitorias, representa um estímulo para que os proprietários tragam para essas terras benfeitorias, desenvolvam a produção com que fim?

Para que o imposto, o montante do imposto caia, porque evidentemente continuando este sempre o mesmo, para que ele recaia apenas sobre a terra, a taxa sobre o conjunto da propriedade iria cair na proporção em que crescessem as benfeitorias nela invertidas.

É essa a finalidade econômica do imposto territorial trazendo um estímulo para a produção e contribuindo para que as terras inaproveitadas, essas terras que jazem aí sem aplicação alguma e servindo apenas para que a sua valorização, valorização que não é devida ao proprietário, venha enriquecer quem absolutamente não contribuiu para ela.

Sr. Presidente. Essa questão do imposto territorial e seus efeitos tem sido colocada nesta Casa com pouca clareza e pouca análise. Engloba-se toda a população rural num todo. Diz-se que a vida da população rural é de baixo nível, que ela não pode mais sofrer uma tributação, porque a sua situação não o comporta. Pratica-se aí um erro de análise: a população rural não é uma, é composta de classes. Existem classes que estão em situação má, com padrão de vida baixíssimo, o padrão de vida mais baixo que se conhece entre todas as classes do País.

Mas existe uma outra classe - e essa é a dos proprietários - que, absolutamente, não se encontra nessas condições. Poder-se-á dizer que em certos períodos os proprietários rurais tem feito maus negócios, não tem ganho aquilo que pretendiam ganhar, mas dizer-se que os grandes

proprietários rurais de São Paulo estão na miséria, estão sofrendo, estão de “pé no chão”, e não comem de acordo com a sua fome, isso, Sr. Presidente, é um pouco de exagero.

O imposto territorial recairá precisamente sobre essa classe, sobre essa classe cuja situação é melhor do que a da maioria das classes, do que a maioria da população do nosso Estado. Ela comporta perfeitamente esse imposto e, se não comportar, Sr. Presidente, se algum proprietário rural não puder fazer face a esse imposto porque não dispõe de recursos de mão de obra e de outros elementos para fazer desenvolver sua propriedade, que a venda, porque não faltará quem a compre.

Nesta Casa tive ocasião de citar o caso das Companhias de Colonização, cujo negócio consiste precisamente em lotear terras e vendê-las em condições acessíveis aos trabalhadores rurais. Essas Companhias depois de longos anos de trabalhos tem demonstrado claramente que existe uma facilidade enorme para a venda de terras em tais condições de acessibilidade.

E com isto, Sr. Presidente, respondo a um argumento trazido a esta Casa pelo ilustre colega, Sr. Lino de Mattos. Afirmou S. Excia. que não havia interesse da parte dos lavradores em lavrar a terra, uma vez que os seus produtos não alcançavam preços compensadores. Estou de acordo, Sr. Presidente, que no momento atual, as fazendas não estão dando os rendimentos que os fazendeiros já tiveram e a que eles se consideram com direitos permanentes, rendimentos que lhes asseguravam a vida faustosa que todos conhecem.

Entretanto, se existe quem queira explorar a terra, quem tenha interesse em explorar a terra, esse elemento iria trabalhá-la, com o seu esforço a serviço da produção e do reerguimento da economia agrícola.

Esses trabalhadores existem, e existem em abundância, existem, não só radicados já em nosso Estado como na imigração que almeja exatamente adquirindo pedaços de terra, onde possam trabalhar, onde possam progredir e onde possam legar a seus sucessores uma vida estável e segura.

O Sr. Milliet Filho - V. Excia. me permite um aparte? Existe uma grande percentagem de pequenos proprietários que só não levam essa vida descrita por V. Excia., porque não tem os recursos técnicos e os transportes necessários.

O Sr. Caio Prado Junior - V. Excia. tem toda a razão. Os pequenos proprietários de São Paulo nunca tiveram auxílio, nunca tiveram estímulo, nunca tiveram nada! Isto tudo só tiveram os grandes proprietários e fazendeiros. E é precisamente isso que precisamos transformar levando esse auxílio, esse estímulo, esse conforto ao pequeno produtor. (*Muito bem.*)

O Sr. Milliet Filho - V. Excia. me permite novo aparte? Os grandes proprietários que levam a vida faustosa a que V. Excia. fez alusão, esses podem resistir ao imposto, mas os pequenos não o suportariam.

O Sr. Caio Prado Junior - Sr. Presidente. Refiro-me agora às conseqüências sociais desse imposto, conseqüências essas que se verificaram em todos os Países, onde ele foi aplicado. O imposto territorial, tanto na Austrália, na Nova Zelândia, nos Estados Unidos, como em outros Países onde está sendo praticado, trouxe, imediatamente, o aproveitamento racional de terras desocupadas. Isso por uma razão óbvia que já expendi nesta Casa. Ninguém deixará a sua terra, com baixa ou nenhuma produtividade, se tem necessidade de pagar o imposto, porque nesse caso, o imposto se tornaria antieconômico, anticomercial. Antes de se desinteressar pela sua produção ele venderia a terra ou, então, trataria de explorá-la melhor. Isso ninguém irá contestar.²⁰⁷

²⁰⁷ Cf. PRADO JR., Caio. “Reforma Tributária”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol III. São Paulo, 9ª Sessão Extraordinária em 4 de junho de 1947, p. 464-466. O deputado Lino de Mattos era filiado ao PSP; e o deputado Milliet Filho era filiado ao PTB.

Depois de seu discurso, ainda na sessão extraordinária de 4 de junho, os artigos 63 e 64 foram votados indiretamente em plenário, em razão das emendas n.º 405 e 409, que propunham a substituição respectivamente daquela redação. Primeiro se procedeu à votação da emenda n.º 405, quando Sylvio Pereira, justificando que foi parcialmente vencido na votação dentro da CEC, concedeu a Caio Prado Júnior a oportunidade de encaminhar a votação:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR - Sr. Presidente. Em rápidas palavras, quero esclarecer a Casa relativamente a essa emenda, falando em nome da Comissão de Constituição.

A primeira parte não trata, absolutamente, do imposto de vendas e consignações. O artigo refere-se exclusivamente, ao imposto territorial rural. Esse imposto está definido no projeto da seguinte maneira: “O imposto territorial rural será cobrado na base do valor venal dos imóveis, exclusive benfeitorias, e será progressivo em função da área, levada em consideração a situação do imóvel” – Essa parte não traz novidade alguma, porque o imposto territorial existente, como em geral todos os impostos territoriais, é cobrado na base do preço venal do imóvel excluindo benfeitorias. A única parte nova é a segunda, que estabelece a progressividade do imposto em função da área, levada em consideração a situação do imóvel. Essa progressividade está estabelecida, assim, como princípio, e sem discriminar qual será o cálculo dessa progressividade, atendendo ao imperativo de justiça tributária, da mesma forma que o imposto de renda é cobrado progressivamente, e esse princípio é universalmente aceito. O imposto territorial também deverá ser progressivo em função da área, e o dispositivo do projeto, muito acertadamente, estabeleceu, não apenas a progressividade, mas tomou em consideração a situação do imóvel, porque de fato, grandes áreas, em zonas desertas, em zonas pouco povoadas, não devem ser taxadas, como são aquelas que se encontram próximas aos grandes centros. De forma que, esse dispositivo estabelece uma fórmula de cobrança do imposto territorial rural, que não apenas atende à justiça no sentido de tributar mais elevadamente as grandes áreas, os latifúndios, como considerou, também, os latifúndios quando situados em áreas pouco povoadas e dotadas de poucos elementos de progresso. Nesse sentido, foi o voto da Comissão.²⁰⁸

Compreendemos que Caio Prado Júnior tentou, até o fim, sem desanimar, fazer com que o texto do projeto de Constituição fosse mantido, e solicitou que a votação fosse nominal, devido à importância da matéria. E a emenda n.º 405 foi aprovada.²⁰⁹ Em seguida foi requerido por Padre Carvalho e outros que a sessão se prorrogasse por mais 60 minutos. O requerimento foi aprovado pela Casa e deu-se sequência à sessão. E Sylvio Pereira encaminhou a votação pela rejeição da emenda n.º 409. Uma vez mais, Caio Prado Júnior pediu ao presidente da Casa que a votação fosse nominal,

²⁰⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 9ª Sessão Extraordinária em 4 de junho de 1947, p. 475.

²⁰⁹ *Idem*, p. 475.

considerando a relevância da matéria. Procedeu-se à votação e foi aprovada a emenda nº 409.

E foi desta forma que o ITR deixou de ser tema constitucional com a derrota da proposta da CEC através do resultado da votação das emendas nºs 405 e 409 como se vê abaixo:

Assembleia Constituinte do Estado de São Paulo
Resultado por Partido da Votação das Emendas Nº 405 e 409

Partidos	Emenda nº 405		Emenda nº 409	
	Favor	Contra	Favor	Contra
PSD	19	2	21	-
PCB	-	10	-	10
UDN	7	-	4	3
PTB	-	6	4	2
PPT	6	-	5	1
PDC	2	-	2	-
PSP	1	7	6	2
PR	3	-	2	-
PRP	-	-	-	-
Total	38	25	44	18

Fonte: Anais da Assembleia Constituinte.²¹⁰

Com essa tomada de posição o texto constitucional se desfigurou, ficando assim como se lê:

Artigo 63 - Nenhum imposto será criado ou aumentado sem que a lei o estabeleça, nem será exigido em cada exercício sem prévia autorização orçamentária.

Artigo 64 - Valorizado qualquer imóvel por motivo de obra pública, será exigida contribuição de melhoria, na forma e condições determinadas em lei.²¹¹

O outro tema que Caio Prado Júnior defendeu foi a proposta de criação de um Conselho de Contas, em vez de Tribunais de Contas.²¹² Na 10ª sessão extraordinária, em 6 de junho, cuja Ordem do Dia, segundo o presidente da Casa, passou-se à discussão do segundo capítulo do Título II: *Da Fiscalização*, do artigo 67 ao artigo 70 do projeto de

²¹⁰ *Idem*, p. 475 e 479.

²¹¹ Ver *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, p. 705.

²¹² PRADO JÚNIOR, Caio, "Tribunal de Contas". In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 10ª Sessão Extraordinária em 6 de junho de 1947, p. 537-547.

Constituição. Após a primeira preleção, realizada pelo constituinte do PSD, Sebastião Carneiro; Caio Prado Júnior iniciou sua explanação sobre o assunto:

O que vem a ser o Tribunal de Contas, o Conselho, enfim, um órgão como esse de que estamos tratando? (...) me apoio unicamente nos textos claros e expressos da Constituição Federal, para chegar à conclusão do que vem a ser esse órgão de que estamos tratando.

No art. 22 da Constituição Federal está bem clara a sua significação. É um órgão auxiliar do Congresso Nacional, isto é, do Poder Legislativo, - e que seria, no caso, a nossa Assembleia. (...) vejamos o art. 22, que diz o seguinte: “A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas e nos Estados e Municípios pela forma que for estabelecida nas Constituições Estaduais.”²¹³

De acordo com as palavras registradas acima, em nossa opinião, nosso constituinte salientou a prerrogativa de fiscalizador da administração financeira do Estado que o Poder Legislativo possuía. Assim, os Tribunais de Contas passaram a existir para auxiliar o Poder Legislativo nisso. Caio Prado Júnior em sua preleção informou que:

O Tribunal de Contas foi instituído no Brasil pela República. Nunca tivemos, anteriormente, um Tribunal de Contas.²¹⁴

Dando continuidade a seu pronunciamento, Caio Prado Júnior esclareceu que o Tribunal de Contas é um órgão de fiscalização, de administração de contas, portanto, prosseguiu afirmando que:

O Tribunal de Contas, como está criado no Brasil, tornou-se um órgão totalmente ineficiente e inútil.

Tratando de fiscalizar as contas do Executivo, acontece que esses membros, por mais ilustres que sejam – mas entregues àquela segurança que lhes dá a vitalidade, aquela segurança que lhes dão as garantias decorrentes de sua equiparação a membros dum Tribunal de Justiça.²¹⁵

Por conseguinte, para nosso deputado os membros do Tribunal de Contas não deveriam ser vitalícios e a escolha desses membros deveria caber ao Legislativo e não ao Executivo, pois este é a instituição fiscalizada. Caio Prado Júnior colocou a seguinte questão: como a instituição fiscalizada poderia ter a prerrogativa de realizar a escolha de seus fiscalizadores? E concluiu seu discurso:

²¹³ *Idem*, p. 537-538.

²¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio, “Tribunal de Contas”, op. cit., p. 539.

²¹⁵ *Idem*, p. 540.

Nós queremos fazer uma Constituição em que a administração financeira seja executada com rigor, com probidade, com inteligência, com atenção e dependendo essa fiscalização de nós.

Como havemos de confiar essa função, cuja responsabilidade vai recair sobre nossos ombros – como havemos de entregar essa função a um órgão, cujos membros não são escolhidos por nós, mas escolhidos por outro Poder, e cujos membros são vitalícios e escapam à nossa órbita, à nossa esfera de ação?

Sr. Presidente, precisamos de um órgão fiscalizador dos atos do Executivo, mas que seja também execução desta Assembleia de representantes do povo. Da mesma forma que se fiscaliza, em nome do povo, a administração financeira do Executivo, devemos exigir também que nós, responsáveis perante o povo, tenhamos um órgão responsável perante nós, para fiscalizarmos o Executivo.

O órgão instituído em nosso projeto é o órgão que dará cabal desempenho a essas funções. Serão elementos escolhidos por nós, quando nós o bem entendermos, porque estarão lá para ver se o Executivo está praticando realmente o que deve praticar, o que nós, na Assembleia Legislativa, lhe ordenamos através do orçamento.

Nós somos os responsáveis perante o povo pela execução do orçamento, pela sua paralisação, pela sua aplicação honesta dos dinheiros públicos. Temos de dar conta disto ao povo, e só poderemos dar conta a esse povo se tivermos junto à administração financeira um órgão fiscalizador, um órgão da nossa responsabilidade, emanado de nós, por nós dirigido e orientado por nós.

Sr. Presidente: temos de romper com o passado quando está errado. Temos que criar o futuro quando está errado esse passado. Existe uma organização muito diversa da passada, porque o Governo não tinha responsabilidade e não tinha órgão competente para fiscalizar.

Esta Assembleia, dando seu voto em favor do Conselho, terá dado o passo mais progressivo que as administrações, e em particular, a administração financeira do Estado, terá dado ao Brasil.²¹⁶

No entanto, a proposta do constituinte comunista foi derrotada em plenário. Deste modo, o penúltimo artigo do Título II, *Da Organização Financeira*, foi votado logo após as intervenções de Caio Prado Júnior e ficou definido assim:

Artigo 69 – O Tribunal de Contas, composto de sete membros, tem sua sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.

§ 1º - Os membros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Governador, com aprovação da Assembleia, dentre brasileiros no exercício de seus direitos civis e políticos, maiores de 35 anos, de sólida cultura, ilibada idoneidade e alto conceito social, gozando os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos dos desembargadores do Tribunal de Justiça.²¹⁷

Na sessão ordinária do dia 7 de junho deu-se o início da discussão e posterior votação do Título III, *Dos Municípios*, e suas respectivas emendas. E na sessão ordinária do dia 9 de junho se concluiu a votação do aludido Título III do projeto de Constituição.

²¹⁶ *Idem*, p. 547.

Na qualidade de presidente em exercício da Mesa, Mario Beni abriu a sessão ordinária do dia 7 de junho e o primeiro orador, ainda na hora do expediente, foi Sebastião Carneiro; após sua fala, encaminhou à Mesa a seguinte Moção, assinada, entre outros, por Caio Prado Júnior:

MOÇÃO Nº 11, DE 1947.

Sr. Presidente.

A nobre classe dos servidores públicos estaduais, tomando conhecimento das medidas preconizadas pela Assembleia Legislativa em prol dos direitos e interesses do funcionalismo, vem manifestar espontaneamente a sua satisfação e seus aplausos pelo cuidado e vivo empenho com que todos os srs. Constituintes têm procurado salvaguardar os seus direitos e reivindicações, em consonância com os altos interesses do Estado.

É a razão pela qual sr. Presidente por meu intermédio e também dos demais membros da Subcomissão de Constituição, que subscrevem o presente requerimento, trazem os servidores estaduais, ao conhecimento da Casa a expressão de seu sentir, consubstanciada na moção abaixo transcrita, constante de 28 relações com avultado número de assinaturas de funcionários de todas as categorias, e das diversas Secretarias de Estado.

Sala de Sessões, 7 de junho de 1947.

*Sebastião Carneiro, Ulysses Guimarães, Caio Prado Júnior, Pinheiro Júnior.*²¹⁸

Esta Moção foi assinada pelos mesmos signatários da emenda 508-A, que já apresentamos acima, e cuja proposta trata de uma sugestão para a redação do Título IV, *Dos Funcionários Públicos*.

Sob a presidência de Valentim Gentil teve início a Ordem do Dia daquela sessão, na qual Caio Prado Júnior fez um aparte relevante ao pronunciamento do primeiro orador Waldy Rodrigues, membro do PTB, que tratou da autonomia do município da Capital do Estado de São Paulo. Ou seja, defendeu o direito dos cidadãos moradores da Capital de escolherem o Prefeito para administrar a mesma, já que, até então, quem escolhia o prefeito da Capital era o governador do Estado. Antes do aparte de nosso constituinte, Lincoln Feliciano apartou o orador, informando à Casa a respeito de uma notícia veiculada no jornal *A Tribuna*, de 3 de junho daquele ano. Nesta constava que o Conselho de Segurança Nacional havia, através de parecer, definido algumas cidades consideradas necessárias à defesa militar; portanto, nestas cidades não

²¹⁷ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 705.

²¹⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 64ª Sessão Ordinária em 7 de junho de 1947, p. 553.

haveria eleição para Prefeito, este deveria ser nomeado pelo Governador do Estado²¹⁹. Diógenes de Lima afirmou, em seu aparte ao orador, que a notícia era verídica e questionou sobre o direito de protestar contra a decisão do Conselho de Segurança Nacional. Foi quando Caio Prado Júnior colocou sua posição acerca do tema:

O Sr. Waldy Rodrigues – Tenho o direito de protestar. Esta é uma tribuna do povo. Estou falando em nome do povo.

O Sr. Diógenes de Lima – Tenho muita simpatia por V. Excia. mas V. Excia. não é técnico.

O Sr. Caio Prado Júnior – Quero lembrar ao nobre orador que suas ponderações são perfeitamente cabíveis e que a decisão do Conselho não é definitiva. Este apenas resolve e encaminha ao Congresso Federal que, por lei, determinará quais as bases. Nessas condições, contra um parecer reacionário do Conselho de Segurança é preciso desencadear um movimento de oposição para fazer, então, com que o Congresso Nacional não aprove essa decisão do Conselho²²⁰.

Foi o único aparte que Caio Prado Júnior ofereceu ao orador Waldy Rodrigues, e, em nossa opinião, para ajudar na argumentação do *ptebista*. O debate prosseguiu com outros apartes.

Após muitas discussões em plenário, no texto final da Constituição do Estado de São Paulo de 1947 ficou definido que:

Título III

Dos Municípios

Artigo 71 – A autonomia dos Municípios é assegurada:

I – Pela eleição do Prefeito e dos Vereadores, por voto secreto, em sufrágio universal e direto, garantida a representação proporcional dos partidos políticos.

(...)

Parágrafo único – Serão nomeados pelo Governador, com aprovação da Assembleia, os Prefeitos das estâncias hidrominerais naturais e dos Municípios que a lei federal declarar bases e portos de excepcionalidade importância para a defesa externa do País.²²¹

Depois da intervenção na discussão relatada acima, nosso constituinte só voltou a se pronunciar para de novo defender o texto original do projeto de Constituição, em seu artigo 72:

Título III

Dos Municípios

²¹⁹ *Idem*, p. 558.

²²⁰ *Idem*, p. 559.

²²¹ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 706. Assim sendo, a população da capital de São Paulo só voltaria a ter a possibilidade de eleger seu prefeito em 1953.

(...)

Artigo 72 – Nos casos de criação, desmembramento ou anexação de Municípios, as populações diretamente interessadas serão consultadas mediante plebiscito que a lei regulará.²²²

A emenda nº 472, assinada pelos constituintes Padre Carvalho, Sebastião Carneiro, Loureiro Júnior e outros, visava a suprimir o plebiscito constante no artigo 72. O relator Osny Silveira, já de volta de sua convalescência, defendeu o texto do projeto e em seguida Caio Prado Júnior fez o mesmo:

Embora esse aparte não seja regimental, peço licença à Mesa para registrá-lo, porque se trata da opinião de um representante daquela região do Estado.

Chamo a atenção para esse ponto, como o ilustre deputado Osny Silveira chamou a atenção para outro fato, para mostrar a importância de se consultar a população, em casos de tamanha gravidade, que tocam tão de perto aos interesses populares, como esse da criação, do desmembramento de Municípios. (...)

Parece-me que, além do voto da Assembleia, é necessário o voto da população local, porque a Assembleia, composta de Deputados vindos de todas as regiões do Estado, nem sempre está aparelhada para conhecer dos interesses locais, imediatos, uma vez que provêm de outras regiões.

Nestas condições, a consulta às populações serviria para ilustrar os próprios membros da Assembleia Legislativa e permitir-lhes votar assuntos dessa natureza, seguindo estritamente a opinião e os interesses locais.

Apelo, portanto, à Casa para que vote contrariamente a essa emenda, a fim de que seja mantido o texto.²²³

A Casa seguiu a indicação de Caio Prado Júnior e votou contra a aludida emenda, foram 44 votos contra e 16 votos a favor da emenda nº 472, e assim o texto foi mantido.²²⁴

Na segunda-feira, dia 9 de junho, os trabalhos foram retomados, primeiro na 65ª sessão ordinária, dando sequência na 11ª sessão extraordinária que ocorreu no mesmo dia, à noite. Na 65ª sessão ordinária foi concluída a votação do Título III – *Dos Municípios*. Nesta sessão, Caio Prado Júnior intervém em três momentos: num primeiro momento defendeu o projeto de Constituição contra a emenda nº 502, endossada por Lincoln Feliciano. A referida emenda solicitava a supressão de parte do 1º parágrafo do artigo 77 do projeto de constituição; registramos abaixo o aludido parágrafo na íntegra:

Título III

²²² Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 854.

²²³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 64ª Sessão Ordinária em 7 de junho de 1947, p. 573.

²²⁴ *Idem*, p. 573-574.

DOS MUNICÍPIOS

(...)

Artigo 77 – Podem ser eleitos Prefeitos e Vereadores os cidadãos brasileiros (artigo 129, ns. I e II da Constituição Federal), maiores de 21 anos, eleitores, residentes no Município há mais de dois anos.

§ 1º - Aplicam-se aos Vereadores as condições de inelegibilidade previstas para os Prefeitos nos artigos 139, nº III e 140, nº III, da Constituição Federal, não podendo igualmente ser eleitos aqueles que houverem exercido o cargo de Secretário da Prefeitura nos seis meses anteriores às eleições;²²⁵

Portanto, a emenda de Lincoln Feliciano pediu a supressão das palavras *não podendo igualmente ser eleitos aqueles que houverem exercido o cargo de Secretário da Prefeitura nos seis meses anteriores às eleições* do artigo acima. Cabe esclarecer que nos artigos 139 e 140 da Constituição Federal de 1946 consta que:

Título IV

Da Declaração de Direitos

Capítulo I

Da Nacionalidade e da Cidadania

(...)

Art. 139 – São também inelegíveis:

(...)

III – para Prefeito, o que houver exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe tenha sucedido, ou, dentro de seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído; e igualmente, pelo mesmo prazo, as autoridades policiais com jurisdição no Município;

(...)

Art. 140 – São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consangüíneos e ou afins, até o segundo grau:

(...)

III – do Prefeito, para o mesmo cargo.

Não obstante, Lincoln Feliciano justificou sua emenda argumentando que:

O SR. LINCOLN FELICIANO – (...) “O Secretário do Prefeito é, quase sempre, pessoa que conhece os negócios municipais. Porque impedi-lo de ser eleito? Em muitas Prefeituras, o cargo de Secretário é exercido por pessoas estranhas, da confiança do Prefeito”.

Além do mais, essas palavras, cuja supressão peço, constituem uma restrição à vontade popular. Peço, pois, aos nobres Constituintes, a aprovação dessa minha emenda. Era o que eu tinha a dizer, sr. Presidente. *(Muito bem.)*²²⁶

²²⁵ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 855.

²²⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 65ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1947, p. 600.

Para encaminhar a votação da emenda nº 502, o relator do projeto de Constituição, o constituinte Osny Silveira, informou que a CEC opinou favoravelmente à aprovação daquela emenda:

O SR. OSNY OLIVEIRA – (...) A Constituição Federal, no seu artigo 139, nº III, especifica as inelegibilidades para o cargo de Prefeito. De sorte que não há conveniência em se distenderem tais proibições. Assim a emenda deve ser aprovada.²²⁷

Por outro lado, Caio Prado Júnior pediu a palavra para encaminhar a votação, defendendo a manutenção do texto do projeto de Constituição:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Creio que a emenda não se justifica apesar das ponderações do nobre colega, sr. Lincoln Feliciano, que a subscreve, porque, o Secretário da Prefeitura exercendo o cargo, por ocasião das eleições, poderá trabalhar no sentido de influenciar o eleitorado. Ninguém impede que o Secretário da Prefeitura, posteriormente, isto é, depois de se desincompatibilizar do cargo, se candidate; deve antes sair da Secretaria da Prefeitura, para então candidatar-se a Prefeito. Efetivamente, não se justificariam as inelegibilidades se não fossem estabelecidas para assegurar a livre manifestação da vontade do eleitorado porque, sobretudo, para isso é que são estabelecidas. Não é preciso dizer que ninguém mais do que o Secretário da Prefeitura poderá exercer influência mesmo pressão sobre o eleitorado. E, não há justificativa alguma para esta pressão ainda mais no próprio benefício do Secretário, na época das eleições. Por isso, é que o projeto inicial da Constituição vedava a eleição do Secretário que tivesse exercido esse cargo dentro dos seis meses anteriores ao pleito eleitoral. O Secretário da Prefeitura pretende ser Prefeito? Então que se desincompatibilize seis meses antes das eleições, mas não que use, nas vésperas das eleições, o seu cargo, para fazer pressão contra a vontade popular. Neste sentido a emenda não se justifica e o seu texto deve ser mantido, tal qual se acha no projeto. (*Palmas.*)²²⁸

No entanto, posta a votos foi aprovada a emenda nº 502. Caio Prado Júnior solicitou verificação de votação. Então, feita a verificação, a aludida emenda foi aprovada por 37 votos contra 26.

Num segundo momento, nosso constituinte se pronunciou durante a discussão do artigo 78 que recebeu, entre outras, a emenda supressiva a esse artigo, de nº 516. No projeto de Constituição constava que:

Artigo 78 – Os Prefeitos e Vereadores, depois de diplomados, não poderão, nos limites dos seus Municípios, ser presos, salvo flagrante em crime inafiançável ou mandado expedido pelo Tribunal Regional.²²⁹

²²⁷ *Idem*, p. 600.

²²⁸ *Idem*, p. 601.

Loureiro Júnior se pronunciou para encaminhar a votação defendendo a emenda, argumentando que:

O SR. LOUREIRO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) (...) Desta forma, pediria aos srs. Deputados que meditassem um pouco a esse respeito, pois se trata de trazer para a Constituição do Estado um preceito processual penal, que já está perfeitamente declarado. A Lei atende a todos os brasileiros, a todos que residem no Brasil, nas condições previstas no artigo 78. Para que fazemos menção especial a Vereadores e Prefeitos que mesmo contra a nossa vontade, estão incluídos na proteção legal. (...) ²³⁰

Em seguida o relator Osny Silveira também se pronunciou no mesmo sentido, afirmando a posição da CEC sobre a questão:

O SR. OSNY OLIVEIRA – (*Para encaminhar a votação*) (...) A Comissão opinou favoravelmente à Emenda 516.

Na realidade, sr. Presidente, o inciso não merece permanecer na Carta Constitucional. Parte dele, aliás, já está prejudicado. É a última parte, quando fala em mandado expedido pelo Tribunal Regional. Desde que a Casa já votou contrariamente aos Tribunais Regionais, esta parte do artigo terá de desaparecer. (...)

Ora sr. Presidente, se o crime é inafiançável pode o Prefeito, ou Vereador, ser preso: se é afiançável, presta fiança ficando livre, de modo que, de certo modo se torna inócuo.

Por outro lado, trata-se da imunidade assegurada aos membros do Poder Legislativo. Não podemos, arbitrariamente, estender a outras pessoas, (...).

Nessas condições, o dispositivo ou é inócuo ou pode tornar-se perigoso, por inconstitucional, pelo que opinamos pela sua rejeição, aprovando se a Emenda 516, que é supressiva. ²³¹

E por fim, antes de o presidente submeter a emenda nº 516 à votação, Caio Prado Júnior fez as seguintes objeções à mesma:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – (...) Sr. Presidente, esse dispositivo, em primeiro lugar não é inócuo. Não é inócuo, porque estabelece que os Prefeitos e Vereadores não podem ser presos, salvo flagrante delito em crime inafiançável. Caindo o dispositivo, eles poderão ser presos, aos outros casos, isto é, nos casos de crimes afiançáveis. Mas, dizem: poderão prestar fiança. Mas, é sempre uma restrição. (...) Os Prefeitos e Vereadores são mandatários do povo, são administradores, e têm que estar a salvo de arbitrariedades de autoridades policiais e até mesmo de autoridades judiciárias.

Com relação ao último ponto desse artigo, ou seja, o mandado expedido pelo Tribunal Regional, efetivamente, tendo sido rejeitada a menção dos Tribunais

²²⁹ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 855.

²³⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 65ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1947, p. 601.

²³¹ *Idem*, p. 601-602.

Regionais na Constituição, essa parte do dispositivo caiu. Mas nada impede que, em 2ª discussão, venha uma emenda aditiva que entregue essa competência da expedição de mandado de um Juiz de Comarca vizinha ou de Comarca de entrância superior, o que viria tirar o Prefeito e os Vereadores da autoridade do Juiz, que também pode estar envolvido na política local, e tornar-se assim suspeito com relação a prisão decretada contra esses mandatários do povo, que são os Prefeitos e Vereadores.

Nestas condições, sr. Presidente, parece-me não só que é perfeitamente constitucional essa providência, como ainda, mais do que necessária e útil a fim de garantir a administração municipal contra as arbitrariedades da Polícia, da mesma forma que nós garantimos o nosso mandato e as nossas atividades de legisladores contra esses abusos. (*Muito bem*)²³²

No entanto, 31 constituintes votaram favoravelmente à emenda nº 516 e 29 votaram contra. Assim o artigo 78 foi suprimido do texto final da Constituição Estadual de São Paulo.

Imediatamente em seguida foi encaminhada para votação a emenda nº 526, que pediu a supressão do artigo 79 do projeto de Constituição, o qual reproduzimos abaixo:

Artigo 79 – Nos Municípios de grande extensão territorial ou importância, serão criadas sub-Prefeituras administradas por sub-Prefeitos de eleição popular.²³³

A emenda 526 recebeu parecer favorável da CEC e sua defesa coube a Loureiro Júnior. Este argumentou que a matéria deveria ser regulamentada pela Lei Orgânica dos Municípios. Por outro lado, o relator Osny Oliveira encaminhou a votação salientando o argumento do colega Loureiro Júnior. Mas, Caio Prado Júnior se manifestou mais uma vez, defendendo o projeto de Constituição:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*)

Sr. Presidente, como voto vencido na Comissão de Constituição, quero sustentar o projeto contra a emenda.

Argumenta-se, aqui que se trata de assunto de lei ordinária. Estou de acordo em que a criação de Subprefeituras é assunto de lei ordinária, mas, a eletividade de Subprefeito, não o é.

Uma vez aceito o princípio da eletividade, se não o incluirmos na Constituição, haverá depois, dificuldades em estabelecê-lo em lei ordinária.

Ora, há maior conveniência a favor da eletividade do Subprefeito. Uma vez que os Distritos têm interesses, embora subordinados aos do Município, é perfeitamente justo que tenham à sua frente um Subprefeito eleito, de sua confiança. Isto permitirá aos munícipes do distrito defenderem melhor seus interesses junto ao próprio Prefeito.

Ninguém ignora que existe o mau hábito, na nossa administração municipal de o Prefeito, que é eleito pelo conjunto dos munícipes chamar para a sede do

²³² *Idem*, p. 602.

²³³ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 855.

Município a maior parte desses recursos municipais, desprezando com isso, os interesses dos Distritos.

A eleição do Subprefeito permitirá que a população geral local influencie na administração geral do Município, de forma que os interesses dos Distritos sejam melhor defendidos.

Nessas condições, é de todo o interesse que o cargo de Subprefeito seja eletivo, e assim, é necessário que isso conste da Constituição, porque, em lei ordinária esse assunto não poderá ser regulado.

Neste sentido votamos contra a emenda, para manter o texto, tal como se acha.²³⁴

Contudo, a emenda foi aprovada e o conteúdo do artigo 79 definido no projeto de Constituição foi suprimido. Mas, entendemos que nosso constituinte salientou a importância de atender os interesses e necessidades da população dos distritos de um determinado município, revelando que o centro da ação do Prefeito restringia-se, e na maioria dos casos até hoje se restringe, ao distrito central do município. Na 65ª sessão ordinária findou-se a discussão e a votação do Título III – *Dos Municípios*. Logo, na 11ª sessão extraordinária teve início a discussão e votação do Título IV – *Dos Funcionários Públicos*, que foi uma das mais longas discussões de todo o projeto. Somente na 67ª sessão ordinária, do dia 11 de junho, foi concluída a votação do Título IV.

Assim, a 11ª sessão extraordinária começou com Rubens do Amaral presidindo os trabalhos da Mesa e foi iniciada com o discurso do primeiro signatário da emenda 508-A, Sebastião Carneiro, que em sua fala sintetizou o conteúdo da emenda, com o propósito de esclarecer à Casa as justificativas que comportam os vários incisos da citada emenda. Logo no início de sua fala recebeu um aparte de Caio Prado Júnior e frisou que a emenda foi o resultado de um meticuloso e ponderado estudo, ouvindo técnicos e órgãos de classe. Segundo Carneiro:

O SR. SEBASTIÃO CARNEIRO – (...) Desde a parte inicial, ou seja, o ingresso ao funcionalismo, até a fase final – aposentadoria, os vários lances da carreira foram disciplinados atendendo a todos os requisitos orientadores, com acerto e justiça, da difícil matéria constitucional. Primeira: *a forma da investidura*. Era necessário banir o favoritismo, acabar de vez com aquele velho rifão: “quem não tem padrinho, morre pagão”. (...)

Firma-se o princípio da necessária e imprescindível prova de habilitação, que deve basear-se para as promoções nos seguintes requisitos em conjunto:

Mérito, tempo de serviço, tempo no cargo, o que importa dizer, “*curriculum vitae*” do funcionário; idade; e encargo de família. (...)

Dada a exiguidade do tempo que me é concedido, vou procurar resumir o mais possível, essas considerações, abordando o assunto pela ordem dos incisos da Emenda 580-A. Nestas condições, preliminarmente cuidarei do inciso referente às normas, para as *admissões*. Entre os preceitos reguladores

²³⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 65ª Sessão Ordinária em 9 de junho de 1947, p. 604.

da matéria, figura o que diz respeito às admissões que não poderão ser feitas, *a não ser para cargo inicial* – equivale dizer, com vencimentos a ele correspondente, dentro da respectiva carreira. Desnecessário seria demonstrar o alcance e a justiça desse princípio. Realmente, não é admirável que um funcionário inicie sua carreira em cargos ou padrões superiores aos dos antigos funcionários dessa mesma carreira. Julgo portanto o princípio estabelecido, não só indispensável, como de equidade, e estrita justiça.

O Sr. Caio Prado Júnior – Isso acaba com os “para-quedistas”.

O Sr. Sebastião Carneiro – Diz muito bem o nobre deputado Caio Prado Júnior – acaba com os “para-quedistas” e isto é importante para com aqueles que, por fás ou nefas, entram para a carreira já no meio, preterindo outros que a começaram no início. (...) ²³⁵

Compreendemos que em seu pequeno aparte Caio Prado Júnior denunciou o modo irregular como eram admitidos os funcionários públicos de carreira. Desta forma, a emenda 580-A trazia uma grande contribuição para a democracia, a de tornar clara e justa a admissão na carreira. Dos incisos da aludida emenda Sebastião Carneiro ofereceu esclarecimentos mais meticolosos sobre *estabilidade e aposentadoria*, sendo que neste último ponto ressaltou a contribuição de Caio Prado Júnior sobre o tema:

O Sr. Sebastião Carneiro – (...) Passemos agora à justificativa do inciso seguinte que é também de capital importância: *A aposentadoria*. (...)

Ela se caracteriza na Emenda 580-A sob três aspectos: *A compulsória* – como prêmio – *Por invalidez* – como assistência – e a *facultativa* – desde que o funcionário conte no mínimo com 30 anos de serviços prestados ao Estado, como retribuição lógica e natural.

A primeira aos 68 anos de idade, isto é, na velhice do funcionário e quando tenha já dezenas de anos de bons serviços prestados ao Estado. Nesta particularidade, houve certo rigorismo pois que os vencimentos serão integrais somente quando o funcionário *conte com no mínimo* (vede bem, srs. Constituintes) no mínimo 20 anos de serviço. A expressão final do inciso “proporcionais a 20 anos” – se contar tempo menor – foi solução inteligente do nobre deputado dr. Caio Prado Júnior e com a qual a subcomissão concordou plenamente, tal o valor de seu objetivo. ²³⁶

Assim, Sebastião Carneiro finalizou seu discurso informando que a emenda 580-A abrangia as seguintes matérias: 1- Definição de funcionário; 2 – Admissão; 3 – Promoção; 4 – Estabilidade; 5 – Acumulação; 6 – Aposentadoria; 7 – Invalidez; 8 – Direito a recurso e a representação; 9 – Adicional sobre tempo de serviço; 10 – Contagem de tempo federal e municipal; 11 – Disponibilidade – Reversão – Remoção; 12 – Férias Licenças a gestantes; 13 – Equiparação dos vencimentos dos inativos; 14 – Instituição de Serviço Civil em cada Secretaria de Estado ou Departamento Autônomo.

²³⁵ *Idem*, p. 610-611.

²³⁶ *Idem*, p. 611.

Caio Prado Júnior defendeu os princípios da emenda 580-A; percebemos isso através de suas intervenções, como relataremos a seguir. Deste modo, na 66ª sessão ordinária, datada do dia 10 de junho, nosso constituinte se pronunciou em dois momentos, durante a discussão a respeito da definição de funcionário público e acerca do em caminhamento de votação da emenda 580-A.

Na hora do expediente, sob a presidência de Rubens do Amaral, Ulysses Guimarães pediu a palavra para pronunciar seu discurso em que revelou sua discordância acerca do entendimento da figura do funcionário público que a emenda 580-A apresentou. Logo, Caio Prado Júnior se posicionou no sentido de defender os trabalhos que resultaram na emenda 580-A. Abaixo registramos a polêmica:

O SR. ULYSSES GUIMARÃES – Sr. Presidente. Sou um dos signatários da Emenda 580-A, conjuntamente com os nobres deputados, srs. Sebastião Carneiro, Pinheiro Junior e Caio Prado Junior.

Fui testemunha, sr. Presidente, na Comissão Especial de Constituição, da complexidade e indiscutível dificuldade que cercaram a matéria. O número de emendas oferecidas ao projeto pelos dignos srs. Constituintes ultrapassou ao apresentado a qualquer outro capítulo da nossa Constituição. O ilustre Presidente da Comissão Especial de Constituição, o nobre deputado, sr. Lincoln Feliciano, a fim de possibilitar que a matéria fosse disciplinada num todo sistematizado e orgânico, designou a Subcomissão, cujos nomes já declinei aqui em plenário, e que ofereceu a emenda substitutiva ao Título IV, que tomou o nº 580-A.

Sr. Presidente. Melhor meditando e estudando o assunto, (...) julguei-me, sr. Presidente, no dever de optar entre uma coerência meramente externa ou formal, entre o fato de haver subscrito a emenda e expô-la em plenário, e uma coerência que se me afigura muito mais alta e muito mais necessária de ser perfilhada, qual seja a coerência com a minha própria consciência. Eis porque, sr. Presidente, venho hoje ocupar a atenção da Casa para fazer reparos que se me afiguram indispensáveis, a fim de que o funcionalismo seja disciplinado por normas jurídicas perfeitamente de acordo com os seus direitos e com seus deveres.²³⁷

Em nosso ponto de vista, com a declaração acima Ulysses Guimarães tomou uma posição de rever os princípios da emenda 580-A, da qual foi um dos responsáveis, como já destacamos acima. E Caio Prado Júnior logo rebateu essa posição do colega constituinte, quando este iniciou sua crítica ao primeiro inciso da aludida emenda, o que tratava da definição de Funcionário Público. Vamos abaixo registramos as discussões:

O Sr. Ulysses Guimarães – (...) Sr. Presidente, esta preocupação de se fugir a uma conceituação rígida do que fosse funcionário público, trancando assim as portas para soluções emergentes sempre necessárias e acauteladoras e

²³⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 66ª Sessão Ordinária em 10 de junho de 1947, p. 641.

resolvidas pela legislação ordinária, foi também esposada pelo eminente Relator deste capítulo na Constituição Federal, o grande mestre que o Brasil todo conhece e reverencia – o Professor Mario Masagão.

De fato, sr. Presidente, a começar pela doutrina, nós sabemos o perigo das definições. Já os tratadistas nos domínios da teoria fogem à mesma, porque nada mais difícil do que, com poucas palavras, determinar toda a compreensão, todo o conteúdo daquilo que se quer definir.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte? Esse artigo a que V. Excia. se refere não é propriamente uma definição e nele, são considerados funcionários públicos aqueles que estão sujeitos aos efeitos dos dispositivos que vêm em seguida. É só com esse objetivo...

O Sr. Sebastião Carneiro – Para evitar os abusos.

O Sr. Caio Prado Júnior – ...distinguindo então daqueles que não são funcionários efetivos aqueles que o são, por exemplo, operários que trabalham para uma Repartição Pública. É mais um ponto prático do que doutrinário.

O Sr. Ulysses Guimarães – Veja V. Excia. que em primeiro lugar V. Excia. assinala “não é propriamente uma definição”, “não é bem” trazendo consequências, como V. Excia. apontou. Não podemos, no domínio da Lei, nos atermos a esta forma insegura, imprecisa. A lei, pelo menos como está redigida, não está de acordo com V. Excia. porquanto ela é taxativa e categórica. “Considera-se funcionário público todo aquele que exercer em caráter efetivo, mediante prova de habilitação de saúde ...” aliás, deve haver aqui engano de redação quando diz: “habilitação de saúde”.

O Sr. Caio Prado Júnior – Saúde está incluída na habilitação.

O Sr. Ulysses Guimarães – Deveria ser de “habilitação e de saúde”.

O Sr. Caio Prado Júnior – Nessa prova de habilitação estará incluída a de saúde.

O Sr. Osny Silveira – Há realmente um engano. Deve ser “de habilitação e de saúde”.

O Sr. Ulysses Guimarães – ... ”e nomeação por autoridade competente, cargo público criado por lei”.

Verifica-se, inicialmente, que todos aqueles que não são beneficiados nesse conjunto de condições catalogadas neste artigo não poderão receber o nome de funcionário. (...)

O Sr. Caio Prado Júnior – Chamo a atenção de V. Excia. para o penúltimo artigo da emenda que diz: “A lei ordinária estabelecerá as garantias e vantagens a que terão direito os que prestam serviços no Estado sem pertencerem ao quadro de funcionários”. (...)²³⁸

Foram os apartes registrados acima que Caio Prado Júnior ofereceu ao discurso de Ulysses Guimarães, que prosseguiu sua intervenção²³⁹ pontuando sua discordância aos incisos da emenda 580-A.

As 16h30 passou-se à Ordem do Dia daquela sessão, assumindo a presidência Nelson Fernandes e dando continuidade à votação das emendas relativas ao Título IV. Logo na abertura Caio Prado Júnior solicitou a palavra; em nosso ponto de vista, isso ocorreu porque ele defendeu, como acordado, a preferência para a emenda 580-A, e

²³⁸ *Idem*, p. 642.

²³⁹ *Idem*, p. 641-648.

entendemos que seu objetivo foi esclarecer ao plenário como seria o encaminhamento da votação:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, ontem tinha sido pedida e concedida preferência para a Emenda 580-A. E V. Excia. tinha iniciado a discussão dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE – A Emenda 580-A, de acordo com o ponto de vista firmado ontem, está sendo levada em consideração. Apenas aos parágrafos para os quais não existem emendas é que não podemos encaixar a Emenda 580-A. Ao parágrafo 5º já existem emendas, e a Emenda 580-A entrará com preferência.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas, sr. Presidente, a Emenda 580-A contém alguns dispositivos que não estão no projeto. Em que oportunidade V. Excia. porá isso em discussão, uma vez que estamos acompanhando os textos do projeto e não da emenda?

O SR. PRESIDENTE – Se a Emenda 580-A for aprovada, automaticamente prejudicará os textos ou o texto do Projeto Constitucional, porque esta é a sistemática seguida.

O Sr. Caio Prado Júnior – Então V. Excia. porá em votação a Emenda 580-A?

O SR. PRESIDENTE – Sim, mas tendo como roteiro o Projeto Constitucional, de acordo com o que foi estabelecido, desde o artigo 1º.

O Sr. Caio Prado Júnior – Não há dúvida, mas, como a Emenda 580-A tem alguns dispositivos que não figuram no projeto, nunca chegará a esses pontos. Ela é substitutiva de um conjunto de artigos.

O SR. PRESIDENTE – A Casa ontem decidiu que a emenda deveria ser votada por artigos e parágrafos. O parágrafo 5º que diz: - “As promoções em cargos públicos far-se-ão alternadamente por antiguidade e merecimento” é afetado pela emenda e, assim, teremos que votá-lo em primeiro lugar.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas, como agiremos quando, no projeto, não existir nenhum artigo referente a ponto da emenda?

O SR. PRESIDENTE – Neste caso a emenda entrará como aditivo, onde convier.

O Sr. Caio Prado Júnior – Exatamente, mas como houve preferência, parece que a emenda é que deve ser posta em votação.

O SR. PRESIDENTE – Quando for deferida a preferência, a emenda será posta em votação em primeiro lugar.²⁴⁰

Portanto, depois dos questionamentos de Caio Prado Júnior, o presidente em exercício explicou ao plenário que a votação da emenda 580-A se daria da seguinte maneira:

O SR. PRESIDENTE – A Mesa vai submeter à aprovação da Casa a Emenda nº 580-A. Artigo por artigo, e, uma vez aprovado qualquer artigo desta emenda, ficarão, automaticamente, rejeitadas todas as emendas que colidirem com ela. (...) ²⁴¹

²⁴⁰ *Idem*, p. 649.

²⁴¹ *Idem*, p. 649.

Então os trabalhos prosseguiram, e a redação final para o artigo 82 que qualifica o funcionário público ficou assim:

Artigo 82 – Considera-se funcionário público todo aquele que exerce, em caráter efetivo, mediante prova de habilitação e de saúde, nomeado por autoridade competente, cargo público criado por lei.²⁴²

Mas, Caio Prado Júnior só voltou a se pronunciar sobre a matéria em discussão durante a 12ª sessão extraordinária, ocorrida em 10 de junho, quando pediu destaque para a votação da parte final do artigo seguinte da emenda 580-A, que foi lido pelo presidente em exercício, Nelson Fernandes:

O SR. PRESIDENTE – Vamos passar a votação do seguinte artigo: (*lê*) “Serão aposentados compulsoriamente os funcionários públicos que atingirem 68 anos de idade, sendo com vencimentos integrais desde que contem 20 anos, se contarem tempo menor”.

(...)

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, peço destaque para a parte final deste artigo, depois de: “sendo com vencimentos integrais desde que contem 20 anos de efetivo exercício e proporcionais a 20 anos se contarem tempo menor”, para ser discutida a questão da idade e aposentadoria, posteriormente, porque há dúvidas em torno desta idade; há votos divergentes, enquanto que, quanto a essa parte final existe unanimidade na Casa.²⁴³

O destaque foi aprovado pela Casa e a parte destacada foi aprovada. Posteriormente, votaram a emenda nº 575, que alterou para 70 anos de idade o limite para a aposentadoria compulsória.²⁴⁴ E o texto final ficou assim:

Artigo 91 – Serão aposentados compulsoriamente os funcionários que atingirem setenta anos de idade, sendo com vencimentos integrais desde que contem vinte anos de efetivo exercício e proporcionais a vinte anos se contarem tempo menor.²⁴⁵

Passamos a examinar a 67ª sessão ordinária, datada do dia 11 de junho. Nesta, não houve matérias lidas no expediente; deste modo, Caio Prado Júnior foi o primeiro constituinte a se pronunciar. A sessão foi inicialmente presidida por Rubens do Amaral. Registramos aquele momento abaixo:

²⁴² Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 707.

²⁴³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 12ª Sessão Extraordinária em 10 de junho de 1947, p. 668.

²⁴⁴ *Idem*, p. 669-670.

²⁴⁵ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 707.

SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Um matutino desta Capital, que se tem esmerado em procurar desmoralizar esta Assembleia nas notas que insere em seus editoriais, volta hoje novamente a comentar as nossas atividades, estranhando o tempo despendido na discussão do Título do funcionalismo e o interesse que lhe tem sido dedicado pelos srs. Constituintes. Insinua, ao mesmo tempo, que isso se deve ao fato do funcionalismo constituir (são palavras textuais que reproduzo) um “viveiro de eleitores”. O referido matutino, sr. Presidente, nessa inglória tarefa que se impôs de desmoralizar a representação popular, parece esquecer que com isso não faz mais que facilitar o trabalho daqueles que conspiram contra nosso regime representativo, preparando assim o retorno, já tão manifesto sob certos aspectos, do regime ditatorial em nossa terra. Quero trazer meu protesto contra tais atitudes, fruto da leviandade ou da má fé. Não estou colocando esta Assembleia acima das críticas. Somos representantes do povo, e temos de acolher as observações que nos são feitas. Mas há críticas e críticas. Aceitamos as construtivas, aquelas que se destinam a nos auxiliar em nossos trabalhos, e que indicam os caminhos acertados que devemos trilhar. Mas críticas simplesmente destrutivas, desmoralizantes, e sem outro objetivo que expor a nossa Assembleia ao desprezo público, estas críticas, sr. Presidente, não podem passar sem o nosso mais enérgico protesto, porque é o povo e seus interesses, por nós representados, que diretamente se atinge. E protestamos também para alertar o povo contra mais esse gênero de manobras com que se pretende sabotar o regime representativo, e enfraquecer com isso a resistência contra a onda reacionária que ameaça neste momento nossas instituições. (*Palmas. Muito bem.*)²⁴⁶

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior chamou a atenção para a tentativa de desmoralização dos trabalhos do Legislativo, como também, ao conclamar a resistência contra a *onda reacionária*, revelou assim que a reconstrução da democracia ainda não estava concluída e passava por um período crítico.

A votação do Título IV – *Dos Funcionários Públicos* foi encerrada naquela sessão. Ao final da votação de cada Título a Mesa da Casa recebia as declarações de voto. Assim, destacamos duas das declarações de voto recebidas, pois essas foram assinadas pelos constituintes da bancada comunista, portanto, entre outros, por Caio Prado Júnior. Na primeira os comunistas declaram que votaram contra a emenda que estipulava a idade de 70 anos para a aposentadoria:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 42,
DE 1947

Votamos contra a emenda que estipula 70 anos para aposentadoria compulsória do funcionário público, para apoiar a idade de 65 anos. Assim o fizemos atendendo justo princípio de justiça social, de acordo com as conquistas progressistas dos homens, no mundo de hoje. Não se compreende que, num País como o nosso, se queira condenar o homem à tragédia de

²⁴⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 67ª Sessão Ordinária em 11 de junho de 1947, p. 679.

trabalhar até os 70 anos. No Brasil, onde a média de vida é de 45 anos de idade, os vencimentos são de fome, a desorganização das cidades – e as maiores concentrações de funcionários públicos estão em cidades grandes – grava o transporte, a alimentação, a moradia, etc.; a mortalidade é de nível assustadoramente alto, pois que a doença atua em organismos debilitados; enfim, no nosso País, mergulhado como está em tão grande atraso, o homem necessita ter o merecido repouso de aposentadoria, antes dos 70 anos.

Além disso, com a aposentadoria, aos 65 anos, como desejamos, a renovação de valores se faria, na medida da exigência do Estado moderno, dando oportunidade aos moços e apoio aos velhos.

Nem se justifica a afirmativa de que o Estado não pode arcar com despesas maiores. Discordamos. O dinheiro pode ser facilmente encontrado através de impostos sobre aqueles que podem e devem pagar (sobre o capital, a riqueza, o latifúndio, etc.).

Era esta, sr. Presidente, a declaração que tínhamos a fazer.

Sala de Sessões, 10 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Taibo Cadorniga, Clovis Oliveira Netto, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Armando Mazzo, Lourival Villar, Roque Trevisan, Caio Prado Júnior, Catullo Branco.*²⁴⁷

Notamos que nesta declaração de voto os constituintes signatários salientaram o tema do trabalho na perspectiva geracional e, por outro lado, distinguiram o tema da cobrança de impostos. Este último foi, em nosso ponto de vista, um tema caro para Caio Prado Júnior, como pudemos perceber acima. A outra declaração de voto da bancada comunista nos chamou a atenção, pois assinalou a questão da educação, principalmente a carreira profissional dos professores do, então, curso primário do Estado de São Paulo. Para explicar melhor o cuidado que a bancada comunista teve com o tema do magistério vamos reproduzir abaixo a mencionada declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 44,

DE 1947

Declaramos ser contrários à Emenda n.º 616, que trata da aposentadoria do professor primário público, não porque sejamos contrários à aposentadoria do mestre escolar, que bem a merece depois de inúmeros anos de sua existência, dedicada ao ensino da nossa infância, mas, unicamente, por já existir, aprovada pela Assembleia, a Emenda n.º 577, que faculta à lei ordinária proporcionar uma aposentadoria que corresponda aos anseios do digno professorado primário do Estado.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1947.

- *Taibo Codorniga, Clovis Oliveira Netto, Milton Cayres de Brito, Lourival Villar, Roque Tevisan, Armando Masso, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Mautílio Muraro, Caio Prado Júnior, Catullo Branco.*²⁴⁸

Portanto, entendemos que a declaração de voto nº 44 apontou para que o tema da carreira do professor fosse tratado com mais vagar e à altura que esses profissionais

²⁴⁷ *Idem*, p. 701.

merecem. Após a leitura desta emenda foi encerrada a sessão e convocada uma sessão extraordinária para o mesmo dia, que se iniciou às 20h30. Na Ordem do Dia da 13ª sessão extraordinária do dia 11 de junho foi discutido e votado o Título V – *Dos Direitos e Garantias Individuais*. O encaminhamento de votação ficou sob a responsabilidade de Ulysses Guimarães que exercia o cargo de relator *ad-hoc*. Concluída a votação do Título V, o presidente da Casa, Valentim Gentil, colocou em discussão e votação o Título VI – *Da ordem Econômica e Social*. Um dos debates mais polêmicos nesse Título, no qual nosso constituinte tomou parte, foi sobre o artigo 100 do projeto de Constituição que reproduzimos acima. Isso ocorreu, entre outros momentos, durante o longo discurso do colega Milton Cayres de Brito, como verificaremos a seguir.

Em nosso ponto de vista, o líder da bancada comunista revelou no conteúdo de seu discurso uma análise diversa da de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária. Primeiro, notamos que logo de início em seu discurso Milton Cayres de Brito recorreu aos pronunciamentos do Senador, pelo PCB, Luis Carlos Prestes, fato que nunca ocorreu em nenhum dos discursos de Caio Prado Júnior, ainda mais sobre o tema em questão. Por outro lado, por diversas vezes Brito distingui o momento de crise do setor agrário em São Paulo, fazendo referências aos restos feudais que, segundo ele, havia na exploração agrária, tema que não existe para Caio Prado Júnior:²⁴⁹

*O Sr. Milton Cayres de Brito – (...) Nobres Deputados. Quando me refiro a propriedades, quando falo em latifúndios, absolutamente não dirijo essas minhas palavras a quem quer que seja, pois que a minha preocupação é a de mostrar que no Brasil ainda existem, como restos feudais, grandes propriedades latifundiárias. (...)*²⁵⁰

Portanto, percebemos que havia discordâncias entre os comunistas acerca da concepção de como abordar a questão agrária no Brasil, em especial em São Paulo. Destacamos abaixo o primeiro aparte que Caio Prado Júnior ofereceu ao discurso de seu colega de bancada, logo que este apresentou, durante seu discurso, um quadro, do livro de Aguinaldo Costa, *Apontamentos para uma reforma agrária*, que trazia informações a respeito das distribuições de terras no interior do Estado de São Paulo:

²⁴⁸ *Idem*, p. 701.

²⁴⁹ Sobre isto, ver, entre outros escritos de nosso autor, PRADO JR., Caio. “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. *A Classe Operária*, 19 de abril de 1947, p. 4.

²⁵⁰ BRITO, Milton Cayres. “Latifúndios e matéria constitucional – Lê mensagem do Senador Prestes”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 13ª Sessão Extraordinária em 11 de junho de 1947, p. 716.

O Sr. Milton Cayres de Brito – (...) Andradina possui 235 proprietários até 50 alqueires que ocupam uma área de 3541 alqueires e possui seis grandes proprietários com uma área de 47.671 alqueires.

O Sr. Auro de Moura Andrade – Permita-me informar a V. Excia. a propósito de Andradina que lá existem cerca de 2.000 famílias, que são proprietárias só de cinco a dez alqueires de terra.

O Sr. Milton Cayres de Brito – Estou citando apenas a Estatística Zootécnica e Agrícola.

O Sr. Auro de Moura Andrade – Mas V. Excia. está citando estatísticas do dia, da atualidade?

O Sr. Milton Cayres de Brito – Estou mencionando as estatísticas de 1939 e 1940. Mas, veja V. Excia. que fiz uma ressalva, qual seja, a de que com o desenvolvimento da inflação e com a situação precária do interior do Estado, os latifúndios tendem a aumentar. Agora, não conheço bem o caso de Andradina, quais são as suas particularidades, etc...

O Sr. Bravo Caldeira – V. Excia. acha que há divisão de propriedades no Interior, atualmente?

O Sr. Milton Cayres de Brito – Muito pouca.

O Sr. Caio Prado Júnior – E é vantajosa?

O Sr. Bravo Caldeira – Para quem vende, talvez.

O Sr. Milton Cayres de Brito – A conclusão a tirar é que praticamente não há divisão da propriedade, mas, pelo contrário, há criação de novos latifúndios, nos terrenos valorizados.

O Sr. Auro de Moura Andrade – Aliás, devo dar mais um aparte a V. Excia., sobre este assunto. Foi a subdivisão das terras de Andradina que possibilitou o surgimento daquela cidade através de loteamento.

O Sr. Milton Cayres de Brito – Agradeço o aparte de V. Excia. Espero que a bancada da União Democrática Nacional, coerente com as idéias expendidas aqui pelo ilustre líder, vote a favor do Título VI do projeto. (...) ²⁵¹

Assim, notamos que Caio Prado Júnior já havia apontado a dificuldade de quantificar a distribuição dos alqueires, pois não havia um cadastro de terras. O líder da bancada comunista prosseguiu em sua tentativa de definir a grande propriedade:

O Sr. Auro de Moura Andrade – Latifúndios, a que V. Excia. se refere, são a grande propriedade ou a grande propriedade não aproveitada?

O Sr. Milton Cayres de Brito – A grande propriedade não aproveitada.

O Sr. Caio Prado Júnior – Ou mal aproveitada. ²⁵²

Em nossa perspectiva, em seu aparte Caio Prado Júnior tenta ajudar o seu colega de bancada, pois já havia salientado, em suas intervenções registradas acima, o não aproveitamento e o mau aproveitamento das grandes extensões de terras. O líder da bancada comunista seguiu em seu discurso quando recebeu mais uma provocação da bancada rural e Caio Prado Júnior tentou ajudá-lo, quando foi colocada a seguinte questão, qual seja, a possibilidade de os pequenos agricultores adquirirem terras:

²⁵¹ *Idem*, p. 726-727.

²⁵² *Idem*, p. 727.

O Sr. Epaminondas Lobo – Permita-me V. Excia. informar que pela Constituição de 1937, revigorada pela de 1946, há faculdade para os camponeses se apropriarem de terras, isto é, apossarem-se de 10 hectares de terras e tornarem-se seus proprietários, desde que nelas trabalhem durante 10 anos com real aproveitamento.

É uma possibilidade para quem quiser obter uma propriedade, tanto em S. Paulo como em Mato Grosso.

O Sr. Milton Cayres de Brito – Na verdade, há possibilidade de o lavrador se tornar um pequeno proprietário no Brasil ou em S. Paulo, através do cultivo da terra, durante determinado número de anos e com efetiva produtividade mas a justiça mostra o contrário.

O Sr. Caio Prado Júnior – Sem oposição seria fácil, mas, infelizmente há intervenção nesse sentido.

O Sr. Epaminondas Lobo – Condicionalmente, assim é.²⁵³

Portanto, não era tão fácil, como Epaminondas Lobo afirmou, de se adquirir uma pequena propriedade, e como conhecedor e estudioso do tema, percebemos que Caio Prado Júnior imediatamente rebateu a afirmação do constituinte *psedista*. Mas, nosso constituinte ainda ofereceu mais uma aparte ao colega de bancada quando este tocou no ponto dos contratos de meiação, quando o fazendeiro sede suas terras para que o pequeno agricultor (meeiro) cultive e este não paga com dinheiro para tal, mas com a própria produção. No entanto, de acordo com Milton Cayres de Brito, o camponês acabou por adquirir dívida junto ao fazendeiro, pois, comprou, a crédito, no armazém do proprietário da terra - alimento, roupas, para si e sua família, além de instrumentos de lavoura –, por preços mais altos do que na cidade, segundo Brito:

O Sr. Milton Cayres de Brito – (...) E assim, no ajuste de contas, necessariamente o campônio fica devendo ao feliz proprietário. Desesperado pelo insucesso da transação e desejando tentar a vida algures, fica peiado, amarrado à terra pela ganância do senhor, até fazer compromissos impossíveis de saldar. Assinalamos um fato curioso neste regime de escravidão: a permissão dada pelo proprietário ao caboclo, para trabalhar em outras terras, desde que o novo patrão se responsabilize pelas dívidas que contraiu com o primeiro.

O Sr. Epaminondas Lobo – Penso que V. Excia. não está bem informado. A praxe geralmente estabelecida é a de cobrança 20 arrobas sobre a produção média por alqueire, que é de 150 arrobas. E, geralmente, quem planta é financiado pelo proprietário.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um esclarecimento? Esse sistema de transferência de dívidas existe até no Código Civil, está configurado nesse Código.²⁵⁴

Então, o líder da bancada do PCB concluiu sua fala conclamando a Casa, em nome da bancada do PCB, a aprovar o Título VI do projeto de Constituição. O

²⁵³ *Idem*, p. 728.

presidente da Casa, Valentim Gentil, suspendeu a sessão por 15 minutos e reabriu a mesma com o discurso de Brasília Machado Netto, do PSD, que defendeu a emenda nº 691, de sua autoria, a qual recebeu parecer favorável da comissão, e recebeu o seguinte aparte de Caio Prado Júnior:

O SR. BRASILIO MACHADO NETTO – (...) Sr. Presidente – o artigo 98 do projeto, declara que “Cabe ao Estado, quando a iniciativa particular se mostrar omissa, insuficiente ou inconveniente, e dentro dos limites impostos pela Constituição Federal, intervir na ordem econômica de modo a promover a elevação progressiva do padrão de vida da população, assegurando a todos existência compatível com a dignidade humana”.

Ora, sr. Presidente, no meu modesto parecer, (*não apoiados*) diante da sistemática da nossa organização constitucional, não vejo como possam os Estados contar com os meios adequados para intervir eficientemente na ordem econômica...

(...)

O Sr. Brasílio Machado Netto – ... porque a Constituição Federal, no seu artigo 98, item 15 entre outros, reserva para a União essa intervenção. (...)

O Sr. Caio Prado Júnior – Pelo artigo 6º da Constituição, o Estado pode legislar supletivamente.

O Sr. Brasílio Machado Netto – V. Excia., acompanhando a minha exposição, verá que eu me referirei ao assunto.

É verdade que o artigo 6º declara que a competência Federal, para legislar, entre outras, sobre as matérias do artigo 5º, letras, *b, c, j, l, o*, dá ao Estado essa faculdade mas realmente eu não vejo na prática a sua possibilidade de usar desse direito.

(...)

Por outro lado, sr. Presidente, entendo que cabe perfeitamente nesse artigo, de forma expressa, o meio pelo qual o Estado poderá intervir e daí ter proposto o acréscimo “por meio de Lei Ordinária”.

A rigor, esse complemento poderia ser dispensado, mas temos visto, durante estes últimos anos, intervenções do Poder Executivo, às vezes através de elementos de modesta hierarquia administrativa, mediante portarias e recomendações. E é tão sensível o organismo econômico que, comumente, simples determinações de autoridades locais, perturbam o ritmo normal da vida econômica e causam prejuízos, não só aos elementos diretamente ligados às atividades produtoras, como à própria coletividade.

“O uso do cachimbo – sr. Presidente, diz um velho ditado – faz a boca torta”.

Assim, é crucial prudência, baseada em experiências por vezes tristes, que o complemento “por meio de Lei Ordinária” deve ser acolhido.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte? Esse dispositivo já consta do Capítulo relativo à Assembleia Legislativa. É, portanto, da competência do Poder Legislativo.²⁵⁵

Mas Brasília Machado Netto não enfrentou a afirmação de nosso constituinte. No entanto, essa discussão entre Brasília e Caio Prado Júnior só estava começando, ela

²⁵⁴ *Idem*, p. 729.

²⁵⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 13ª Sessão Extraordinária em 11 de junho de 1947, p. 742.

iria ganhar termo na sessão seguinte, quando votaram as emendas ao Título VI, como veremos à frente.

Na sessão ordinária, em 12 de junho, não houve expediente a ser lido. Os constituintes usaram a palavra para tratar de temas diversos até o momento do início da Ordem do Dia quando retomaram a discussão do Título VI, *Da Ordem Econômica e Social*. Daqueles pronunciamentos, destacamos o de Rubens do Amaral, que recebeu apartes de Caio Prado Júnior, e já no horário do expediente, tratou de expor sua opinião a respeito do referido Título VI do projeto de Constituição. Isso ocorreu logo no início de seu discurso, quando expôs sua opinião acerca do artigo 100 do projeto de Constituição e fez remissão à discussão do capítulo referente à tributação. Pelas palavras do constituinte *udenista*:

O SR. RUBENS DO AMARAL - No art. 100, estou de acordo com a alínea I do § 1.º e com o § 2.º. Discordo, porém, das alíneas II e III dos § 1.º. (...)

Já por ocasião dos debates relativos à tributação pronunciei-me contra as desapropriações e os loteamentos promovidos pelo poder público. Porque, dá margem a abusos, ora contra proprietários desafetos, arriscados a sofrer perseguições, ora a favor de proprietários amigos e afeitos a receber favores. Porque é o Estado que arbitrariamente escolhe a gleba a ser desapropriada e nela recorta lotes de área também arbitrária, quando a preferência há de ficar inteiramente a cargo dos pretendentes que sabem melhor do que o Governo o que é que lhes convém. Porque a medida é de efeitos transitórios, portanto, inoperante nas suas finalidades, pois que logo os mais esforçados e os mais espertos açambarcarão as terras loteadas, concentrando-se novamente em grandes propriedades.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte? Esse argumento não procede, pois contra essa concentração podem ser tomadas medidas eficazes; é um problema que tem surgido em muitos países e tem sido resolvido com grande facilidade.

O Sr. Rubens Do Amaral - Duvido dessa facilidade pois na história do mundo verifica-se que o loteamento acabou sempre em nova concentração de propriedades.

O Sr. Caio Prado Júnior – Depende da classe que está no Poder e da sua influência.

O Sr. Rubens Do Amaral – A classe que ainda está no Poder é dos latifundiários e seus aliados.²⁵⁶

As discussões sobre o Título referente à *Ordem Econômica e Social* prosseguiram e Caio Prado Júnior acompanhou com atenção, fazendo apartes a mais três colegas constituintes, antes de iniciada a votação do aludido Título. Assim, o primeiro deles foi o *udenista* Auro de Moura Andrade, que afirmou ser um cético a respeito da assistência do Estado e por essa razão era favorável a que se consignasse, na

²⁵⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 12 de junho de 1947, p. 756.

Constituição, o princípio que obrigasse o Estado a prestar determinada assistência, e que isso fosse regulado por lei ordinária. Prosseguiu sua fala dando o exemplo que presenciou e participou em Andradina, quando por iniciativa dos próprios moradores daquele município, foram loteados terrenos para as famílias de colonos, pequenos proprietários. Registramos abaixo o momento em que Caio Prado Júnior deu um aparte a seu colega *udenista*, reafirmando a importância das leis para regulamentar os serviços públicos prestados pelo Estado:

O Sr. Auro de Moura Andrade – (...) Enquanto isso, sr. Presidente, enquanto um particular procurava estabelecer a fixação dos colonos, o Estado arrecadou de Andradina 3.500.000 cruzeiros no ano de 1945, isso até 20 de dezembro, dos quais 500.000 cruzeiros eram pagos por nós.

Entretanto, o Estado utiliza há sete anos seguidos, os grupos escolares, o edifício do Fórum e todos os demais edifícios públicos, inclusive o edifício da Prefeitura Municipal, sem sequer dispendir o pagamento correspondente aos aluguéis desses edifícios. O Estado arrecadou 3.500.000 cruzeiros, depauperou a fazenda experimental e, em seguida, como uma verdadeira misericórdia, doou à Santa Casa daquela cidade a importância de Cr\$ 50.000,00, única doação que Andradina recebeu para o trabalho de fixação do colono na terra.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. me permite um aparte? É precisamente por isso que precisamos de leis e não rejeitar todas as medidas propostas.

O Sr. Auro de Moura Andrade – O aparte de V. Excia. é frase minha anterior ao meu discurso. (...).²⁵⁷

A fala de Auro de Moura Andrade prosseguiu e foi sucedido pelo seu companheiro de bancada, Juvenal Sayon. Este também tratou de falar sobre o Título VI e recebeu os seguintes apartes de Caio Prado Júnior, quando Sayon disse que apresentou uma emenda supressiva para os itens 2 e 3 do parágrafo primeiro do, já aludido, artigo 100:

O SR. JUVENAL SAYON – (...) Diz sr. Presidente, o item 2º:

“II – O Estado e os Municípios promoverão a desapropriação das terras, de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, a fim de as lotear, sempre que os seus proprietários não as explorem em condições que atendam ao interesse coletivo.”

Somos, sr. Presidente, pela supressão desse item por várias razões: a 1ª porque pleiteamos, sempre que possível, as soluções que se coadunam com o regime democrático para os nossos problemas, e isso pleiteamos, sr. Presidente, porque não vemos, absolutamente, no espírito deste artigo, a possibilidade de sua solução dos problemas que se sustenta resolver com a adoção do mesmo.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. com certeza, conhece a Constituição Federal. No capítulo da Ordem Econômica e Social, está disposto que o uso

²⁵⁷ *Idem*, p. 760-761.

da propriedade será condicionado ao bem estar social e, portanto, o aproveitamento da terra, em condições que atendam aos interesses coletivos, está previsto na Constituição Federal.

O Sr. Juvenal Sayon – Estamos de pleno acordo com o que dispõe o parágrafo citado por V. Excia. na Constituição Federal. Apenas achamos uma inutilidade, por isso mesmo, a aprovação do item 2º, tal como vem redigido no Projeto de Constituição que ora estamos votando.

O Sr. Caio Prado Júnior – É inútil, mas não contraria o regime.

O Sr. Juvenal Sayon – Além de ser inútil choca-se com o regime e nós devemos levar em consideração que ao votarmos uma Constituição devemos evitar, o mais possível, as inutilidades. (...) Este artigo, sr. Presidente, requer simplesmente no Brasil, um complemento; aliás, é a idéia exposta com tanto brilho pelo meu ilustre colega de bancada Auro de Moura Andrade: é a assistência ou financiamento por parte do Governo para que aqueles que se tornando donos de uma pequena gleba de terra possam explorá-la em condições vantajosas, colhendo para si os benefícios e, indiscutivelmente, concorrer para a grandeza do Estado do País.

O Sr. Caio Prado Júnior – Uma coisa não exclui a outra.²⁵⁸

Sayon prosseguiu sua fala e Caio Prado Júnior fez a ele o seguinte questionamento provocativo acerca de sua opinião sobre o fracionamento de terras, que seria um dos resultados, em nosso entendimento, da aplicação do já mencionado item dois do parágrafo primeiro do artigo 100:

O Sr. Juvenal Sayon – (...) Desapropriação de glebas cultivadas próximas aos centros de grande densidade demográfica, por quê? Se o Brasil é apenas uma criança por que não nos encaminhamos fatalmente, democraticamente, para o fracionamento das propriedades? – Peço permissão, sr. Presidente, em abono desta minha afirmação, para ler uma estatística referente a 60 Municípios do Estado de São Paulo.

O Sr. Caio Prado Júnior – Então V. Excia. concorda com o fracionamento?

O Sr. Juvenal Sayon – Concordo e acho que o fracionamento é uma consequência lógica e fatal do progresso. O que não concordo é com a fantasia dos homens que querem desapropriar terras inaproveitadas, terras inúteis para o cultivo agrícola, e desapropriá-las para hipotéticos trabalhadores que não existem e que, se existissem, as recusariam, porque é sabido que todos o homem que se dedica ao cultivo da terra, em primeiro lugar, procura verificar a qualidade e possibilidade da terra a que vai dedicar todo o seu trabalho, para saber se terá compensação justa.²⁵⁹

Notamos que a discussão sobre a reforma agrária voltou forte com os debates em torno do Título VI. Percebemos isto quando no meio de sua fala Sayon utilizou do argumento de Caio Prado Júnior para defender sua tese:

O Sr. Juvenal Sayon – (...) Apelamos aos nobres Constituintes para que não submetam São Paulo a mais esta experiência inútil. E, inútil por quê? Inútil porque como bem lembrou o ilustre deputado Caio Prado Júnior, a própria

²⁵⁸ *Idem*, p. 762-763.

²⁵⁹ *Idem*, p. 765.

Constituição Federal consigna a possibilidade da utilização das terras, dos bens do cidadão, de forma a beneficiar o interesse social. Por que acrescentar esse texto que além de inútil, trará graves conseqüências para nossa economia agrícola, para nossa lavoura, com já dissemos, trazendo a intranqüilidade e a insegurança jurídica ao espírito de todos aqueles que se dedicam ao árduo mister de cultivar a terra.²⁶⁰

Por outro lado, Caio Prado Júnior ofereceu um último aparte ao final do discurso de Juvenal Sayon, quando este apresentou alguns dados para afirmar que há aumento de proprietários de terra no interior do Estado de São Paulo:

O Sr. Juvenal Sayon – A solução ideal para o Brasil não seria aquela de 400 anos atrás, quando se transportava cargas em lombos de muare. A solução que devemos procurar deve ser a consentânea com o nosso progresso dos dias de hoje; em que todo o homem consciente, clama, na época das conquistas atômicas, pela melhoria das redes ferroviárias, das estradas de rodagem (e por que não?) das frotas de transportes aéreos. É para isso que o mundo caminha e esse deve ser o destino do Brasil.

Sr. Presidente. Voltando aos dados estatísticos quero citar, entre outras, a cidade de Americana, próxima de Campinas, a qual possui uma das maiores densidades demográficas do nosso Estado. Essa cidade possuía em 1939-40, 212 proprietários; possuía em 1946-47, 431 proprietários. Por conseguinte, um aumento – em apenas 6 anos – de 102,5%.

O Sr. Caio Prado Júnior – Grande progresso!²⁶¹

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior fez aquela afirmação, pois os dados mostrados por Juvenal Sayon não significavam que havia progresso no ponto referente à redistribuição de terras, somente revelavam o aumento de proprietários de terra, mas o tamanho de cada propriedade não foi informado. Ainda, compreendemos que Juvenal Sayon, no trecho acima, provocou, não sabemos se propositadamente, Caio Prado Júnior, ao se referir à utilização de mulas para o transporte de produtos, em especial os agrícolas, pelo interior do Brasil, em particular de São Paulo, pois foi a família Prado responsável por aquele tipo de serviço.²⁶²

Por outro lado, o terceiro constituinte ao qual Caio Prado Júnior ofereceu apartes foi Lino de Mattos, que fez uma referência explícita aos debates em torno da Tributação:

O SR. LINO DE MATTOS – Sr. Presidente, srs. Constituintes.

Como introdução aos comentários que pretendo fazer em torno do capítulo “Da Ordem Econômica e Social”, vou me reportar, ligeiramente, aos

²⁶⁰ *Idem*, p. 766.

²⁶¹ *Idem*, p. 768.

²⁶² Cf., entre outros, DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Impasses do Inorgânico”. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Unesp, 1989.

comentários que fiz por ocasião dos debates sobre o capítulo da “Tributação”.
(...)

É, sr. Presidente, que da mesma maneira como eu entendia que o imposto territorial progressivo era prejudicial aos interesses dos lavradores, entendo agora que os dispositivos do art. 100, § 1.º e números I e II, vêm exatamente, em benefício do proprietário lavrador, e é por isso que, coerentemente, hoje me coloco, com muito entusiasmo, ao lado de tão salutar preceito constitucional.

Sr. Presidente, uma das argumentações que tive oportunidade de ouvir, não no decorrer dos nossos debates, mas em palestra com alguns colegas, foi a de que o disposto no referido art. 100 em seus incisos, talvez pudesse ser, mais tarde, considerado como disposição inconstitucional.

Não estou de acordo com isso, porquanto, examinando-se a Constituição Federal, vamos encontrar, no seu artigo 147, a seguinte disposição: “O uso da propriedade será condicionado ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos”.

Vejam, agora, o art. 141, § 16, a que faz menção o artigo que acabo de ler: “É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para uma aparte? (*Assentimento do orador*) Quero lembrar a V. Excia. que esse acréscimo – “interesse social” – foi introduzido agora na Constituição e não existia em nosso Direito anterior, o que prova que a Constituição ampliou muito...

O Sr. Motta Bicudo – Evoluiu.

O Sr. Caio Prado Júnior – ...o raio de ação da desapropriação.

O Sr. Lino De Mattos – Agradeço o aparte de V. Excia., que muito esclarece o assunto. (...) ²⁶³

Por conseguinte, observamos que a mudança de posição de Lino de Mattos estava ligada ao artigo 141, parágrafo 16, da Constituição Federal de 1946, o qual ampliava o raio da desapropriação por definir que áreas de interesse social poderiam ser desapropriadas, como salientou nosso constituinte. No entanto, em nossa opinião, Lino de Mattos também levou em consideração as três últimas palavras do referido artigo, *mediante prévia e justa indenização em dinheiro*. Isso abriria a possibilidade de que os proprietários de terra fossem indenizados pelo Estado, caso o artigo 100 passasse em sua íntegra. Mattos ainda levantou a possibilidade de que o Estado contribuísse para o desenvolvimento da infraestrutura local, beneficiando não somente o pequeno, mas também o grande proprietário:

O Sr. Lino De Mattos – (...) Loteada, distribuída esta área, imediatamente, o Governo, como consequência natural, como consequência lógica, evidente, terá que providenciar meios de transportes. Nem se conceberia que o Governo, procurando facilitar a localização do homem na lavoura, não procure, correlatamente, aparelhar e dar, a esse homem, todos os meios

²⁶³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 12 de junho de 1947, p. 769.

necessários para o uso dessa terra. Entre esses meios necessários está o transporte, estão, portanto, as estradas de rodagem e os bons caminhos. (...) Temos, então, como consequência a vantagem que trouxe para o proprietário da fazenda. É verdade que ele teve sua área, em alqueires, reduzida, mas, em compensação, ele tem o valor desta área reduzida, aumentada de muito, em virtude de desapropriação.

O Sr. Caio Prado Júnior – Muito bem!

O Sr. Lino De Mattos – Nestas condições, sr. Presidente, a bancada do Partido Social Progressista é favorável ao art. 100 e a alguns dos incisos a ele relacionados.²⁶⁴

Depois do discurso de Lino de Mattos mais um constituinte falou sobre o Título VI, e este foi posto a votos e aprovado. Passaram então para a votação das emendas. A primeira emenda era a de nº 691, que já informamos acima. Coube a Caio Prado Júnior defender o projeto de Constituição contra a aludida emenda:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente. A Emenda 691 acrescenta duas alocações: “por meio de lei ordinária” e “somente”.

Em primeiro lugar, a expressão “por meio de lei ordinária” me parece uma inutilidade. É evidente que tudo o que se fizer aqui, dentro do regime constitucional, terá que ser “por meio de lei ordinária.” Acrescentar isso poderá até dar a entender que em outros casos não serão leis ordinárias e sim decretos do Executivo que regularão as atividades; de forma que essa alocação não só é inútil como é perigosa porque pode dar margem a diferentes interpretações, com referência a outros dispositivos da Constituição. Assim sendo, esta parte deve ser rejeitada pela Casa, no meu modo de ver.

Era o que tinha a dizer.²⁶⁵

No entanto, colocada em votação, a emenda nº 691, foi aprovada. Mais emendas foram votadas e a sessão foi encerrada. O presidente Valentim Gentil convocou uma sessão extraordinária para o mesmo dia, às 21 horas, com a seguinte Ordem do Dia: continuação da votação das emendas ao Título VI.

A 14ª sessão extraordinária, em 12 de junho, foi presidida por Valentim Gentil e logo no começo Caio Prado Júnior falou em nome da CEC para defender o projeto contra a emenda nº 714:

O SR. OSNY SILVEIRA – *(Pela ordem)* – Sr. Presidente, queria informar a V. Excia. que nesse caso – votação do nº II – falará, em nome da Comissão, o deputado Caio Prado Júnior.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente, a Emenda nº 714 manda acrescentar ao inciso II o seguinte: “As desapropriações de que tratam o item II do parágrafo 1º do artigo 100 e o

²⁶⁴ *Idem*, p. 771.

²⁶⁵ *Idem*, p. 774.

artigo 101 dependerão respectivamente de prévia aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, em cada caso”.

Essa disposição é absolutamente supérflua. Em primeiro lugar, porque, pela essência de nosso regime, todas as leis são de iniciativa ou dependem de aprovação da Assembleia. Somente a Assembleia é que pode fazer leis e não outro Poder. De forma que nas desapropriações por força da lei, essa lei tem que ser elaborada pela Assembleia e não outro Poder. Além disso, o artigo nº 17 letra “d” do nosso Projeto de Constituição diz expressamente: “autorizar a aquisição, alienação, arrendamento e cessão de bens imóveis do Estado, bem como a desapropriação por necessidade e utilidade pública ou interesse social”.

O assunto, portanto, está perfeitamente regulamentado. Acrescentar o que pede a Emenda nº 714 será – desculpe-me a expressão – passar um atestado de ignorância a esta Assembleia.

Peço desculpas por essa forma de dizer, mas é a verdade, porque estamos no regime representativo de divisão de Poderes e compete à Assembleia Legislativa e não a outro Poder, fazer leis. Não vamos abrir exceção nesse caso específico e especial para dizer que essa lei será feita pelo Legislativo.

Nesse caso, devemos colocar tal dispositivo em todos os artigos da Constituição e isso só poderá ser feito se quisermos acarretar um desprestígio total para a nossa Constituição. Assim sendo, sr. Presidente, peço à Casa que reflita com atenção, pois o acréscimo disso não vai aumentar absolutamente a garantia.

Repito: todas as leis têm de ser feitas pelo Legislativo – é da essência de nosso regime – e está expressamente estabelecido no artigo 17, letra “d” da Constituição.

Não vamos cair nesse erro sob o pretexto de que isso garanta mais a autoridade da Assembleia.

Portanto, peço a maior atenção para esse caso, a fim de que não cometamos esse erro.²⁶⁶

Em nosso ponto de vista, a afirmação acima, de nosso constituinte, revelava seu compromisso com a reconstrução da democracia em nosso país, naquele momento. Ou seja, o papel da Assembleia Legislativa deveria ser retomado com todo vigor, cabendo a esta instituição a prerrogativa de criar leis na qualidade de representante legítima da população, por meio dos deputados eleitos. Por conseguinte, a emenda nº 714 foi rejeitada pela Casa e prevaleceu o texto do projeto de Constituição. Em seguida, o presidente da Casa colocou em votação a emenda nº 710; também coube a Caio Prado Júnior defender o projeto de Constituição contra a emenda:

O PRESIDENTE – Há a Emenda nº 710 ao artigo 100: 1º, inciso III – Suprima-se.

Esta emenda é assinada pelos srs. Deputados Padre Carvalho e Martinho Di Ciero.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* – Presidente, a Comissão rejeita a emenda supressiva, porque entende que, aceito o princípio do loteamento das terras, da divisão das grandes propriedades

²⁶⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 14ª Sessão Extraordinária em 12 de junho de 1947, p. 786-787.

incultas como foi resolvido, aliás, por esta Casa, na sessão da tarde, é preciso incluir entre as formas de chegar a essa medida progressista de divisão de terras, a utilização do imposto territorial que como não se ignora é uma das formas mais eficientes de tornar as terras produtivas e forçar o aproveitamento das mesmas e, caso não sejam aproveitadas pelo proprietário existente provocar a venda e loteamento dessas terras.

O imposto territorial tem tido esse efeito em todos os países em que foi aplicado. De forma que reconhecido o princípio da necessidade de loteamento como foi reconhecido por esta Casa, não será mais do que um ato de coerência votar-se em favor do texto, rejeitando-se a emenda.

Foi este o ponto de vista da Comissão Especial de Constituição, e é este o ponto de vista que a Comissão recomenda ao plenário.²⁶⁷

No entanto, o plenário não seguiu o encaminhamento de nosso constituinte e reforçou a votação contra o ITR, feita anteriormente, ao aprovar a emenda nº 710.

Ainda nessa sessão a votação das emendas ao Título VI tem continuidade e Caio Prado Júnior encaminhou, por mais uma vez, a votação, defendendo o projeto de Constituição contra a emenda nº 739, que solicitou a supressão do artigo 104 do projeto e foi assinada por Padre Carvalho, Sebastião Carneiro e Osny Silveira. Abaixo transcrevemos o referido artigo:

Artigo 104 – Sempre que possível, o Estado e os Municípios explorarão por sua conta, entre outros, os seguintes serviços públicos: água, luz, força, gás, telefone, esgotos e transportes ferroviários, aéreos e coletivos urbanos.²⁶⁸

Para encaminhar a votação, primeiro falou um dos signatários da emenda, Osny Silveira, para defender a emenda nº 739, afirmou que a referida emenda foi aprovada pela CEC por maioria de votos, e que o argumento central da mesma era que:

O SR. OSNY SILVEIRA – (...) Temos verificado, por razões que muito nos entristecem, não ser possível a exploração pelo Estado, de tais serviços; desde que não é possível incluir-se no texto disposição realmente eficaz, melhor será que nada digamos porque a dizer o que está no artigo 104 é melhor não dizer nada.

Que fique constando nos Anais da Casa a nossa aspiração de que mais cedo do que pensamos, possa o Estado nacionalizar os serviços públicos, como já têm feito numerosos países como a Inglaterra e a França, mas isso depende muito mais do progresso do que de um preceito inócuo dentro de nossa Constituição Estadual. É por isso que opinamos pela aprovação da emenda supressiva.²⁶⁹

²⁶⁷ *Idem*, p. 774.

²⁶⁸ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 32ª Sessão Ordinária em 28 de abril de 1947, p. 857.

²⁶⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 14ª Sessão Extraordinária em 12 de junho de 1947, p. 793-794.

Em seguida Caio Prado Júnior rebateu o argumento de Osny Silveira como transcrevemos abaixo, e percebemos que, para isso, se valeu de suas pesquisas e estudos acerca da história do Brasil:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, o argumento principal contra o dispositivo levantado pelos meus ilustres colegas Sebastião Carneiro e Osny Silveira é a inocuidade do artigo. Essa inocuidade absolutamente não ocorre. Acontece que no Brasil tem-se criado esse princípio, essa mentalidade de que os serviços públicos devem ser explorados por particulares. Isso provém do fato de que quando o Brasil começou a fazer as principais concessões, no século passado, o Estado não estava em condições de realizar. Então fez concessões criando dessa forma uma mentalidade que se transformou num quase princípio entre nós de que os serviços públicos devem ser entregues à exploração do capital privado. No entanto, o princípio assentado em Direito Administrativo é que os serviços públicos devem ser explorados pelo Estado e apenas excepcionalmente, quando o Estado não puder explorá-los, entregar a particulares. Esse é o princípio verdadeiro em matéria de Ciência de administração e de Direito Administrativo. Apesar desse princípio e pelos motivos que aponte, criou-se no Brasil essa mentalidade que o serviço público deve ser entregue a capital privado. Isso é inexato. Esse dispositivo, na nossa Constituição, marcará claramente a verdadeira doutrina e fará prevalecer este princípio, que é certo: o Estado hoje, no Brasil, já está em condições de explorar os serviços públicos. Sabemos que o Estado os explora muito bem, trazendo reais benefícios à população como, por exemplo, as Estradas de Ferro Sorocabana e Araraquarense, as quais prestam serviços eficientes. Existem outros empreendimentos públicos que prestam bons serviços e ninguém ignora que os empreendimentos particulares, em matéria de serviço público tem representado um grande ônus para a Nação, sobretudo quando esses empreendimentos são feitos através do capital estrangeiros. Isto é incontestável e ninguém ignora.(...)

Portanto, srs. Constituintes, é isso que devemos aprovar para incluir no texto de nossa Constituição um princípio salutar, um princípio que restabeleça a verdadeira ordem econômica que deve existir em nosso Estado e em nosso País, e teremos dado, assim, um exemplo ao Brasil, exemplo esse frutificará, que fará com que os serviços públicos sejam realmente explorados por quem quer explorá-los, por esse mesmo público representado no seu Estado.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)²⁷⁰

Em seguida a votação ocorreu de forma nominal a pedido de Milton Cayres de Brito, e a emenda nº 739 foi aprovada quando se verificou que 32 constituintes votaram “sim” e 21 “não”. Mas algumas emendas foram votadas e deu-se por encerrada a votação do Título VI, referente à *Ordem Econômica e Social*.²⁷¹ Foi suspensa a sessão por 15 minutos e retomaram-se os trabalhos, colocando em discussão o Título VII – *Da Educação e Cultura*. Este foi discutido e votado, inclusive suas emendas, mas Caio

²⁷⁰ *Idem*, p. 794.

²⁷¹ *Idem*, p. 797.

Prado Júnior não se pronunciou mais. Assim se encerrou a sessão e foi convocada a última sessão extraordinária referente à primeira discussão do projeto de Constituição, com o objetivo de discutir dois títulos, *Da Polícia* e do *Ministério Público*.

Então, Caio Prado Júnior se pronunciou na 15ª sessão extraordinária, do dia 13 de junho, quando o presidente em exercício da Mesa, Nelson Fernandes, colocou em votação o Capítulo V – *Do Ministério Público*, composto por três artigos, sendo o artigo 58 com sete incisos, o artigo 59 e o artigo 60. Este foi aprovado por unanimidade, salvo suas emendas.

No entanto, a primeira emenda a esse Título que se colocou em votação foi a de nº 360, que solicitava a supressão de todo o Capítulo V e obteve parecer favorável da CEC. De acordo com a justificativa da referida emenda:

EMENDA Nº 360
Suprima-se o Capítulo V
Justificativa

O Ministério Público é um aspecto do funcionalismo público do Estado. Nada aconselha a introdução de um capítulo especial, na Constituição Estadual, que regulará a organização do Estado e os direitos dos cidadãos. Não se argumente com o precedente da Constituição Federal. Não estamos obrigados a segui-lo, a menos que tenhamos argumentos de ordem jurídico-constitucional, para defendê-lo.

Sala de Sessões 6, de maio de 1947.

- *Sylvio Pereira, Toledo Artigas, Arnaldo Borghi, Oliveira Mathias, Arimondi Falconi.*²⁷²

O relator do projeto de Constituição, Osny Silveira, pediu ao presidente que a aludida emenda fosse votada número por número, ou seja, artigo por artigo do Capítulo em questão. Mas Milton Cayres de Brito contestou a solicitação do colega Osny Silveira argumentando que:

O SR. MILTON CAYRES DE BRITO – (*Pela ordem*) – Levantei uma questão de ordem ainda ontem. Quando pedi que uma emenda supressiva fosse votada por partes, a Mesa fixou o princípio de que não poderia ser votada por partes a emenda supressiva. Tinha que ser o dispositivo em globo. Se passar esse princípio, da votação por partes, estamos em contraposição ao princípio firmado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE – A emenda é supressiva ao Capítulo V. Sendo aprovada, está suprimindo o capítulo.

O Sr. OSNY SILVEIRA - (*Pela ordem*) - Não há dúvida nenhuma. Só pedi que a votação da emenda fosse feita número por número, de acordo com a praxe adotada, para que a Casa tenha a oportunidade de aceitar em parte, ou

²⁷² Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. II. São Paulo, 49ª Sessão Ordinária em 20 de maio de 1947, p. 445.

rejeitar, em parte. Se entender de aceitar todos os números, aceitará totalmente.²⁷³

Logo, Caio Prado Júnior se colocou em apoio ao líder da bancada comunista:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) –Sr. Presidente. Na sessão de ontem pedi esse destaque que foi negado.

A Casa tem negado sempre a votação de emendas supressivas, por partes. E isso ficou mais de uma vez firmado, ontem.²⁷⁴

Portanto, o presidente colocou para o plenário a decisão a respeito da questão de ordem levantada, visto que entendeu que não poderia atender ao relator. Por conseguinte, consultou a Casa se concordava com o pedido do relator:

O SR. PRESIDENTE – A Mesa vai transmitir ao plenário a responsabilidade da solução da questão de ordem, levantada pelo nobre Relator da Comissão Especial de Constituição. O sr. Relator pede que a Emenda nº 360 seja discutida item por item. A Mesa estando em desacordo com o pedido em apreço, vai consultar o plenário, para que este resolva se devemos ou não discutir parcialmente a Emenda nº 360, isto é, item por item.²⁷⁵

Consultada a Casa, foi aprovada a discussão da aludida emenda item por item, sendo que 22 constituintes votaram “sim” e 21 votaram “não”. Em seguida a votação item por item do Capítulo V foi iniciada, sendo concluída na sessão seguinte, a 69ª sessão ordinária, em 13 de junho. Como resultante da votação item por item da emenda nº 360, o Capítulo V do projeto de Constituição obteve uma nova redação para seus artigos e incisos, sendo que dos incisos somente dois foram aprovados.²⁷⁶ Observamos que foi na 69ª sessão ordinária que foi concluída a primeira discussão e votação do projeto de Constituição:

O SR. PRESIDENTE – Srs. Deputados.

Está concluída a votação, após a primeira discussão, do Projeto de Constituição.

Dispõe o artigo 13 do nosso Regimento Interno:

“Concluída a votação em primeira discussão, o Presidente da Assembleia determinará, sem demora, que as emendas aprovadas sejam publicadas no jornal oficial, sendo cada uma colocada ao lado do texto do projeto emendado ou substituído”.

Dispõe o artigo 14 que “vinte e quatro horas depois dessa publicação, o Presidente declarará que o projeto e as emendas estarão sobre a Mesa,

²⁷³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 15ª Sessão Extraordinária em 13 de junho de 1947, p. 817-818.

²⁷⁴ *Idem*, p. 818.

²⁷⁵ *Idem*, p. 818.

²⁷⁶ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 704.

durante três dias, para recebimento de novas emendas que, só poderão ser justificadas por escrito”. (...).²⁷⁷

Assim, ficou acordado que durante as duas sessões seguintes, que ocorreriam na segunda-feira dia 16 de junho, iriam ser recebidas pela Mesa as emendas ao projeto, que, no dia 17 de junho, foram entregues à Comissão para os fins regimentais de parecer. Ficou acertado que com as emendas de segunda discussão poderia ser apresentada matéria que devesse ser incluída no último capítulo do projeto de Constituição, intitulado *Ato das Disposições Transitórias*.

²⁷⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 69ª Sessão Ordinária em 13 de junho de 1947, p. 833-834.

2.3. Segunda discussão e respectivas emendas

As emendas para a segunda discussão do projeto de Constituição foram apresentadas por capítulo, com suas respectivas justificativas e pareceres da CEC na 75ª sessão ordinária, em 21 de junho. Na mesma sessão também foram lidas as emendas referentes ao *Ato das Disposições Transitórias*. A CEC dividiu as mesmas em: emendas de parecer favorável; de parecer contrário; e emendas que deixaram de ser apreciadas por entender, a Comissão, que colidem com matéria vencida.²⁷⁸ Destas emendas Caio Prado Júnior assinou, ao todo, 14, sendo que nove receberam pareceres favoráveis da CEC e três pareceres desfavoráveis, e, ainda, duas foram emendas consideradas prejudicadas por colidirem com matéria vencida. Abaixo apresentamos as emendas assinadas por nosso constituinte, sendo que em algumas delas registraremos também a justificativa dos pareceres favoráveis da Comissão. Primeiro registraremos as emendas de parecer favorável da Comissão.

Caio Prado Júnior foi o segundo signatário da emenda nº 35, oferecida para o artigo 55 do capítulo quarto *Do Poder Judiciário*:

EMENDA Nº 35

Art. 55 – Redija-se deste modo:

É mantida a Justiça de Paz temporária, com a forma de investidura, atribuições e garantias que lhe forem fixadas em lei.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior*.²⁷⁹

A emenda nº 35 foi aprovada, entendemos que o parecer da Comissão ajudou nisso, com podemos ler abaixo:

Parecer

A Comissão opina em favor desta emenda, porque, vitoriosa a proposição que suprimiu o parágrafo único do artigo 55 do projeto, tornou-se indispensável incluir no texto, referência expressa à “forma de investidura” dos Juízes de Paz, a qual será também regulada por lei orgânica.

Sala de Comissões, 20 de junho de 1947. – *Osny Silveira* (relator).²⁸⁰

²⁷⁸ Cf. MATTOS, Lino. “Matéria Constitucional”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 16ª Sessão Extraordinária em 23 de junho de 1947, p. 183.

²⁷⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 60.

²⁸⁰ *Idem*, p. 61.

Na emenda nº 42 também encontramos a assinatura de Caio Prado Júnior. Igualmente foi aprovada, e antes da justificativa da Comissão recebeu uma declaração de voto assinada por alguns dos constituintes, como verificamos abaixo:

Capítulo V
Do Ministério Público

EMENDA Nº 42

Art. – A Comissão a que se refere o art. 58, nº I será constituída, além do Procurador Geral da Justiça, por quatro membros eleitos anualmente, e por escrutínio secreto, por todos os membros do Ministério Público de primeira instância.

Justificação

Para o funcionalismo em geral, a Constituição estabelece Comissão Mista par resolver sobre classificações para admissão e promoção de funcionários, Comissão esta cujos membros são em parte eleitos. A emenda proposta estabelece um sistema semelhante para o Ministério Público.

Art. – As promoções do Ministério Público se farão com o mesmo critério do funcionalismo em geral, cabendo à Comissão a que se refere o art. 58, nº I resolver sobre a classificação para aquele fim.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Caio Prado Júnior, Taibo Cadorniga.*

EMENDA Nº 42

Declaração de voto

Votamos a favor da emenda subscrita em primeiro lugar pelo deputado Taibo Cadorniga (art. 58, inciso I), determinando eleição da Comissão aí referida, porque ficou entendido, após longa discussão do assunto, que não será necessária a presença dos votantes na Capital, podendo os mesmos votar, entre outra forma, por carta.

Sala das Comissões, 18 de junho de 1947. – *Ulysses Guimarães, Padre Carvalho, Sebastião Carneiro, Percira Lopes, Osny Silveira.*²⁸¹

Nosso constituinte foi o vigésimo deputado a assinar, entre 54 assinaturas, a emenda nº 98 para o Título VII *Da educação e cultura*:

Título VII
Da educação e cultura
EMENDA Nº 98

Artigo 107 - Acrescente-se:

Parágrafo único – O ensino ministrado pelo Estado será gratuito em todos os graus.

Justificação

Ao Estado compete proporcionar a todos igualmente a oportunidade de receber ensinamentos e cultura, em todos os graus, mesmo aos desprovidos de fortuna, facilitando assim aos que têm vontade e não possuem meios de obterem seus diplomas com menos sacrifícios, quer nos cursos primários, secundário, profissional ou superior.

Sala de Sessões, 15 de junho de 1947.

²⁸¹ *Ibidem.*

- Armando Borghi, (...) Caio Prado Júnior, (...) Milton Cayres de Britto.
Parecer

Profundamente humana e justa é a idéia contida na emenda supra, motivo porque a Comissão lhe dá inteiro apoio. Na verdade, o Estado precisa abrir a todos os cidadãos iguais oportunidades, especialmente no que concerne à educação e à cultura.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1947. – Osny Silveira (relator).²⁸²

Apesar do apoio recebido, a emenda nº 98 ficou prejudicada e o texto final do parágrafo único ficou assim:

Parágrafo único – O ensino oficial será gratuito em todos os graus.²⁸³

Mesmo assim, em nosso ponto de vista foi uma importante contribuição para a democratização do acesso ao ensino em todos os seus segmentos, ou seja, da educação básica ao ensino superior.

As seguintes emendas igualmente foram assinadas por Caio Prado Júnior e aprovadas: nºs 94, 69, 123, 96, 321, as quais compilamos abaixo.

EMENDA Nº 94

Acrescente-se onde convier:

Artigo ... _ Os auxílios e subvenções do Estado a instituições particulares de assistência social, serão concedidos de acordo com um plano geral, estabelecido em lei ordinária, em que será prevista a articulação, harmonização e fiscalização de todas as instituições subvencionadas.

Parágrafo único – A execução desse plano, inclusive a fiscalização e o pagamento das subvenções, ficará a cargo de um órgão único.²⁸⁴

Percebemos que a justificativa para essa emenda, que transcrevemos em seguida, revela que o Governo de São Paulo não tinha uma política pública clara para a concessão de auxílios e subvenções para instituições particulares que ofereciam serviços de assistência social:

Justificação

As subvenções atualmente concedidas pelo Estado o são sem plano algum, ao acaso de simpatias pessoais, e muitas vezes mesmo de interesses de segunda ordem. Quanto ao montante delas, também não existe critério algum, variando ao sabor de circunstâncias alheias ao verdadeiro interesse coletivo. É de se considerar também que em matéria de assistência social realizada por particulares, reina a maior confusão, ficando em geral o assunto ao inteiro critério dos promotores, que embora bem intencionados, não têm muitas

²⁸² *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 74.

²⁸³ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão Solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 709.

²⁸⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 75.

vezes conhecimento suficiente da matéria. Falta-lhes também uma visão de conjunto, o que os impede de proporcionar convenientemente os diferentes setores assistenciais; do que resulta observarmos muitas vezes excesso e malbarato em alguns, em prejuízo de outros insuficientemente aquinhoados. Somente através da ação do Estado será possível planificar toda a assistência social, articulando-se seus vários setores a fim de que o conjunto produza um máximo de resultados com mínimo de esforços e de dispêndio. É o que visa a emenda proposta, que prevê o estabelecimento de um plano geral de assistência social, a ser realizado por um único órgão administrativo.

Sala de Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior.*²⁸⁵

A emenda de nº 69 foi defendida por Caio Prado Júnior, na qualidade de primeiro signatário, na sessão em que foram votadas as emendas – distinguiremos isso mais adiante. Para o momento, cabe destacar que a aludida emenda destinava-se a tornar claro que se a União não realizasse o recenseamento da população de 10 em 10 anos, ficaria a cargo do Estado fazê-lo.²⁸⁶

Sobre o tema do orçamento, nosso constituinte assinou a seguinte emenda:

EMENDA Nº 123

Onde melhor convier acrescente-se:

A partir de 1948 haverá, obrigatoriamente, no orçamento, dotações especiais para atender ao que dispõe o item II (Emenda nº 699) do artigo 100.

Sala de Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior.*

Parecer

A Comissão opina favoravelmente a esta emenda, porque, do contrário não se poderá dar execução ao preceito contido no nº 11 do artigo 100 da Constituição que está sendo votada.

Sala de Comissões, 20 de junho de 1947. – *Osny Silveira (relator)*²⁸⁷

Lembramos que a emenda nº 699, que foi aprovada na primeira discussão, acrescentou ao já referido artigo 100 o seguinte:

EMENDA Nº 699

Artigo 100 - § 1º :

“O Estado promoverá a desapropriação das terras inaproveitadas, de preferência nas regiões de maior densidade demográfica e dotadas de melhores vias de comunicação, a fim de as lotear.”²⁸⁸

²⁸⁵ *Idem.*

²⁸⁶ *Ibidem*, p. 77.

²⁸⁷ *Idem*, p. 84.

²⁸⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. III. São Paulo, 69ª Sessão Ordinária em 13 de junho de 1947, p. 867.

Portanto, os signatários da emenda nº 123, que como informamos foi aprovada, possibilitaram a elaboração de uma dotação orçamentária para os custos de desapropriação de terras de acordo com o texto acima.

Na parte do projeto *Das Disposições Transitórias*, Caio Prado Júnior apresentou a emenda de nº 96 que, como verificaremos mais à frente, foi também aprovada. Além de Caio Prado Júnior, assinou a aludida emenda o comunista Taibo Cadorniga e Mario Beni. Observamos que nessa emenda há clara designação do Legislativo para o Executivo acerca do levantamento cartográfico do Estado de São Paulo. Em nosso ponto de vista este procedimento poderia contribuir com a efetiva cobrança do ITR; percebemos isto ao ler a justificativa apresentada para a emenda. Abaixo a referida emenda e sua justificativa:

Emenda nº 96

Artigo – O Estado procederá, no prazo de cinco anos, ao levantamento aerofotogramétrico de seu território.
(...)

Sala de Sessões, 16 de junho de 1947.

- Mario Beni, Caio Prado Júnior e Taibo Cadorniga²⁸⁹

Justificativa

O Estado de São Paulo, apesar de todo seu progresso, ainda não dispõe de um levantamento cartográfico em escala e com a precisão exigidas para utilização prática nos diferentes setores da atividade administrativa, e mesmo particular. Não será preciso desenvolver aqui as razões de ordem prática e também científicas que militam em favor dessa idéia de dotar o nosso Estado de uma carta geográfica em escala apreciável e com precisão suficiente. Ora, a aerofotogrametria nos proporciona os meios para chegar a esse fim com uma despesa relativamente pequena. Segundo cálculos do atual Secretário de Agricultura, o custo para o levantamento aerofotogramétrico do território paulista, na escala de 1/ 1/ 20.000, e curvas de nível de 6 metros, não ultrapassaria a média de Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) por alqueire: com um custo total, portanto, de Cr\$ 250.000.000,00, para esse serviço, o que, distribuído em cinco anos, daria uma despesa anual de Cr\$ 50.000.000, 00. Essa despesa não é excessiva, pois não chega a 1% do atual orçamento do Estado, e poderia ser coberta com uma taxa sobre as propriedades. Não se esqueça o serviço que uma carta rigorosa prestará no sentido de fixar com segurança a área e delimitações das propriedades rurais, pondo termo às controvérsias infundáveis em torno do assunto, e aos prejuízos de toda ordem decorrentes. Realizando o levantamento, todas as propriedades, teriam automaticamente uma planta segura, que serviria para os mais variados fins, inclusive do melhor e mais econômico aproveitamento delas. Seja, contudo, com essa taxa, ou de outra forma qualquer, o fato é que São Paulo não pode

²⁸⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 85.

mais dispensar um levantamento cartográfico rigoroso, e isso tanto no que diz respeito à administração pública, como aos interesses privados. A Constituição de São Paulo, adotando a presente emenda, terá dado um grande passo no sentido do progresso material e cultural do Estado.

Sala de Sessões, 16 de junho de 1947.

Mario Beni, Caio Prado Júnior e Taibo Cadorniga.²⁹⁰

Compreendemos que ainda com o objetivo de identificar as terras devolutas do Estado de São Paulo, Caio Prado Júnior apresentou a ementa nº 96, revelando também o seu conhecimento de geógrafo.²⁹¹ Para completar, registramos o parecer da CEC sobre a referida emenda:

Parecer

A Comissão opina favoravelmente à emenda supra nada julgando preciso acrescentar à justificativa que a acompanha. A matéria, colocada na Constituição, terá a virtude de forçar as autoridades competentes a promover-lhe a competente execução.

Sala de Sessões, 20 de junho de 1947. – Osny Silveira (relator) ²⁹².

A seguir destacamos as demais emendas, também assinadas por nosso constituinte, e que fazem parte dos artigos referentes às *Disposições Transitórias* do projeto de Constituição.

Abaixo registramos a emenda nº 321, que foi aprovada:

EMENDA Nº 321

Artigo ... – Enquanto se mantiver o atual sistema dos serventuários de justiça, ficam assegurados aos escreventes e demais auxiliares de cartório as vantagens das pensões e aposentadorias na forma que a lei regular.

Parágrafo único – Tais vantagens estender-se aos oficiais de justiça, não estipendiados pelo Estado.

Sala de Sessões, 5 de maio de 1947.

- *Padre Carvalho, Sebastião Carneiro, Pinheiro Júnior, Bento Sampaio Vidal, Caio Prado Júnior, Cunha Lima, Milton Cayres de Brito, Alfredo Farhat, Osny Silveira.*

Justificação

É o ideal supremo de uma enorme classe de dedicados servidores do povo.

Parecer

A Comissão é favorável à aprovação desta emenda, que consubstancia preceitos que desde logo minorarão a situação angustiosa dos que prestam seus serviços à Justiça, em cargos de pequena relevância mas de grande responsabilidade.

²⁹⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 85.

²⁹¹ Sobre os estudos de Caio Prado Júnior na área da Geografia, ver IUMATTI, *op. cit.*

²⁹² Ver *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão ordinária em 21 de junho de 1947, p. 85.

Sala de Comissões, 20 de junho de 1947.
 – Osny Silveira (relator).²⁹³

Ainda recebeu parecer favorável da CEC a emenda nº 41; no entanto, ela foi aprovada em parte, visto que a preferência foi dada à emenda de nº 314, cujo primeiro signatário foi Padre Carvalho.²⁹⁴ Estas emendas tratavam da regularização dos rendimentos dos inativos do Estado de São Paulo, civis e militares. Abaixo reproduzimos a emenda nº 41, e sua justificativa:

EMENDA Nº 41

Artigo ... – Os atuais inativos do Estado perceberão vencimentos iguais aos fixados atualmente para os cargos em que foram aposentados ressalvada a proporcionalidade do tempo de serviços público.

Justificação

A Emenda 580-a, aprovada em primeira discussão estabelece em um de seus dispositivos que “a qualquer alteração de vencimentos de funcionários em virtude de medida geral, corresponderá aumento dos proventos dos inativos, na mesma proporção”. Estão assim assegurados, daqui para o futuro, os interesses dos inativos. Com relação aos inativos atuais, contudo, ocorre o que ninguém ignora. Aposentados com vencimentos da época em que deixaram o serviço público, encontram-se hoje, devido à considerável desvalorização da moeda ocorrida nos últimos 10 anos, em situação deplorável. Pequenos reajustamentos realizados ultimamente, de pouco serviriam, por insuficientes. É o momento agora de se sanar tal injustiça.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1947.

- Milton Cayres de Brito, Clovis Oliveira Netto, Caio Prado Junior, Sebastião Carneiro, Taibo Cadorniga, Catullo Branco.²⁹⁵

Essa justificativa é um documento revelador, primeiro da crise em que se vivia, desde o Estado Novo, refletida na desvalorização da moeda e, depois, retratou um tema ainda recorrente em nosso país, e diria no mundo, a aposentadoria. Caio Prado Júnior iria tratar da desvalorização da moeda brasileira em seu livro *História econômica do Brasil*, em um anexo incorporado a partir da edição dos anos de 1970.²⁹⁶

Caio Prado Júnior ainda subscreveu as seguintes emendas, de nºs: 159 (rejeitada), 426 (aprovada em parte), 434 (rejeitada), 38 e 67. As duas últimas fazem parte do conjunto de emendas consideradas prejudicadas pela CEC, por colidirem com matéria vencida.

²⁹³ *Idem*, p. 87.

²⁹⁴ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 89 - 91.

²⁹⁵ *Idem*, p. 89.

²⁹⁶ Ver PRADO JÚNIOR, Caio. “Anexos: Moeda Brasileira”. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, (1976) [1945], p. 345.

EMENDA Nº 159

Os cartórios e serventias de justiça serão burocratizados e assimilados às repartições ordinárias do Estado, dentro do prazo de um ano a contar da data da promulgação desta Constituição.

Sala de Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Caio Prado Júnior, Milton Cayres de Brito.*²⁹⁷

Observamos que Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário da emenda acima, pois compreendemos que havia uma preocupação, por parte dele, para que os cartórios, que registravam, por exemplo, a propriedade de terras, tivessem mais participação do Estado na organização dos mesmos. No entanto, a emenda foi rejeitada, pois recebeu o parecer contrário da CEC, cujo argumento foi aceito pelo plenário da Casa, qual seja, de que o assunto deveria ser regulado em lei ordinária.

A emenda nº 426 também recebeu parecer contrário da CEC e nos chamou a atenção devido ao tema, pois tratava-se de abolir a Polícia Política e a Especial:

EMENDA Nº 426

Artigo ...

Ficam abolidas as Polícia Política e a Especial, bem como quaisquer órgãos ou funções, que direta ou indiretamente, se destinem a cercear de qualquer forma, além dos limites da Constituição Federal,

- a) – a livre manifestação do pensamento pela palavra oral ou escrita;
- b) – as atividades de Partidos ou outras associações políticas;
- c) – a liberdade sindical;
- d) – o direito de greve.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1947.

- *Taibo Cadorniga, Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo.*²⁹⁸

Por conseguinte, a emenda nº 426 nos mostrou a preocupação que nosso constituinte tinha com a liberdade de expressão e contra qualquer tipo de arbitrariedade. Em sua justificativa o relator escreveu que o assunto deveria ser regulamentado em lei ordinária.²⁹⁹

A emenda nº 434, da qual Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário, nos remeteu ao tema da educação, em especial aos problemas do sistema educacional paulista, como podemos compreender:

EMENDA Nº 434

²⁹⁷ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947, p. 120.

²⁹⁸ *Idem*, p. 138-139.

²⁹⁹ *Idem*, p. 139.

Art. – A partir da data da publicação desta Constituição, ficam efetivados nos cargos que ora exercem os professores interinos das escolas normais, colégios e ginásios oficiais do Estado, que tenham 5 (cinco) anos de efetivo exercício no magistério normal e secundário.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica aos que exerçam cargos para cujo provimento se tenha aberto concurso, com inscrições encerradas na data da promulgação deste Ato.

Justificação

Visa esta emenda assegurar a efetivação dos professores que há mais de 5 anos exercem a cátedra nas escolas normais, ginásios e colégios secundários.

Longe de consagrar uma injustiça ou um privilégio, a efetivação desses professores traria incontestáveis benefícios ao ensino. A verdade é que as escolas normais e secundárias, principalmente do Interior estão à míngua de professores. De modo geral, há recusa de servir nessas escolas, em virtude dos reduzidíssimos vencimentos. Os interinos que nelas vêm professando as disciplinas do curso normal ou secundário, prestam serviço de relevância.

A irregularidade que se reclama é a da instabilidade desses professores secundários. A cada momento podem ser transferidos ou demitidos. Reina entre eles a intranquilidade, consequência do arbítrio e da vontade dos governantes, que manejam os professores a seu bel prazer, deslocando-os como bem querem e entendem.

Não há garantias na lei, nem a esses dedicados servidores se assegurou estabilidade.

Chega-se ao cúmulo de demitir professores interinos para tempos depois nomeá-los para os mesmos cargos que ocupavam antes.

Urge terminar essa situação de irregularidade, que desorganiza e confunde o sistema educacional paulista.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1947.

- Caio Prado Júnior, Armando Mazza, Taibo Cadorniga, Roque Trevisan.³⁰⁰

No entanto, o plenário rejeitou a emenda acima. Acreditamos que o que motivou tal posição foi o parecer do relator, que transcrevemos abaixo:

Parecer

A Comissão dá parecer desfavorável a esta emenda a fim de que a matéria seja melhor estudada na legislação ordinária, máxime porque relativamente aos professores dos cursos secundários a Constituição Federal, artigo 168, VI, exige concurso de títulos e provas para o provimento das cátedras.

Sala das Comissões, 20 de junho de 1947 – Osny Silveira (relator).³⁰¹

As emendas n^{os} 38 e 67 que, como aludimos acima, foram consideradas prejudicadas por colidirem com matéria vencida, tratavam do tema do Ministério Público, mas não foram postas em votação.³⁰² Assim encerramos a apresentação das emendas subscritas por Caio Prado Júnior para a segunda discussão do projeto de Constituição.

³⁰⁰ *Idem*, p. 142-143.

³⁰¹ *Idem*, p. 143.

³⁰² Ver *idem*, p. 146-147 e 150-151.

Encerrada a Ordem do Dia daquela sessão de 21 de junho, nosso constituinte pediu a palavra, em explicação pessoal, para relatar as arbitrariedades cometidas pelo Governo do Estado no sentido de impedir a realização de uma Conferência, em Santos, a qual seria ministrada por Caio Prado Júnior na qualidade de deputado, e que versaria acerca dos trabalhos da ALESP. Salientamos que já transcrevemos parte desse discurso de Caio Prado Júnior no capítulo anterior, quando destacamos que o Governador Adhemar de Barros não estava cumprindo seu juramento de posse, no qual se comprometeu a cumprir a Constituição Federal de 1946 e a que fosse promulgada pela ALESP. Abaixo distinguimos mais alguns momentos do já registrado discurso de Caio Prado Júnior:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR (*Em explicação pessoal*) – (...) Sr. Presidente, quero chamar a atenção da Casa para a alta gravidade desse fato. Trata-se da coação à liberdade de palavra não apenas a um simples cidadão, mas a um Deputado investido das prerrogativas de um cargo que lhe garante imunidades e que lhe assegura uma posição inatingível pelo Poder Executivo sob pena de subversão completa do regime em que vivemos. Apesar disso, a Polícia de São Paulo, com a responsabilidade, naturalmente, do Governo de São Paulo, não recuou, e ousa desconhecer o nosso mandato de representante do Poder Legislativo.

As nossas denúncias têm sido contestadas. Tem-se alegado, para cada fato que se repete, uma escusa, uma explicação. Quero saber agora, sr. Presidente, qual a explicação encontrada para esse fato, a Polícia, impedindo pela força a realização de uma conferência por um Deputado, por um representante do povo, investido de imunidades e que fica assim impedido de exercer um direito assegurado pela nossa Constituição a qualquer cidadão. (...) ³⁰³

Deste modo, Caio Prado Júnior registrou um protesto solene contra a coação à liberdade por parte do Poder Executivo estadual. Ao final de seu discurso, seu colega, Milton Cayres de Brito, pediu um aparte para perguntar ao líder do partido do governo por que a Casa não recebia resposta aos pedidos de informações. Caio Prado Júnior acrescentou à pergunta de seu colega de partido mais três perguntas dirigidas particularmente aos representantes do Governo na Casa, que pediam explicações sobre o impedimento de um cidadão, de um deputado, de proferir uma conferência. Segundo Caio Prado Júnior:

Se me prejudica, como cidadão e como Deputado, enxovalha esta Casa; degrada-a ao nível de um simples aglomerado de indivíduos sem direitos e sob o guante da Polícia. (...) ³⁰⁴

³⁰³ *Idem*, p. 166.

³⁰⁴ *Idem*, p. 166.

Interpretamos que naquele momento estava exposta a ruptura entre os membros do PCB e o Governo do Estado de São Paulo; entendemos que isso ocorreu, em parte, por conta da cassação do referido partido. Por outro lado, Adhemar de Barros mostrava-se cada vez mais próximo de atitudes que não ajudavam em nada a democracia, e que favoreciam a retomada de políticas típicas de governos ditatoriais.

Assim, ainda naquela sessão nosso constituinte se manifestou, reafirmando sua posição transcrita acima, quando ofereceu um aparte ao discurso de Porphyrio da Paz, do PTB, este tratou de falar acerca de seu apoio integral à medida que visava a efetivar os professores interinos do Estado de São Paulo, ou seja, em apoio à emenda nº 434, registrada acima. Pelas palavras do constituinte petebista:

O SR. PORPHYRIO DA PAZ- (...) No entanto, aqueles professores, estão, até hoje, sob a espada de Dâmocles de uma interinidade, sujeitos, portanto, a serem atirados à rua da amargura, de um momento para outro.

Muitos dizem que, no meio desses professores, há os que seguem esta ou aquela ideologia. Sei onde estes críticos desejam chegar. Podem os professores pertencer a este ou aquele Partido. Eu pergunto – estamos, ou não, numa democracia?

O Sr. Caio Prado Júnior – O que V. Excia. está afirmando não é bem exato. Não estamos mais numa democracia, nem existe a livre manifestação de pensamento.³⁰⁵

Portanto, podemos afirmar que a reconstrução da democracia havia chegado a um momento crítico, mas a resistência estava manifestada através dos trabalhos de elaboração da Constituição, que prosseguiram como vamos relatar.

Na 16ª sessão extraordinária, em 23 de junho, aberta às nove horas da manhã, o presidente Valentim Gentil deu início, na Ordem do Dia, à segunda discussão do projeto Constitucional. E lembrou que, de acordo com o RIC, o projeto deveria sofrer uma discussão global antes das votações das emendas. E dividiu a discussão em duas partes; uma, global, com relação ao projeto e as emendas e, outra, com relação às *Disposições Transitórias*. Nesta sessão Caio Prado Júnior ofereceu apartes ao discurso de Lino de Mattos quando este observou que a CEC havia apreciado, com parecer favorável, pelo menos quatro emendas que, segundo sua interpretação, se tratava de emendas cujo conteúdo era matéria considerada vencida, ou seja, temas que já haviam recebido emendas.³⁰⁶ De acordo com Lino de Mattos, que pertencia à bancada governista:

³⁰⁵ *Idem*, p. 170.

³⁰⁶ Cf. MATTOS, Lino. “Matéria Constitucional”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 16ª Sessão Extraordinária em 23 de junho de 1947, p. 184-188.

O SR. LINO DE MATTOS – (...) Voltando à segunda discussão, a Casa teve a mesma preocupação, isto é, matéria que colida com matéria vencida, na primeira discussão, não pode ser objeto de apreciação pela Casa em segunda discussão; mas, entre uma e outra discussão, o Regimento não teve a preocupação de preceituar que a matéria vencida na primeira discussão não fosse objeto de apreciação no decurso dos debates referentes, à segunda discussão, não fosse objeto de apreciação no decurso dos debates referentes, à segunda discussão. Tanto isso é verdade que o artigo 14, de modo a não deixar dúvida dispõe o seguinte:

“Vinte e quatro horas depois dessa publicação, o Presidente declarará que o projeto e as emendas estarão sobre a mesa, durante três dias, para recebimento de novas emendas que só poderão ser justificadas por escrito.”

Parágrafo único – “Findo o prazo, voltará o projeto com as emendas à Comissão que deverá dar parecer dentro de cinco dias”.

Não há aqui a ressalva de novas emendas que colidam com matéria vencida.³⁰⁷

Imediatamente nosso constituinte ofereceu a seu colega de legislatura o seguinte aparte:

O Sr. Caio Prado Júnior – Não há essa ressalva porque isso é intuitivo. Deriva do próprio sistema das discussões e da duplicidade de discussão. Esse é um princípio geral de normas parlamentares, porque não se admite que se faça uma segunda discussão na qual se volte a discutir novamente toda a matéria vencida. Se assim fosse, estaríamos a fazer duas Constituições: uma em primeira discussão e outra em segunda, o que traria a perda do objeto. A segunda discussão destina-se exclusivamente a corrigir falhas e aditar ao que foi discutido em primeira discussão.³⁰⁸

Por conseguinte, compreendemos que Caio Prado Júnior defendeu o princípio estabelecido no RIC e, mais à frente ainda, ressaltou, em outro aparte ao seu colega governista:

O Sr. Caio Prado Júnior – É possível que a Comissão tenha se enganado devido ao grande número de emendas apresentadas – mais de 400 – e sobre as quais tinha que opinar dentro de um período relativamente curto. Mas o critério da Comissão foi o de considerar matéria vencida a emenda que colidisse com o vencido em primeira discussão.³⁰⁹

No entanto, Lino de Mattos insistiu na questão, dando como exemplo a emenda nº 128, assinada por Ulysses Guimarães, a qual a Comissão, segundo o constituinte governista, houve por bem dar parecer favorável, mas em seu entendimento tratava-se de matéria vencida em primeira discussão. O próprio Ulysses Guimarães, na qualidade

³⁰⁷ *Idem*, p. 185.

³⁰⁸ *Idem*, p. 185-186.

³⁰⁹ *Idem*, p. 186.

de membro da Comissão e signatário da referida emenda, tratou de apontar o equívoco da interpretação do colega Lino de Mattos:

O Sr. Ulysses Guimarães – V. Excia., referindo-se à Emenda nº 128, de minha autoria, apresentada ao artigo 33, chamou-se aos debates. Tenho em mãos o artigo 33, onde, em baixo, existe um adendo: “Não há emenda”. Assim sendo, a minha emenda colocou se rigorosamente dentro do espírito do nosso Regimento, dentro do que nele está ordenado. Não havendo emenda ao artigo 33, poderia eu oferecer a emenda supressiva que apresentei. (...)

O Sr. Lino De Mattos – Não estou contrariando o espírito da emenda apresentada por V. Excia. Apenas friso – com o comentário que estou fazendo que às vezes há necessidade de se apreciar emenda à matéria já vencida, tão importante é o assunto que ele mereceu uma segunda discussão.

O Sr. Ulysses Guimarães – V. Excia. há de concordar comigo que, com referência à minha Emenda nº 128, V. Excia. não tem razão.

O Sr. Lino De Mattos – Devo confessar a V. Excia. que não tenho dúvida alguma quanto ao equívoco que cometi nesse particular. Se me equivoquei foi devido à circunstância de o “Diário Oficial” não haver feito essa ressalva, agora feita por V. Excia.

O Sr. Caio Prado Júnior – E provavelmente, numa outra observação de V. Excia. terá ocorrido o mesmo, porque a Comissão Especial de Constituição, procurou dar parecer sobre aquelas emendas que não fossem vencidas.

O Sr. Lino De Mattos – De qualquer maneira, srs. Constituintes, o objetivo que tenho em mira é exclusivamente o de apreciar e discutir com os meus nobres colegas a possibilidades de a Casa debater e votar emendas que colidam com matéria vencida em primeira discussão. Parece-me que isso é possível desde que a Casa, pela maioria, haja por bem reconhecer que efetivamente o texto aprovado em primeira discussão é passível de uma nova redação, é passível de uma alteração, uma vez que não se venha alterar, substancialmente, o que se desejou fosse matéria vitoriosa em primeira discussão.

O Sr. Caio Prado Júnior – O Regimento Interno ressalva.

O Sr. Lino De Mattos – E acredito que a Casa, assim procedendo, agirá perfeitamente de acordo com o nosso Regimento Interno.

O Sr. Caio Prado Júnior – Exatamente.³¹⁰

Compreendemos que Caio Prado Júnior defendeu tanto os trabalhos da CEC e do RIC. Portanto, em nosso ponto de vista, a contribuição dele foi para que os trabalhos prosseguissem respeitando o desejo da maioria dos constituintes e legitimando o papel da CEC. Em seguida, o presidente da Casa advertiu Lino de Mattos de que o mesmo estava versando sobre matéria de ordem regimental que só poderia ser levantada em questão de ordem. E chamou a atenção de que, naquele momento, tratava-se de debater, em segunda discussão, o projeto e as emendas, e que o orador estava apenas discutindo e levantando questão de ordem sobre a maneira de se interpretar o RIC, e do que seja matéria vencida e matéria que com ela colida ou não. Lino de Mattos aceitou as ponderações do presidente e ainda usando seu tempo para falar defendeu as emendas de

seu partido, particularmente a emenda nº 218, recebendo, assim, novos apartes de Caio Prado Júnior:

O Sr. Lino De Mattos – (...) Com relação às emendas, a bancada do Partido Social Progressista, em colaboração com os Deputados de outras bancadas, particularmente da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, apresentou várias emendas, entre as quais ressalta pela sua importância a Emenda de nº 218, aos artigos 42 e 43.

A Comissão deu parecer contrário, com relação ao artigo 42 por considerar matéria vencida e insusceptível de receber emendas. (...) Com relação ao artigo 43 a Comissão também a rejeitou mas por outras razões: entende a Comissão que “o Tribunal Especial instituído pela emenda proposta é um órgão híbrido que não se justifica, embora tenha sido adotado pela Constituição Paulista de 1935, não deve ser admitido. Não se compreende essa reunião de Deputados e magistrados, membro de órgãos completamente distintos com funções diversas e que nunca se ajustariam uns aos outros formando um corpo homogêneo”.

Ora sr. Presidente, a nós nos parece exatamente o contrário, quando se trata, por exemplo, de processo de julgamento dos crimes de responsabilidade praticados pelo Presidente da República, devemos ter em conta que existem na esfera federal duas Câmaras distintas, isto é, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Assim, a Câmara Federal tem a incumbência de receber a denúncia, cuidar do processo e instruir o mesmo, e o Senado é quem julga o Presidente da República. Na esfera estadual, a situação é diferente, não temos o Senado, temos apenas a Assembleia Legislativa, e então procuramos contornar esta situação estabelecendo pela nossa emenda um Tribunal Especial composto de magistrados e Deputados indicados pela Assembleia Legislativa. (...)

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte?

Pelo contrário, esse sistema estabelecido no projeto é absolutamente paralelo e semelhante ao que existe na Justiça ordinária, em que é o próprio Juiz que pronuncia que dá o despacho de pronúncia e depois vai julgar. O recebimento da denúncia é uma espécie de pronúncia do Governador, e, em segundo lugar, vem o julgamento.³¹¹

Apesar do aparte de Caio Prado Júnior, o constituinte do PSP insistiu em seus argumentos:

O Sr. Lino De Mattos – (...) A emenda é muito cautelosa ao estabelecer que os juízes serão eleitos. Portanto, não pode haver na composição desse órgão, nenhuma injunção de ordem partidária. A Assembleia, por sua vez, designa soberanamente os seus cinco representantes, delegados de confiança que serão junto a essa Comissão Especial. Assim, o Governador, ao ser julgado, não fica à mercê de situações criadas na Assembleia Legislativa que, às vezes, numa decisão de tal magnitude como é essa, pode contar com uma maioria relativamente inexpressiva pelo seu número, enquanto que o Tribunal Especial...

O Sr. Caio Prado Júnior – A maioria é sempre absoluta.

³¹⁰ *Idem*, p. 186.

³¹¹ *Idem*, p. 187.

O Sr. Lino De Mattos – ... e de número sempre constante, porque a sua composição é exatamente estabelecida pela lei, isto é, cinco magistrados e cinco representantes da Assembleia.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. dá licença para um aparte?

A maioria exigida pelo Projeto de Constituição é sempre a maioria absoluta da Assembleia. Não haverá, portanto, maiorias ocasionais.

O Sr. Lino De Mattos – A Mesa informa estar esgotado o tempo que me foi concedido para falar. Nessas condições, sou obrigado a encerrar meus comentários.

Era o que eu tinha a dizer, sr. Presidente. (*Muito bem.*)³¹²

Concluída a fala de Lino de Mattos, o relator da Comissão pediu a palavra para esclarecer sobre o ponto levantado pelo membro do PSP:

O SR. OSNY SILVEIRA – O que eu desejava, sr. Presidente, na realidade era em nome da Comissão Especial de Constituição, prestar aos nobre deputado, sr. Lino de Mattos, os esclarecimentos que suponho necessários, em face das arguições trazidas aos nossos trabalhos.

Quero, apenas, deixar consignado que o trabalho da Comissão foi simplesmente opinativo, na questão das emendas prejudicadas, devendo a decisão final caber, naturalmente, à Mesa. Todavia, quando se discutirem as emendas, uma a uma, permitir-me-ei provar que em nenhuma delas se cogitou de matéria vencida.

Era o que eu tinha a dizer, sr. Presidente.³¹³

Em nosso ponto de vista, as palavras do relator foram de encontro com os apartes de Caio Prado Júnior, registrados acima, os quais salientam o trabalho imparcial da CEC. Ato sucessivo, como não houve mais nenhum constituinte que quisesse fazer uso da palavra, dando prosseguimento aos trabalhos, de acordo com o RIC, o presidente da Casa colocou em votação, em globo, o projeto, salvo as emendas de segunda discussão. Então, foi aprovado o projeto e passou-se à votação das emendas em segunda discussão.

Ainda naquela sessão, Caio Prado Júnior se pronunciou quando solicitou a verificação de votos da Emenda nº 80, defendida por Narciso Pieroni, filiado ao PSD:

O SR. PRESIDENTE – Vamos passar à votação da Emenda nº 80, com parecer desfavorável da Comissão, que visa substituir “noventa dias” por “cento e vinte dias”, no art. 34, §2º do projeto.

O SR. NARCISO PIERONI – (*Para encaminha a votação*) – Sr. Presidente, o que se pretende, com a Emenda nº 80, é evitar que se realizem duas eleições, uma a 30 dias da outra, em 1950. Justificando essa emenda, dissemos:

³¹² *Idem*, p. 188.

³¹³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 16ª Sessão Extraordinária em 23 de junho de 1947, p. 188.

“Estabelece ao artigo 81 da Constituição Federal que a eleição do Presidente e Vice-Presidente da República se procederá 120 dias antes do termo do período presidencial.

Os parágrafos 1º e 3º, do artigo 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determinam que os mandatos dos atuais Deputados e os dos Senadores que forem eleitos, bem como os dos Governadores e dos Deputados às Assembleias Legislativas, terminarão na data em que findar o do Presidente da República, isto é, a 31 de janeiro de 1951.

A prevalecer o que preceitua o parágrafo 2º do artigo 34 do projeto, teremos em 1950, duas eleições, uma a 30 dias da outra:

A 28 ou 29 de outubro a de Governador e a 28 de setembro a de Presidente e Vice-Presidente da República.”

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, na realidade rejeitamos uma emenda que fixava prazo para as eleições de Deputados. Entretanto, com isso não aprovamos nenhuma que fixasse qualquer outro prazo. Assim, pois, não houve referência, no texto constitucional, a tal prazo, de sorte que a Casa tem plena liberdade de votar entre 90 ou 120 dias.

- É posta a votos e aprovada a Emenda nº 80.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, peço verificação de votos.

O SR. PRESIDENTE – Vamos proceder à verificação da votação.

- Feita a chamada verifica-se terem votado a favor, 20 senhores Deputados e, contra, 22.

O SR. PRESIDENTE – Está rejeitada a emenda.³¹⁴

Assim, mais algumas emendas foram votadas e logo se encerrou a sessão. Dando continuidade à votação do projeto de Constituição, na 76ª sessão ordinária, em 23 de junho, observamos que Caio Prado Júnior se manifestou em dois momentos para encaminhar a votação de duas emendas, as de nºs 42 e 117, como veremos. O presidente da Casa anunciou que se passaria à votação das emendas referentes ao Capítulo V, *Do Ministério Público*, e a primeira emenda a ser votada foi a de nº 42, de parecer favorável da Comissão de Constituição:

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, tendo votado na Comissão com declaração de voto, peço a V. Excia. para que designe o nobre deputado Caio Prado Júnior para defesa da emenda em votação, reservando-me para falar depois como um dos signatários da declaração de voto.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, as razões pelas quais a Comissão deu parecer favorável à emenda foi uniformizar o princípio já adotado para o funcionalismo, para o qual adotamos uma comissão mista escolhida por eleição dos próprios funcionários. Com relação ao Ministério Público já existe uma Comissão, mas esta, pelo sistema atual, é nomeada pelo Governo. A fim de restabelecer a uniformidade do sistema administrativo, é justo que essa Comissão também seja constituída por eleição, sendo que o seu Presidente, o Procurador Geral da Justiça, é o nomeado pelo Governador.

³¹⁴ *Idem*, p. 195.

De acordo com a emenda, participam da eleição todos os membros do Ministério Público, inclusive, naturalmente, todos os do Interior, que poderão votar. Digo poderão votar, porque quando da discussão na Comissão foi dito que era impossível realizar essa eleição por escrutínio secreto, uma vez que não se poderiam reunir na Capital. Essa alegação não procede, porque a eleição na Ordem dos Advogados é realizada por escrutínio secreto e também por correspondência. O voto é mandado num envelope fechado, que é depositado na urna, e só aberto depois. De forma que o escrutínio secreto pode realizar-se por correspondência. Não há nenhuma dificuldade.

Nessas condições, de acordo com o que ficou resolvido na Comissão, apelo para a Casa para que vote favoravelmente à emenda, a fim de restabelecer a uniformidade de toda a administração.

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, desejava chamar a atenção de V. Excia. para uma questão de ordem. Nesta Emenda de nº 42, à página 14, logo abaixo de sua justificação está uma outra emenda dispondo sobre promoções no Ministério Público. A Comissão de Constituição, como se verifica dos próprios termos de seu parecer, não teve presente esta outra parte, tanto assim que menciona a necessidade de ser complementado o preceito em lei ordinária, através da outorga de atribuição à Comissão referida.

Portanto, o que se vai discutir é unicamente o capítulo referente ao Ministério Público, na parte abrangida pela Emenda nº 42 com o respectivo parecer; essa parte nada tem a ver com o artigo surgido abaixo da justificação. Esclareço isso antes de proferir o meu voto.

O SR. PRESIDENTE – Consulto o nobre deputado o sr. Caio Prado Júnior, se se trata de uma só emenda.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminha a votação*) – Sr. Presidente, houve um equívoco nesse artigo que aparece logo abaixo da justificação à Emenda nº 42. Assim, devo dizer que esse artigo nada tem a ver com a Emenda nº 42.

O SR. PRESIDENTE – Estando a Casa suficientemente esclarecida, vamos submeter à votação a Emenda nº 42.

- É posta a votos e aprovada a emenda nº 42.³¹⁵

Deste modo, interpretamos que Caio Prado Júnior contribuiu para a democratização da escolha da comissão responsável pelo processo seletivo de admissão na carreira para o Ministério Público. Abaixo, o texto final aprovado:

CAPÍTULO V

Do Ministério Público

Artigo 59 – O Ministério Público será organizado em carreira, por lei especial, com observância dos seguintes preceitos:

I – Ingresso na carreira mediante concurso de provas e títulos, perante uma comissão de membros do Ministério Público de segunda instância, sob a presidência do Procurador Geral da Justiça.

(...)

Parágrafo único – A Comissão a que se refere o inciso I deste artigo, será constituída pelo Procurador Geral da Justiça e por quatro membros eleitos

³¹⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 76ª Sessão Ordinária em 23 de junho de 1947, p. 212.

anualmente, em escrutínio secreto, por todos os membros do Ministério Público de primeira instância.³¹⁶

Ato subsequente, foi colocada em votação a emenda nº 117, de autoria de Caio Prado Júnior e Taibo Cadorniga, como registramos acima, com parecer favorável da Comissão. Para encaminhar a votação Lincoln Feliciano, que solicitou a rejeição da emenda, e Caio Prado Júnior, que defendeu a emenda:

O SR. LINCOLN FELICIANO - *(Para encaminha a votação)* – Sr. Presidente, a respeito da Emenda nº 117, aprovada pela Comissão de Constituição, tenho a declarar que esta matéria não é, absolutamente, constitucional. Assim, não deve, de maneira alguma, figurar no texto da nossa Constituição. Não passa de um regulamento para o Ministério Público. Não se concebe se consigne numa Constituição matéria que não lhe diz respeito. Basta que o plenário preste atenção ao enunciado da letra “e” que diz: “Inspecionar livre e permanentemente as prisões e outros locais destinados a presos e detidos”. Que “outros locais” são esses, destinados a presos e detidos?

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. não sabe disso porque nunca esteve preso.

O Sr. Lincoln Feliciano – Graças a Deus, nuca estive preso.³¹⁷

Entendemos que em seu aparte Caio Prado Júnior revelou todo o drama dos cárceres que conheceu, pois já estivera preso, e vivenciaria mais prisões, devido a sua postura política sempre a favor da democracia. E os encaminhamentos de votação se concluem, mas o presidente da Casa chama a atenção de Caio Prado Júnior por seu indevido aparte:

O SR. PRESIDENTE – Atenção, o nobre deputado Lincoln Feliciano está encaminhando a votação.

O Sr. Lincoln Feliciano – O que eu queria dizer à Casa, e todos os nobres Deputados disso sabem muito bem, sobretudo os juristas, que tal matéria não é constitucional, é matéria de regulamento. Peço, pois, aos nobres colegas que, meditando sobre o assunto, rejeitem essa emenda.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminha a votação)* – Sr. Presidente. O único argumento que se apresenta contra a emenda é aquele que diz que ela traz matéria já regulada em lei ordinária. Esse argumento não procede porque, mesmo que seja regulada com lei ordinária, nós sabemos que não é cumprida. Um dispositivo constitucional dará mais força a este preceito. Além disso, eu contesto que essa matéria seja regulada em lei ordinária. Não se conhece caso algum de um membro do Ministério Público verificar se uma prisão foi realizada com o cumprimento das formalidades legais. Esse é assunto de que o Ministério Público não se ocupa.

³¹⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, p. 704.

³¹⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 76ª Sessão Ordinária em 23 de junho de 1947, p. 212.

Além disso também não conheço caso algum do Ministério Público, de Promotor Público, ocupando-se dessa matéria. O objetivo desta emenda é tornar a Polícia o que ela realmente deve ser: um instrumento do Ministério Público, a serviço da Justiça. Até hoje o que verificamos é que a Polícia se sobrepõe à Justiça e apenas em alguns casos é que entrega os detidos à Justiça. Visa essa emenda entregar inteiramente à Justiça – representada pelo Ministério Público – todas as questões relativas às prisões e ao prosseguimento do inquérito.

Essa emenda, portanto, não traz matéria vigente em lei ordinária, mas introduz na nossa legislação um preceito inteiramente novo ou pelo menos que nunca foi aplicado, isto é, transforma a Polícia em um instrumento, em um órgão da Justiça, representado pelo Ministério Público. Isso porá fim em grande parte, esperamos, aos abusos praticados pela Polícia, porque o Ministério Público tem outra responsabilidade, outra capacidade para defesa dos interesses dos presos e portanto, da sociedade.

Deixando isso entregue à Polícia, inteiramente, como é hoje, sabemos o que tem ocorrido: abusos e irregularidades de toda a espécie, abusos que nem a Justiça consegue impedir.

Conhecemos o caso recente do Juiz Laurindo Minhoto, querendo visitar as prisões de São Paulo no Gabinete de Investigações, não o podendo porque o Diretor do Departamento o impediu.

Esse dispositivo contém matéria nova e do maior interesse. Votar em favor dessa emenda é votar em benefício da sociedade e defesa dos maiores interesses da Justiça.³¹⁸

O encaminhamento à votação da emenda nº 117, de Caio Prado Júnior, por si só já mostrou que a Polícia cometia várias arbitrariedades e que por isso se justificou a brilhante emenda apresentada por nosso constituinte. Mas, esta foi rejeitada, como registramos abaixo, quando o presidente da Casa a colocou em votação logo após o encaminhamento de Caio Prado Júnior:

O SR. PRESIDENTE – Vamos proceder à votação.

- Consultada, a Casa concede que a votação seja feita globalmente.
- A seguir é posta a votos e rejeitada a emenda globalmente.³¹⁹

No entanto, em seguida, Caio Prado Júnior pediu verificação de votação:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* Requeiro verificação de votação.

- Feita a chamada, verifica-se que 35 dos senhores Deputados votaram “não” e 25 “sim”.

O SR. PRESIDENTE – Está rejeitada a emenda.³²⁰

³¹⁸ *Idem*, p. 212-213.

³¹⁹ *Idem*, p. 213.

³²⁰ *Ibidem*, p. 213.

Essas foram as intervenções de nosso constituinte na 76ª sessão ordinária. Passemos agora a examinar sua atuação na 17ª sessão extraordinária, de 23 de junho.

Às 20h30 foi aberta a 17ª sessão extraordinária, na qual se continuou a votação das emendas. Neste sentido, Caio Prado Júnior começou suas intervenções, na referida sessão, a partir da votação da segunda emenda colocada para apreciação da Casa. Tratava-se da emenda nº 69, da qual foi o primeiro signatário, como registramos acima. A aludida emenda versava sobre recenseamento geral do Estado:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR- (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, o artigo 129 do Projeto de Constituição diz o seguinte: “O recenseamento geral do Estado será feito, obrigatoriamente, de 10 em 10 anos”.

Ora, sabemos que a União Federal está realizando decenalmente o recenseamento geral do País, que, naturalmente, deve ter preferência sobre o recenseamento particular do Estado. Além disso, não se justifica a realização de dois recenseamentos de 10 em 10 anos: um da União e outro do Estado; de forma que a Emenda nº 69 aprovada pela Comissão de Constituição, tem por objetivo dispensar o recenseamento do Estado, uma vez que ele seja realizado pela União. A emenda acrescenta ao artigo em questão: “realizando-o o Estado se não tiver sido feito pela União”.

Assim, sr. Presidente, fica assegurado que o Estado de São Paulo terá, de 10 em 10 anos, seu recenseamento, quando realizado pela União. Se esta não cumprir essa obrigação, já inscrita na legislação vigente, então o recenseamento será realizado pelo Estado. (...)

Foi nesse sentido, sr. Presidente, a opinião da Comissão. Apelo à Casa para que aprove essa Emenda, de nº 69.³²¹

Sabemos que o tema do povoamento foi uma constante nas obras de Caio Prado Júnior. Portanto, a defesa acima registra a preocupação de nosso constituinte com o conjunto de dados estatísticos dos habitantes do Estado de São Paulo, mostrando todas as suas características, configurando-se em informações preciosas e úteis para elaboração de políticas públicas pelo Estado. Estes dados revelariam, por exemplo, onde a população paulista se concentrava na área rural ou na área urbana. Nesta perspectiva, com o parecer favorável da CEC e, depois, da justificativa apresentada pelo constituinte Caio Prado Júnior a referida emenda foi aprovada.³²²

Foram votadas mais emendas e foi concluída a votação do texto constitucional; em segunda discussão, passou-se para os debates sobre o Capítulo referente às *Disposições Transitórias*. Neste, Caio Prado Júnior iniciou sua participação oferecendo apartes ao discurso de Salomão Jorge, eleito pelo PSP, partido do governador, portanto,

³²¹ PRADO JÚNIOR, Caio. “Emenda sobre recenseamento geral do Estado”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 17ª Sessão Extraordinária em 23 de junho de 1947, p. 236-237.

³²² *Idem*, p. 237.

em seu discurso, o qual versou sobre o Departamento Estadual de Informações (DEI), notamos a defesa da gestão de Adhemar de Barros:

O SR. SALOMÃO JORGE – Sr. Presidente, a Emenda nº 71 exprime que fica abolido o Departamento Estadual de informações. (...) O Departamento Estadual de informações não é mais o Departamento de Imprensa e Propagando, isto é, não é mais o Departamento de censura ao Rádio e à Imprensa. Antes, é um Departamento de divulgação cultural e intelectual. É um Departamento que, pela importância dos seus serviços, honra São Paulo e o Brasil.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. me permite fazer uma pergunta? Queria saber quais são as finalidades do Departamento Estadual de Informações.³²³

Esta questão foi prontamente respondida por Salomão Jorge, salientando que o DEI possuía inúmeras finalidades construtoras, por exemplo, o amparo à Imprensa do interior do Estado; por outro lado, estimulava a cultura, os movimentos de inteligência e de ordem intelectual.³²⁴ No entanto, a resposta não convenceu, em especial os membros da bancada comunista, veremos por que. Caio Prado Júnior apresentou mais uma questão, mostrando que acompanhava as despesas do Governo do Estado:

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. sabe qual é a despesa desse Departamento?

O Sr. Salomão Jorge – Devo declarar a V. Excia. que se existe despesa sagrada, uma despesa que está plenamente justificada, é a despesa com relação a esse Departamento. Porquê, sendo um Departamento de cultura, sendo um Departamento de inteligência, sendo um Departamento que promove o incentivo intelectual e espiritual, qualquer despesa que se faça com ele, está plenamente justificada. Essa é que é a verdade e tenho certeza de que V. Excia. que é uma grande intelectual e que merece as nossas maiores homenagens . . .

O Sr. Sebastião Carneiro – Muito bem!

O Sr. Caio Prado Júnior – Muito obrigado a V. Excia.

O Sr. Salomão Jorge – . . . sabe muito bem que toda despesa feita com relação a inteligência, à cultura e aos trabalhos intelectuais é a mais santa, a mais eficiente, a mais generosa, a melhor de todas as despesas.

O Sr. Sebastião Carneiro – Apoiado!

O Sr. Caio Prado Júnior – Agradeço muito às nobres referências feitas pelo ilustre orador à minha pessoa, aliás não merecidas. Há poucos dias, tive ocasião de verificar a abertura de um crédito de 4.000 contos ao Departamento de Informações, para saldar débitos com estações de rádio e jornais. Queria que V. Excia. me informasse em que contribuiu para a cultura essa despesa?

O Sr. Salomão Jorge – O que eu quero afirmar neste momento, com relação ao Departamento Estadual de Informações é que as despesas que ele realiza são relativas à difusão cultural à difusão intelectual e ao prestígio da Imprensa, tanto da Capital como do Interior e essas despesas feitas com a

³²³ JORGE, Salomão. “Departamento Estadual de Informações”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 17ª Sessão Extraordinária em 23 de junho de 1947, p. 250-254.

³²⁴ *Idem*, p. 250-251.

Imprensa são plenamente justificadas, tanto assim que o grande Presidente da República Campos Salles, disse um dia, num memorável discurso, que essa é a mais proveitosa e fecunda de todas as despesas.³²⁵

Mas, Salomão Jorge não convencia os comunistas, tanto que Taibo Cadorniga afirmou que o DEI era uma reminiscência do Estado Novo. Logo, Salomão Jorge respondeu à provocação do comunista; deste modo, recebeu mais um aparte de Caio Prado Júnior:

O Sr. Salomão Jorge – Entretanto, sr. Presidente, eu estranho que se queira acabar com um departamento desta natureza. Mas, explica-se este horror ao Departamento. É que há muita gente que o confunde com a antiga *Gestapo*, que o confunde com o Departamento que censurava o jornal, que censurava o pensamento, que censurava o rádio.

O Sr. Caio Prado Júnior – E o mesmo. Está “de molho”, esperando a hora.³²⁶

Em nossa perspectiva, Caio Prado Júnior revelou em seu aparte a desconfiança que os comunistas tinham do DEI. Os *ptbistas* Waldy Rodrigues e Conceição Santamaría também ofereceram apartes ao discurso de Salomão Jorge, nos quais afirmaram que os comícios organizados pelos comunistas estavam sendo gravados pelo DEI, assim como tudo o que se falava nas estações de rádio. O comunista Estocel Moraes afirmou, ainda, que além de gravados, os referidos comícios estavam sendo filmados pelo DEI. Por conseguinte, Salomão Jorge tentou dar respostas para as afirmações dos aludidos constituintes e recebeu novos apartes de Caio Prado Júnior:

O Sr. Salomão Jorge – Muito Bem! Se o Departamento tem gravado e filmado os comícios, é porque os mesmos são dignos dessa atenção. É uma homenagem do Departamento, a esses comícios.

O Sr. Caio Prado Júnior – Fichário da Polícia.³²⁷

Mesmo com a afirmação de Caio Prado Júnior, e seguidos apartes de seu colega de bancada, Taibo Cadorniga, e do *petbista*, Arimondi Falconi, Salomão Jorge ainda insistiu em seus argumentos. Deste modo, recebeu mais apartes de nosso constituinte:

O Sr. Salomão Jorge – Em absoluto, porque desde de que o comício comunista tem a finalidade social e moral está plenamente explicável que seja gravado.

O Sr. Caio Prado Júnior – Não é o que a Polícia diz.

O Sr. Salomão Jorge – Não estou falando em nome da Polícia. Sou um representante do povo, como V. Excia. . . Não tenho nada com a Polícia. Estranho que V. Excia. me confunda com a Polícia.

³²⁵ *Idem*, p. 252.

³²⁶ *Ibidem*, p. 252.

³²⁷ *Idem*.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. permite uma explicação?

Eu não disse que V. Excia. representava a Polícia, que V. Excia. disse que provavelmente a Polícia grava . . .

O Sr. Salomão Jorge – A Polícia não grava coisa nenhuma.

O Sr. Caio Prado Júnior – . . . o Departamento de Informações grava porque considera os discursos justos.

O Sr. Salomão Jorge – Ponderados e justos, na sua intenção.

O Sr. Caio Prado Júnior – Mas um outro Departamento do Governo, o da Secretaria de Segurança, declarou que esses comícios são subversivos.³²⁸

Mas Salomão Jorge prosseguiu seu discurso afirmando que não tinha nada com a Secretaria de Segurança Pública e concluiu seu discurso fazendo um apelo aos colegas para que votassem pela permanência do DEI.³²⁹ A sessão prosseguiu com a continuação da discussão do projeto constitucional, na parte referente às *Disposições Transitórias*.

Na 77ª sessão ordinária de 24 de junho, concluiu-se a discussão sobre as *Disposições Transitórias* e passou-se a votar as emendas referentes àquele capítulo. Caio Prado Júnior somente se manifestou quase ao fim da sessão, quando da votação da emenda nº 100, como registramos abaixo:

O SR. PADRE CARVALHO – (*Pela ordem*) – Requeiro preferência para a Emenda nº 100, sr. Presidente.

- Consultada, a Casa concede a preferência requerida.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente requeiro destaque para a expressão “três milhões de cruzeiros” constante na Emenda nº 100.

- Consultada, a Casa concede o destaque requerido.³³⁰

Por conseguinte, o presidente da Casa deu a palavra a Padre Carvalho para encaminhar a votação. Este por sua vez destacou que o objetivo da aludida emenda foi para que a Assembleia auxiliasse, de maneira eficaz e decisiva, a construção do monumento-mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. Ele justificou, ainda, o pedido de preferências para a emenda nº 100, em detrimento de outras que versavam sobre o mesmo tema. Segundo suas palavras:

O SR. PADRE CARVALHO – (*Para encaminhar a votação*) – (...) Entretanto, sr. Presidente, tomei a liberdade de pedir preferência para a Emenda nº 100, porquanto ela é expressamente assinada por todos os líderes das bancadas que compõem esta Assembleia.³³¹

³²⁸ *Idem*, p. 253.

³²⁹ *Idem*, p. 253-254. O DEI não foi extinto, Ver *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 712-715.

³³⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 77ª Sessão Ordinária em 24 de junho de 1947, p. 306.

³³¹ *Idem*, p. 306.

Assim, Padre Carvalho explicou a preferência pela emenda nº 100 e prosseguiu em defesa da mesma afirmando que esteve em visita a esta Assembleia a Comissão do Monumento-Mausoléu a pedir uma contribuição que, sendo de 3 milhões de cruzeiros, completaria os 6 milhões necessários para a construção do aludido monumento. Concluiu sua explanação pedindo que os constituintes aprovassem a referida emenda. No entanto, o relator do projeto de Constituição, Osny Silveira, encaminhou a votação afirmando a posição da CEC:

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, a Comissão opinou contrariamente a essa emenda. Note-se, contudo, que como consta no parecer, não foi contra o espírito que a ditou que opinamos, mas sim, pela maneira que propõe para levar a efeito a merecida homenagem àqueles que se sacrificaram pela causa democrática em 1932, (...). Entretanto, eu acredito representar o pensamento da Comissão ao dizer que a emenda pode ser aprovada com o destaque solicitado pelo deputado Caio Prado Júnior, isto é, “O Estado contribuirá para a imediata execução do projeto do monumento-mausoléu a ser erguido em honra ao Soldado Constitucionalista de 1932”, rejeitando as palavras “com a importância de três milhões de cruzeiros (Cr\$ 3.000.000,00)”. (...)

O melhor é consignar obrigação do Estado em contribuir, não fixando a importância, se forem precisos três milhões, daremos três milhões, se forem precisos cinco, daremos cinco. Por mais que seja, nunca será muito em homenagem aos nossos mortos de 1932.

Peço, pois, a aprovação da emenda inclusive o destaque.³³²

No entanto, antes da votação o *psedista* Lincoln Feliciano solicitou ao presidente que esclarecesse à Casa a significação das palavras “monumento” e “mausoléu”. Mas, o presidente disse que não cabia à Mesa dar interpretações ao texto das emendas. E Lincoln Feliciano concluiu que:

O Sr. Lincoln Feliciano – Eu penso que uma escola seria um monumento melhor do que uma estátua ou monumento equivalente.³³³

Imediatamente após a fala de Lincoln Feliciano seu colega de bancada, Martinho Di Ciero requereu que a votação fosse nominal para o destaque “com a importância de três milhões de cruzeiros”. Colocada em votação, a emenda foi aprovada, menos o destaque. Em seguida foi votada a parte destacada que estabelecia a concessão de três milhões de cruzeiros para a construção do monumento em homenagem aos soldados de 1932. A votação foi nominal como solicitou Martinho Di Ciero; e verificou-se que 39

³³² *Idem*, p. 306-307.

³³³ *Idem*, p. 307.

constituintes responderam sim, e 27 responderam não, entre eles Caio Prado Júnior.³³⁴ Portanto, a emenda nº 100 foi aprovada na íntegra. A sessão prosseguiu por mais dez minutos e ao final da mesma foram lidas as declarações de votos que chegaram à Mesa durante a sessão, das quais destacamos a seguinte, assinada pela bancada comunista. Deste modo, verificamos a assinatura de Caio Prado Júnior:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 69, DE
1947

Registramos a parte da emenda que se refere ao montante de 3 milhões a serem despendidos na construção do monumento constitucionista porque entendemos que não pode a Assembleia votar qualquer crédito sem que lhe sejam apresentadas as contas relativas a despesas a serem efetuadas. Essas contas não são conhecidas e por mais que nos mereçam os membros da comissão do monumento, não nos trouxeram os comprovantes das despesas realizadas e a realizar.

Votamos, assim, a favor da ereção do monumento, deixando contudo que posteriormente se efetuem os pagamentos na medida das despesas realizadas. Sala de Sessões, 24 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Estocel de Moraes, Sanches Segura, Mautílio Muraro, Taibo Cadorniga, Clovis Oliveira Netto, Catullo Branco, Lourival Villar.*³³⁵

Compreendemos que esta declaração de voto revelava a preocupação com a discriminação da despesa que deve ter em todo o orçamento público, tema que trataremos no próximo capítulo.

A 18ª sessão extraordinária, de 24 de junho, ocorrida a partir das 21 horas, deu continuidade à votação das emendas ao Capítulo *Das Disposições Transitórias*. Caio Prado Júnior só se pronunciou ao fim da sessão, quando foi colocada em votação a emenda nº 135, defendida pelo *psedista* Joviano Alvim:

O SR. JOVIANO ALVIM – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, a Emenda nº 135 de minha autoria refere-se a uma taxa de turismo a ser estabelecida em lei. Recairá sobre os hotéis e pensões localizados nas estâncias hidrominerais, naturais ou balneárias, será cobrada pelas respectivas Prefeituras e aplicada em serviço de assistência social nos mesmos Municípios.³³⁶

Alvim prosseguiu em sua defesa da emenda nº 135 e em seguida o relator Osny Silveira, ao encaminhar a votação afirmou que a CEC opinou pela rejeição da aludida

³³⁴ *Ibidem*, p. 307.

³³⁵ *Idem*, p. 314.

³³⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 18ª Sessão Extraordinária em 24 de junho de 1947, p. 334.

emenda. Então, o presidente a colocou em votação, e, a princípio, a mesma foi aprovada. No entanto, Caio Prado Júnior requereu verificação de votação e o presidente acatou o pedido:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Vamos proceder à verificação de votação.

- Feita a verificação de votação, verificou-se que 27 dos srs. Deputados responderam “SIM” e 30 srs. Deputados responderam “NÃO”.

O SR. PRESIDENTE – Está portanto rejeitada a emenda.³³⁷

Ainda naquela sessão se votou mais uma emenda, e antes de encerrar foram lidas as declarações de voto das quais destacamos as duas que foram assinadas pela bancada comunista, logo, por, entre outros constituintes, Caio Prado Júnior:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 76 DE 1947

Sr. Presidente,

Votamos contra a Emenda nº 50, que trata de contagem de tempo para antigos funcionários das Assembleias dissolvidas e funcionários técnicos e especializados, por julgar que estas injustiças devam ser reparadas, estudadas caso por caso em legislação ordinária. De pleno acordo com o mérito, não podemos concordar figure semelhante dispositivo no texto constitucional.

Sala das Sessões, 23 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior, Clóvis Oliveira Netto, Mautillo Muraro, Sanches Segura, Estocel de Moraes, Armando Mazzo, Roque Trevisan, Taibo Cadorniga, Catullo Branco.*

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 76 DE 1947

Votamos contra a emenda relativa à Polícia Civil porque entendemos não haver motivo para abrir exceções, no corpo da Constituição, a uma determinada classe de funcionários, uma vez que a situação desses já se encontra regulada de forma igual para todos.

Qualquer vantagem especial a que façam jus os Delegados de Polícia, como qualquer outra classe de funcionários, poderá ser com muito mais propriedade e justiça igual, ser estabelecida e regulada em lei ordinária.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior, Clóvis Oliveira Netto, Lorival Villar, Armando Mazzo, Mautillo Muraro, Roque Trevisan, Taibo Cadorniga, Catullo Branco, Sanches Segura, Estocel de Moraes.*³³⁸

Compreendemos que como o tema do funcionalismo público já havia sido tratado na emenda nº 580-A, assinada por, entre outros, Caio Prado Júnior, e votada na primeira discussão do projeto de Constituição. Assim, em nosso ponto de vista a bancada comunista, através das declarações de voto registradas acima, entendeu que a

³³⁷ *Idem*, p. 335.

regularização das funções, direitos e remuneração dos funcionários públicos já estavam previstas no projeto de Constituição e o tema foi apreciado em primeira discussão.

Na 78ª sessão ordinária, de 25 de junho, foram votadas as emendas que receberam pareceres contrários da CEC; assim, Caio Prado Júnior teve a oportunidade de tornar público seu voto a duas dessas emendas, as de nºs 73 e 282.

A emenda de nº 73 foi a segunda emenda a ser apreciada naquela sessão e também a primeira a ser votada nominalmente. De acordo com o relator da Comissão:

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, a Emenda nº 73 visa considerar efetivados todos os funcionários públicos contratados ou interinos, que na data da promulgação das Disposições Transitórias, isto é, a 9 de julho próximo, estejam no exercício de qualquer cargo público.

“Ficam efetivados todos os funcionários públicos, inclusive professores primários e secundários, que, na data da promulgação deste Ato”, isto é, a 9 de julho próximo,, “estejam em exercício de qualquer cargo como contratados ou interinos”.

A Comissão opinou contrariamente a essa efetivação indiscriminada, julgando que o assunto deve ser resolvido melhor em lei ordinária, porque vai alcançar todos os funcionários já existentes e todos que ainda vierem a ser nomeados até 9 de julho próximo, todos os contratados ou interinos.

Menciona também os professores primários e secundários a respeito dos quais a Comissão já opinou contrariamente, embora muitos de seus membros, inclusive o orador, tenham subscrito emendas mostrando onde seriam aproveitados os funcionários, considerando a inconstitucionalidade do preceito.

Se essa emenda for aprovada, ficarão prejudicadas todas as emendas que versem o assunto ou que versem especialmente a questão dos professores interinos. Se for rejeitada, vamos votar então as emendas referentes aos professores; nessa oportunidade terei ocasião, então, de ler pareceres a respeito dos mesmos.

Quanto à Emenda nº 73, pela sua amplitude, a Comissão opina pela sua rejeição.

- Feita a votação nominal, verifica-se terem votado “SIM” 32 srs. Deputados e “NÃO” 36 srs. Deputados.³³⁹

Entre os que votaram “não” figurava Caio Prado Júnior, isso, de acordo com nossa interpretação, se deu visto que, como já mencionamos sobre a carreira dos funcionários públicos, ele se dedicou a um exaustivo estudo que redundou na já aludida emenda nº 580-A, registrada acima.

Não obstante, a emenda nº 282 foi assinada por Lino de Mattos:

³³⁸ *Idem*, p. 335-336.

³³⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 78ª Sessão Ordinária em 25 de junho de 1947, p. 356-357.

O SR. LINO DE MATTOS – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, apresentei a Emenda nº 282, condicionando a extinção da loteria estadual a igual providência, relativamente à Loteria Federal, com o propósito, a meu ver, honesto, de criar uma situação moral para o Governo da União, coagindo-o a seguir o belíssimo exemplo da Assembleia Constituinte de São Paulo ao se preocupar, tão carinhosamente, com o saneamento dos nossos costumes sociais.³⁴⁰

Após a fala de Lino de Mattos, o relator da Comissão justificou o parecer contrário oferecido à emenda nº 282:

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Para encaminhar a votação*) –

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Vamos terminar, neste momento, em definitivo, a votação da matéria que trouxe em suspenso a Casa e a opinião pública, durante os últimos dias.

Esta é a derradeira das emendas que se relacionam com a proibição de funcionamento da famigerada loteria estadual e da venda de bilhetes de loteria de outras procedências, em nosso Estado.

Sr. Presidente, esta emenda visa o seguinte: fazer com que o preceito já aprovado pela Casa tenha suspensa a sua execução, até que o Governo da Nação suprima a Loteria Federal, proibindo expressamente a sua exploração. (...)

Portanto, sr. Presidente, a opinião pública em peso, através de todos os jornais e estações de rádio, aplaude e apóia a medida que 60 srs. Constituintes tomaram nesta Casa. Não devemos, agora, anulá-la através do preceito que se vai por em votação.

Pela rejeição, pois.³⁴¹

O presidente convocou os constituintes para a votação da emenda nº 282, Lino de Mattos solicitou que a votação fosse nominal, e a Casa aprovou seu pedido. Posta a votos e feita a chamada, verificou-se que 50 constituintes responderam “não” e 17 constituintes responderam “sim”. Entre os constituintes que votaram contra a aludida emenda estava Caio Prado Júnior. Portanto, interpretamos que ele, sempre que podia se manifestar, defendia o projeto de Constituição contra as emendas que receberam parecer contrário da Comissão.

Os trabalhos da Casa continuaram e ao final da sessão chegaram à Mesa as declarações de voto das quais destacamos a seguinte, pois justifica o posicionamento da bancada comunista, por conseguinte, também de Caio Prado Júnior, sobre a emenda nº 73:

DECLARAÇÃO DE VOTO Nº 83 DE 1947

³⁴⁰ *Idem*, p. 358.

³⁴¹ *Idem*, p. 358-359.

Votamos contra a Emenda nº 73, que manda efetivar os professores contratados ou interinos, por julgá-la inconstitucional, em vista do que dispõe o artigo 23 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal.

A bancada comunista sente-se no dever de defender o que dispõe a Constituição da República. Fazemo-lo mesmo no caso presente, quando o citado artigo 23 se choca com o pensamento de nossa bancada, que é pela estabilidade e melhores condições de vida para todos os que trabalham e contribuem para o progresso da Pátria.

Assim procedendo, fá-lo perfeitamente à vontade porque, na Constituinte Federal, quando se votava o referido artigo, a bancada comunista tudo fez para que os professores não ficassem provados dos benefícios da efetivação. Viu-se vencida, com seus quinze representantes, diante da superioridade numérica do Partido majoritário, governamental, que aprovou o dispositivo que hoje nos veda votar pela efetivação dos professores interinos.

Resta à Casa – nisto estando de pleno acordo nossa bancada – em legislação ordinária fazer com que os concursos se abram, com igual oportunidade para todos, para que termine, de uma vez para sempre, o regime de instabilidade em que se encontram milhares de funcionários públicos.

Sala de Sessões, 25 de junho de 1947.

- *Milton Cayres de Brito, Clóvis Oliveira Netto, Taibo Cadorniga, , Mautillo Muraro, Sanches Segura, , Estocel de Moraes, Armando Mazzo, Roque Trevisan, Lorival Villar, Caio Prado Júnior, Catullo Branco.*³⁴²

Na 79ª sessão ordinária, em 26 de junho, foram votadas todas as emendas que faltavam. Deste modo, foi encerrada a votação, em segunda discussão, do projeto Constitucional. E Caio Prado Júnior foi o segundo constituinte a falar, congratulando-se com os demais colegas pela tarefa realizada. Por suas palavras:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR - Sr. Presidente. Desejo, também, associar-me a essa manifestação; mas, antes, disso, quero lavrar o meu protesto contra o modo por que se procedeu, em relação à matéria considerada vencida. O meu Partido não apresentou emendas sobre matéria vencida, sobre assunto em que foi vencido em primeira discussão, cumprindo o compromisso formal e solene assumido pelos líderes desta Casa. Não apresentamos emendas, porque entendemos que esses assuntos já discutimos e votados não voltariam à discussão. Se tivéssemos previsto o que se passou, teríamos apresentando essas emendas. Não apresentamos essas emendas confiando que o compromisso seria cumprido e, infelizmente, não o foi, emendas sobre matéria vencida foram trazidas à discussão, para serem votadas e aprovadas. Apenas disse isso para que fique consignada em ata uma satisfação ao povo de S. Paulo, pelo motivo de não termos apresentado, em segunda discussão, emendas sobre matéria vencida.

Só para esse fim pedi a palavra.³⁴³

Então, verificamos que nosso constituinte fez questão de deixar claro para o povo de São Paulo que respeitou o acordado pela Casa, qual fora, de não se apresentarem emendas sobre matéria vencida. No entanto, como observamos acima,

³⁴² *Idem*, p. 370-371.

desde o início da segunda discussão esse procedimento foi questionado e a Casa acabou por romper com o acordado. Mas distinguimos que Caio Prado Júnior cumpriu os acordos e sempre defendeu os trabalhos da CEC, tanto que em alguns momentos ele mesmo fora convocado, como demonstramos acima, para encaminhar votações em nome da Comissão. E mais um pouco ele teria a contribuir para a votação final do projeto de Constituição, como apreciaremos no ponto seguinte.

³⁴³ PRADO JÚNIOR, Caio. “Término da segunda discussão do Projeto de Constituição”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 79ª Sessão Ordinária em 26 de junho de 1947, p. 410.

2.4. A Aprovação da Redação

Como já informamos, foi na sessão ordinária do dia 2 de julho que a CEC entregou o projeto à Mesa para que este fosse publicado e entrasse na discussão e votação finais, referentes à redação definitiva. Essa discussão ocorreu na sessão ordinária do dia 4 de julho, como também já salientamos. No entanto, antes de adentrarmos na última sessão de discussão do projeto de Constituição, vamos destacar duas sessões nas quais Caio Prado Júnior teve uma relevante atuação, e que acabaram por mostrar o que apontamos desde o capítulo anterior: que a Assembleia Constituinte também fez o papel de Assembleia Legislativa. São elas: a 81ª sessão ordinária, em 30 de junho, na qual se tratou da crise dos transportes públicos na capital, e a 83ª sessão ordinária, em 3 de julho, da qual destacaremos os apartes de Caio Prado Júnior sobre a intenção do governador de manter o Departamento de Serviço Público, só que sob outra sigla.

Nelson Fernandes presidiu a acalorada 81ª sessão ordinária; então, na hora do expediente, o primeiro telegrama que foi lido era endereçado, entre outros, a Caio Prado Júnior, como registramos abaixo:

EXPEDIENTE

Telegrama

Assembleia Constituinte.

São Paulo.

Arnaldo Borghi, Milton Cayres de Brito, Pereira Lopes, Osny Silveira, Taibo Cadorniga, Salomão Jorge, Caio Prado Júnior, Motta Bicudo. Professores interinos ensino secundário normal oficial confiam elevado sentir nobres Deputados ocasião lei ordinária tratar efetivação possam contar indispensável apoio justa aspiração classe penhorados agradecem pela comissão.

- José Porfirio Piraju.³⁴⁴

Em nosso ponto de vista, tal telegrama vai de encontro à declaração de voto à emenda nº 83, transcrita acima e publicada nos Anais da Constituinte paulista de 1947. Mas, a aludida declaração deixa clara a defesa que a bancada comunista fez dos concursos públicos e que esses deveriam ser regulamentados através de lei ordinária. Em seguida à leitura do expediente, o segundo constituinte a se pronunciar foi Pinheiro Júnior; lembramos que ele era filiado ao PSP, ou seja, do mesmo partido que o governador. Seu discurso versou sobre o aumento das tarifas da Companhia Municipal

³⁴⁴ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 81ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1947, p. 460.

de Transportes Coletivos, tema esse que dominou os debates daquela sessão, como veremos. Pinheiro Júnior relatou a palestra que ouviu através de uma emissora de rádio, ministrada pelo então Superintendente da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC), João Gonçalves Foz. Pelas palavras do referido constituinte, Foz concluiu sua palestra assim:

Termina dizendo que, para a Companhia ter uma pequena parcela de lucros urgia que se aumentasse o preço das passagens de 20 centavos para 50. Isto, srs. Constituintes, foi o que ouvimos através da autoridade da Companhia, isto é, o superintendente. E hoje, toda a cidade ficou pasmada, ao ler nos jornais, enormes comunicados pelos quais a Companhia Municipal de Transportes Coletivos, avisava o público, iniciava, por sua conta a operação nos transportes municipais de bondes e ônibus, adotando novas tarifas. Que estava autorizada pelo Prefeito Municipal, a fixar novos preços para as passagens, e que, a título experimental, os preços passariam a ser os seguintes: passagens de bondes 0,50 centavos – ônibus, 1,00 (um cruzeiro).³⁴⁵

Pinheiro Júnior prosseguiu seu discurso e recebeu apartes de Arimondi Falconi e Estocel de Moraes; concluíram que o aumento foi de 150%, ou seja, de 0,20 centavos para 0,50 centavos a tarifa de bonde. Assim, ao final de seu discurso, Pinheiro Júnior apresentou o seguinte requerimento, assinado, entre outros, por Caio Prado Júnior:

REQUERIMENTO Nº 185, DE 1947

Requeiro a V. Excia., sr. Presidente, que se nomeie uma comissão de parlamentares, para verificar a situação da Cia. Municipal de Transportes Coletivos.

Este requerimento que vou encaminhar à Mesa, sr. Presidente logrou a assinatura dos seguintes nobres colegas: Estocel de Moraes, Roque Trevisan, Armando Mazzo, Catullo Branco, Sanches Segura, Taibo Cardoniga, Mautilio Muraro e Waldy Rodrigues.³⁴⁶

Notamos que a maioria dos constituintes que assinaram o requerimento nº 185 era do PCB, e além de Pinheiro Júnior, que era do PSP, Waldy Rodrigues era do PTB. Portanto, distinguimos o envolvimento dos comunistas com o tema que impactou a população da capital. A sessão prosseguiu e o tema que dominou os discursos foi o transporte coletivo na cidade de São Paulo. Depois de esgotada a Ordem do Dia daquela sessão, os constituintes puderam fazer uso da palavra em explicação pessoal; foi quando Gabriel Migliori, após os pronunciamentos de alguns colegas, apresentou à Mesa o seguinte requerimento, com o pedido de urgência para sua votação:

³⁴⁵ *Idem*, p. 461.

³⁴⁶ *Idem*, p. 461-462.

REQUERIMENTO Nº 186, DE 1947

Sr. Presidente.

Considerando que o Serviço de Transportes Coletivos de São Paulo é de interesse de toda a população da Capital;

Considerando que o paulistano sofre a desorganização dos transportes coletivos há muitos anos;

Considerando que o povo tem o direito de exigir melhoria dos serviços de transportes de São Paulo;

Considerando que os interesses do povo devem ser colocados acima de quaisquer outros interesses;

Considerando que o aumento de preços das passagens de bondes e ônibus, além de excessivo, é abusivo;

Considerando que o povo de S. Paulo não teve até o momento nenhuma prova de que o atual Serviço de Transportes Coletivos correspondesse em qualidade, quantidade e conforto ao pretenso aumento de passagens requer:

- a) Antes que entrem em vigor as tarifas de bondes e ônibus, sejam demonstradas pública e praticamente as melhorias dos Serviços de Transportes Coletivos, com a exibição em tráfego, de novos bonde e ônibus, para que esta Câmara, através de uma comissão de parlamentares, que após apurado estudo se manifestará a respeito, possa comprovar e levar ao conhecimento do povo se as melhorias e conforto correspondem ou não ao aumento de tarifas já publicado.
- b) Que o presente Requerimento seja urgentemente encaminhado como apelo, ao Sr. Governador do Estado que, pelos canais competentes suste o aumento de passagens já anunciado, para vigorar a partir de 1º de julho, isto é, amanhã, enquanto não se manifestar a respeito a comissão parlamentar acima referida de cuja composição a digna Mesa se incumbirá, tendo em vista a importância do caso e a urgência manifesta.

Sala de Sessões, 30 de junho de 1947.

- *Gabriel Migliori*.³⁴⁷

A partir da apresentação do requerimento nº 186, o presidente em exercício da Casa aceitou o pedido de urgência e colocou em discussão o mesmo. Assim, o primeiro orador foi Gabriel Migliori, que recebeu vários apartes. E o segundo foi Castro Neves, do PSD, para o qual Caio Prado Júnior ofereceu alguns apartes que destacaremos a seguir. Castro Neves se pronunciou salientando sua experiência como jornalista profissional do *Jornal de Notícias*, no qual teve a responsabilidade de examinar o projeto de unificação dos transportes coletivos de São Paulo.³⁴⁸ E seu primeiro aparte Caio Prado Júnior intervém, salientando as condições do contrato celebrado entre a Prefeitura de São Paulo e a empresa Light and Power, responsável por fornecer energia elétrica para o funcionamento dos bondes:

O Sr. Castro Neves – Disso tudo decorreu essa situação de lástima e de gravidade insuperável do problema do transporte coletivo em São Paulo a

³⁴⁷ *Idem*, p. 482.

³⁴⁸ *Idem*, p. 489.

ponto de em 1926 ter sido necessário estabelecer-se o serviço de caminhões e autolotação pela primeira vez em S. Paulo, quando houve um grande fluxo de população.

Ora, a Light and Power procurou modificar essas condições com bases legítimas ou não. Buscando modificar essas condições, ela dirigiu-se à Prefeitura de São Paulo, obtendo então respostas que, declarou terem sido negativas ou simplesmente evasivas e passou, pouco a pouco, a se desinteressar da continuação do exercício da concessão.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. conhece essa proposta feita em 1927 ou se não me engano em 28? Era a mais onerosa e lesiva possível.

O Sr. Castro Neves – Apenas estou comentando, não quis fazer qualquer julgamento, estou expondo o problema de uma maneira objetiva, mesmo porque para qualquer pronunciamento a respeito dessa questão teríamos que estar, em nossas mãos, com elementos informativos, indispensáveis e necessários. Minha opinião é exatamente a do nobre colega Caio Prado Júnior: as condições pleiteadas eram extorsivas. É minha opinião pessoal.³⁴⁹

Castro Neves prosseguiu em seu discurso e Caio Prado Júnior ofereceu mais alguns apartes para, no nosso entender, deixar claro o posicionamento da empresa Light and Power diante da oferta do serviço de energia para o funcionamento dos bondes na Capital:

O Sr. Caio Prado Júnior – O que V. Excia. chama de retraimento de capital?

O Sr. Castro Neves – O que chamo de retraimento neste instante, talvez seja uma impropriedade de linguagem, no sentido do desinteresse absoluto da Light and Power pela existência da empresa, para que o dinheiro empregado nessa empresa lhe fosse devolvido, para ser aplicado em outro lugar. Desinteresse e retraimento com referência ao serviço prestado na Capital.

O Sr. Caio Prado Júnior – Chamei a atenção de V. Excia. para esse ponto porque, de acordo com os próprios balanços da Light and Power, ela nunca aplicou capital novo e o capital aplicado tem sido acumulado à custa dos lucros que tem obtido até aqui.

O Sr. Castro Neves – Esses lucros são exatamente auferidos na exploração dos serviços de energia elétrica e iluminação e a Light and Power teve o cuidado de separar em seus balanços, a parte relativa à energia elétrica e iluminação da parte relativa ao serviço de bondes.

O Sr. Caio Prado Júnior – Peço licença para discordar de V. Excia. Ela nunca separou o resultado desses serviços e nunca separou com esse objetivo de impedir uma verificação exata da escrita.

O Sr. Castro Neves – Agora, ficaríamos no dever de examinar a documentação apresentada. A Prefeitura de S. Paulo, ao examinar o problema, por intermédio da Comissão de Transportes, fez essas declarações. Eu não tenho relação alguma com a Light and Power. Nunca entrei nos seus escritórios para saber se realmente é assim. A afirmação não é minha. É da Prefeitura da Capital.

O Sr. Caio Prado Júnior – O “Diário Oficial” de sábado publica um balanço da Light and Power e por esse balanço verifica-se que não há distinção alguma entre os diferentes serviços prestados pela Companhia.³⁵⁰

³⁴⁹ *Idem*, p. 490.

³⁵⁰ *Idem*, p. 491-492.

Mais uma vez nosso constituinte mostrou que acompanhava bem os assuntos que estavam em pauta naquela conjuntura, demonstrando que analisou os balanços da referida empresa que estavam disponíveis ao público em geral. Por outro lado, Castro Neves prosseguiu seu discurso e recebeu mais apartes de Caio Prado Júnior:

O Sr. Castro Neves – (...) Em 1941, quando a Light pretendeu fazer uso dessa faculdade que lhe era reconhecida pelo Código Civil, o Governo intervencionista, unipessoal, que só foi deposto a 29 de outubro de 1945, mediante decreto-lei, impôs-lhe, que continuasse os serviços de transporte. O que isto representaria? Isto representou uma conquista do povo, (...). Nessas condições houve necessidade de atender ao direito público, que estava sendo espoliado pelos direitos do contratante.

O Sr. Caio Prado Júnior – Parece-me, contrariando o que disse o meu nobre colega, que aquele decreto só veio favorecer à Light mesmo porque esse decreto foi obtido por ela mesma.

O Sr. Castro Neves – V. Excia. percebe como as opiniões são divergentes. Tendo eu examinado o assunto tendo em vista a instabilidade da Prefeitura, a nenhuma segurança da decisão por parte da Prefeitura ou por parte do Governo do Estado, que não aprovou o projeto do então Prefeito Preste Maia, numa situação assim de instabilidade do Poder Público Municipal ou Estadual, o decreto me pareceu salvador porque perguntaria a V. Excia. o que poderia parecer se a Light, resguarda em seus direitos, pelos Tribunais, suspendesse os serviços de fornecimento de energia e luz e os serviços de transportes coletivos, como aliás havia ameaçado por intermédio da imprensa.

O Sr. Caio Prado Júnior – A questão é essa.

Os serviços foram concedidos conjuntamente. O serviço de fornecimento de energia e luz e o serviço de Transportes Coletivos.

O Sr. Castro Neves – Mas, por contratos diferentes.

O Sr. Caio Prado Júnior – Não. A concessão incluía, conjuntamente, ambos os serviços.

O Sr. Castro Neves – Não é possível separar duas concessões?

O Sr. Caio Prado Júnior – Foi essa sempre a grande preocupação da Light: ficar com o serviço de energia e luz e largar na mão da Prefeitura o “abacaxi” que é o transporte coletivo. E conseguiu-o afinal.³⁵¹

Por conseguinte, Caio Prado Júnior deixou registrado em plenário o motivo que levou àquela situação difícil de administração dos transportes públicos que a Prefeitura de São Paulo enfrentou. A Light encerrou seus serviços ao transporte público por meio de bondes elétricos, repassando-os à Prefeitura de São Paulo através da CMTC. Castro Neves prosseguiu seu discurso e Caio Prado Júnior ofereceu mais apartes, no entanto, o fundamental já foi revelado, em nosso entendimento, sobre a questão.³⁵²

Ainda se pronunciaram na discussão acerca do requerimento nº 186, Diógenes de Lima, Waldy Rodrigues, Loureiro Júnior, Auro de Moura Andrade e Caio Prado

³⁵¹ *Idem*, p. 493-494.

Júnior, sendo que nosso constituinte ofereceu apartes ao discurso de Loureiro Júnior e Auro de Moura Andrade.

Os debates de Caio Prado Júnior com Loureiro Júnior revelaram que o texto constitucional que acabara de ser discutido ainda suscitou questionamentos, como interpretamos através dos apartes de nosso constituinte:

O Sr. Loureiro Júnior – (...) Agora estamos passando de um assunto para outro, de uma órbita para outra; a intervenção do Estado, a obrigatoriedade da Companhia em ceder, a conseqüente desapropriação.

Vou até lá com V. Excia. Não mostro recusa alguma em ir nesse passo. Acho que o Estado, quando chega diante de uma Companhia estrangeira e diz: quero esses serviços nessas bases e que assim seja feito, e a Companhia diz: não posso fazer, o Estado só tem um remédio: desapropriar e fazer ele mesmo o serviço.

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. apoiou o dispositivo constitucional que mandava desapropriar as empresas estrangeiras de serviços públicos?

O Sr. Loureiro Júnior – V. Excia. me faz uma pergunta e eu a respondo com muito boa vontade.

Não apoiei ou não me recordo se apoiei, porque não estava presente, mas se estivesse teria feito minha declaração de voto da seguinte maneira: toda a vez que a concessão entregue a capital estrangeiro, não venha corresponder aos desejos do povo representado pela expressão do pensamento do Governo sobre essa concessão, o Governo só tem um remédio: desapropriar e assumir a paternidade, mas se o Governo desapropria e começa a aumentar passagens, faz diretores com ordenados de 20 mil cruzeiros por mês, ele acaba com o que é preciso, com a confiança do povo nos administradores brasileiros.

O Sr. Estocel de Moraes – A declaração de votos, não resolve. O que interessa é que estivesse assegurado na Constituição.

O Sr. Loureiro Júnior – Quem está confundido é V. Excia. A Constituição também não resolve. O deputado Caio Prado Júnior dizia-me há pouco tempo que tudo o que foi votado aqui com referência a desapropriação é apenas teórico, não tem resultado prático. Não sou homem de teorias, sou homem prático, quero medidas exatas. Acho que estamos aqui para realizar. O povo já está cansado de promessas, o povo já está cansado de ser iludido; cansado de ser “foguetes”. O povo quer realizações, quer transporte barato e eficiente; o povo quer escolas gratuitas, quer ensino obrigatório até o segundo grau. O povo quer salários justos.³⁵³

Caio Prado Júnior ficou atento às afirmações do colega Loureiro Júnior e, após alguns constituintes se manifestarem, o retruca, voltando ao tema constitucional:

O Sr. Caio Prado Júnior – V. Excia. citou há pouco uma frase minha, mas, não como a proferi. Afirmei que uma simples declaração num texto constitucional, de nada serviria se o Governo não tivesse intenção de praticá-la. Agora, não é inútil constar do texto constitucional porque o Governo terá armas legais para utilizar-se desse princípio.

³⁵² Ver NEVES, Castro. “Transportes coletivos em São Paulo”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 81ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1947, p. 489 - 501.

³⁵³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 81ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1947, p. 505.

O Sr. Loureiro Júnior – Estamos divergindo em teorias, mas na prática estamos de acordo. Tanto o meu Partido como o Partido Comunista, tenho certeza, resolveria esse problema. Aliás, já disse que a diferença, entre nós, é muito pequena. Aceitamos toda a crítica de Marx, mas, quando construímos é com o princípio da civilização cristã, Se V.V. Excias., quiserem discutiremos isso outro dia. Isto não está em jogo neste momento.

O Sr. Castro Carvalho – V. Excia. dá licença para um aparte? Fiquei satisfeito em ouvir a palavra do nobre colega, porque agora sei que existe muita afinidade entre o seu Partido e o Partido Comunista...

O Sr. Loureiro Júnior – Na parte prática.

O Sr. Caio Prado Júnior – Apresentamos uma série de emendas e infelizmente V. Excia. nem se lembra se votou a favor ou contra, e eram medidas fundamentais e de maior interesse para o público.

O Sr. Loureiro Júnior – Isso de V. Excia. dizer que é de interesse do povo, pode ser do ponto de vista de V. Excia., talvez eu veja de outra forma. É uma questão de ângulo de visão.

O SR. PRESIDENTE – Estamos dividindo as forças. Estamos debatendo coisas que não têm interesse algum.³⁵⁴

Assim, o presidente em exercício chamou a atenção dos constituintes e a discussão do requerimento nº 186 voltou ao debate. Deste modo, o orador subsequente, Auro de Moura Andrade apresentou o seguinte requerimento substitutivo:

REQUERIMENTO SUBSTITUTIVO

Nº 187, DE 1947

Propomos, em substitutivo ao requerimento do nobre deputado Gabriel Migliori, que seja dado ao conhecimento do Governo do Estado, o mais vibrante protesto desta Assembleia contra a elevação das tarifas dos transportes coletivos.

Assim procedemos, na impossibilidade em que está esta Casa de tomar outra atitude que pudesse impedir a efetivação da odiosa medida.

Sala de Sessões, 30 de junho de 1947.

- *Auro de Moura Andrade, Conceição Santamaría, Cunha Lima, Castro Neves, Bravo Caldeira.*³⁵⁵

O constituinte defendeu seu requerimento substitutivo advertindo que o aumento das tarifas dos transportes coletivos em São Paulo já era fato consumado e que:

O SR. AURO DE MOURA ANDRADE – (...) Esta Assembleia não pôde tomar uma atitude em tempo, porque o Sr. Governador, com a responsabilidade decorrente do alto posto que exerce, afirmara com energia – pouco duradoura, - sua disposição, aliás transitória, de que não haveria aumento de tarifas, como o que não apenas o povo foi iludido, mas também nós o fomos.

E que poderemos fazer, sr. Presidente, para impedir a efetivação de mais esse escorchamento do povo? Nada, infelizmente nada, especialmente porque não estamos em funções legislativas comuns pois nem sequer temos a nossa Constituição promulgada.

³⁵⁴ *Idem*, p. 506-507.

³⁵⁵ *Idem*, p. 508.

Protestamos, pois, contra esse ato iníquo, sejamos aqui porta-vozes e ressonância do protesto unânime de nosso povo. Devemos estar vigilantes e os fatos de que hoje nos ocupamos são uma demonstração inequívoca dessa necessidade. (...) ³⁵⁶

Diante dessas declarações, em especial sobre as funções da Assembleia, Caio Prado Júnior foi o subsequente e último constituinte a falar sobre o tema antes de o presidente colocar em votação o requerimento nº 186. Diria ele:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, srs. Constituintes. Direi apenas algumas palavras, para não demorar mais esta discussão. Estão em jogo dois requerimentos, um solicitando, a suspensão da determinação, pelas autoridades, competentes, do aumento das tarifas dos bondes e ônibus desta Capital, e outro requerimento, de simples protesto.

Sr. Presidente apreço que um protesto, neste momento, seria absolutamente inócuo. Não nos levaria a nada e nos colocariam perante o povo, na situação de uma Assembleia que não faz outra coisa senão protestar.

Nós temos mais a fazer. Temos que pedir uma medida concreta. Essa medida é que seja sustado esse aumento de tarifas, até posterior deliberação, depois de estudos procedidos porque de direito.

Os oradores que me antecederam nesta tribuna, alegam que se considerar o aspecto legal da situação não nos cabe, a nós como Assembleia Constituinte, deliberar a respeito das tarifas dos serviços de transporte esta Capital.

No entanto, é preciso lembrar que não se acham reunidos os poderes competentes para isso – os poderes constitucionais e legalmente competentes, isto é, a Câmara Municipal. Estamos atravessando um período anormal...

O Sr. Motta Bicudo – Um período de transição.

O Sr. Caio Prado Júnior – ...um período de transição em que nos preparamos ainda para a constitucionalização completa do País. Enquanto durar este período anormal, deveremos adotar providências também anormais, que embora não cabendo, em rigor, dentro dos princípios que regulam a competência dos diferentes Poderes justificam-se contudo porque a única Assembleia popular no Estado de São Paulo é esta. Não há outra, srs. Constituintes. Embora não tenhamos senão poderes constituintes, somos os únicos representantes do povo em nosso Estado. (*Muito bem*)

Neste sentido, devemos representar o povo. E de que forma o representaremos melhor senão tornando-nos porta-vozes dele, a fim de lhe obtermos a realização de suas aspirações, isto é, no caso, procurando fazer com que as medidas em questão não sejam postas em prática antes de um estudo mais aprofundado e pormenorizado da situação. ³⁵⁷

Em nossa perspectiva, o posicionamento de Caio Prado Júnior sobre a questão colocou a Casa como representante efetiva do povo do Estado de São Paulo, quando muito bem observou o momento anormal que o país vivia, no qual as Assembleias Legislativas ainda não estavam funcionando, mas que as Assembleias Constituintes deveriam, se fosse necessário, fazer as vezes das Legislativas. E aquele

³⁵⁶ *Idem*, p. 508-509.

³⁵⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. “Aumento das tarifas da C. M. T. C”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 81ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1947, p. 509-510.

seria o caso. Caio Prado Júnior não concluiu logo seu discurso, pois ouviu e respondeu aos apartes do constituinte Auro de Moura Andrade, que em nada derrubaram seu argumento; como também os apartes de Castro Carvalho, constituinte filiado ao partido do governador, o PSP. Concluída a fala de Caio Prado Júnior o presidente da Casa suspendeu a sessão, pois, não havia número suficiente de constituintes para se votar o requerimento nº 186. Pouco depois a sessão foi reaberta e Gabriel Migliori, ao encaminhar a votação, revelou à Casa que devido à celeuma criada em torno do assunto, tomou a liberdade de, na qualidade de representante do povo, telefonar ao governador. E segundo seu relato, Adhemar de Barros se mostrou inclinado a recuar no aumento das tarifas de transportes coletivos da Capital. Fato confirmado logo após o encerramento do discurso de Gabriel Migliori, através do pronunciamento de Mario Beni, do PSP:

O SR. MARIO BENI- Sr. Presidente. Srs Deputados.

O Sr. Governador do Estado, em recado telefônico que acaba de me dirigir, pediu-me para transmitir a V. V. Excias. – à Mesa e à Assembleia – que tomou conhecimento e examinou os debates que aqui se travaram em torno do assunto, assunto que tem por objetivo, nesta Casa, o mesmo objetivo que tanto ele defendeu. Disse, S. Excia. que, entrando em comunicação com o Sr. Prefeito da Capital e, por intermédio deste com a diretoria da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, conseguiu suspender a alteração de tarifas de transportes coletivos de São Paulo, para que novo exame se faça do assunto. O Sr. Governador apresenta as suas homenagens à Assembleia Constituinte de São Paulo.

(*Muito bem.*)³⁵⁸

No entanto, Auro de Moura Andrade ainda marcou posição reafirmando sua opinião a respeito do assunto. Por outro lado, Gabriel Migliori solicitou à Mesa que fosse retirado seu pedido de urgência para a votação do requerimento nº 186. A presidência consultou a Casa sobre a questão e a mesma opinou pela retirada do pedido de urgência. Assim, foi encerrada a sessão e acordado que a votação dos requerimentos nºs 186 e 187 constariam na Ordem do Dia para a sessão ordinária seguinte, em 1 de julho.

Entretanto, não houve quórum para a votação nas sessões ordinárias dos dias 1 e 2 de julho. Na 83ª sessão ordinária, em 2 de julho, o presidente em exercício da Casa, Nelson Fernandes, recebeu, no final da sessão da CEC o Projeto Final de Constituição.

³⁵⁸ BENI, Mario. “Suspensão do aumento das tarifas da C. M. T. C”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 81ª Sessão Ordinária em 30 de junho de 1947, p. 514.

Este foi publicado no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* do dia 3 de julho, e a Mesa recebeu reclamações até as 18h30 do mesmo dia de sua publicação.³⁵⁹

Na 84ª sessão ordinária, em 3 de julho, foi votado o requerimento nº 186, sendo rejeitado pela Casa,³⁶⁰ assim como Auro de Moura Andrade retirou o requerimento nº 187 e o requerimento nº 185 foi considerado matéria vencida.³⁶¹ Mas, ainda naquela sessão Caio Prado Júnior ofereceu apartes ao discurso de Lino de Mattos, do PSP. Depois de encerrada a Ordem do Dia daquela sessão os parlamentares poderiam, segundo a presidência da Casa, usar a palavra em explicação pessoal. Nesse período foram à Mesa os seguintes requerimentos, o primeiro assinado, entre outros, por Caio Prado Júnior:

REQUERIMENTO Nº 196, DE 1947.

Requeremos urgência para a discussão e votação do incluso requerimento. (197).

São Paulo, 3 de julho de 1947. – *Auro de Moura Andrade, Padre Carvalho, Sebastião Carneiro, Lincoln Feliciano, Sólon Varginha, Osny Silveira, Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior, Mautílio Muraro, Sanches Segura, Sylvio Pereira, Antonio Sylvio Cunha Bueno.*

REQUERIMENTO Nº 197, DE 1947

Sr. Presidente.

Requeremos que a Assembleia Constituinte vote um veemente protesto à atividade legislativa do Conselho Administrativo do Estado, aprovando projetos de decretos-leis com que a iniciativa do Sr. Governador do Estado visa obstar que o povo venha a receber em toda a sua amplitude, os benefícios das altas conquistas de sua Carta Magna a ser promulgada.

Sala de Sessões, 3 de julho de 1947. - *Auro de Moura Andrade, Padre Carvalho, Padre Carvalho, Sebastião Carneiro, Lincoln Feliciano, Sólon Varginha, Milton Cayres de Brito, Sylvio Pereira, Antonio Sylvio Cunha Bueno.*

Imediatamente a Casa foi consultada pelo presidente da mesma e concedeu a urgência requerida. O presidente colocou em discussão o requerimento nº 197. Portanto, compreendemos que o Governador Adhemar de Barros se antecipou à promulgação da Constituição Estadual e através de decretos-lei estava tentando burlar os preceitos definidos na Carta Magna do Estado, com os quais não concordava; concluímos isso através do exame dos discursos dos constituintes em torno do referido requerimento. Sobre esta conduta do Governador, diria Caio Prado Júnior, em dos seus apartes ao colega Lino de Mattos, nos quais tratou do Departamento do Serviço Público (DSP):

³⁵⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 83ª Sessão Ordinária em 2 de julho de 1947, p. 569.

³⁶⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 84ª Sessão Ordinária em 3 de julho de 1947, p. 593-594.

³⁶¹ *Idem*, pp. 594 e 617.

O Sr. Caio Prado Júnior - O Governador do Estado não tomou medidas provisórias para substituir o D.S.P mas criou a Repartição de Serviço Civil. E isso absolutamente não constitui uma medida provisória, mas, sim uma medida definitiva; os termos do decreto são nesse sentido e chega até a chamar a Repartição de “Repartição de Serviço Civil”, é uma nova Repartição, com caráter definitivo.³⁶²

Compreendemos que Caio Prado Júnior fez a observação registrada acima porque, no projeto de Constituição aprovado em segunda discussão, ficou definido o seguinte artigo no item intitulado *Disposições Transitórias*:

Artigo 26 – Fica extinto o Departamento do Serviço Público passando seus serviços para a Comissão Mista de que trata o artigo 87 da Constituição.³⁶³

Sendo que no artigo 87 do Título IV, *Dos Funcionários Públicos*, ficou definido que:

Artigo 87 – Será criada por lei ordinária uma Comissão Mista, constituída por funcionários eleitos e nomeados, aqueles sempre em maioria.
Parágrafo único – Compete a essa Comissão auxiliada por Subcomissões, nos termos regulados em lei, além de outras atribuições, resolver quanto à classificação para admissão e promoções no funcionalismo.³⁶⁴

Por conseguinte, o que se procurou estabelecer foi a admissão de funcionários públicos por concurso. Daí Caio Prado Júnior ter sido veemente em seus apertes:

O Sr. Lino de Mattos – O Departamento do Serviço Público passou para a Secretaria do Governo, foi o que acabei de dizer há pouco e a taquigrafia registrou. (...)

O Sr. Caio Prado Júnior - V. Excia. dá licença para um aparte? Do decreto que cria a Repartição do Serviço Civil esta consignada a forma de promoção dos funcionários de uma maneira inteiramente diferente da estabelecida em nossa Constituição.

O Sr. Lino de Mattos – Será um elemento subsidiário que esta Casa receberá com prazer, ao discutir a composição e o funcionamento regular da Comissão Mista.

O Sr. Mario Beni – V. Excia. me permite um aparte? Desejava saber do nosso deputado, sr. Caio Prado Júnior, como agirá a Comissão Mista, que julga o provimento de cargos e promoções dos funcionários, se não se buscar em elementos técnicos que estão a serviço da Comissão Mista.

O Sr. Caio Prado Júnior - Peço licença para responder que fico muito satisfeito com esse aparte do nobre deputado sr. Mario Beni, pois torna clara

³⁶² *Idem*, p. 634.

³⁶³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 714.

³⁶⁴ *Idem*, p. 707.

a intenção do Sr. Governador de manter um Departamento do Serviço Público disfarçado, dentro da nossa Constituição. Focou claro o plano.³⁶⁵

Assim, Caio Prado Júnior acabou por deixar pública e notória a intenção do Governador Adhemar de Barros de tentar interferir em assuntos constitucionais, ao se antecipar à proclamação da Constituição Estadual. Mas, como veremos, esse ponto da definição sobre a admissão e carreira dos funcionários públicos do Estado ainda suscitou alguns debates na sessão ordinária seguinte.

Na Ordem do Dia da 85ª sessão ordinária, de 4 de julho, a pauta foi a discussão e votação final do Projeto de Constituição, com respectivas emendas, reclamações, omissões, erros e contradição. No início das discussões assumiu a presidência da Casa Nelson Fernandes. Este esclareceu à Casa sobre os procedimentos e deu a palavra ao relator do projeto, Osny Silveira, para deixar a Casa ciente dos procedimentos adotados pela CEC, de acordo com o RIC.³⁶⁶ Para tal, o presidente da Casa evocou o RIC, em seu artigo 17, o qual registramos abaixo:

Artigo 17 – Finda a votação, serão todos os pareceres remetidos à Comissão, que deverá elaborar, dentro do prazo de cinco dias, a redação final, com a incorporação das emendas no texto do projeto, de conformidade com o vencido no Plenário.

§ 1º - Publicada a redação final, poderão ser apresentadas, nas duas sessões subseqüentes, as reclamações relativas a omissões, erros e contradições.

§ 2º - Tais reclamações serão oferecidas e fundamentadas por escrito e o Plenário decidirá a respeito, cabendo ao primeiro signatário, cinco minutos para sustentá-las e igual prazo ao relator ou membro da Comissão por ele indicado.³⁶⁷

Assim teve início a discussão, e logo Caio Prado Júnior se manifestou durante os trabalhos, esclarecendo melhor a questão e a princípio auxiliando o relator para encaminhar a votação. Tratava-se de uma reclamação de Sylvio Pereira a respeito do artigo 25 da Seção III *Das Leis*, do Capítulo II, *Da organização do Poder Legislativo*, do projeto de Constituição, ou seja, tinha como assunto um dos procedimentos para a apresentação e a votação de projetos de lei dentro da Assembleia, como percebemos abaixo:

³⁶⁵ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 84ª Sessão Ordinária em 3 de julho de 1947, p. 636.

³⁶⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 85ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1947, p. 653.

³⁶⁷ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. I. São Paulo, 10ª Sessão Ordinária em 27 de março de 1947, p. 255.

O SR. PRESIDENTE – Há uma reclamação ao artigo 25 de autoria do deputado Sylvio Pereira, no sentido de dizer-se:

“Se devolvido, o projeto vetado, será submetido” ao invés do que está no texto do referido artigo.

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente na realidade fica mais fácil de compreender-se e mais elegante a redação proposta nesta reclamação. Mas a emenda aprovada dizia: “devolvido o projeto”. Só por isso foi que a Comissão deixou de aceitar a reclamação ao fazer a redação final.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, queria chamar a atenção dos srs. Deputados para este ponto: - se modificar o texto, de acordo com a sugestão, parece-me ou poderá parecer que o projeto, mesmo vetado, em parte, será submetido integralmente, de novo à discussão, o que não é o espírito do texto, nem é a melhor técnica constitucional.

O texto como está, é preferível.

O Sr. Osny Silveira – Sr. Presidente convém se mantenha a redação tal como se encontra: -“ Se devolvido, o projeto, ou a parte vetada, será submetido a uma só discussão, com parecer ou sem ele, dentro do prazo de 30 dias, contados da data do seu recebimento ou da reunião da Assembleia.”

- Consultada, a Casa rejeita a reclamação.³⁶⁸

Portanto, a redação final do artigo 25 ficou deste modo:

Seção III

Das Leis

(...)

Artigo 25 – Se devolvido, será submetido o projeto, ou a parte vetada, a uma só discussão, com parecer ou sem ele, dentro do prazo de trinta dias contados da data do seu recebimento ou da reunião da Assembleia.³⁶⁹

Logo em seguida foi colocada para discussão a reclamação referente ao artigo 33 da Seção VI *Do Orçamento*, e também do Capítulo II *Da organização do Poder Legislativo*. A reclamação foi feita por Ulysses Guimarães e consistia em um assunto que posteriormente a Casa, já na qualidade de Assembleia Legislativa, iria colocar em pauta: o orçamento do Estado de São Paulo, em especial os créditos com vigência plurianual, ou seja, por mais de um ano. Pelas palavras de Ulysses Guimarães:

O SR. ULYSSES GUIMARÃES - (*Para encaminhar a votação*) (...) O crédito plurianual só poderá ser aberto por um crédito especial ou extraordinário, - o nome está dizendo – que tem vigência por vários anos determinando em cada exercício financeiro a quota respectiva para ser gasta. Aqui há um grave erro, sr. Presidente, com esse acréscimo, porque o orçamento, como sabemos,, é uma lei de meios, isto é, indica os meios que para fazer face às despesas que tem necessidade de fazer. Portanto, o

³⁶⁸ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 85ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1947, p. 653.

³⁶⁹ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 700.

orçamento reconhece despesas já existentes, já estabelecidas por lei especial, ou crédito especial extraordinário. O orçamento terá que reconhecer despesas já existentes. Tanto isso é verdade que a lei orçamentária quando vem ao Legislativo para ser apreciada e consequentemente aprovada, vem instruída pelas leis que determinam a receita e pelas que determinam a despesa. Se o orçamento acha que o crédito especial deve ser revogado, o meio hábil e capaz para fazê-lo será lei especial ou outro crédito extraordinário. Uma lei revogando outra, portanto, nunca porém, por forma de orçamento.

Sr. Presidente, por tratar-se de um grave erro o adendo que se quis acrescentar aqui, pediria a exclusão dessas expressões, primeiro porque o artigo primitivo estabelece a possibilidade de crédito plurianual, o resto foi acrescentado posteriormente. – Segundo, porque, como já disse, isso constitui um erro ao princípio fundamental da Lei Orçamentária.³⁷⁰

De acordo com o artigo 17 do RIC, acima registrado, o relator solicitou que Caio Prado Júnior encaminhasse a votação pela CEC:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente, a Comissão propriamente não acrescentou nada, porque esse dispositivo já vinha em outra emenda em outro texto constitucional que tinha sido aprovado. A Comissão incluiu aí esse texto porque o crédito plurianual é em princípio admissível. No entretanto, entendeu o plenário que devia constar. Mas é preciso esclarecer muito bem o que vem a ser esse crédito plurianual. É apenas uma previsão de despesa em anos sucessivos. Mas não se pode admitir que os orçamentos de cada ano não tragam novamente a consignação desse crédito, porque do contrário não se poderia nem sequer balancear a despesa que estaria fora do orçamento.

De forma que é absolutamente necessário esse dispositivo, para que no orçamento de cada ano esteja consignada uma despesa que vai ser feita, porque senão fica o orçamento sem possibilidade de balancear a receita com a despesa.

De maneira que, sr. Presidente esse acréscimo propriamente não vem a ser um acréscimo porque, como já foi demonstrado aqui, figurava em outra disposição. Esse aditamento visa esclarecer, o que vem a ser esse crédito plurianual e mostrar a necessidade absoluta de ser ele consignado no orçamento uma visão clara e distinta do movimento financeiro do ano ao qual se aplica esse orçamento.

De forma que, sr. Presidente, peço à Casa que pondere bem esse ponto para manter o texto tal qual consta do projeto.

Era o que tinha a dizer.³⁷¹

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior estava correto em sua observação, pois entendemos que em matéria de despesas públicas as previsões contidas no orçamento – sejam as iniciais ou a ele incorporadas em virtude de créditos adicionais abertos durante o exercício – destacam um caráter limitativo e imperativo, inibindo e proibindo a administração de efetuar gastos além dos créditos concedidos. Quanto à

³⁷⁰ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 85ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1947, p. 657.

³⁷¹ *Idem*, p. 657-658.

receita pública, ao estimar as receitas prováveis de cada fonte, o legislador não pretende limitar as capacidades de arrecadação do poder público; o objetivo de cálculo dos recursos é fundamentar o montante dos gastos e, por via de consequência, chegar ao nivelamento entre Receitas e Despesas.³⁷²

Mas, voltando ao momento da reclamação de Ulysses Guimarães, o relator ainda fez um esclarecimento ao plenário e posteriormente o presidente encaminhou a votação:

O SR. OSNY SILVEIRA – (*Para encaminhar a votação*) (...) A Casa não vai resolver sobre a primeira parte, mas sim sobre a segunda, sobre se precisa ou não ser colocada a expressão: -

“devendo contudo, revigorar-se, no orçamento de cada exercício a quota que lhe foi prefixada”. Na realidade essas palavras não foram apresentadas à Casa, mas a Comissão por maioria de votos, a aprovou. (...) De modo que a Casa deve apenas restringir-se à última parte.

O SR. PRESIDENTE – A Mesa vai esclarecer o que a Casa vai votar. A reclamação é no sentido de excluir-se o adendo que a Comissão ofereceu ao artigo 33.

- Posta a votos, é aprovada a reclamação do deputado Ulysses Guimarães.

O Sr. Caio Prado Júnior – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – Vamos proceder à verificação de votação. Os srs. Deputados que acolhem a reclamação do deputado Ulysses Guimarães e, portanto, excluem o adendo feito pela Comissão responderão “SIM” e os srs. Deputados que não a acolhem responderão “NÃO”.

- Feita a chamada, verificou-se que 40 srs. Deputados responderam “SIM” e 15 responderam “NÃO”.

O SR. PRESIDENTE – Foi aprovada a reclamação do deputado Ulysses Guimarães.³⁷³

Os trabalhos prosseguiram e mais um tema referente ao orçamento foi votado e de novo Caio Prado Júnior pediu a palavra para que a Casa ponderasse sobre a questão:

O SR. PRESIDENTE – O artigo 130 ficaria assim redigido: “Além das verbas de que é dotado o Departamento de Saúde, o Estado destinará anualmente, dois por cento da receita ordinária para o combate às endemias e flagelos sociais”.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente. Quero chamar a atenção da Casa sobre essa reclamação. O artigo 130 diz: “O Estado destinará, anualmente, dois por cento da renda ordinária para o combate às endemias e flagelos sociais”.

A emenda acrescente: Além “das verbas orçamentárias ...” Aprovada essa reclamação, teríamos: primeiro votado o orçamento e aí se saberia qual a

³⁷² A referência para nossa reflexão está em DA SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

³⁷³ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 85ª Sessão Ordinária em 4 de julho de 1947, p. 658.

verba orçamentária e, depois de sabida, o Estado gastaria mais dois por cento que não figuraram dentro do orçamento o que é absurdo, porque as despesas do Estado são fixadas pelo orçamento. Só se conhece a verba orçamentária depois de votado o orçamento.

Essa reclamação não tem o menor fundamento. Introduzida no texto criará uma situação estranha e insolúvel. Será necessário votar o orçamento e depois mais dois por cento que serão gastos, depois do orçamento, fora do orçamento.³⁷⁴

Depois da explanação de Caio Prado Júnior, Bravo Caldeia ainda tentou defender a reclamação, mas em seguida foi posta a votos e rejeitada a reclamação que fora apresentada por Décio de Queiroz Telles (PR).³⁷⁵

Dando sequência aos trabalhos, Caio Prado Júnior apresentou reclamação ao artigo 87, segundo o presidente:

O SR. PRESIDENTE – Em discussão a reclamação do deputado Caio Prado Júnior ao artigo 87, parágrafo único, para eliminar a palavra “auxiliada”, e substituir por “e as subcomissões”, etc.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para encaminhar a votação*) Presidente, na primeira discussão, a Assembleia tinha aprovado um dispositivo que se referia a comissões mistas e depois, num parágrafo que dizia “competem a essas comissões além de outras atribuições, resolver quanto à classificação para admissões e promoções”. Os srs. Deputados Pinheiro Júnior e Sylvio Pereira apresentaram uma emenda que mandava incluir, depois da palavra “Comissão” as seguintes palavras “e as subcomissões, nos termos regulados em lei”.

Peço aos colegas que consultem os volume relativo a essas emendas, na página 27, a Emenda nº 9. A Emenda nº 9 simplesmente acrescentava, depois da palavra “comissão”, as palavras “e as comissões...” No entanto, a Comissão adulterou inteiramente essa emenda e introduziu as palavras “auxiliada por subcomissões”, o que vem a ser coisa diferente e que na estava na emenda. Nós aqui estamos fazendo redação, no máximo quando há contradições flagrantes, incoerências, quando não faz sentido. Mas, neste caso, o sentido fica perfeitamente claro. Com a simples introdução dessas palavras, ficaria simplesmente assim: “Compete a essa Comissão e às Subcomissões, nos termos regulados em lei, além de outras atribuições, resolver quanto à classificação para admissão e promoções no funcionalismo”. De forma que, sr. Presidente, não havia necessidade, para melhor clareza do texto, de modificá-lo e introduzir outra palavra. “auxiliada”, que modificou inteiramente o texto aprovado por esta Casa.

Nesse sentido peço à Casa que atenda essa reclamação, porque será repor o resolvido pelo plenário nos termos exatos que ele aprovou. (...) ³⁷⁶

Comprendemos que Caio Prado Júnior estava se referindo à definição de um assunto importante, qual seja: a admissão, nomeação e promoções de funcionários

³⁷⁴ *Idem*, p. 669.

³⁷⁵ *Ibidem*.

³⁷⁶ *Idem*, p. 677-678.

públicos. De novo o tema é recolocado em pauta. Em nossa interpretação de sua explanação registrada acima, ele apontou um erro da CEC. Em seguida à defesa de Caio Prado Júnior de sua reclamação, o relator Osny Silveira solicitou a Lincoln Feliciano que encaminhasse a votação pela Comissão, no entanto, antes ponderou:

O SR. OSNY SILVEIRA – *(Pela ordem)* - Sr. Presidente, nos termos do artigo 17, do Regimento Interno eu me permito indicar o deputado Lincoln Feliciano, para sustentar o ponto de vista da Comissão. Permito-me dizer ainda que o deputado Caio Prado Júnior não faltou a nenhuma reunião da Comissão e todas as vezes que a Comissão atribuiu certo espírito à Casa, por maioria de votos, mereceu as críticas acerbadas que foram endereçadas a ela pelo deputado Caio Prado Júnior, que ficou em minoria. Quero ressaltar essa circunstância.

O deputado Lincoln Feliciano falará sobre o ponto de vista da Comissão.³⁷⁷

É importante ressaltar aqui que como o próprio relator da CEC enfatizou, Caio Prado Júnior nunca faltou a nenhuma reunião da mesma, ou seja, trabalhou atento na elaboração do texto da Constituição paulista de 1947. Voltemos à discussão através das palavras de Lincoln Feliciano:

O SR. LINCOLN FELICIANO - *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente, srs. Constituintes, o que se deu foi o seguinte: o Partido Comunista entendia que em cada Secretaria de Estado devia haver uma Comissão, para resolver.

O Sr. Caio Prado Júnior – O Partido Comunista? Quem fez a emenda foi o sublíder do PSD, sr. Sebastião Carneiro.

O Sr. Lincoln Feliciano – (...) Não é possível, sr. Presidente, que em cada Secretaria haja uma subcomissão além da Comissão Geral porque então, que papel fariam as Secretarias de Estado, se as subcomissões resolvessem sobre nomeações e sobre promoções de funcionários? Que papel fariam as Secretarias de Estado?

Em tais condições, a matéria que o Partido Comunista quer levantar agora é matéria vencida. O plenário já resolveu que essas Subcomissões sejam apenas órgãos auxiliares daquelas Comissões. (...)

As funções das Subcomissões são apenas de simples auxiliares da Comissão “grande”, que resolverá sobre o funcionalismo em todas as Secretarias, anulando quase que por completo o papel de um Secretário de Estado. *(Muito bem.)*

- É posta a votos e rejeitada a reclamação do deputado Caio Prado Júnior.³⁷⁸

Por conseguinte, nosso constituinte foi derrotado nesse ponto. Mas algumas reclamações foram discutidas pela Casa e finalmente o presidente deu por encerrada a votação de todas as reclamações. Em seguida declarou que estava aprovada a redação final do projeto de Constituição, de acordo com o RIC, e convocou os constituintes para

³⁷⁷ *Idem*, p. 678.

a sessão solene que se realizou às 15 horas do dia 9 de julho. Ainda observou que nos dias 5, 7 e 8 de julho não haveria sessões.³⁷⁹

Deste modo, concluímos nossas observações a respeito da participação de Caio Prado Júnior nas discussões em plenário e nos trabalhos da CEC. Podemos afirmar que na qualidade de constituinte Caio Prado Júnior revelou-se um trabalhador em prol do povo, como declarava sempre que podia. Podemos concluir que ele defendeu todos os temas que colaboravam para uma efetiva redemocratização de nosso país naqueles meados dos anos de 1940.

³⁷⁸ *Idem*, p. 678- 679.

³⁷⁹ *Idem*, p. 684.

3. AS CONSTITUIÇÕES EM DISPUTA

Sob a vigência das duas Constituições, a Federal de 1946, e a do Estado de São Paulo de 1947, o deputado Caio da Silva Prado Júnior iniciou a segunda etapa de sua função parlamentar, que começa em 11 de julho de 1947. Como já observamos anteriormente, a elaboração da Constituição Paulista foi complexa, pois a Assembleia Constituinte tinha atribuições de uma Assembleia Legislativa. Portanto, podemos concluir que nessa nova fase nosso deputado já havia acumulado as experiências daquele momento no qual exerceu o papel de constituinte e de deputado. Nesse período, Caio Prado Júnior mostrou, pelos discursos que apreciamos nos volumes que compõem os Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo, um denso e vigoroso trabalho.

No início de setembro de 1947, o governador paulista, Adhemar de Barros, apresentou ao Procurador Geral da República uma representação na qual se arguem a inconstitucionalidade de vários dispositivos da recém-promulgada Constituição do Estado de São Paulo. Por conseguinte, em nosso ponto de vista o governador colocou as duas Constituições, a Federal e a Estadual, em disputa, e aprofundou as tensões políticas daquele momento, como verificaremos ao longo deste capítulo.

O envolvimento intenso de Caio Prado Júnior com os trabalhos da ALESP se revelou no princípio daquela Legislatura. Logo na abertura dos trabalhos legislativos ordinários, na sessão ordinária de 11 de julho de 1947, o presidente da Casa, Valentim Gentil, salientou que com brevidade as tarefas legislativas deveriam ser organizadas. Para tal designou uma comissão que ficou incumbida de estudar e modificar, se necessário, o Regimento Interno (RI) da ALESP. Enquanto isso, ficou definido que seria usado o RI da Constituinte para reger os trabalhos da Casa, e nos casos omissos os RIs de 1929 e 1935. Para essa comissão o presidente definiu a participação, entre outros, de Caio Prado Júnior, que prontamente aceitou a tarefa, se tornando o vice-presidente e relator da mesma.³⁸⁰ Assim, na 48ª sessão ordinária do dia 5 de setembro, Caio Prado Júnior, na qualidade de vice-presidente da Comissão Especial do RI, encaminhou o projeto do RI da ALESP.³⁸¹

Por conseguinte, a partir das intervenções de Caio Prado Júnior vamos abordar, neste capítulo, o tema do RI da ALESP, a definição das comissões permanentes, a

³⁸⁰ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 1ª Sessão Ordinária em 11 de julho de 1947, p. 49.

³⁸¹ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 48ª Sessão Ordinária em 5 de setembro de 1947, p. 171-205.

discussão e a elaboração da Lei Orgânica dos Municípios (LOM), tendo em vista a proximidade das eleições municipais que ocorreriam em 9 de novembro de 1947.

Dando sequência ao exame de suas intervenções em plenário, mostraremos os projetos de lei apresentados por Caio Prado Júnior, o primeiro que tratou da formação do Instituto de Pesquisas Científicas de São Paulo e do levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo. Destacamos, ainda, sua colaboração para a definição da arrecadação de tributos e da aprovação da proposta Orçamentária do Governo de São Paulo para 1948. Para finalizar o capítulo registraremos, através de seus discursos e intervenções, os momentos que levaram à cassação do mandato dos eleitos pelo PCB. Distinguimos que desde o início da legislatura ordinária a cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo PCB estava em pauta e marcou o ponto alto das tensões políticas do período, até o seu desenlace, em janeiro de 1948. Observamos em nossa pesquisa que todos esses momentos foram acompanhados de perto por Caio Prado Júnior, como poderemos comprovar mais adiante.

Nosso objetivo aqui é salientar os assuntos que Caio Prado Júnior levantou na Assembleia Legislativa de São Paulo, e esses serão apresentados por temas. Por outro lado, vamos mostrar suas opiniões acerca da conjuntura adversa à democracia, revelada a partir das ações dos Governos de Gaspar Dutra e de Adhemar de Barros, através, dentre outros momentos, dos excessos apresentados pela Polícia Civil e delegados e, principalmente, pela Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), durante as manifestações contra o aumento das tarifas de ônibus e bondes da capital de São Paulo, ocorridas em 1º de agosto de 1947. A DEOPS era responsável por investigar todos os tipos de movimentos sociais, como greves, campanhas contra a carestia, ocorridas à época, associações de amigos de bairros, bem como fiscalizar a ação dos sindicatos e dos trabalhadores organizados, produzindo inquéritos, relatórios e prontuários de presos e investigar os movimentos nas cidades do interior do Estado de São Paulo; e ainda fornecia informações a respeito da situação política nas cidades do interior, dos partidos políticos, personalidades e cargos³⁸². Essas observações foram confirmadas durante nossas pesquisas no Arquivo Público do Estado, quando tivemos a oportunidade de ler o prontuário de Caio da Silva Prado Júnior elaborado pela DEOPS. O Governo Dutra também se revelou sem comprometimento com o movimento civil democrático que o

³⁸² CORRÊA, Larissa Rosa. “O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo”. *Revista Histórica*, nº 33, outubro de 2008.

elegeu em 1946. Entre outros momentos, registramos abaixo que Caio Prado Júnior se levantou em Plenário para assinalar os equívocos do Governo Federal e Estadual:

Aliás, não fica apenas nesses atos relativos ao dia 1º de agosto a manifestação da Polícia, com seus processos de violências e arbitrariedades. Anteontem, foi detido o cidadão Carlos Saraiva, funcionário aposentado, quando se encontrava no fim da linha de bondes de Vila Maria, colhendo assinaturas para um protesto a ser dirigido ao Congresso Nacional, protesto esse contra o Projeto de Lei de segurança levado ao Legislativo pelo Governo. (...) Temos levantado a nossa voz nesta Casa contra tal prática inadmissível em qualquer regime legal e constitucional – muito mais inadmissível porque é um regime que nasceu cheio de promessas; nasceu depois de uma luta muito longa contra a ditadura, contra o regime que oprimiu o Brasil durante tantos anos. O povo brasileiro esperava que dessa luta saísse um regime, afinal, digno de suas tradições, digno da consciência democrática do País. Isso tanto mais em São Paulo, depois do memorável pleito que aqui se feriu e no qual o povo teve oportunidade de levar para o Governo aqueles homens que realmente desejava como dirigentes do Estado. No entanto, este mesmo Governo, saído das urnas, Governo que teve apoio popular, como nenhum jamais teve no Brasil, esse Governo infelizmente, reincide nos mesmos erros, nas mesmas práticas ilegais do passado, e caminha para o restabelecimento do regime de opressão e violência em nosso País.³⁸³

Não obstante, também registramos que na 26ª sessão ordinária a Casa recebeu a visita da delegação de parlamentares ingleses, que se encontrava em companhia de representantes britânicos no Brasil, os quais estavam em viagem de estudos econômicos, percorrendo alguns países da América do Sul.³⁸⁴ Naquela oportunidade, o representante do Partido Trabalhista inglês, Michel Stuart, fez uso da palavra, defendendo a liberdade dos povos³⁸⁵. Entretanto, no panorama internacional da época a Doutrina Truman ampliava seu espaço, e o Brasil foi anfitrião da Conferência Interamericana de Manutenção da Paz, ocorrida no Hotel Quitandinha, em agosto de 1947, na cidade de Petrópolis, RJ. Tal Conferência contou com a participação, entre outros chefes de Estado, do próprio presidente americano Henry Truman, e na ocasião foi assinado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca – TIAR. Como sabemos, essas manifestações acabaram por fazer parte da história da Guerra Fria. Por conta daquele evento, na ALESP foi apresentado, na sessão ordinária de 14 de agosto, o seguinte requerimento:

³⁸³ PRADO JÚNIOR, Caio. “Arbitrariedades praticadas pela Polícia de São Paulo”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 25ª Sessão Ordinária em 8 de agosto de 1947, p. 976-977.

³⁸⁴ “Comissão de parlamentares ingleses”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 26ª Sessão Ordinária em 13 de agosto de 1947, p. 210-214.

³⁸⁵ *Idem*, p. 214.

REQUERIMENTO Nº 70, DE 1947.

Sr. Presidente.

O Partido de Representação Popular, por meu intermédio, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja organizada uma Comissão Especial de Deputados, para o fim de ir à Capital da República levar os votos de boas-vindas ao Presidente Truman e às delegações americanas presentes à Conferência de Petrópolis, quando de sua chegada em nosso país.

Desde já inscrevo-me para sustentar oralmente o presente requerimento.

Sala de Sessões, 14 de agosto de 1947. – *Loureiro Junior*³⁸⁶

Após apresentado o requerimento nº 70, foi posto em discussão pelo então presidente da Mesa, naquela sessão, deputado Nelson Fernandes, PTB, e foi aprovado. No entanto, antes de sua aprovação o líder do PCB, deputado Milton Cayres de Brito apresentou uma emenda, a qual foi rejeitada pela Casa, depois de um debate acalorado entre os deputados sobre o tema do pan-americanismo, que revelou a configuração dos princípios da Guerra Fria.³⁸⁷ Compreendemos que o referido debate, em nossa perspectiva, retomou a discussão do então constituinte, Caio Prado Júnior sobre a política pan-americanista, a qual tivemos a oportunidade de apreciar no primeiro capítulo. Verificamos isto através das palavras do deputado Brito, registradas abaixo:

É preciso que compreendamos o espírito pan-americanista. Não seria um gesto dos mais apreciáveis, esse nosso, se esquecêssemos os que hoje hospedamos no Rio de Janeiro, em relação aos quais esta Assembleia precisa ter um gesto de simpatia e solidariedade. Na ocasião em que os nossos irmãos da América, no Rio de Janeiro, preparam o grande conclave que, esperamos, sirva para o reerguimento econômico da América, não é justo que apenas uma comissão especial desta Assembleia se dirija ao Rio de Janeiro para cumprimentar o Presidente Truman. Depois, Sr. Presidente, temos um precedente histórico: o ilustre Presidente da Argentina, Gen. Perón, quando aportou a terras brasileiras, para a inauguração da Ponte Internacional, não foi recebido por uma comissão desta Casa.

Por essas razões – e não quero entrar no problema do Presidente Truman, porque, no momento, S. Exa. Encarna o Presidente dos Estados Unidos – é que pensei em enviar um requerimento substitutivo, através do qual, sendo aprovado, esta Assembleia nomeará uma comissão que comparecerá ao Rio de Janeiro para dar as boas-vindas a todas as delegações americanas que vierem fazer parte da Conferência do Rio de Janeiro³⁸⁸.

³⁸⁶ “Requerimento nº 70. Comissão de Parlamentares para levar votos de boas vindas ao Presidente Truman”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. II. São Paulo, 3º Sessão Ordinária em 14 de agosto de 1947, p. 255.

³⁸⁷ *Idem*, p. 265.

³⁸⁸ BRITO, Milton Cayres de. “Declaração de voto sobre o Requerimento nº 70”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. II. São Paulo, 30º Sessão Ordinária em 14 de agosto de 1947, p. 256-258. A Ponte Internacional Uruguaiana (Brasil) – Paso de los Libres (Argentina) foi inaugurada pelo Presidente Dutra e o Presidente Perón em 21 de maio de 1947. Ainda na gestão do Presidente Getúlio Vargas, em comum acordo com o então presidente argentino, Gen. Augustín Justo, com o objetivo de estreitar as relações comerciais e políticas de ambos os países, em 9 de janeiro de 1938 deram o início simbólico às obras, que foram concluídas em 1945.

Logo após o discurso do líder da bancada comunista, do qual reproduzimos uma parte acima, foi lida a referida emenda substitutiva que, como já mencionamos, foi rejeitada pela Casa:

O SR. 1º SECRETÁRIO – “Emenda substitutiva do Sr. Deputado Milton Cayres de Brito: onde se lê: *Truman, redija-se às delegações dos Países Americanos à Conferência do Rio de Janeiro.*”³⁸⁹

Neste sentido, vamos pontuar a conjuntura da época; todavia, advertimos que os detalhes a respeito das tensões políticas, do período em questão, que abalariam nossa democracia, são o contexto e não o objeto principal de nossa discussão. Nosso objeto são os assuntos dos quais Caio Prado Júnior ocupou-se durante seu breve mandato como deputado estadual de São Paulo.

³⁸⁹ *Idem*, p. 258.

3.1. A Lei Orgânica dos Municípios

Com o objetivo de dar sequência à consolidação das instituições democráticas a ALESP ainda manteria algumas funções singulares, como a da elaboração da Lei Orgânica dos Municípios. Isto porque, de acordo com o ato das disposições constitucionais transitórias, previsto na Constituição de São Paulo de 1947, a Assembleia Legislativa Ordinária deveria votar dentro de 70 dias, a contar da promulgação da Carta Constitucional, a LOM. No mesmo ato ficou previsto que no primeiro domingo após 120 dias contados da promulgação da Constituição estadual, seriam realizadas, em todo o Estado de São Paulo, as eleições para prefeitos municipais e vereadores. Até lá, também conforme já definido no referido ato, a Assembleia funcionaria como Legislativo municipal, para tanto, foi criada, para desempenhar tal função, a Comissão Especial para os Municípios. Compreendemos, por conseguinte, que no início da legislatura ordinária a Assembleia tinha definido em sua pauta a organização da política municipal. Isto será um dos temas que iremos tratar nesse ponto. Portanto, observamos que na ALESP ainda estava se testemunhando um período anormal dos trabalhos, pois, a Casa acumulava a função legislativa ordinária e ao mesmo tempo elaborava a LOM e exercia o papel referente ao Legislativo Municipal.

No entanto, vamos voltar para a organização dos trabalhos legislativos ordinários. Com esse objetivo, foram apresentadas pela Casa as Comissões Permanentes, na 4ª sessão ordinária, realizada em 15 de julho daquele ano³⁹⁰. Assim, ficaram definidas as seguintes Comissões: Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento; Educação e Cultura; Saúde e Higiene; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Agricultura; Indústria e Comércio; Legislação e Assistência Social; Estatística e Redação. Também ficou definido que cada parlamentar só poderia fazer parte de no máximo duas Comissões Permanentes. Além dessas, também foram criadas as seguintes, entre outras, Comissões Especiais: a já referida Comissão Especial do Regimento Interno, Comissão Especial de Assuntos Municipais³⁹¹ e Comissão Especial de Lei Orgânica dos Municípios. Caio Prado Júnior foi indicado pelo PCB para compor

³⁹⁰ Projeto de Resolução nº 7: Cria as Comissões Permanentes. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 4ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1947, p. 130 -131.

³⁹¹ Projeto de Resolução nº 6: Cria a Comissão Especial de Assuntos Municipais. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 4ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1947, p. 129 -130.

a Comissão de Constituição e Justiça³⁹² e da Comissão Especial de Lei Orgânica dos Municípios. Após, concluída a elaboração da LOM, Caio Prado Júnior passou a fazer parte também, por indicação de sua bancada, da Comissão Especial de Assuntos Municipais. Na 4ª sessão, também, foi apresentado o Projeto de Resolução nº 6, o qual criou e definiu as funções da Comissão Especial de Assuntos Municipais³⁹³:

Art. 2º - Compete à Comissão Especial de Assuntos Municipais:

- a) – dar parecer nos projetos de lei que devam ser baixados pelos Prefeitos;
- b) – dar parecer nos projetos de orçamento dos Municípios;
- c) – fiscalizar a execução orçamentária municipal, comunicando à Mesa da Assembleia sobre as irregularidades observadas, para que esta represente ao Governador;
- d) - dar parecer nos recursos que forem interpostos dos atos dos Prefeitos, nos termos do parágrafo único do Art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual;
- e) – apresentar requerimentos solicitando informações e documentos necessários à instrução dos processos.

Os trabalhos da Comissão Especial de Assuntos Municipais duraram até a posse, em janeiro de 1948, dos prefeitos e vereadores eleitos nas já referidas eleições municipais, quando foram instaladas as respectivas Câmaras de Vereadores dos municípios paulistas.

Por outro lado, na sessão ordinária do dia 30 de julho, o presidente da Casa, o deputado Valentim Gentil, tratou de definir os termos para que os deputados apresentassem seus projetos de lei:

O SR. PRESIDENTE – A respeito do decurso de nossos trabalhos, o regimento em vigor não prevê o andamento dos projetos, nem sequer faz referência às Comissões a que devam ser destinados. De maneira que, de acordo como o próprio regimento interno vigente, temos de invocar o de 1935 e o de 1929.

O Artigo 99 do Regimento de 1929 estabelece: - “O projeto será lido na mesa pelo 1º secretário e, terminada a sua leitura, o presidente consultará a Casa para decidir se ele deve ser objeto de deliberação; decidindo-se pela afirmativa, irá imprimir para ser distribuído e entrar na ordem dos trabalhos; no caso contrário, considerar-se-á rejeitado”.

Nos termos, pois, deste Artigo, a Mesa vai consultar a Casa sobre todos os projetos que foram apresentados, a fim de, uma vez considerados objeto de

³⁹² PRESIDENTE. “Declara constituídas as Comissões Permanentes”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 7ª Sessão Ordinária em 18 de julho de 1947, p. 253-255.

³⁹³ Projeto de Resolução nº 6: Cria a Comissão Especial de Assuntos Municipais. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 4ª Sessão Ordinária em 15 de julho de 1947, p. 129-130.

deliberação, serem impressos e encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.³⁹⁴

A Casa aceitou a orientação da Mesa; assim, observamos que o deputado Caio Prado Júnior, na qualidade de membro da Comissão de Constituição e Justiça, colaborou diretamente para a organização dos trabalhos ordinários da ALESP. Percebemos também que o deputado estava atento sobre aquela conjuntura que se tornou cada vez mais adversa às políticas democráticas; neste sentido, na última sessão do mês de julho proferiu o seguinte discurso:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para explicação pessoal)* Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Diário da Assembleia de ontem publicou as informações prestadas pelo Sr. Governador do Estado, em resposta a um pedido assinado pelo Deputado Sylvio Pereira e outros, solicitando informações relativas à proibição de comícios.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, chamo a atenção para o fato de que esse requerimento de informações foi apresentado em junho, e as informações vêm apenas agora, com data de 26 de julho, com um mês, portanto, de atraso. (...)

Entrando no mérito dessas informações, denuncio-as, em primeiro lugar, como falsas. O Sr. Governador informa que “só não tem permitido comícios e reuniões quando promovidas patrocinados por elementos fichados neste D. O. P. S. como contrários ao regime, ou de iniciativa de partido político que tenha tido o seu registro cancelado”.

Isso não é exato, têm sido impedidos comícios mesmo conferências em recintos fechados, até de parlamentares, como já tem sido várias vezes denunciado nesta Casa; e dessa proibição, eu mesmo, pessoalmente, como tive ocasião de afirmar aqui, já fui vítima. Ora, Sr. Presidente, embora eleito pela legenda do Partido Comunista do Brasil, não sou o Partido Comunista: sou um cidadão e um parlamentar que no gozo de seus direitos políticos, quer usar legitimamente de um desses direitos, promovendo comícios ou conferências. Não são, portanto, si partidos que estão impedidos de realizar comícios, e a informação do Governo é falsa. (...)

Chamo, por isso, a atenção do Governo para essas informações e para os seus termos, que acabo de comentar aqui, porque eles já oferecem e constituem base mais que suficiente para a denúncia de crime de responsabilidade, prevista em nossa Constituição. (...)

De forma que o ato do Governo, impedindo a realização de comícios, sejam eles realizados por parlamentares, sejam por qualquer cidadão, constitui inconstitucionalidade flagrante; e com esse ato o Sr. Governador incorre no crime de responsabilidade previsto em nossa Constituição.

Em suma, Sr. Presidente, pessoalmente e em nome de minha bancada – e creio que interpretando também o pensamento desta Assembleia, considero que pelas informações prestadas, o Sr. Governador correrá seriamente o risco de sofrer a denúncia por crime de responsabilidade previsto na nossa Constituição Estadual. *(Palmas.)*³⁹⁵

³⁹⁴ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. I. São Paulo, 17º Sessão Ordinária em 30 de julho de 1947, p. 558.

³⁹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. “Proibição de comícios”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. I. São Paulo, 18º Sessão Ordinária em 31 de julho de 1947, p. 641 - 644.

Interpretamos que em seu discurso Caio Prado Júnior deixou claras as intenções do governador quanto à perseguição ao seu Partido e demais cidadãos que tentassem usufruir de seus direitos de liberdade de expressão. Por outro lado, Caio Prado também aproveitou o ensejo para defender o prescrito na Constituição Estadual, ou seja, defender a ordem democrática constituída por direito.

Mas em agosto o governo estadual se revelou mais distante das políticas democráticas, ao aumentar, no dia 1º de agosto, o preço das passagens de bondes e ônibus na Capital paulista, mesmo depois dos protestos dos parlamentares, registrados no capítulo anterior. Como consequência, naquele dia 1º de agosto a capital de São Paulo vivenciou um dia tumultuado devido, como já mencionamos acima, às manifestações contra o aumento das referidas passagens quando a Secretaria de Segurança Pública agiu prontamente para coibir tais manifestações. Deste modo, na sessão do dia 2 de agosto, os parlamentares filiados ao PTB, Sylvio Pereira, Waldy Rodrigues e Arnaldo Borghi, solicitaram a presença do Secretário de Segurança Pública para dar esclarecimentos sobre sua afirmação, ao *Diário da Noite*, de que havia pessoas de projeção política envolvidas nos aludidos protestos.³⁹⁶ Logo, na sessão ordinária da ALESP, da segunda-feira, dia 4 de agosto, os parlamentares se pronunciaram a respeito das manifestações ocorridas na Capital em consequência do aumento das aludidas passagens. Entre os deputados que se pronunciaram estava Caio Prado Júnior, quando se colocou em votação o requerimento assinado pelo deputado Lino de Mattos (PSP) o qual pedia que constasse na Ata dos trabalhos da ALESP um voto de louvor à Força Pública, Corpo de Bombeiros, Guarda Civil, Guarda Noturna, Diretoria do Serviço de Trânsito, Delegados e Subdelegados de Polícia e Investigadores, pelos serviços prestados à população da Capital durante os protestos contra o aumento das passagens dos transportes coletivos. Assim que foi colocado em discussão o pedido do deputado Lino de Mattos, Caio Prado Júnior foi o primeiro a se pronunciar sobre a questão em nome da bancada do PCB:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, a minha bancada vai votar contra o requerimento que acaba de ser apresentado. Louvamos a atitude da Força Policial que, de fato, agiu com calma e elevação no curso da perturbação havida nesta Capital no dia 1º de agosto. Portou-se à altura de suas obrigações, soube cumprir o seu dever, e reconhecemos que foi

³⁹⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 20ª Sessão Ordinária em 2 de agosto de 1947, p. 739-737.

graças a atitude serena e dentro da lei, que se evitaram acontecimentos de maior gravidade. (...)

Apesar disso não podemos dar o nosso voto favorável ao requerimento, pois que ele reúne, no mesmo louvor, outras autoridades que, absolutamente, não merecem os nossos aplausos, autoridades que se excederam, e que, ainda se estão excedendo no exercício de suas funções. Refiro-me, em particular, a Polícia Civil, e aos delegados e, principalmente, à Delegacia de Ordem Política e Social. (...)

A Polícia, desmandando-se como se desmandou – ainda se desmanda e disso trago um testemunho pessoal, porque, como advogado, também estou-me ocupando das prisões ilegais que estão sendo efetuadas -, não pode merecer louvor de qualquer espécie, mas, pelo contrário, a nossa mais enérgica recriminação e censura.(...)

Sr. Presidente por esses motivos que acabo de expor, a nossa bancada vai votar contra o requerimento, em debate, reservando-se para atribuir votos de louvor aqueles a quem couberem, depois de devidamente esclarecidos os fatos, e sobretudo, depois de o Sr. Secretário de Segurança Pública – de acordo como o que já foi resolvido aqui, comparecer a esta Casa, dando-lhe satisfações pelas ocorrências do dia 1º de agosto, e além disso, pela forma segundo a qual está agindo, isto é, prendendo pessoas que nada tem a ver com os acontecimentos ou que, se tivessem participado deles, mereceriam processo na forma da lei, e não prisões arbitrárias, sem forma legal, prisão violenta, prisão, de todo o ponto de vista, inconstitucional.

E aproveito a ocasião para lembrar mais uma vez o que já afirmei nesta Casa; isto é, que existe, em nosso regime, responsabilidade do Governador, responsabilidade perante esta Assembleia. E crimes de responsabilidade são essas prisões que estão sendo efetuadas ilegal e arbitrariamente pela Polícia de São Paulo. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem.*)³⁹⁷

Podemos perceber, através do discurso do deputado que os atos praticados pela polícia do Governo de Adhemar de Barros revelaram que se vivia um momento no qual se caminhava para o restabelecimento do regime de opressão e violência. Assim, destacamos as palavras de Caio Prado Júnior proferidas na 25ª sessão ordinária em 8 de agosto, dias antes da realização da primeira sessão secreta da Casa, e que de novo se remete às ações arbitrárias da polícia de São Paulo:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (...) Esperamos, Sr. Presidente, que o Sr. Governador e as autoridades que merecem a sua confiança, considerem bem a gravidade destes fatos, compreendam que, se desejam manter e respeitar o regime atual, se desejam realmente, como repetem em suas promessas, beneficiar o povo e defender os seus interesses, não é desta forma que deverão agir, porque, assim, não estarão senão cavando, cada vez mais fundo, o fosso onde se precipitarão com todas as instituições democráticas vigentes. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

³⁹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. “Atuação da polícia nos acontecimentos verificados em virtude do aumento das passagens de bonde e ônibus”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 21ª sessão ordinária em 4 de agosto de 1947, p. 789-792.

(*Palmas – Muito bem.*)³⁹⁸

Notamos um apelo sincero para que voltassem ao caminho da redemocratização de nosso país. No entanto, não foi isso que sucedeu.

Deste modo, na qualidade de presidente em exercício da Casa, o deputado Nelson Fernandes convocou, durante a sessão ordinária do dia 9 de agosto, os demais parlamentares a participarem, em 11 de agosto, da sessão secreta cujo ponto de pauta seria os esclarecimentos do Secretário de Segurança Pública, Coronel Floriano Maia, da aparição de pessoas de projeção política no cenário estadual, que segundo o mesmo apareceram em vários lugares, no dia 1º de agosto, a fim de instigar os manifestantes.

A sessão secreta foi presidida por Valentim Gentil e teve início às 21h do dia 11 de agosto. O presidente fez os cumprimentos devidos ao Secretário de Segurança Pública e leu o já aludido requerimento nº 44, esclarecendo assim o motivo de sua convocação. Ainda informou que haveria o acompanhamento taquigráfico das informações que o Secretário prestaria à Casa, sendo que as notas taquigráficas foram feitas em duas vias, ficando uma com a ALESP e outra para o Secretário. Um dos últimos deputados a questionar o secretário foi Caio Prado Júnior; algumas dessas perguntas, com as devidas respostas, registramos abaixo:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Secretário, houve várias prisões efetuadas em flagrante, como V. Exa. Informou. Quero saber se, posteriormente aos acontecimentos, nos dias 2 e 3, foram efetuadas novas prisões?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – No dia seguinte, foi efetuada uma prisão em flagrante.

(...)

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. não sabe se houve mais prisões ou não?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Em flagrante, não. Houve, porém, outras prisões, conseqüentes de assuntos diversos, como sejam furto, roubo, etc.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Refiro-me a prisões relacionadas com os acontecimentos de 1º de agosto.

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Deve ter havido algumas, mas não posso precisá-las. É preciso que se atenda que a atenção do Secretário da Segurança não está toda voltada para a ordem pública e social. Ele vive mais para a administração da Polícia e para fornecer aos órgãos da Segurança Pública os elementos de que ela precisa dispor para assegurar a ordem. De modo que, no decorrer do dia, há infinidade de outros casos para resolver. (...)

³⁹⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. “Arbitrariedades praticadas pela Polícia de São Paulo”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 25ª sessão ordinária em 8 de agosto de 1947, p. 976-977.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Desejo formular minha pergunta com mais precisão. Se, posteriormente ao dia 1º de agosto, além dessas prisões em flagrante a que V. Excia. se referiu, houve mais prisões relativas aos acontecimentos de 1º de agosto?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Não posso afirmar se se efetuaram ou não. Acredito que tenha havido novas prisões. Não tenho a certeza, porém.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. acredita, mas não tem certeza?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Não tenho certeza.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. ignora, então, o “habeas corpus” que foi requerido por um dos presos?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Não passa pelas minhas mãos. O “habeas corpus” é dirigido diretamente do juiz à autoridade sob cuja jurisdição está o preso. Essa autoridade, atendendo ao juiz, põe em liberdade o preso.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. desconhece os discursos pronunciados nesta Assembleia, inclusive por mim pessoalmente, e relativos às prisões realizadas e que estavam sendo realizadas?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Desconheço.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. não sabe dos nossos discursos? Os jornais todos os publicam.

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Talvez não seja de interesse para mim ler todos os discursos. Não leio todos os discursos. Acompanho a vida da Assembleia naquilo que ela apresenta de real para minhas funções. Nem tudo o que se passa aqui dentro me interessa. Como administrador, o que ela realiza para a administração pública, e que eu devo cumprir, isso me interessa mais de perto. A lei, eu conheço bem, e procuro cumpri-la.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – V. Exa. não sabe dos nossos discursos pronunciados nesta Assembleia relativamente aos acontecimentos em debate?

O SR. SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA – Absolutamente.³⁹⁹

Em nossa perspectiva, Caio Prado Júnior tentou esclarecer sobre as arbitrariedades da Polícia, no entanto, percebemos que o secretário de Segurança foi evasivo em suas respostas, parecendo desconhecer os apelos proferidos por nosso parlamentar em seus discursos. Por fim, a Casa acabou por decidir que a sessão secreta deveria ser publicada no *Diário Oficial*, mas as traduções taquigráficas, antes de serem publicadas, foram levadas aos deputados que se pronunciaram e ao Secretário de Segurança Pública.⁴⁰⁰

Não obstante, os trabalhos legislativos prosseguiram. Então, na sessão ordinária do dia 19 de agosto foi apresentado, pela Comissão Especial da Lei Orgânica, o Projeto de Resolução nº 8, que tratou de estabelecer as normas que seriam observadas para a

³⁹⁹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 1ª sessão secreta em 11 de agosto de 1947, p. 112-114.

⁴⁰⁰ *Idem*, p. 116-118.

votação e discussão do Projeto da LOM⁴⁰¹. Salientamos que a Comissão Especial da LOM era composta pelos seguintes deputados: Presidente: Luiz Liarte (PSD); Vice-Presidente: Pinheiro Júnior (PSP); Membros titulares: Alfredo Farhat (PDC); Auro de Moura Andrade (UDN); Bravo Caldeira (PR); Caio Prado Júnior (PCB); Castro Tibiriçá (PSD); Loureiro Júnior (PRP) e Sylvio Pereira (PTP); Membros suplentes: Mario Eugenio (PSP); Miguel Petrilli (PDC); Oliveira Costa (PSD); Romeiro Pereira (PSD) e Salles Filho (PR). A justificativa que acompanhou o Projeto mencionado foi assinada, entre outros, por Caio Prado Júnior:

Justificação

Nos termos do Art. 1º do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, a Assembleia deverá votar, até 19 de setembro, a Lei Orgânica dos Municípios. Resta-lhe, portanto, apenas um mês para cumprimento desse dispositivo constitucional. Não é possível, nesse prazo exíguo, votar o Regimento Interno para, de acordo com ele, votar a Lei Orgânica.

Acresce que o Regimento Interno, que vigorará para situações normais, exigirá, para a discussão e votação da Lei Orgânica, prazo longo e impossível de ser observados nas circunstâncias atuais. Nessas condições, é preciso que a Assembleia adote normas especiais para que a Lei Orgânica possa ser adotada dentro do prazo imposto pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Esse o objetivo do presente projeto, que prevê marcha rápida para o projeto sem prejuízo de discussão ampla.

Sala de Sessões, 18 de agosto de 1947. – *Loureiro Júnior, Caio Prado Júnior, Paula Lima, Sylvio Luciano de Campos.*⁴⁰²

Portanto, ficou definido pela Casa, após a aprovação do Projeto de Resolução nº 8, na Ordem do Dia da sessão ordinária do dia 19 de agosto, que os trabalhos da Comissão da LOM tivessem prosseguimento com as normas definidas naquela Resolução.⁴⁰³ E a votação e discussão do Projeto de Regimento Interno ficaram postergadas. Assim, na 35ª sessão ordinária, datada do dia 21 de agosto de 1947, foi apresentado, pela Comissão Especial da LOM, o Projeto da Lei Orgânica do Município.⁴⁰⁴

Por outro lado, destacamos, na sessão ordinária do dia 22 de agosto, a apresentação da Moção nº 6, assinada, entre outros, por Caio Prado Júnior, a qual

⁴⁰¹ Projeto de Resolução nº 8. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 33ª sessão ordinária em 19 de agosto de 1947, p. 393.

⁴⁰² *Idem.*

⁴⁰³ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 35ª sessão ordinária em 21 de agosto de 1947, p. 526-527.

⁴⁰⁴ Projeto de Lei orgânica dos municípios In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 35ª sessão ordinária em 21 de agosto de 1947, p. 485-500.

registra o repúdio à política fascista que dominou o mundo entre 1939 e 1945, assim como reafirma os postulados democráticos que surgiram após contra o “Eixo”:

MOÇÃO Nº 6, DE 1947

Transcorrendo hoje o 5º aniversário da declaração de guerra do Brasil ao “Eixo”, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo congratula-se por esse acontecimento, com o povo brasileiro e, principalmente, com os heróicos combatentes de gloriosa F. E. B., confiante em que os postulados democráticos e antifascistas, por cuja sobrevivência tantos patrícios tombaram nos campos da Europa, serão hoje defendidos com o mesmo empenho e patriotismo de ontem.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1947.

- *Taibo Cadorniga, Estocel de Moraes e Caio Prado Júnior.*⁴⁰⁵

Na mesma sessão foi aprovada a Moção nº 6. Compreendemos que a referida Moção recoloca a defesa dos postulados democráticos, numa conjuntura que se revelou avessa aos mesmos.

Por conseguinte, pensamos que ao dar continuidade aos trabalhos legislativos, os deputados da ALESP colaboraram com a redemocratização do país. Deste modo, na 48ª sessão ordinária, ocorrida no dia 5 de setembro, o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios foi posto em votação e aprovado, salvo as emendas. E a primeira discussão e votação das emendas tiveram início na 49ª sessão ordinária, do dia 8 de setembro. Salientamos que a Comissão Especial da LOM apresentou emendas de sua autoria:

A Comissão Especial da Lei Ordinária dos Municípios, depois de analisadas as emendas apresentadas em primeira discussão ao Projeto de Lei Orgânica dos Municípios, e tendo revisto esse projeto, deliberou submeter ao Plenário algumas emendas de sua autoria, usando, para isso, da faculdade que lhe outorga o § único do Artigo 2º, da Resolução nº 8, da Assembleia Legislativa, que regulou a elaboração da Lei Orgânica. A maior parte dessas emendas resulta de outras emendas, apresentadas em Plenário, e que a comissão entendeu modificar mais ou menos ligeiramente, sem, contudo, reivindicar-lhes a paternidade. Apenas, para facilitar a votação em Plenário, evitando destaques, que sempre dificultam os trabalhos, preferiu a comissão dar parecer contrário àquelas emendas submetidas a seu juízo, e que não adotou *ipisis literis*, reservando-se o direito de apresentá-las sob nova forma.⁴⁰⁶

Não obstante, Caio Prado Júnior iniciou sua participação naquela discussão ao pedir uma questão de ordem quando foi colocada em votação a emenda nº 289, de

⁴⁰⁵ Moção nº 6 – De congratulações com o povo brasileiro, pelo 5º aniversário da declaração de guerra do Brasil ao Eixo. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 36ª sessão ordinária em 22 de agosto de 1947, p. 576-577.

⁴⁰⁶ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. III. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 08 de setembro de 1947, p. 259.

autoria do deputado Martinho Di Ciero (PSD), que solicitava que antes do Artigo 1º, das Disposições Transitórias, constasse o seguinte:

Artigo 1º - É mantido o quadro territorial dos Municípios do Estado.⁴⁰⁷

A referida emenda recebeu parecer desfavorável da Comissão Especial da LOM; mesmo assim, o presidente Valentim Gentil atendeu ao pedido do autor da emenda, o qual solicitou preferência para a mesma, conseqüentemente nosso deputado apresentou a seguinte questão de ordem:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, levantar uma questão de ordem. V. Exa. admitiu uma inversão, deixando de lado uma emenda da comissão, que teve preferência, que se refere exatamente ao mesmo assunto, e que resolve a matéria perfeitamente bem. Trata-se da Emenda nº 17, que diz o seguinte: “Na primeira lei quinquenal de fixação da divisão administrativa do Estado, a ser baixada em 1948, nos termos do Artigo 15, da Constituição, não será suprimido nenhum Município ora existente, mesmo quando não preencha as condições previstas no Artigo 1º, desta lei”. Desta maneira, com esta emenda, não será suprimido nenhum Município, dentro de seis ou sete anos.

É absolutamente necessário um dispositivo, na Lei Orgânica, que preveja a hipótese de uma decadência total de Município que não possa mais subsistir em qualquer época. Os termos que estão nesta Lei Orgânica são apenas para os Municípios existentes, mas existentes em qualquer época. Esta lei estará em vigor daqui a dez ou vinte anos, possivelmente, e, nessa ocasião, os Municípios que tenham decaído a ponto de não poderem mais ter vida autônoma, terão que ser suprimidos, e a lei, que é definitiva, tem que prever essa hipótese. De forma que a manutenção do artigo justifica-se perfeitamente, e com relação aos Municípios atuais, a situação está perfeitamente resolvida com esta disposição transitória, nesta primeira lei quinquenal, que vigorará até 1954. Esta primeira lei vigorará até 1954. Esta primeira lei não modificará o quadro existente. Se, até essa data, os Municípios atuais não preencherem essas condições, é justo que desapareçam, mesmo porque quaisquer dos Municípios existentes terão renda muito superior a isso, porque somente os 10% do imposto de rendas, que passarão para os Municípios, somente isso, vai dar mais de 200 mil cruzeiros. Ora, divididos por mil e seiscentos Municípios, cada Município terá mais de 200 mil cruzeiros. Na verdade, é preciso que um dispositivo, dentro da Lei Orgânica preveja a hipótese de um Município que decaia abaixo desse nível. Isto é absolutamente necessário.

O SR. PRESIDENTE – A questão de ordem levantada pelo nobre deputado Caio Prado Júnior, a meu ver, não tem procedência, de vez que a Mesa consultou a Casa se dava preferência a emenda; não havendo impugnação à preferência solicitada, a Mesa a concedeu nos termos do Regimento.

Vou submeter a votação a Emenda nº 289, para a qual foi concedida preferência.

⁴⁰⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 8 de setembro de 1947, p. 376.

- Posta a votos, e sem debate, aprovada, a Emenda nº 289, de autoria do Sr. Deputado Martinho Di Ciero.

O SR. MILTON CAYRES DE BRITO – (*Em declaração de voto*) Sr. Presidente, faço esta declaração de voto, considerando-a, mesmo, imprescindível, porque um membro de minha bancada, falando contra a emenda, há pouco, interpretava, no momento, o ponto de vista da comissão, de modo que a minha bancada votou da maneira que julgou necessário, no sentido de se harmonizar com a opinião do Sr. Deputado Caio Prado Júnior que, naquele momento, interpretava o ponto de vista da comissão.
(*Palmas.*)⁴⁰⁸

Compreendemos que para além de representar o ponto de vista da Comissão Especial da LOM, Caio Prado Júnior colocou uma questão pertinente, mas a Casa, em nossa interpretação, não estava disposta a enfrentar o assunto, pois significaria menos municípios, ou seja, menos áreas eleitorais.

Os trabalhos prosseguiram na sessão seguinte, a primeira sessão extraordinária da Legislatura, ocorrida no mesmo dia 8 de setembro, a partir das 21h. Nesta, o relator do Projeto de Lei Orgânica dos Municípios, deputado Sylvio Pereira (PTB), pediu que Caio Prado Júnior falasse em nome da comissão para defender o parecer desfavorável que a mesma concedeu à emenda nº 54, a qual solicitou a substituição das palavras “*sem distinção*”, por estas: “*sabendo ler e escrever*”, ou seja, definia que os analfabetos não deveriam ter direito a votar se procedido plebiscito no qual os moradores do determinado município fossem consultados acerca da elevação de um território a Município.⁴⁰⁹ Pelas palavras do deputado Caio Prado Júnior:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR (*Pela encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, falarei em nome da Comissão Especial da Lei Orgânica dos Municípios, por incumbência do ilustre relator a mesma, Deputado Sylvio Pereira.

A emenda, absolutamente, não se justifica, por vários motivos.

Em primeiro lugar, por uma razão constitucional. O dispositivo de nossa Constituição estabeleceu que, do plebiscito, participariam as populações locais. Ora, não me consta e não constará ninguém que os analfabetos não constituem parte dessa população. De modo que seria um desrespeito flagrante à Constituição, que daria lugar, evidentemente, até a mandato de segurança, o fato de excluirmos de votar, os analfabetos.

À mesma conclusão chegamos, ao analisar o mérito da emenda. Acabamos de dar o voto do plebiscito aos estrangeiros, o que é perfeitamente justo; mas, maior razão assiste ainda àqueles, que sustentam a necessidade de os analfabetos votarem. Não se pode, em absoluto, sustentar, como acabou de fazê-lo o ilustre Deputado Sebastião Carneiro, que os analfabetos sejam incapazes de distinguir a conveniência do Município.

⁴⁰⁸ *Idem*, p. 408.

⁴⁰⁹ Cf. Projeto de Lei nº 84. Lei Orgânica dos Municípios. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 21 de agosto de 1947. p. 485 - 500.

Trata-se de assunto local, de interesse imediato e direto de qualquer pessoa, que, por mais baixo que seja o seu nível de cultura, está perfeitamente capacitada de aquilatar de seu mérito. Além disso, precisamos considerar que, hoje em dia vivemos num momento em que a divulgação se faz muito mais pelo rádio, e, portanto, mais pela palavra falada do que pela palavra escrita. O analfabeto está tão capacitado de ouvir o rádio, quanto o alfabetizado. Nessas condições, num assunto de interesse local, em que ele poderá perfeitamente inteirar-se das necessidades locais e dos interesses de seu Município, ou de seu Distrito a ser elevado a Município, o analfabeto possui um discernimento tão grande, quanto o do alfabetizado.

Para saber se o território constitui Município ou se certo número de habitantes deve ter autonomia, não serão necessárias grandes luzes e grande cultura. A experiência e o conhecimento imediato das necessidades locais, que os analfabetos têm tanto quanto os ilustrados, é mais que suficiente para que façam um juízo seguro a respeito.

Assim sendo, o texto do projeto deve ser mantido e, portanto, rejeitada a emenda.

- É posta a votos e rejeitada a Emenda nº 54.⁴¹⁰

Interpretamos que a defesa de Caio Prado Júnior da matéria em discussão, abriu espaço para a incorporação dos analfabetos à vida cívica de nosso país.

Na sessão ordinária do dia 9 de setembro, Caio Prado Júnior novamente foi incumbido pelo relator de defender o posicionamento da Comissão, desta vez para que a Casa rejeitasse a emenda nº 243, apresentada pelo deputado Paula Lima (UDN):

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Em nome da comissão, peço que a Casa rejeite a Emenda nº 243 e aprove a emenda nº da comissão. A razão é a seguinte: no fundo, ambos os dispositivos, tanto a emenda do Deputado Paula Lima, como a emenda da comissão, têm exatamente o mesmo sentido: a função metrológica, ou seja a aferição de pesos e medidas, balanças e quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar e medir artigos destinados à venda. De forma que os termos de uma emenda correspondem exatamente aos de outra, com a vantagem de que, numa se fala em função metrológica, que somente filósofos podem entender, enquanto o outro dispositivo diz a mesma coisa em termos que qualquer um pode compreender. Há ainda, uma razão: é que as funções metrológicas cabem aos Municípios, de acordo com a legislação federal. Isto se impõe por esta própria legislação federal. Estamos fazendo uma lei que, nesse ponto, é mais ou menos a regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, de modo que não nos basta dizer que exercerão as funções metrológicas como órgão metrológico. Vamos, pois, dizer quais são essas funções: precisamos especificá-las. Quais são essas funções? São precisamente aquelas, enumeradas, de maneira que, à comissão parece e pareceu que a emenda, por ela apresentada, tem a vantagem de ter redação mais clara, mais compreensível e mais lógica, pois enumera o que está contido, de uma forma sintética e numa única palavra, na emenda apresentada pelo ilustre Deputado Paula Lima.

⁴¹⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. Emenda nº 54, ao Projeto de Lei Orgânica dos Municípios. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. III. São Paulo, 1ª sessão extraordinária em 8 de setembro de 1947. p. 441.

Nestas condições, a comissão pede a aprovação da sua emenda, rejeitando-se a que está em votação.⁴¹¹

A Casa ouviu as ponderações do deputado Caio Prado Júnior e rejeitaram a emenda nº 243 e aprovaram a emenda nº 12, ficando a redação final assim:

TÍTULO II

Da Competência do Município

Artigo 16 – Compete ao Município prover aos seus interesses e ao bem-estar da sua população.

§ 1º – Cabe-lhe privativamente:

(...)

XVI – verificação dos pesos e medidas em mercadorias.⁴¹²

Entendemos que para agilizar e esclarecer as discussões em torno do projeto da LOM, na 2ª sessão extraordinária, em 9 de setembro, a Mesa da ALESP apresentou o projeto de resolução nº 9, o qual propunha uma reformulação ao Regimento Interno, de 1935, que estava sendo usado nas questões omissas. O aludido projeto de resolução tratava de estabelecer o prazo para a entrega de emendas ao Projeto de LOM, portanto, estabelecendo critérios para a segunda discussão, para a redação final e para as sessões extraordinárias. O projeto de Resolução nº 9 foi aprovado sem debates logo depois de apresentado, devido ao requerimento nº 157, assinado por vários deputados, solicitando urgência na sua apreciação, e imediatamente entrou em vigor.⁴¹³ No entanto, a primeira discussão do projeto da LOM só terminou no dia seguinte, quando ocorreram duas sessões, uma ordinária, outra, extraordinária.

Por conseguinte, na 51ª sessão ordinária do dia 10 de setembro, Caio Prado Júnior encaminhou a votação, pela Comissão, pela rejeição da emenda nº 40, que pedia a supressão do seguinte artigo do projeto de LOM:

TÍTULO IV

Das Finanças Municipais

(...)

CAPÍTULO II

(...)

⁴¹¹ PRADO JÚNIOR, Caio. Emenda nº 243, ao Projeto de Lei Orgânica dos Municípios. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 50ª sessão ordinária em 9 de setembro de 1947. p. 491-492.

⁴¹² *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 57ª sessão ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 990.

⁴¹³ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 2ª sessão extraordinária em 9 de setembro de 1947. p. 504-505.

Artigo 76 – A receita proveniente de taxa será aplicada no serviço para qual foi criada.⁴¹⁴

Segundo o deputado Caio Prado Júnior:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR - (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, vou falar em nome da Comissão Especial de Lei Orgânica dos Municípios, por incumbência do seu ilustre relator.

A comissão está absolutamente certa, rejeitando essa emenda. É um artigo, que figura na Constituição do Estado e, absolutamente, não colide com a unidade orçamentária, por uma razão muito simples: orçamento é diferente de contabilidade, e orçamento tem que ser uno; mas, isso não quer dizer que todos os lançamentos sejam feitos em uma única conta. As contas é que são separadas, de forma que a arrecadação de uma taxa será lançada numa determinada conta, não dependendo de serem feitas nessa mesma conta. Isso não tem nada que ver com unidade orçamentária, que é perfeitamente respeitada, existindo a necessidade absoluta de manter esse dispositivo, porque, em nossa Constituição Estadual, estabelecemos – e, aliás, é um princípio jurídico de finanças – que a receita proveniente de uma taxa deve ser aplicada no serviço, para o qual foi criada, de sorte que o que há, em torno disso, é apenas uma confusão entre unidade orçamentária e contabilidade, escrituração. Pode haver a unidade orçamentária e haver, como necessariamente há, muitas contas e de lançamentos.

De maneira que não há, absolutamente, oposição aí.⁴¹⁵

Depois dos argumentos de Caio Prado Júnior a emenda nº 40 foi rejeitada pela Casa, portanto, manteve-se a mesma redação. Observamos que nesse ponto Caio Prado Júnior demonstra seus conhecimentos acerca do Orçamento, o que mais adiante vamos perceber quando da discussão sobre o Orçamento do Estado de São Paulo para o ano de 1948.

No entanto, pouco antes de terminar a 51ª sessão, Caio Prado Júnior ainda participa da discussão quando o capítulo em pauta foi o *Das Disposições Transitórias*. Ele pediu uma questão de ordem no momento da votação da emenda nº 174, que foi rejeitada pela Comissão e a qual registramos abaixo:

EMENDA Nº 174 (Rejeitada)

Disposições Transitórias

Artigo 2º - Serão de nomeação do Governador do Estado, com aprovação da Assembleia, os Prefeitos dos seguintes Municípios, declarados estâncias hidrominerais naturais: Amparo, Águas da Prata, Atibaia, Campos de Jordão, Ibirá, Lindóia, Santa Bárbara do Rio Pardo, São José dos Campos, Serra Negra e Socorro.

⁴¹⁴ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 2ª sessão extraordinária em 9 de setembro de 1947. p. 504-505.

⁴¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Emenda nº 40, ao Projeto de Lei Orgânica dos Municípios. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 51ª sessão ordinária em 10 de setembro de 1947. p. 540.

Justificação

Estas estâncias já existentes foram mantidas, para todos os efeitos, pelo Artigo 27, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, tendo, assim, os seus direitos assegurados.

Sala de Sessões, 26 de agosto de 1947.

- *Juliano Alvim.*

Parecer

A comissão dá parecer contrário à inclusão dos seguintes Municípios, como estâncias hidrominerais naturais: Atibaia, Campos de Jordão, Ibirá, Santa Bárbara do Rio Pardo, São José dos Campos e Socorro. Não foi feita a prova de termos sido regularmente declaradas estâncias hidrominerais. – *Sylvio Pereira* (Relator) ⁴¹⁶

Deste modo, voltamos ao debate polêmico sobre a nomeação de prefeitos para as estâncias hidrominerais. Por conseguinte, cabe esclarecer que a emenda nº 19, oferecida pela Comissão Especial da LOM, informava em sua justificativa os decretos legais que estabeleceram que os municípios: Águas da Prata, Lindóia, Serra Negra, Amparo e Águas de São Pedro, eram estâncias hidrominerais naturais.⁴¹⁷ Mas por outro lado, o deputado Auro de Moura Andrade pediu destaque para as seguintes palavras da emenda nº 174: Atibaia, Campos do Jordão, Ibirá, Lindóia, Santa Bárbara do Rio Pardo e Amparo; pois, alegou que os aqueles municípios não eram estâncias hidrominerais, segundo o artigo 72 da Constituição Estadual, que diz: “*A criação de estâncias hidrominerais naturais dependerá da aprovação da maioria absoluta da Assembleia.*”⁴¹⁸ Entendia-se por municípios constituídos em estâncias hidrominerais naturais o território em que estejam localizadas as fontes respectivas, as instalações e obras destinadas ao aproveitamento das águas e a área circunjacente necessária aos objetivos sanitários e turísticos a que se destina a estância.

Assim, o presidente da Casa, Valentim Gentil, fez o seguinte encaminhamento antes da votação da emenda nº 174:

O SR. PRESIDENTE – Como se trata de matéria controvertida, vamos, mais uma vez, consultar a Casa sobre se deseja votar destacadamente, cidade por cidade, ou globalmente.

Vamos proceder à votação da questão de ordem levantada.

A questão de ordem se resume no seguinte: há quem queira que o destaque se processe de cidade por cidade, conforme mencionada na Emenda nº 174; e há

⁴¹⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 8 de setembro de 1947. p. 377.

⁴¹⁷ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 08 de setembro de 1947. p. 263.

⁴¹⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 51ª sessão ordinária em 10 de setembro de 1947. p. 550.

quem deseje que se faça o destaque globalmente. É esta a matéria preliminar, que a Assembleia vai conhecer e sobre a qual vai deliberar. De maneira que é esta a questão de ordem, que vou submeter à Assembleia.⁴¹⁹

Ato sucessivo, a fala registrada acima, do presidente da Casa, Caio pediu a palavra:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR (*Pela ordem*) – É exatamente sobre esse ponto, que eu pediria, pela ordem, a palavra.

O SR. PRESIDENTE – V. Exa. deseja falar sobre o mérito da questão?

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR (*Pela ordem*) – Não sobre a ordem. A ordem refere-se ao andamento dos trabalhos, dentro do Regimento, e dentro da Constituição, que regula as nossas atividades. E, como eu penso que a votação, separadamente, de cada cidade, é uma imposição constitucional, e, portanto, uma imposição regimental, trata-se de uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra, portanto, o nobre Deputado Sr. Caio Prado Júnior.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, o Art. 27, da Constituição, manteve as estâncias hidrominerais naturais existentes.

Estâncias existentes são aquelas, que foram criadas como tais, isto é, o diploma geral, que as criou, as declarou estâncias hidrominerais naturais.

Essas, que a lei criou como estâncias hidrominerais naturais, são as enumeradas na Emenda nº 19 apresentada pela Comissão Especial de Lei Orgânica dos Municípios.

A emenda, ora em discussão, inclui outros nomes. Esses outros nomes não são de estâncias hidrominerais naturais, porque não há nenhum texto legal, que os torne tal.

Portanto, o que nós vamos votar, aqui, não é reconhecer a existência de estância hidromineral natural, mas sim, criar hidrominerais naturais. Esse é um ponto absolutamente claro, e sobre o qual não pode haver a menor dúvida. Trata-se da criação de estâncias hidrominerais naturais.

Ora, o Art. 72, da Constituição Estadual diz que “a criação de estâncias hidrominerais naturais depende do voto da maioria absoluta da Assembleia”.

De modo que será preciso averiguar, em cada caso, se houve, ou não, essa maioria absoluta.

Chamo a atenção da Casa para esse ponto, que é de fundamental importância, porque, se nós criarmos essas estâncias hidrominerais naturais sem cumprir as exigências de nossa Constituição, qual será a situação que se desenhará amanhã?

O Prefeito será nomeado, praticará atos no exercício de seu mandato e de suas funções. Um cidadão qualquer poderá requerer, no Poder Judiciário, negando validade a esses atos, declarando que o Prefeito não deveria ter sido nomeado, mas, sim eleito. Esses atos estarão nulos de pleno direito. O Judiciário os considerará nulos, e isto causará, como se compreende perfeitamente, um transtorno considerável na administração local. Pesa, portanto, sobre esta Assembleia e sobre a votação, que se vai proceder, uma enorme responsabilidade. Este assunto precisa ser meditado com a maior atenção.

Em todo caso, Sr. Presidente, o ponto, neste momento, é este: se deve ser votado nominal e separadamente cada Município, ou não, visto estarmos criando estâncias hidrominerais naturais, criações essas, para as quais a

⁴¹⁹ *Idem*, p. 551.

Constituição exige formalidades particulares, isto é, a aprovação da maioria absoluta da Assembleia. (*Muito bem.*) (*Palmas.*)⁴²⁰

Logo após a fala do deputado Caio Prado Júnior, o deputado Ulysses Guimarães contestou os argumentos do mesmo, ao afirmar que através do Decreto-Lei Estadual nº 15.717, de 13 de fevereiro de 1946, se definiu que os municípios constituídos em estâncias seriam administrados diretamente pelo Governo do Estado e subordinados à Secretaria do Governo⁴²¹. Mas, entendemos que o presidente da Casa não quis entrar em polêmica e procedeu à votação para a definição da matéria proposta, que foi colocada nos seguintes termos: ou o pedido de destaque seria apreciado, cidade por cidade, ou, então, o mesmo seria submetido à deliberação da Casa globalmente.⁴²² A decisão da Casa foi votar globalmente o destaque. Então, a emenda nº 174 foi votada, salvo o destaque, e depois foi votado o destaque; as votações se deram de forma nominal e foi aprovada a referida emenda.⁴²³

Deste modo, a primeira discussão do projeto de LOM foi concluída na 4ª sessão extraordinária ocorrida às 21h do dia 10 de setembro de 1947. No entanto, quase ao final da conclusão da aludida discussão, Caio Prado Júnior levantou uma questão de ordem sobre a votação da emenda nº 261, referente ao artigo 8º *Das Disposições Transitórias*, apresentada pelo deputado Martinho Di Ciero e que havia recebido parecer contrário da Comissão Especial da LOM. Pelas palavras de nosso deputado:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero informar à Casa que, referente ao mesmo assunto em votação, existe uma emenda da comissão. É a Emenda nº 5.⁴²⁴

Registramos abaixo a referida emenda nº 5:

Modifique-se o texto do Artigo 8º do projeto para o seguinte:
“Qualquer território que tenha mil ou mais moradores nas condições do § 1º, do Artigo 6º, poderá ser anexado a Município vizinho”.⁴²⁵

⁴²⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. Emenda nº 174, ao Projeto de Lei Orgânica dos Municípios. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 51ª sessão ordinária em 10 de setembro de 1947. p. 551- 552.

⁴²¹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 51ª sessão ordinária em 10 de setembro de 1947. p. 552.

⁴²² *Idem*, p. 552.

⁴²³ Cf. *idem*, p. 552-554.

⁴²⁴ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 4ª sessão extraordinária em 10 de setembro de 1947. p. 563.

⁴²⁵ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 49ª sessão ordinária em 08 de setembro de 1947. p. 260.

Consequentemente, o presidente da Casa, Valentim Gentil, colocou em votação a emenda nº 5, que foi aprovada.⁴²⁶ Logo depois foi concluída a votação, em primeira discussão, das emendas ao Projeto de LOM.⁴²⁷ E ficou definido que a nova redação seria publicada e ficaria sobre a Mesa por duas sessões, que se realizariam no dia 12 de setembro de 1947. Deste modo, a 5ª sessão extraordinária ocorrida no dia 12 de setembro de 1947, às 10h30, foi destinada ao recebimento das emendas de segunda discussão do projeto da LOM; como também, na 52ª sessão ordinária, ocorrida no mesmo dia à tarde.

A segunda discussão do Projeto da LOM, e respectivas emendas foi iniciada na 54ª sessão ordinária do dia 13 de setembro de 1947, pelas palavras do presidente Valentim Gentil:

O SR. PRESIDENTE – Segunda discussão do Projeto de Lei nº 84, de 1947, e respectivas emendas. Conforme o Artigo 4º, da Resolução nº 9, de 9 de setembro de 1947, “a discussão será global sobre o projeto e as emendas, cabendo a cada bancada o prazo de 15 minutos, que poderá ser cedido, total ou parcialmente, de uma para outra”.

O Artigo 5º diz: “Encerrada a discussão, será votado englobadamente o projeto ou substitutivo, se tiver sido apresentado pela comissão, salvo emendas.”

O Artigo 6º diz o seguinte: “Votar-se-ão, depois as emendas, uma a uma, havendo sempre preferência para as da comissão, sendo assim consideradas as de parecer favorável.”⁴²⁸

Assim, o presidente da Casa deu início à segunda discussão do Projeto da LOM, lembrando aos parlamentares das normas para tal procedimento. Na mesma sessão foi encerrada a discussão, após alguns parlamentares usarem a palavra:

O SR. PRESIDENTE – Se nenhum dos Srs. Deputados desjar fazer uso da palavra, darei por encerrada a discussão. *(Pausa)* Está encerrada.

Vamos passar à votação global do Projeto de Lei Orgânica dos Municípios salvo as emendas.

- Consultada a Casa aprova o Projeto de Lei Orgânica dos Municípios salvo as emendas de segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE – Vamos agora proceder à Votação das emendas. Para encaminhar a votação, poderão usar da palavra, respectivamente, os

⁴²⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 4ª sessão extraordinária em 10 de setembro de 1947. p. 563.

⁴²⁷ *Idem*, p. 563-564.

⁴²⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 54ª sessão ordinária em 13 de setembro de 1947. p. 756.

subscritores das emendas, os votos divergentes da maioria da comissão e o relator da mesma.⁴²⁹

Deste modo, o presidente da Casa esclareceu sobre o encaminhamento da votação das emendas. O deputado Caio Prado Júnior se pronunciou por cinco vezes naquela sessão, além, é claro, de ter participado do trabalho da Comissão Especial da LOM, por ser membro da mesma, como já informamos. A primeira vez que se manifestou Caio Prado Júnior solicitou a verificação da votação para a seguinte emenda, da qual foi o primeiro signatário, seguido dos colegas de bancada Taibo Cadorniga e Mautilio Muraro:

ARTIGO 44

Artigo 44 – A Mesa e as comissões permanentes da Câmara serão eleitas anualmente, assegurando-se, nas últimas, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.

EMENDA Nº ... (Parecer favorável)

Substitua-se:

“... dos partidos ...” por “das bancadas...”.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1947. – *Caio Prado Júnior, Taibo Cadorniga, Mautilio Muraro.*⁴³⁰

Então, foi realizada a verificação da votação e o presidente apurou que 22 deputados votaram a favor da emenda e 22 votaram contra; sendo assim, coube a ele o voto de minerva:

O SR. PRESIDENTE – (...) Considerando o que já foi votado por esta Assembleia, em primeira votação, o Presidente nega representação “às bancadas”, dando-as somente “aos partidos”. Portanto, a Presidência vota “não”.⁴³¹

Deste modo, foi rejeitada a já aludida emenda apresentada por Caio Prado Júnior. Num segundo momento nosso parlamentar chama a atenção do presidente sobre a emenda nº 100, a qual recebeu parecer contrário da Comissão de LOM. Essa emenda se refere ao Título III *Do Governo Municipal*, do projeto da LOM, Capítulo II intitulado *Do Prefeito*, onde em um de seus artigos ficou definido o que compete ao prefeito através de 13 itens. A sugestão da emenda foi para que no primeiro item conste o seguinte: *expedir decretos, regulamentos, posturas, instruções para execução das leis*

⁴²⁹ *Idem*, p. 775.

⁴³⁰ *Idem*, p. 709.

⁴³¹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 797.

*municipais e praticar todos os atos necessários à administração do Município.*⁴³² No entanto, em sua intervenção o deputado Caio Prado Júnior distinguiu que:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, quer me parecer que essa emenda é matéria vencida em primeira discussão, quando foi rejeitada pela Casa.

O SR. PRESIDENTE – De fato, V. Exa. tem razão e a Emenda nº 100 está, portanto, prejudicada.⁴³³

Portanto, interpretamos que a questão de ordem de nosso deputado foi imediatamente acolhida pelo presidente; assim registramos abaixo a redação final do item I:

Capítulo II
Do Prefeito
(...)

Artigo 52 – Compete ao Prefeito:

I – executar as leis do Município e dirigir a administração pública; (...) ⁴³⁴

Ainda dentro da discussão do Título III *Do Governo Municipal*, Caio Prado Júnior pediu inversão de discussão para a emenda nº 35 apresentada pelo deputado Auro de Moura Andrade. Esta emenda se referia ao Capítulo III *Das Estâncias e das Bases de Segurança*, do aludido Título e solicitava a supressão do artigo 55, enquanto Caio Prado Júnior pediu a inversão da discussão, pois havia uma emenda da Comissão para o mesmo artigo,⁴³⁵ a qual registramos abaixo:

EMENDA Nº III, DA COMISSÃO

Redija-se assim o Artigo 55:

“Artigo 55 – Só poderão ser declaradas estâncias hidrominerais os Municípios já existentes ou aqueles criados de acordo com aos Artigos 5º e seguintes desta lei.” ⁴³⁶

Então, o presidente da Casa atendeu ao pedido de Caio Prado Júnior e a questão foi posteriormente discutida ao final da daquela sessão, quando a emenda nº 3 da comissão foi colocada em discussão pelo presidente da Casa, mas o deputado Auro de

⁴³² Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 54ª sessão ordinária em 13 de setembro de 1947. p. 713.

⁴³³ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 798.

⁴³⁴ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 57ª sessão ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 994.

⁴³⁵ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 800.

Moura Andrade requereu a preferência para sua emenda, de nº 35. Consultada a Casa, esta concedeu a preferência requerida e posta a votos foi aprovada a emenda nº 35.

Quando da discussão das emendas ao Capítulo IV *Do Auxílio do Estado*, também do Título III, Caio Prado fez uma pequena intervenção no debate da emenda nº 86:

O SR. PRESIDENTE – Em discussão a Emenda nº 86, com parecer contrário da comissão, ao Art. 61.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Pela ordem*) – Sr. Presidente, trata-se de matéria vencida; foi uma emenda apresentada, se não me engano, pelo Deputado Pinheiro Júnior.⁴³⁷

Mas, Caio Prado Júnior estava enganado, a emenda nº 86 foi apresentada pelos deputados Pinheiro Júnior (PSP) e Rubens do Amaral (UDN) e destacou a seguinte sugestão:

EMENDA Nº 86 (Parecer contrário)

Emenda ao Artigo 61

IV – A Secretaria da Agricultura, que prestará assistência técnica relativa à defesa do solo, à drenagem e irrigação, ao reflorestamento, à defesa sanitária animal e vegetal, à racionalização agropecuária e à melhoria do meio rural.⁴³⁸

Em seu encaminhamento para votação da aludida emenda o deputado Pereira Lopes proferiu as seguintes palavras:

O SR. PEREIRA LOPES (*Para encaminhar a votação*) – Sr. Presidente, não consegui compreender a razão pela qual são considerados órgãos competentes, para prestar assistência ao Municípios, a Secretaria de Justiça, a Secretaria de Viação, a Secretaria de Fazenda, e não a Secretaria da Agricultura. No meu modo de ver, é exatamente a Secretaria de Agricultura a eu está em condições de fornecer maior parcela de auxílios técnicos aos Municípios do Estado. Por essa razão é que tive a honra de subscrever, com o nobre deputado Rubens do Amaral, a Emenda nº 86, que estabelece, precisamente, que a Secretaria da Agricultura é órgão competente para prestar auxílio aos Municípios do Estado.

- É posta a votos e aprovada a Emenda nº 86.⁴³⁹

⁴³⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 54ª sessão ordinária em 13 de setembro de 1947. p. 716.

⁴³⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 800.

⁴³⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 54ª sessão ordinária em 13 de setembro de 1947. p. 718.

⁴³⁹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 800 - 801.

Portanto, ficou definido na LOM que além das Secretarias citadas pelo deputado Pereira Lopes foi incluída a Secretaria de Agricultura para auxiliar, nos termos da emenda nº 86, os Municípios. Em nosso ponto de vista, o deputado Caio Prado Júnior, em seu posicionamento, reforçou que a emenda nº 86 foi considerada matéria vencida pela Casa, pois entendemos que estava em seu vislumbre a criação de um instituto de pesquisa que auxiliaria de maneira mais propícia as questões salientadas na emenda; é o que examinaremos no próximo ponto desse capítulo.

E, por fim, Caio Prado Júnior se manifestou quando o presidente da Casa afirmou que havia uma emenda ao artigo 71 do Título IV *Das Finanças Municipais*, Capítulo I *Da Receita*. Tratava-se da emenda nº 62, que foi subscrita pelo deputado Anísio Moreira (PSD) e recebeu parecer favorável da comissão, cujo tema era a definição do pagamento do imposto ou contribuição de melhoria. Mas a referida emenda não chegou a ser votada, pois o autor retirou a mesma.⁴⁴⁰ Abaixo destacamos a redação final da matéria, que se tornou o artigo 73 da LOM:

Artigo 73 – Ninguém será obrigado ao pagamento de quaisquer impostos ou contribuição de melhoria, sem que tenham sido previamente lançados pela respectiva repartição fiscal.

§ 1º - Salvo os casos previstos em lei, o lançamento será obrigatoriamente comunicado ao contribuinte por aviso direto e mediante afixação de edital à porta do edifício em que funcionar a Prefeitura. O edital conterá os nomes dos contribuintes e as importâncias coletadas, devendo ser publicado na imprensa local, se houver aviso da afixação do mesmo.

§ 2º – Após a comunicação ou publicação, de que trata o parágrafo anterior, terá o contribuinte quinze dias para recorrer do lançamento.⁴⁴¹

Em seguida, as últimas emendas ao projeto da LOM foram votadas e ao concluir a votação de todas as emendas de segunda discussão, naquela mesma sessão o presidente da Casa deu por encerrada a questão:

O SR. PRESIDENTE – Está terminada a votação da Lei Orgânica dos Municípios.

A comissão deverá enviar os originais ao “Diário Oficial”, que os publicará. Está convocada uma sessão extraordinária para segunda-feira, às 9 horas, a fim de serem recebidas emendas de redação e reclamações.

Está encerrada a sessão.⁴⁴²

⁴⁴⁰ *Idem*, p. 801-802.

⁴⁴¹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 57ª sessão ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 998-999.

⁴⁴² *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 6ª sessão extraordinária em 13 de setembro de 1947 p. 807.

Portanto, a maioria dos deputados estavam presentes na 7ª sessão extraordinária ocorrida na segunda-feira, 15 de setembro, para cumprir a convocação do presidente, quando, naquela sessão, a Casa foi surpreendida, na hora do expediente, com a leitura do seguinte ofício do Gabinete do Governador Adhemar de Barros:

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

12 de setembro de 1947.

Of. nº 13669.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de enviar a V. Exa., para conhecimento dessa digna Assembleia, uma cópia da representação endereçada, para o efeito do § único, do Artigo 8º, da Constituição Federal, ao Sr. Procurador Geral da República, na qual se arguem de inconstitucionalidade vários dispositivos da Constituição do Estado de São Paulo.

Como se verifica dos próprios termos da representação, o Governo não foi movido pela intenção de fazer crítica ou oposição ao trabalho da Assembleia Legislativa do Estado, mas tão somente cumpriu o dever indeclinável de submeter ao exame do egrégio Supremo Tribunal Federal, aqueles dispositivos, que parecem colidir com os princípios constitucionais, a cuja guarda e defesa todos estamos obrigados.

Colaborando, dentro dos meios legais e com toda a sinceridade, para o aperfeiçoamento de nosso maior diploma político, o Poder Executivo outra coisa não espera que merecer o nobre acatamento do povo paulista e de seus legítimos representantes.

Reitero a V. Exa. a segurança de minha distinta consideração e elevado apreço. – *Adhemar de Barros*⁴⁴³

Por conseguinte, entendemos que o Governador Adhemar de Barros questionou junto ao Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade de alguns pontos da constituição estadual. De acordo com o documento apresentado e lido foram três pontos distinguidos pelo governador que estariam colidindo com a Constituição Federal e com as leis em vigor em nosso país à época. São eles: violação do princípio da independência e harmonia dos poderes; adoção de normas colidentes com textos expressos da Constituição Federal e violação do princípio da autonomia municipal.⁴⁴⁴ Ou seja, a Constituição Estadual que tinha sido promulgada há pouco mais de dois meses já estava sendo questionada pelo próprio governador do Estado. Em nosso ponto de vista, esse fato também revela a não conformidade do governador com o estabelecido pela Constituição Estadual; essa situação colaborou para tensionar as relações entre Executivo e Legislativo no período de redemocratização. Assim, em nossa opinião, não

⁴⁴³ Ver o documento completo em *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 7ª sessão extraordinária em 15 de setembro de 1947 p. 811-826.

⁴⁴⁴ *Idem*, p. 813-826.

contribuiu em nada para a consolidação do processo democrático, ao contrário, abriu caminho para a retomada da ditadura.

Deste modo, para defender a Constituição de São Paulo ficou decidido, na 58ª sessão ordinária da ALESP, após ser apresentado um requerimento o qual propunha que a Mesa da Casa fosse autorizada a constituir advogado, para, em nome da Assembleia, defender a Constituição Paulista perante o Supremo Tribunal, realizando as despesas necessárias. Logo o presidente da Casa, o deputado Valentim Gentil, pronunciou as seguintes palavras sobre o assunto:

O SR. PRESIDENTE – (...) A respeito desse assunto, a Casa já está esclarecida. O Sr. Procurador Geral da República opinou, no sentido de que alguns dispositivos da Constituição são inconstitucionais.

A Mesa, interpretando o sentimento de toda a Assembleia, julga que deve, realmente, comparecer ao Supremo Tribunal Federal e defender a Carta Magna paulista. Não queria, porém, fazê-lo, sem revestir-se, não só da competência, que lhe dá o Regimento da Casa, como também do apoio de toda a Assembleia, para que assim, com maior autoridade possa comparecer, perante a mais alta corte brasileira de justiça. Entretanto, não há número legal e, se a Casa concordar, a Mesa antecipar-se-á nas providências e pedirá, então não só autorização para contratar advogado, que será um dos grandes nomes de S. Paulo, mas também, apara as despesas, que possam ser realizadas. (...) ⁴⁴⁵

Sendo assim, na hora do expediente da 60ª sessão ordinária do dia 22 de setembro de 1947, foram postos a votos os seguintes requerimentos; observamos que no primeiro deles o deputado Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário:

REQUERIMENTO Nº 182, DE 1947.

Requeremos urgência para o requerimento incluso, referente à defesa da Constituição de São Paulo perante o Supremo Tribunal. – *Caio Prado Júnior, Sylvio Luciano de Campos, Bento Sampaio Vidal, Sebastião Carneiro, Alfredo Farhat, Auro de Moura Andrade, Milton Cayres de Brito, Cunha Lima, Gabriel Migliori, Arnaldo Broghi, Oliveira Mathias, Estocel de Moraes, Álvares Florence, Romeiro Pereira, Luiz Augusto de Mattos, Padre Carvalho.*

REQUERIMENTO Nº 183, DE 1947

Propomos seja a Mesa autorizada a constituir advogado para, em nome desta Assembleia, defender a Constituição Paulista perante o Supremo Tribunal, realizando as despesas necessárias.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1947. - *Sylvio Luciano de Campos, Sebastião Carneiro, Rubens do Amaral, Alfredo Farhat, Auro de Moura Andrade, Milton Cayres de Brito, Cunha Lima, Gabriel Migliori, Caio Prado*

⁴⁴⁵ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 19 de setembro de 1947. p. 58-59.

Júnior, Estocel de Moraes, Bento Sampaio Vidal, Luiz Augusto de Mattos, Álvares Florence, Romeiro Pereira, Luiz Augusto de Mattos, Padre Carvalho.

- Consultada, a Casa concede a urgência requerida.

O SR. PRESIDENTE – Vou submeter à votação o requerimento dos nobres Deputados Caio Prado Júnior, Sylvio Luciano de Campos e outros, em que a Mesa fica autorizada a defender a Constituição Paulista, perante o Supremo Tribunal Federal, fazendo as despesas necessárias.

- Posto a votos, é aprovado o requerimento

O SR. PRESIDENTE – Conforme a comunicação que fiz, no início da sessão, a Mesa, devidamente autorizada, convidou o Exmo. Sr. Dr. Costa Manso, para defender a Assembleia perante o Supremo Tribunal. Ficou, também, combinado com os Srs. líderes que a Assembleia se faria representar por Deputados seus, junto àquele Tribunal, para colaborar na defesa dos princípios constitucionais.⁴⁴⁶

Percebemos que a Casa se manteve unida para que fosse feita a necessária defesa de seu trabalho constitucional e Caio Prado Júnior estava atento aos encaminhamentos do assunto em questão.

Distinguimos que no dia 15 de setembro de 1947 não ocorreu sessão devido à passagem de um ano da promulgação da Constituição Federal de 1946. No entanto, voltamos para a conclusão dos trabalhos em torno da LOM. Estes foram retomados na 55ª sessão ordinária do dia 16 de setembro de 1947, quando se iniciou a discussão e votação das emendas de redação e reclamações sobre o projeto da LOM. Os trabalhos tiveram continuidade na 8ª Sessão extraordinária, em 16 de setembro de 1947, na qual Caio Prado Júnior se pronunciou duas vezes, como examinaremos a seguir. Primeiro para encaminhar a votação da emenda nº 58 subscrita por ele:

O SR. PRESIDENTE – (...) Vamos passar ao Artigo 115.

Em votação a Emenda nº 58, do Sr. Caio Prado Júnior, que manda suprimir o Artigo 115 e parágrafo, que é repetição do Artigo 61, depois de “estâncias climáticas”, as palavras: “balneárias e sanitárias”.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente, o Artigo 115 é repetição quase literal do Artigo 61, que já passou sem sofrer emenda nenhuma. É evidente que não convém repetir, na lei, em capítulos diferentes, disposições idênticas. A única diferença existente é que o Artigo 115, além de estâncias climáticas, considera também as balneárias ou sanitárias. A emenda, então, sugere que seja suprimido o Artigo 115, que é mera repetição, introduzindo, porém, no Artigo 61, as duas palavras já referidas, ou sejam: “balneárias e sanitárias”.

⁴⁴⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 60ª sessão ordinária em 22 de setembro de 1947. p. 180.

- É posta a votos e aprovada a Emenda nº 58.⁴⁴⁷

Devido à aprovação da emenda apresentada por Caio Prado Júnior, a redação final para o referido artigo ficou deste modo:

TÍTULO III
Do Governo Municipal
(...)
Capítulo III
Das Estâncias e das Bases de Segurança
(...)

Artigo 61 – Poderão ser constituídos em estâncias climáticas, balneárias ou sanitárias, mediante lei ordinária, e independentemente de qualquer alteração em sua autonomia, os Municípios que, em virtude do clima, altitude e outros predicados, favoreçam a instalação de hotéis, sanatórios e similares.

§ único – O Estado auxiliará financeiramente a execução de serviços e obras que contribuam para o melhor aproveitamento das estâncias de que trata este artigo.⁴⁴⁸

Num outro momento, Caio Prado Júnior levanta uma questão de ordem sobre a emenda nº 76, apresentada pelo deputado Cunha Lima, que era filiado ao PTB. Assim nosso deputado defendeu uma decisão da Comissão Especial da LOM, como registramos abaixo:

O SR. PRESIDENTE – (...) Está em votação a Emenda nº 76, ao Artigo 51, de autoria dos Srs. Deputados Cunha Lima e outros.

O SR. CUNHA LIMA - *(Para encaminhar a votação)* – Sr. Presidente, a Emenda nº 76 visa objetivar o que a Casa aprovou, quando foi posta em discussão a emenda, acrescentando, depois do Artigo 51, esse Capítulo referente aos Distritos de Paz. A Casa aprovou a Emenda nº 76, emenda que constava de um único parágrafo, e esse § único foi omitido, talvez por equívoco da Comissão Especial da Lei Orgânica dos Municípios. Esta que apresentei e considero de reclamação, visa fazer constar do texto da Lei Orgânica o parágrafo omitido pela comissão. Espero, pois, que a Casa, aceitando a reclamação, faça constar do texto da Lei Orgânica o referido § único, uma vez que a própria Casa aprovou a emenda com a relação que foi apresentada.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* – Sr. Presidente, efetivamente, a Casa aprovou esse parágrafo, mas compete à Comissão Especial de Lei Orgânica dos Municípios eliminar as contradições manifestas no texto. Essa é uma de suas funções e é o eu se deve realizar na sessão atual. O Artigo 53 diz: “Salvo os Distritos de Paz da sede, todos os demais serão administrados por Subprefeitos, diretamente subordinados ao Prefeito do Município, nomeados por este, com aprovação da Câmara Municipal”.

Esse parágrafo diz que não haverá Subprefeito no Município de Santos, e no de São Paulo só haverá um – o de Santo Amaro. Ora, existem em Santos

⁴⁴⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 8ª sessão extraordinária em 16 de setembro de 1947 p. 974-975.

⁴⁴⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. III. São Paulo, 57ª sessão ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 996.

vários Distritos que não são da sede e que, pelo Artigo 53, devem ter Subprefeitos. Não é admissível que, na lei, haja uma contradição tão manifesta quanto esta. Uma vez que o Artigo 53 também foi aprovado, e foi já incorporado à lei, não se pode admitir a existência desse parágrafo, que introduz uma contradição flagrante entre dois dispositivos, um citado ao lado do outro, aliás. Nessas condições, a Casa, rejeitando essa reclamação, restabelecerá o texto dentro da harmonia que deve existir entre seus diferentes dispositivos.

- Posta a votos, é rejeitada a Emenda nº 76.⁴⁴⁹

Naquela sessão a Casa terminou de votar o projeto de LOM. Deste modo, a LOM foi promulgada em na 57ª sessão ordinária do dia 17 de setembro de 1947. E as eleições municipais ocorreram em 9 de novembro de 1947, elegendo prefeitos e vereadores.

Ainda na aludida sessão o presidente, antes de encerrada a hora do expediente, fez um discurso para apresentar o relatório de atividades da Casa, considerando que a mesma vinha cumprindo com seu dever cívico. Ao constatar o que havia produzido até aquele momento, entre outras coisas destacamos a Constituição Estadual e a Lei Orgânica dos Municípios. O deputado Caio Prado Júnior, logo após a fala do presidente, pediu uma questão de ordem para salientar os trabalhos das comissões durante todo o processo de produção da Casa:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* – Sr. Presidente, os Deputados e a Assembleia sentem-se gratos pelas palavras de V. Exa., que frisou muito bem, em contestação a críticas injustas que têm surgido, que esta Assembleia tem realizado as suas finalidades e tem realizado as suas finalidades e tem cumprido o seu dever.

Eu pedi a palavra, Sr. Presidente, para acrescentar algumas considerações sobre um ponto que V. Exa. não se referiu em particular, mas que mereceria a atenção, não somente da Casa, mas do público em geral, e daqueles que nos elegeram. Refiro-me ao trabalho das comissões.

O nosso Regimento abre as portas das comissões para quem quiser acompanhar os seus trabalhos. Os trabalhos das comissões são públicos, são tão públicos quanto as sessões do Plenário; e todos aqueles que têm acompanhado nossas atividades, sabem como se realizou esse trabalho das comissões. Há muitos anos, não funcionam as Assembleias e o Congresso no Brasil, de forma que existe um certo desconhecimento ainda, e infelizmente dos trabalhos e do funcionamento de uma Assembleia. *(Muito bem!)*

A Assembleia não é apenas o Plenário, e poderíamos dizer o Plenário não é o essencial, o Plenário é apenas o momento das votações, das deliberações. O trabalho da legislação propriamente, da elaboração legislativa, esse se faz nas comissões. *(Muito bem!)* De modo que, para se fazer um juízo perfeito e justo das atividades da Assembleia, é absolutamente necessário que se olhe para o trabalho realizado nas comissões.

⁴⁴⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol III. São Paulo, 8ª Sessão extraordinária em 16 de setembro de 1947. p. 976-977.

Se o público, o povo em geral, a imprensa e todos aqueles que observam a Assembleia, e particularmente aqueles que nos dirigem críticas, acompanhassem esse trabalho das comissões, se aqui passassem noites em claro, até o raiar da madrugada, vendo o esforço intenso que aqui se realiza para a elaboração das leis, o que não é um assunto fácil, o que não é simples, se esses todos tivessem, como é de suas possibilidades, e como, para muitos, é de seu dever, se tivessem, acompanhado esse trabalho das comissões, estou seguro de que nenhum mais levantaria a voz para a menor crítica a esta Assembleia.

Sr. Presidente, eu faço esta observação em aditamento às palavras de V. Exa., porque parece-me que o assunto é da maior importância; porque atrás dessas críticas feitas à Assembleia, embora muitas vezes de boa fé, não resta dúvida nenhuma que se abriga, no espírito de muitos, o desejo de desmoralizar não somente a Assembleia mas, com ela, as instituições democráticas que nos regem. (*Muito bem!*)

De forma que as palavras de V. Exa. trouxeram para esta Casa, e para o povo, a prova patente de que não somente a democracia está marchando, de que está prestando serviços, mas, ainda, que esse regime em que vivemos hoje é aquele que nos convêm, é o regime como o qual venceremos os obstáculos do futuro e resolveremos os nossos problemas. (*Muito bem!*) (*Palmas.*)⁴⁵⁰

Através das palavras do deputado Caio Prado Júnior encerramos esse ponto desse capítulo, distinguindo que mais trabalhos em comissões seriam realizados por ele, como nas Comissões de Constituição e Justiça, de Redação e de Finanças e Orçamento. No próximo ponto examinaremos os projetos de lei assinados e apresentados, em plenário, por Caio Prado Júnior.

⁴⁵⁰ PRADO JÚNIOR, Caio. Relatório dos trabalhos realizados no 1º semestre de funcionamento da Assembleia In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol III. São Paulo, 57º Sessão Ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 1016 -1018.

3.2. Projetos de Lei de autoria do deputado Caio Prado Júnior

Em nosso ponto de vista, Caio Prado Júnior elaborou e apresentou projetos de lei com o objetivo de diminuir o abismo entre as camadas sociais e as instituições políticas, ou seja, estreitar as relações entre política e sociedade. Assim, produziu projetos, em nosso entendimento, para que os interesses sociais fossem atendidos. Por outro lado, distinguimos que seus projetos não tinham um objetivo pontual, mas contribuíam para o exame dos problemas estruturais do Estado de São Paulo, através da pesquisa e do levantamento de dados; compreendemos que isso seria fundamental para a elaboração de políticas públicas eficientes. Mas, antes de adentrarmos na análise de seus projetos, destacamos os encaminhamentos dados para a elaboração do Regimento Interno da ALESP. Na qualidade de vice-presidente e relator da Comissão de elaboração do RI da ALESP, o deputado Caio Prado Júnior apresentou o projeto do RI na 48ª sessão ordinária de 5 de setembro de 1947:

São Paulo, 26 de agosto de 1947.

Sr. Presidente

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa. o projeto do Regimento Interno que, à Comissão Especial, de que sou Vice-Presidente em exercício, foi dado a elaborar.

Queira v. Exa. receber meus protestos de estima e consideração. *Caio Prado Júnior*, Vice-Presidente da Comissão Especial do Regimento Interno, -

Nelson Fernandes – Presidente

Caio Prado Junior – Vice- Presidente

Loureiro Júnior – Relator

Ulysses Guimarães

Paula Leite Netto

Alfredo Farhat

Sylvio Luciano de Campos

Pinheiro Júnior

Bravo Caldeira

Gabriel Migliori

Secretário: Nelson Emmerich⁴⁵¹

Posteriormente, o projeto de resolução nº 11 de 1947, definindo as normas para a discussão e votação do RI foi entregue à Mesa da Casa pelo deputado Caio Prado Júnior em 20 de setembro de 1947 e lido na 60ª sessão ordinária, em 22 de setembro.⁴⁵² Mas, o projeto do RI só foi posto em discussão e votação na 103ª sessão ordinária, em 20 de

⁴⁵¹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol III. São Paulo, 48ª Sessão ordinária em 5 de setembro de 1947. p. 171 à 205.

novembro. Em nossa opinião, isto ocorreu porque a prioridade foi a votação da LOM, como abordamos anteriormente, e também, o acompanhamento dos preparativos e a realização das eleições municipais, as quais já mencionamos, que ocorreram em 9 de novembro, em todo o Estado.⁴⁵³ O referido projeto foi aprovado, salvo as emendas, na já mencionada 103ª sessão ordinária. Nesta mesma sessão teve início a votação das emendas; então, percebemos que Caio Prado Júnior, na qualidade de relator, acompanhou atentamente todo o processo.⁴⁵⁴ No entanto, a primeira fase de discussão e votação de emendas ao RI da ALESP só se concluiu na 114ª sessão ordinária do dia 4 de dezembro.⁴⁵⁵ Em nossa perspectiva, a demora para a conclusão dos trabalhos de elaboração do RI da ALESP se deu também devido à mudança da conjuntura favorável à democracia, visto que um dos temas mais constantes que tomariam as sessões da ALESP entre novembro e dezembro de 1947, até o início de janeiro de 1948, seria a possibilidade de cassação dos mandatos dos deputados eleitos pelo PCB. Verificamos isso ao analisar as intervenções de Caio Prado Júnior sobre o tema, que iremos mostrar no último ponto deste capítulo.

Neste ponto examinaremos os dois projetos de lei de autoria de Caio Prado Júnior: Instituto de Pesquisas Científicas e Levantamento Aerofotogramétrico do Estado. Distinguimos que esses projetos foram apresentados antes da discussão, votação e definição do Orçamento do Estado de São Paulo para o ano de 1948, assim, entendemos que foram apresentados num momento estratégico para que os gastos referentes a eles já constassem na proposta orçamentária. Neste sentido, ainda neste capítulo abordaremos os momentos em que Caio Prado Júnior participou dos debates em torno da proposta orçamentária do Governo do Estado, sua fiscalização e da arrecadação de impostos. E no último ponto do capítulo trataremos de analisar, como anunciamos acima, a mudança conjuntural que levou à cassação dos mandatos dos

⁴⁵² *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 60ª sessão ordinária em 22 de setembro de 1947. p. 165-166.

⁴⁵³ Ver PRADO JÚNIOR, Caio. . In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 94ª Sessão Ordinária em 8 de novembro de 1947. p. 244 – 249 e p. 262 - 273.

⁴⁵⁴ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. Emendas ns. 73, 82, 87, 134, e 118-A, ao Projeto do Regimento Interno. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 107ª Sessão Ordinária em 25 de novembro de 1947. p. 376 -379. Idem. Emenda nº 79 ao Projeto de Regimento Interno. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 112ª Sessão Ordinária em 2 de dezembro de 1947. p. 745 -749. Idem. Emendas ns. 62, 67, 81, 74, 77, 95 e 129, ao Projeto de Regimento Interno. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 112ª Sessão Ordinária em 2 de dezembro de 1947. p. 747 -755. Idem. Emenda nº 128 ao Projeto de Regimento Interno. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 112ª Sessão Ordinária em 4 de dezembro de 1947. p. 959 - 960.

parlamentares comunistas; faremos isto ao detalharmos as intervenções de nosso deputado sobre o assunto.

⁴⁵⁵ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VIII. São Paulo, 60ª sessão ordinária em 4 de dezembro de 1947. p. 960.

3.2.1. Instituto de Pesquisas Científicas

Percebemos que em todas as suas intervenções Caio Prado Júnior, expõe argumentos baseados em suportes que revelam a pesquisa, o estudo sobre determinada matéria que estava em pauta no plenário. Exemplo disso foram os momentos já registrados nos capítulos anteriores, quando mostramos seus posicionamentos diante de cada tema que fora pauta de debate para a elaboração da Constituição Estadual. Portanto, concluímos aqui que sua conduta como historiador político e social, ou melhor, como pesquisador, está presente em suas manifestações no plenário da ALESP. Entendemos que através da sua conduta como pesquisador procurou estudar e conhecer de perto as origens históricas da formação da sociedade brasileira, em especial a paulista, o que o ajudava a indicar um programa de ação para o futuro. Nessa perspectiva, registramos os dois projetos de lei apresentados por nosso parlamentar. Num primeiro momento trataremos de analisar o projeto de criação de uma Fundação Paulista de Pesquisa Científica. Em nosso ponto de vista, dar acesso aos instrumentais da pesquisa científica para a sociedade seria possibilitar que o Estado tivesse acesso a dados concretos para uma futura elaboração de políticas públicas com base nessas informações. Assim, entendemos que nosso parlamentar tentava enfrentar a intrincada trama de inter-relações de fatores políticos com mediações sociais.

Neste sentido, notamos a presença das ideias de Caio Prado Júnior na redação final da Constituição paulista de 1947, quando ficou estabelecido que o amparo à pesquisa científica seria propiciado pelo Estado. Portanto, no Título IV da Carta Magna paulista, cujo título é *Da Educação e Cultura*, no artigo 123 ficou definido que:

TÍTULO VI *Da Educação e da Cultura*

Artigo 123 - O amparo à pesquisa científica será propiciado pelo Estado, por intermédio de uma fundação, organizada em moldes que forem estabelecidos por lei.

Parágrafo único – Anualmente o Estado atribuirá a essa fundação, como renda especial de sua privativa administração, quantia não inferior a meio por cento do total da sua receita ordinária. (Constituição de São Paulo de 1947)⁴⁵⁶

Então, quase três meses após a promulgação da referida Constituição Caio Prado Júnior elabora o Projeto de Lei nº 248, e o apresenta na 68ª sessão ordinária da

⁴⁵⁶ *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo. p. 710.

Assembleia Legislativa, para que o artigo supracitado fosse regulamentado. O projeto foi assinado e apoiado somente pela bancada comunista. Na defesa do projeto ele salienta que a inclusão da medida de amparo à pesquisa na Constituição do Estado teria um largo alcance, pois acreditava que isso resultaria numa completa transformação da vida cultural, econômica e social de São Paulo, e por consequência, do Brasil. No Projeto de Lei ficava definido que a administração da fundação caberia a uma diretoria eleita por um conselho, formada por representantes dos principais órgãos científicos de São Paulo. Caio Prado Júnior afirmou que também comporiam o aludido conselho órgãos não oficiais e indicou esses: a Associação Comercial de São Paulo, a Federação das Indústrias, a Sociedade Rural Brasileira e as Federações de sindicatos operários. Mais à frente Caio Prado Júnior detalhou melhor as atribuições e objetivos do Instituto:

O Instituto de Pesquisas não é, como fiz sentir no início de minhas palavras, um Instituto ou órgão que realize, ele próprio, diretamente, as pesquisas, porque isso seria impraticável e duplicaria inutilmente o trabalho de pesquisa.

Essa fundação tem unicamente por objetivo distribuir sob forma de auxílio, bolsas e subvenções a órgãos e particulares, que pretendam dedicar-se a determinadas pesquisas. (...)

São precisamente essas pesquisas extraordinárias, essas pesquisas que saem da rotina e das atividades normais dos órgãos científicos, que se necessita de auxílio; porque para aquele trabalho normal têm eles verbas próprias. É precisamente para atender determinadas pesquisas extraordinárias, que há necessidade de recursos, porque em geral e comumente, é para isso que faltam disponibilidades suficientes. O objetivo da fundação será, assim, o de financiar tais pesquisas extraordinárias, que não cabem dentro das verbas e dos recursos normais de que dispõem os órgãos pesquisadores.

Como referi, Sr. Presidente, este projeto será submetido, naturalmente, a debates; sofrerá alterações e será, certamente, aperfeiçoado, tanto no fundo como na forma. O que importa, sobretudo, neste momento, é que se solucione o mais rapidamente possível o assunto, para que, já no próximo ano, esta fundação possa estar funcionando, e possa também receber os auxílios a que tem direito por expressos dispositivos da Constituição.

Vamos entrar, dentro, em breve, na votação do orçamento do Estado, e será, então, necessário, em complemento a esses dispositivos, reservar, desde logo, a porcentagem de $\frac{1}{2}$ % da receita ordinária do Estado, que a Constituição manda entregar à Fundação que o presente projeto institui.

De modo que, urge que este projeto transite pela Casa e que, sob esta ou melhor forma, logo se transforme em lei. Ninguém duvidará de que, com isso, teremos dado um passo considerável no sentido do progresso das pesquisas científicas em São Paulo. Penso mesmo que se inaugurará, com a Fundação Paulista de Pesquisas Científicas, uma nova era no desenvolvimento cultural da nossa terra, e, com elas, as transformações técnicas e econômicas que tal desenvolvimento prenuncia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem!*) (*Palmas*)⁴⁵⁷

Observamos que o deputado Caio Prado Júnior, em sua fala acima, ainda destacou o tema do orçamento, quando distinguiu que a criação do Instituto de Pesquisas Científicas deveria ser definida logo para já no orçamento de 1948 estar prevista a receita destinada ao seu funcionamento. Assim já adentramos no assunto do orçamento, salientando que este é uma das ferramentas indispensáveis à administração pública. Em nossa opinião, os orçamentos anuais são documentos inovadores em relação aos processos orçamentários anteriores. Através desses instrumentos observa-se que todo o processo alocativo de recursos está sob égide da lei, e nada se fez em termos de despesa pública sem que exista uma autorização legislativa. Daí Caio Prado Júnior chamar a atenção para que a Casa definisse logo a criação do Instituto de Pesquisas Científicas para já previamente ter uma receita destinada à mesma.

Por outro lado, percebemos que Caio Prado acreditava que a Fundação Paulista de Pesquisa Científica implantaria um novo tempo no desenvolvimento cultural de São Paulo e do Brasil; ao mesmo tempo, estimularia mudanças técnicas e econômicas que tal desenvolvimento propiciaria.⁴⁵⁸

Em nossa perspectiva, o fundamento dessa proposta está próximo das ideias de Antonio Gramsci quanto ao intelectual orgânico⁴⁵⁹. Ou seja, um intelectual próximo do mundo produtivo, capaz de ser especialista em sua área, mas de atuar efetivamente na sociedade. Integrar o trabalho acadêmico tradicional, que se expressa sobretudo na sistematização do passado ou na busca da fixação de uma média do pensamento nacional como guia da atividade intelectual, com atividades ligas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho.⁴⁶⁰

Por conseguinte, as discussões em torno do Projeto de Lei nº 248 foram acaloradas. No período em que ocorreu o Segundo Congresso Brasileiro de Escritores, entre 12 e 16 de outubro, mais precisamente na sessão 78ª sessão ordinária em 14 de

⁴⁵⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. Criação do Instituto de Pesquisas Científicas. In: Anais da Assembleia Legislativa, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 68º Sessão Ordinária em 02 de outubro de 1947. p. 816-817.

⁴⁵⁸ Projeto de Lei nº 248 de 1947. Institui a Fundação Paulista de Pesquisa. *Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da 1ª Legislatura*. Vol. IV. São Paulo, 68º Sessão Ordinária em 02 de outubro de 1947. p. 834 - 839. Assinado pela bancada comunista, entre eles Caio Prado Júnior.

⁴⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. “Os intelectuais. O Princípio educativo”. In: *Cadernos do cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 15-41.

⁴⁶⁰ *Idem*, p. 41.

outubro de 1947, quando o deputado Lincoln Feliciano (PSD) deu conhecimento à Casa do Projeto de Lei substitutivo⁴⁶¹ ao apresentado por Caio Prado Júnior:

O SR. LINCOLN FELICIANO – (...) Estudando esse Projeto de Lei, e mesmo tomando informações sobre o palpitante assunto, elaborei um substitutivo, que tenho a honra de submeter à apreciação desta Assembleia e à crítica da Universidade de São Paulo e das demais instituições culturais, oficiais ou particulares, do Estado, bem como a Imprensa, para que sejam supridas as suas omissões e corrigidos os seus senões ou defeitos. Peço, ainda, que o nobre Deputado Caio Prado Júnior, com o seu talento, a sua ilustração e a sua cautela, reestude o seu trabalho, aliás de grande envergadura, e adote o meu substitutivo, porque, como ensina o Padre Antônio Vieira, “o retratar-se não é sinônimo de não saber, mas de saber que, muitas vezes, pode acertar o menos douto naquilo que o mais sábio não advertiu”.⁴⁶²

Caio Prado Júnior não estava presente na referida sessão, mas seus colegas de bancada Estocel de Moraes, Taibo Cadroniga e Catulo Branco ofereceram apartes ao deputado Lincoln Feliciano para defender o Projeto de Lei nº 248. O objetivo do aludido substitutivo, segundo entendemos, era regulamentar os Fundos Universitários de Pesquisas, fundação instituída em 9 de fevereiro de 1944, para que este ficasse incumbido de receber a subvenção anual de que trata o Artigo 123, da Constituição do Estado, citado acima, desde que se modificassem os seus estatutos.⁴⁶³

Por conseguinte, na 84ª sessão ordinária, em 22 de outubro de 1947, o deputado Lincoln Feliciano voltou a tocar no assunto do seu substitutivo, e dessa vez Caio Prado Júnior estava presente. Lincoln Feliciano respondeu, através de seu discurso, às críticas que o jornal *O Estado de S. Paulo*, de 19 de outubro de 1947, publicou sobre o seu substitutivo ao Projeto de Lei nº 248. O deputado Caio Prado Júnior ofereceu um aparte ao final da exposição do deputado Lincoln Feliciano:

O Sr. Caio Prado Júnior – A crítica que V. Exa. está respondendo partiu de quem?

O SR. LINCOLN FELICIANO – De uma nota do “Estado de São Paulo”.

O Sr. Mario Beni – De hoje?

O SR. LINCOLN FELICIANO – Não, de domingo; e estou respondendo a essa nota com os argumentos que pude preparar. Continuando, Sr. Presidente, creio que para isso é que o legislador constituinte quis uma Fundação, isto é, uma entidade extra-universitária.

Certo ou errado, nada se pode fazer contra o texto constitucional.⁴⁶⁴

⁴⁶¹ Substitutivo ao Projeto de Lei nº 248, de 1947. *Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da 1ª Legislatura*. Vol. V. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 14 de outubro de 1947. p. 277 -282.

⁴⁶² *Idem*, p. 264.

⁴⁶³ *Ibidem*.

⁴⁶⁴ *Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da 1ª Legislatura*. Vol. V. São Paulo, 84ª Sessão Ordinária em 22 de outubro de 1947. p. 688. A resposta do deputado Lincoln Feliciano ao jornal *Estado de São*

No entanto, Caio Prado Júnior registrou sua opinião sobre o substitutivo no seguinte aparte, oferecido na 89ª sessão ordinária em 29 de outubro de 1947, ao deputado Lincoln Feliciano:

O Sr. Caio Prado Júnior – Dá V. Exa. licença para um aparte? (*Assentimento do orador*) – Parece-me que o “Estado de São Paulo” e, nesse ponto, também o projeto de V. Exa. laboram num equívoco. Esses fundos, destinados pela Constituição a uma fundação de auxílio à pesquisa, não tem por objetivo o planejamento da economia ou da vida científica do Estado. Tem por objetivo auxiliar pesquisas determinadas. Esse, o espírito da lei. Essa, a finalidade dessa organização. No projeto de V. Exa., já está, em parte, consignado esse pensamento. Mas, posso acrescentar: essa idéia de que a fundação se destina a planejar a economia (e o próprio “Estado de São Paulo”, nas ruas críticas, parece que insinua isto) é um erro. O objetivo dessa fundação não é, em absoluto, planejar a economia do Estado. Isso pertence a outros órgãos, mais capazes e destinados a esse objetivo. Esse auxílio, essa cota, que a Constituição reserva para a fundação, é exclusivamente destinada a auxiliar a pesquisa. E é nesse sentido que devemos encaminhar nosso projeto. Peço desculpas a V. Exa. pela extensão do aparte, mas acho muito importante esse ponto.

O SR. LINCOLN FELICIANO – Fico muito grato ao aparte de V. Exa. Agito o assunto, justamente para isso: esclarecer todos os pormenores, não só do projeto de V. Exa. como do meu substitutivo.⁴⁶⁵

Em nossa perspectiva ele teria razão, mas isso demoraria a ocorrer, pois entendemos que se originou do projeto nº 248 a ideia da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que foi criada pela Lei nº 5.918, de 1960, de autoria do Poder Executivo.⁴⁶⁶ Assim, compreendemos que na qualidade de deputado, Caio Prado Júnior contribuiu para o processo de criação da maior Fundação de Pesquisa de nosso país, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Paulo foi publicado em FELICIANO, Lincoln. *Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da 1ª Legislatura*. Vol. V. São Paulo, 84ª Sessão Ordinária em 22 de outubro de 1947. p. 686-688.

⁴⁶⁵ *Anais da Assembleia Legislativa, 1ª sessão da 1ª Legislatura*. Vol. V. São Paulo, 89ª Sessão Ordinária em 29 de outubro de 1947. p. 1005-1006.

⁴⁶⁶ O projeto nº 248 de 1947 foi anexado ao Projeto de Lei nº 337 de 1948 e solicitado de volta pelo Governador na Mensagem nº 211 de 1954. Cf. KAREPOVS, Dainis (coord.). Caio Prado Júnior: Parlamentar Paulista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. S. A., 2003.

3.2.2. Levantamento Aerofotogramétrico do Estado

Ainda em outubro de 1947, Caio Prado Júnior propôs o Projeto de Lei nº 292 que tratava do levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo. Em nosso entendimento, o referido projeto dava sequência às ideias de nosso parlamentar sobre a pesquisa científica a serviço do exame empírico das transformações observadas durante o processo de urbanização e de intensificação da industrialização, bem como, das mudanças ocorridas na área rural de São Paulo ao longo da década de 1940. O projeto sobre o levantamento aerofotogramétrico do Estado foi apresentado na 82ª sessão ordinária, em 20 de outubro de 1947. A análise desse projeto nos aproxima dos estudos geográficos do pesquisador Caio Prado Júnior, pois sua obra foi marcada pelas análises detidas das tensões e forças geográficas que revelavam os fatores de diversidade das relações sociais específicas do meio.⁴⁶⁷ Em nossa interpretação, o projeto apontava para a observação e o acompanhamento do tema do espaço e suas mudanças estruturais e sociais ocorridas ao longo do tempo. Compreendemos que contra o precário impressionismo que caracterizava a política brasileira naquele pós-Estado Novo, ele apresentou a proposta do levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo, para que através da base científica se elaborassem políticas públicas que atendessem a realidade local. Em nosso ponto de vista, o levantamento aerofotogramétrico mostraria as mudanças ocorridas no território do Estado de São Paulo, com a intensificação da industrialização, a crise na lavoura cafeeira e revelaria as transformações sociais que ocorriam no território paulista em consequência disso. Pelas palavras de Caio Prado Júnior:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ao ser elaborada a Constituição Estadual, discutimos, nesta Casa, assunto de grande relevância, que se referia ao levantamento aerofotogramétrico do território do Estado, logrando a inclusão, no seu texto constitucional, das Disposições Transitórias, do Artigo 16, que estabelece: "O Estado procederá, no prazo de cinco anos, ao levantamento aerofotogramétrico de seu território."

O assunto foi largamente debatido quando se tratou da matéria, por ocasião da elaboração da nossa Constituição. A idéia mereceu acolhida unânime desta Casa, não havendo necessidade, portanto, de eu insistir no assunto, trazendo argumentos já bastante conhecidos e aceitos por toda esta Assembleia.

A necessidade do levantamento aerofotogramétrico do Estado impõe sem necessidade de discussões. Trata-se de um processo moderno, um processo somente possível depois do progresso da fotografia e da aviação e que faz

⁴⁶⁷ Ver, entre outros momentos, o capítulo sobre a "Pecuária", em PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1942], p. 186-219. E PRADO JR, Caio. "Meio Geográfico". In: *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976 [1945], p. 9-12.

reduzir, consideravelmente, as despesas e as dificuldades dos levantamentos topográficos.⁴⁶⁸

Interpretamos que o objetivo do deputado Caio Prado Júnior era que se produzisse e obtivesse instrumentos para o acompanhamento da observação da paisagem do Estado de São Paulo através de uma análise geográfica do local. Em nossa opinião, ele pretendia estabelecer que no Estado de São Paulo a interpretação geográfica fosse colocada num patamar importante e decisivo para o atendimento das demandas estruturais da sociedade. Percebemos isto na parte de seu discurso de apresentação do referido projeto, que distinguimos abaixo:

Para não me alongar excessivamente, limitar-me-ei a lembrar que, realizado esse levantamento, na escala projetada, de um para cinquenta mil, em todo o Estado, com curvas de nível e com afastamento de seis metros, haveria possibilidade de sua utilização, não apenas para fins mais conhecidos, como obras públicas, estradas de ferro, estradas de rodagem, enfim, para a generalidade dessas obras, mas inclusive para a utilização, pelos proprietários, do levantamento das propriedades particulares.

Essa planta topográfica do nosso Estado, nessa base, resolveria um problema que se propõe a todos os proprietários de terras, para os quais é custoso e dispendioso o levantamento topográfico, razão pela qual poucas propriedades o possuem. (...)

Realizado esse levantamento aerofotogramétrico com toda a precisão que esse processo proporciona, todos os proprietários rurais do Estado de São Paulo teriam automaticamente, a sua planta, não necessitando de novas despesas, de forma que ele resolveria, não apenas os problemas de ordem pública e os de interesse coletivo, mas também o problema de todas as propriedades territoriais particulares do Estado.⁴⁶⁹

Por outro lado, observamos também que em seu discurso ele demonstra sua preocupação quanto à definição da extensão das propriedades rurais particulares; assim, em nossa interpretação ele retoma a discussão sobre a definição da cobrança efetiva do Imposto Territorial Rural, visto que o levantamento aerofotogramétrico revelaria com precisão a ocupação territorial, ou melhor, o espaço de área que cada propriedade rural ocupava, o que facilitaria a cobrança efetiva do ITR. Por isso, em nossa compreensão, ele destaca em seu discurso o posicionamento do então secretário de agricultura do Estado de São Paulo, Alkindar Monteiro Junqueira, que apoiou desde as discussões constitucionais a necessidade do levantamento aerofotogramétrico do Estado:⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. Levantamento Aerofotogramétrico do Estado. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol V. São Paulo, 82ª Sessão Ordinária em 20 de outubro de 1947. p. 490.

⁴⁶⁹ *Idem*, p. 491.

⁴⁷⁰ *Idem*, p. 491-492.

O meu objetivo é precisamente este: vir ao encontro de uma idéia de grande alcance, de grande interesse para o Estado de São Paulo e que, efetivamente, foi lembrada pelo Sr. Secretário de Agricultura. Devemos render a S. Exa. homenagem com toda a justiça, lhe cabe.⁴⁷¹

Ato contínuo, o deputado do PSD, Padre Carvalho, recordou, através de um dos apartes que ofereceu ao debate, que o deputado Caio Prado Júnior, junto com o deputado Mario Beni, do PSP, apresentaram a emenda que introduziu na Constituição Estadual o artigo sobre o levantamento aerofotogramétrico do Estado e afirmou que a Casa a apoiou calorosa e unanimemente.⁴⁷² Destacamos essa emenda no capítulo anterior.

Outro ponto que nos chamou a atenção em seu discurso foi que em seu projeto ficava estabelecido que o Governo deveria contratar, mediante concorrência pública, os serviços de uma firma especializada nos trabalhos de levantamento aerofotogramétrico. Esse procedimento nos remete às deliberações legais que um Governo deve tomar na fase de execução orçamentária, que se refere à execução tanto da despesa como da receita públicas. Esse momento é revestido de procedimentos operacionais e administrativos.⁴⁷³ No caso da despesa, geralmente o gasto deverá ser precedido de procedimento licitatório e passar pelos estágios de empenho, liquidação e pagamentos. O empenho ao comprometer previamente uma parte da dotação orçamentária cumpre a finalidade de controlar a execução do orçamento, além de constituir uma garantia ao credor de que os valores empenhados têm respaldo orçamentário. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor após a entrega do bem ou prestação do serviço. O pagamento encerra a realização da despesa, após ser verificado o cumprimento dos estágios anteriores. Mas, voltemos para as palavras de nosso deputado sobre o tema:

O projeto que apresento não tem outro objetivo senão o de autorizar o Governo a abrir concorrência pública. Naturalmente, essa concorrência terá que ser aberta em virtude, também, do texto expresso na nossa Constituição, que exige concorrência pública para todas as obras públicas e, particularmente, as grandes e de enorme alcance e custo tão elevado como esta. A concorrência deverá ser ampla, de acordo com uma das disposições do projeto, e o edital de concorrência deverá ser divulgado, fartamente, tanto no Brasil como no estrangeiro, particularmente nos grandes centros técnicos da Europa e da América.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² *Idem*, p. 492. Ver também *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 75ª Sessão Ordinária em 21 de junho de 1947. p. 85.

⁴⁷³ Detalhes sobre esse procedimento ver, entre outros, GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Evidentemente, numa obra dessa natureza, não podemos restringir a concorrência apenas ao Brasil, pois trata da realização de um serviço altamente técnico e que exige um preparo científico, um preparo material, um preparo em aparelhamento e especialização tão grandes, que é necessário apelar para todos aqueles que, em qualquer parte do mundo, sejam capazes de satisfazer a amplitude de tal cometimento. (...)

Evidentemente, isso não significará uma diminuição para nós, porque, mesmo nos países técnica e cientificamente muito mais desenvolvidos do que o nosso, quando se trata de assunto dessa natureza, quando se trata da realização de serviço desse alcance e desse vulto, as concorrências são sempre internacionais.⁴⁷⁴

Cabe também salientar que no artigo terceiro do referido projeto ficou estabelecido que a empresa ou a firma escolhida para executar o serviço deveria facilitar, no curso de seus trabalhos, a formação de técnicos brasileiros em aerofotogrametria.⁴⁷⁵ Sobre esse ponto Caio Prado Júnior apresentou a seguinte justificativa durante seu discurso:

Para se evitarem maiores despesas por parte do Estado, e par esse serviço ter autonomia e independência que deve ter, é natural que o Estado organize o seu serviço permanente, diário, de aerofotogrametria, que mantenha sempre, através dos dias, sua carta permanentemente atualizada – e com os seus próprios serviços –, sem novas despesas extraordinárias e, portanto, com maior economia e, sobretudo, com grande independência.

Com esse objetivo, o projeto prevê o seguinte: o Instituto Geográfico e Geológico, no decreto no decurso do levantamento, tomará todas as providências necessárias para formar um corpo de técnicos especializados e para reunir o aparelhamento exigido, a fim de ser organizado, oportunamente, o departamento de aerofotogrametria, subordinado ao mesmo Instituto, e destinado a manter, permanentemente, em dia, no futuro, a carta aerofotogramétrica do Estado.

Para que o Instituto Geográfico e Geológico organize esse departamento, para o fim de manter permanentemente em dia a sua carta, foi incluída no projeto uma outra disposição que impõe à empresa ou firma contratante a seguinte obrigação: facilitar, no curso de seus trabalhos, a formação de técnicos brasileiros em aerofotogrametria, bem como a aquisição, pelo Governo do Estado, do aparelhamento necessário a esse serviço.

O objetivo dessa obrigação, imposta à firma contratante, é claro. O Estado aproveitará, assim, o serviço que será realizado com o levantamento aerofotogramétrico; aproveitará esses serviços, para não só formar um corpo de técnicos que, no futuro, trabalharão para o Estado como funcionários do Estado, mantendo em dia essa carta e aperfeiçoando-a, como ainda adquirirá o aparelhamento necessário.⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Levantamento Aerofotogramétrico do Estado. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 82ª Sessão Ordinária em 20 de outubro de 1947. p. 492.

⁴⁷⁵ Projeto de Lei nº 292. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 83ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1947. p. 600-601.

⁴⁷⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Levantamento Aerofotogramétrico do Estado. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 82ª Sessão Ordinária em 20 de outubro de 1947. p. 493-494.

O deputado Caio Prado Júnior tratou de esclarecer à Casa o ponto sobre o financiamento das despesas para a execução do levantamento aerofotogramétrico do Estado:

O outro ponto que o projeto também procurou solucionar é a questão do financiamento das despesas. Aqui também a idéia incluída no projeto não é original. Foi aventada pelo próprio Sr. Secretário da Agricultura e parece a mais justa e acertada.

Trata-se de um acréscimo de 50%, sob a forma de taxa sobre o imposto territorial. Esse aumento de 50%, que é relativamente reduzido, é suficiente, no prazo de cinco anos, segundo os cálculos também da Secretaria de Agricultura. É suficiente para as despesas necessárias.⁴⁷⁷

Ato contínuo, Caio Prado Júnior foi arguido pelo deputado Padre Carvalho se a arrecadação daquele imposto teria finalidade exclusiva, ou seja, os recursos advindos da referida taxa seriam para aplicar no levantamento aerofotogramétrico. Caio Prado Júnior esclareceu a questão, respondendo o seguinte:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- A receita proveniente dessa taxa será escriturada em conta especial...

O Sr. Padre Carvalho – Isso mesmo!

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- ...e se destinará, unicamente, ao serviço de levantamento aerofotogramétrico, nos termos do parágrafo único, do Artigo 68, da Constituição do Estado. Esse Artigo 68, parágrafo único, diz o seguinte: “Nenhuma taxa poderá ser aplicada em despesas estranhas aos serviços para os quais foi criada”.

Precisamente com esse objetivo é que, ao invés de se criar um imposto ou tributo, foi instituída, nesse Projeto de Lei, uma taxa e isso para o fim de opor um obstáculo constitucional à aplicação de renda proveniente dos tributos a qualquer outra finalidade. Foi criada a taxa, precisamente para que toda a receita obtida com ela fosse aplicada, exclusivamente para esse fim.⁴⁷⁸

Aqui notamos, mais uma vez, o conhecimento que Caio Prado Júnior tinha a respeito dos tributos e da execução orçamentária, que será nosso próximo ponto a detalhar neste capítulo. Por ora, voltemos às discussões em torno do levantamento aerofotogramétrico. Caio Prado Júnior ainda foi questionado pelo deputado Sebastião Carneiro, do PSD, sobre o valor das contribuições para a manutenção do serviço. E Caio Prado Júnior respondeu o seguinte:

As despesas para a manutenção são impossíveis de se preverem já. Acredito que a manutenção resultará numa despesa muito pequena, uma vez que o Estado exija a aplicação do que está disposto nesse projeto, isto é, que o

⁴⁷⁷ *Idem*, p. 494.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

Instituto Geográfico e Geológico tome todas as providências necessárias para formar um corpo de técnicos especializados e para reunir o aparelhamento exigido, a fim de ser organizado, oportunamente, o Departamento Aerofotogramétrico. Uma vez realizado esse Departamento, não terá ele despesa maior do que um Departamento comum da Administração.⁴⁷⁹

Assim, em nossa interpretação, Caio Prado Júnior acreditava que o Governo do Estado de São Paulo apoiaria a iniciativa do legislativo paulista para a concretização dos serviços de levantamento aerofotogramétrico. Por fim, o deputado Padre Carvalho colocou uma última questão durante o debate:

O Sr. Padre Carvalho – (...) Mas, a mim me parece que se poderia cogitar, no projeto, que os próprios Municípios deveriam entrar com alguma contribuição para a realização do levantamento dessa carta total do nosso Estado. (...)

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- Penso que o entendimento pode existir, independentemente de um dispositivo na lei. O Governo pode entrar em entendimento com o Município, sem a necessidade de uma lei que o autorize a isso. Penso que o apoio financeiro dos Municípios será mais fácil obter depois. (...) ⁴⁸⁰

Percebemos que Caio Prado Júnior foi cauteloso na inclusão dos municípios na contribuição para as despesas referentes ao levantamento da cartografia do Estado. E ainda opinou sobre as eleições municipais que ocorreriam em novembro de 1947, como notamos em sua fala:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- Acredito que isso será mais fácil do que entrar em entendimentos anteriores, embora seja uma sugestão muito louvável e de interesses, mas encerra um risco, porque daria azo para que se ativesse para um período muito longo, o que não só viria contrariar o dispositivo na nossa Constituição, como também o interesse público, que não deve esperar para essa carta a boa vontade de uma porção de Municípios, pois não sabemos qual será a atitude que terão diante disso, porque muitos deles, acredito, talvez a maioria, terão a compreensão do que significa esse levantamento. Devemos, também, reconhecer que haverá alguns administradores que não terão uma visão tão larga e ampla, mesmo porque essa visão tirará uma coisa aos cofres municipais.

O Sr. Padre Carvalho – Acho que essa razão não é perfeitamente cabível. Os Municípios vão entrar num período de franca prosperidade, porque nos encontramos num momento de vivíssima renovação de todos os valores dos Municípios, e uma razão como esta, da mais alta relevância, se encontra, certamente, na cogitação de todos os munícipes que estão se candidatando à cadeira de Vereador no Interior do nosso Estado.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- Se houvesse eleição todos os anos, como aliás propusemos por ocasião da elaboração da Constituição, tenho a certeza de que esse e outros assuntos de interesse público seriam atendidos com essa boa vontade que aparece sempre às vésperas de eleição. Infelizmente, as

⁴⁷⁹ *Idem*, p. 495.

⁴⁸⁰ *Idem*, p. 496.

eleições, aqui, se realizarão somente de quatro em quatro anos. De forma que passadas as eleições, não devemos esperar muita coisa.⁴⁸¹

Assim, compreendemos que ele retomou seus argumentos expostos na emenda nº 25 ao artigo 3º do projeto de Constituição do Estado, da qual foi o primeiro signatário. Recordamos que tratamos do assunto no capítulo anterior, sendo que a referida emenda propunha que substituísse no artigo 3º o parágrafo 1º, “4” por “2” anos, ou seja, os mandatos dos deputados estaduais eleitos deveriam durar dois anos, e não quatro, como definido pelo projeto de Constituição. Segundo a justificação dos signatários *os mandatos curtos são mais democráticos e permitem à Assembleia representar mais fielmente a opinião pública, bem como acompanhar suas modificações. Representam um estímulo para o bom desempenho das funções legislativas.*⁴⁸² Como sabemos, a emenda nº 25 foi rejeitada e ficou definido no texto final da Constituição do Estado de São Paulo que os mandatos dos deputados estaduais durariam quatro anos, como até hoje ocorre.

Para encerrar seu discurso de defesa do projeto nº 292, Caio Prado Júnior afirmou a importância de que a lei tramitasse rapidamente na Assembleia, a fim de que já no ano seguinte fosse possível iniciar os serviços de levantamento aerofotogramétrico. Destacamos abaixo suas palavras finais sobre o assunto:

No Artigo 8º, do projeto, foi previsto que para o exercício de 1948 e nos seguintes, serão consignadas as verbas anuais necessárias par ao prosseguimento da terminação do levantamento aerofotogramétrico, aqui previsto. Já no orçamento de 1948, que se encontra em elaboração e discussão nesta Casa, nesse orçamento deverão ser consignadas as verbas necessárias para o primeiro ano de serviço.

Igualmente a taxa adicional de 50%, de acordo com o projeto, seria cobrada a partir do exercício de 1948.

É esse, em resumo, o projeto que tenho a honra de apresentar à Casa, e para o qual espero a boa vontade dos ilustres representantes, que compreendem, perfeitamente, o alcance dessa medida e os grandes benefícios que ela trará para o Estado de São Paulo. (*Muito bem! Muito bem!*)⁴⁸³

Neste sentido, observamos que a proposta do deputado Caio Prado Júnior sobre a descrição minuciosa das localidades que compõem o Estado de São Paulo, através do levantamento aerofotogramétrico, revelam a importância de conhecimento do meio

⁴⁸¹ *Idem*, p. 497.

⁴⁸² *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. II. São Paulo, 50ª Sessão Ordinária em 21 de maio de 1947. p. 599.

⁴⁸³ PRADO JÚNIOR, Caio. Levantamento Aerofotogramétrico do Estado. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 82ª Sessão Ordinária em 20 de outubro de 1947. p. 497.

geográfico necessário para avaliar como a população se desenvolve ao longo do território do Estado. Portanto, são informações precisas acerca do povoamento, do conhecimento das potencialidades naturais do interior do Estado, assim como suas características produtivas. Em nosso ponto de vista, são informações a respeito da articulação geográfica, por exemplo, do mercado interno, do abastecimento, possibilitando a integração de outros fatores de ordem cultural, da tradição, dos costumes e a intervenção no meio. Interpretamos que o levantamento aerofotogramétrico do Estado de São Paulo poderia colaborar para a definição de políticas públicas que atendessem a população do ponto de vista estrutural, possibilitando uma melhor integração da população com o local onde vive e trabalha.

Quanto aos recursos para a execução do projeto nº 292, e outros, vamos examinar no próximo ponto as intervenções do deputado Caio Prado Júnior nas discussões em torno da proposta orçamentária do Governo do Estado de São Paulo para 1948.

3.3. A proposta Orçamentária do Governo do Estado de São Paulo para 1948

Ao longo de suas intervenções, na ALESP, percebemos que Caio Prado Júnior sempre se preocupou com temas que envolveram o orçamento do Estado de São Paulo. Logo na discussão em torno da Constituição do Estado destacamos vários momentos em que nosso constituinte tratou de tais assuntos. São eles: a arrecadação de impostos, o Tribunal de Contas do Estado e, por fim, a discussão da proposta orçamentária do governo estadual para o ano de 1948, a primeira após o período marcado pelo Estado Novo. Uma dessas ocasiões em que identificamos o interesse de Caio Prado Júnior por um desses temas, qual seja, a efetiva arrecadação de impostos do Estado de São Paulo, foi quando na segunda sessão ordinária, ocorrida em 12 de julho, na hora do expediente, registramos o momento em que foi lido o ofício do Governador Adhemar de Barros, o qual respondia ao requerimento nº 25, apresentado por Caio Prado Júnior em abril, e já mencionado nos capítulos anteriores, que pedia informações sobre a arrecadação de vários impostos.⁴⁸⁴ Abaixo registramos o referido ofício do governador:

Gabinete do Governador do Estado de São Paulo, 7 de julho de 1947.

Of. nº 09546

Proc. 1950/47

Senhor Presidente

Em atenção ao Ofício n. 417, de 7 de abril último, dessa Assembleia, como o que Vossa Exa. Encaminhou o Requerimento n. 25, de 1947, em que o Sr. Deputado Caio Prado Júnior solicita informações sobre a arrecadação de vários impostos, tenho a honra de remeter-lhe os inclusos quadros, fornecidos pelo Departamento da Receita, da Secretaria do Estado dos Negócios da Fazenda, contendo os elementos solicitados.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração – *Adhemar de Barros*.

A Sua Excelência, o Senhor Doutor Valentim Gentil, DD, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.⁴⁸⁵

Neste sentido, notamos que as informações solicitadas por nosso deputado, ainda na qualidade de constituinte, só foram atendidas após a promulgação da Constituição Estadual, quando o capítulo referente à tributação já estava definido. Por conseguinte, distinguimos que o governo do Estado demorou mais de três meses para responder ao nosso deputado.

Nos quadros anexos ao ofício nº 09546, encontramos informações sobre o total de arrecadação do Imposto Territorial Rural, na Capital e interior, entre os anos de 1936

⁴⁸⁴ Ver *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 2ª Sessão Ordinária em 12 de julho de 1947. p 65-66.

⁴⁸⁵ *Ibidem*.

a 1946, bem como acerca da arrecadação do Imposto sobre Vendas e Consignações, entre os anos de 1944 a 1946. Portanto, percebemos o interesse de nosso deputado no acompanhamento da criação, majoração e arrecadação de tributos pelo Estado de São Paulo, sendo que, como já mencionamos, ele demonstrou essa preocupação ainda na discussão em torno do projeto da Constituição Estadual, como abordamos nos capítulos anteriores. Compreendemos também, que outro ponto fundamental para nosso deputado foram os debates em torno da criação do Tribunal de Contas do Estado; essa proposta estava contida no Projeto de Lei nº 24, apresentado pelo deputado Milton Cayres de Brito. Caio Prado Júnior já havia se posicionado sobre o tema durante as discussões acerca do projeto de Constituição do Estado, como distinguimos nos capítulos anteriores. Neste sentido, quando dos debates sobre o Projeto de Lei nº 24, ocorrido a partir da 57ª sessão ordinária da ALESP, em 17 de setembro de 1947, Caio Prado Júnior pronunciou um discurso defendendo o referido projeto⁴⁸⁶ que passou pela Comissão de Constituição e Justiça, da qual, como informamos acima, era membro. Pelas palavras de nosso deputado:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos entrar na discussão de assunto de fundamental significação, para o qual peço a atenção da Casa, pois, depois da Lei Orgânica, que acabamos de votar, é, com certeza, a matéria mais importante submetida à apreciação da Casa.

O projeto de criação do Tribunal de Contas, apresentado pelo Deputado Milton Cayres de Brito, transitou pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo de lá parecer contrário, parecer esse apresentado pelo ilustre Deputado Sebastião Carneiro, relator, que mereceu aprovação da comissão, contra o meu voto, que foi vencido.⁴⁸⁷

Deste modo, o deputado Caio Prado Júnior analisou, em plenário, o aludido parecer e em seguida debateu a matéria defendendo o projeto apresentado e os motivos pelos quais deveria merecer aprovação da Casa. Ele questionava o Tribunal de Contas em vigor, pois, a formação deste estaria, em seu entendimento, em desacordo com a então recém-proclamada Constituição do Estado de São Paulo. Segundo o deputado Caio Prado Júnior:

Sr. Presidente, a Constituição Federal, no Art. 12, do Ato das Disposições Transitórias, manteve, enquanto não se instalassem as Assembleias do Estado, a competência legislativa do Poder Executivo, do Governador, e,

⁴⁸⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Criação do Tribunal de Contas. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 1021 - 1031.

⁴⁸⁷ *Idem*, p. 1021.

antes do Interventor do Estado. É fundado nessa faculdade, concedida pelo Artigo 12, que revigorou o Decreto-lei nº 1202, de 8 de abril de 1939; é com fundamento nesses textos legais, que o Governo promulgou o Decreto nº 16690, criando o Tribunal de Contas, e este é o argumento fundamental daqueles que defendem o atual Tribunal de Contas.⁴⁸⁸

Por conseguinte, em nosso ponto de vista o deputado Caio Prado Júnior estava chamando a atenção para a regulamentação da criação do Tribunal de Contas do Estado, pois, esse teria um papel fundamental: o de acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária do Estado, isto ficou definido no Título II *Da Organização Financeira*, Capítulo II da Fiscalização da Constituição do Estado de São Paulo de 1947.⁴⁸⁹ Então, seu argumento foi de que para se adequar à Constituição Estadual o Tribunal de Contas deveria ser criado através de lei elaborada pela ALESP, assim, o papel do Tribunal de Contas do Estado seria detalhado, como também seria definida a composição de seus membros, que, segundo a Carta estadual, deveriam ser nomeados pelo governador, com a aprovação da ALESP.⁴⁹⁰ Durante os debates para elaboração da Constituição estadual, Caio Prado Júnior já havia salientado a inconstitucionalidade da composição do Tribunal de Contas em exercício no Estado; esse ponto foi tratado por nós no capítulo anterior.⁴⁹¹ Por outro lado, voltando ao exame do discurso do deputado Caio Prado Júnior sobre o assunto em tela, mais uma vez observamos que ele insistiu em seu ponto de vista destacando que:

Diz o Artigo 22, da Constituição Federal: "A administração financeira e, especialmente, a execução do orçamento, será fiscalizada, na União, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e, nos Estados e Municípios, pela forma que for estabelecida nas Constituições Estaduais". (...) Este dispositivo é taxativo. A competência na matéria é atribuída às Constituições Estaduais, aos constituintes estaduais, e não a qualquer outro órgão. (...)

O Tribunal de Contas, atualmente funcionando em São Paulo, foi criado pelo Decreto-lei estadual nº 16690, de 7 de janeiro de 1947, quatro meses, portanto, depois da vigência da Constituição Federal, que reservou, nesse Artigo 22, que acabo de citar, de forma taxativa e expressa, a competência de criação de qualquer órgão de fiscalização de contas, inclusive do Tribunal de Contas, à Constituição.⁴⁹²

⁴⁸⁸ *Idem*, p. 1027.

⁴⁸⁹ Cf. *Constituição do Estado de São Paulo*. In: *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I Sessão Solene de instalação em 14 de março de 1947. p. 765- 766. São Paulo: Indústria gráfica Siqueira S. A.

⁴⁹⁰ *Idem*. p. 765.

⁴⁹¹ Cf. *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 5ª Sessão Extraordinária em 29 de maio de 1947. p. 186.

⁴⁹² PRADO JÚNIOR, Caio. Criação do Tribunal de Contas. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 1027.

Interpretamos que o deputado Caio Prado Júnior insistiu na criação de uma lei para regulamentar o Tribunal de Contas, pois esse deveria ser composto por membros idôneos e que tivessem a aprovação da ALESP. Em nossa perspectiva, isso era necessário visto que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas deveria, de acordo com as Constituições Federal e Estadual, ser exercida pelo Tribunal de Contas do Estado. Logo, o deputado Caio Prado Júnior encerrou seu discurso insistindo em sua argumentação para que fosse cumprida a Constituição Estadual e para que se preservasse os interesses do povo, ou seja, se garantisse a publicidade da fiscalização das contas estaduais, como percebemos no trecho final de seu discurso que destacamos abaixo:

O apelo que eu faço aos ilustres e nobres colegas é nesse sentido: vamos discutir uma lei que reorganize o Tribunal de Contas, que o organize, não importa sob que nome, mas vamos elaborar uma lei que coloque o Tribunal de Contas de acordo com a nossa Constituição; e teremos, assim, satisfeito uma exigência elementar dos nossos deveres de Deputados, representantes do povo, que devem, em primeiro lugar, zelar pelos interesses desse povo e pela segurança da aplicação da Constituição, que se encontra em vigor e que acabamos de votar. (*Muito bem! Muito bem!*) (*Palmas*).⁴⁹³

Ato contínuo ao discurso de Caio Prado Júnior, o deputado Sebastião Carneiro pediu a palavra para defender seu parecer contrário ao referido projeto de criação do Tribunal de Contas do Estado; e nosso deputado ofereceu vários apartes ao discurso do deputado *psedista*.⁴⁹⁴ No entanto, o encerramento das discussões a respeito do Projeto de Lei nº 24 foi adiado por seis sessões, visto que o deputado Paula Lima, em nome da bancada da União Democrática Nacional, apresentou um requerimento pedindo o adiamento dos debates, e este foi aprovado pela Casa. Assim, na 62ª sessão ordinária, em 24 de setembro de 1947, foi retomada a discussão e colocado para a votação o projeto nº 24. O deputado Sebastião Carneiro solicitou que a votação fosse nominal, a Casa aprovou o pedido e o projeto nº 24 foi rejeitado: 17 deputados responderam “Sim” e 31 deputados responderam “Não”.⁴⁹⁵

⁴⁹³ *Idem*, p. 1031.

⁴⁹⁴ Cf. CARNEIRO, Sebastião. Criação do Tribunal de Contas do Estado. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. III. São Paulo, 57ª Sessão Ordinária em 17 de setembro de 1947. p. 1031 - 1047.

⁴⁹⁵ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 62ª sessão ordinária em 24 de setembro de 1947. p. 270-271.

Ainda em setembro, cabe salientar que o deputado Caio Prado Júnior fez parte da comissão que conduziu ao Plenário da ALESP a deputada Zuleika Alambert, eleita pela legenda do PCB. Portanto, a ALESP teria, até 12 de janeiro de 1947, a participação de duas mulheres exercendo o cargo de deputada, a já aludida deputada, pelo PTB, Conceição Santamaría, e Zuleika Alambert.⁴⁹⁶ A deputada comunista exerceria um curto mandato, mas que revelaria, em seus discursos, a carestia no custo de vida das famílias paulistanas naquele período.⁴⁹⁷

O SR. PRESIDENTE – Havendo o Deputado Clovis Oliveira Neto solicitado seis meses de licença para tratar da saúde e havendo Lázaro Maria da Silva renunciado ao lugar de Suplente, foi convocada a suplente Zuleika Alambert. Encontrando-se S. Exa. no Gabinete da Presidência, nomeio uma comissão constituída pelos Deputados Caio Prado Júnior, Diogenes de Lima e Alfredo Farhat, para acompanhá-la até à Mesa, a fim de prestar o compromisso regimental.

- Entra no recinto a comissão nomeada, acompanhando a Deputada Zuleika Alambert.

O SR. PRESIDENTE – A Sra. Deputada Zuleika Alambert vai prestar o compromisso regimental.

A SRA. ZULEIKA ALAMBERT – Prometo desempenhar fielmente o meu mandato, promovendo o bem geral do Estado de São Paulo, dentro dos limites constitucionais. (*Palmas*)⁴⁹⁸

Mas, voltemos para nosso exame dos trabalhos de Caio Prado Júnior a respeito da arrecadação e discriminação da receita e despesa da administração pública para o exercício fiscal de 1948. Os temas em torno do orçamento do Estado foram retomados quando o governo do Estado apresentou, de acordo com o determinado pela Constituição Estadual,⁴⁹⁹ em ofícios datados de 29 de setembro, o Projeto de Lei nº 243, que dispõe sobre criação, majoração e arrecadação de tributos, e o nº 244, o qual orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1948. Este último, de acordo com a Constituição Estadual, foi acompanhado da mensagem do Governador Adhemar de Barros.⁵⁰⁰ A mensagem, bem como os ofícios, foram lidos em plenário na 68ª sessão

⁴⁹⁶ Ver “Peço a Palavra: Zuleika Alambert”. In: *Acervo Histórico*. nº 3. 1º Semestre de 2005. São Paulo: Imprensa Oficial. Trata-se de entrevista concedida por Zuleika Alambert, aos pesquisadores Renata Bastos e Ricardo Marinho, em seu apartamento no Rio de Janeiro, em dois encontros ocorridos em 23 de março e seis de junho de 2004.

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

⁴⁹⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 64ª sessão ordinária em 26 de setembro de 1947. p. 416.

⁴⁹⁹ Cf. Constituição do Estado de São Paulo. In: *Anais da Assembleia Constituinte de 1947*, Vol. I Sessão Solene de instalação em 14 de março de 1947. p. 765- 766. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira S. A., p. 700 e 702.

⁵⁰⁰ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol IV. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 2 de outubro de 1947. p. 581-789.

ordinária do dia 2 de outubro de 1947. Por outro lado, observamos que a referida mensagem do Governo ainda não trouxe todas as informações acerca da arrecadação tributária, como também faltaram as tabelas explicativas da Receita e da despesa para o exercício orçamentário de 1948. Verificamos isso ao lermos a aludida mensagem da qual distinguimos as seguintes palavras do governador:

A fim de que a Assembleia Legislativa possa conhecer, com maior precisão, as condições em que o referido Projeto de Lei de meios foi elaborado, é oportuno fazer-se uma apreciação, ainda que rápida, a respeito da situação financeira do Estado, cuja análise mais demorada faremos, em mensagem que teremos a honra de encaminhar a V. Exa. dentro de alguns dias.⁵⁰¹

Nessa mesma mensagem, o governador termina advertindo em nota que:

Nota: Serão publicadas oportunamente as tabelas que acompanham o Projeto de Lei e que constam do seguinte:

Lei Orçamentária

Tabelas explicativas da Receita e da Despesa.

Quadros demonstrativos.

Relação das Sextas Partes.

Relação dos Inativos e Pensionistas.

Contas do Exercício Financeiro de 1946.

Créditos Especiais ou Extraordinários abertos no exercício de 1946.⁵⁰²

Assim, as mencionadas tabelas foram publicadas na já referida sessão ordinária do dia 2 de outubro, como o anteprojeto da lei orçamentária e as tabelas explicativas da receita e despesa.⁵⁰³ Por outro lado, as explicações com pormenores acerca da receita e da despesa do Estado e o delineamento do programa de trabalho para o exercício financeiro de 1948, foi publicado na sessão ordinária do dia 21 de outubro.⁵⁰⁴

Na qualidade de membro da Comissão de Constituição e Justiça, Caio Prado Júnior analisou em detalhes os projetos de lei referidos acima, bem como as tabelas anexas. Podemos perceber isso quando nosso deputado fez, em plenário, uma longa análise da proposta orçamentária e tributária do governo, na sessão ordinária do dia 30 de outubro; bem como nos momentos em que apresentou, aos dois projetos de lei, emendas que iremos identificar e registrar as respectivas defesas que Caio Prado Júnior fez das mesmas, a seguir. No entanto, antes, assinalamos que na 87ª sessão ordinária, em 27 de outubro, foi lido em plenário, na hora do expediente, o parecer favorável, com

⁵⁰¹ *Idem*, p. 595.

⁵⁰² *Idem*, p. 603.

⁵⁰³ *Idem*, p. 605-789.

⁵⁰⁴ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 83ª Sessão Ordinária em 21 de outubro de 1947. p. 526-598.

emendas, da Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo deputado Bento Sampaio Vidal, filiado ao PSD, sobre o Projeto de Lei nº 244, cujo relator era o deputado Padre Carvalho.⁵⁰⁵ E na sessão ordinária do dia seguinte, foi posto em primeira discussão e sem debate aprovado o aludido Projeto de Lei.⁵⁰⁶ E na ordem do dia da 89ª sessão ordinária, em 29 de outubro de 1947, o Projeto de Lei nº 244 passou para segunda discussão e ficou sobre a Mesa da Casa durante três sessões para que os deputados encaminhassem emendas referentes à lei orçamentária.⁵⁰⁷ Nesta mesma sessão, entrou em primeira discussão o Projeto de Lei nº 243, o qual recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças e Orçamento, e, sem debates, foi aprovado.⁵⁰⁸

Antes de apreciarmos as emendas de Caio Prado Júnior aos projetos de lei acima mencionados, vamos destacar suas observações a respeito da apresentação dos referidos projetos. Como mencionamos acima, isso ocorreu na sessão ordinária em 30 de outubro de 1947. Diria Caio Prado Júnior, primeiro durante a hora do expediente, quando pede a palavra:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR- Com relação à proposta de orçamento, quero observar que foi muito exíguo o prazo atribuído à Assembleia para discuti-lo. Efetivamente, consta da nossa Constituição, que o prazo para a remessa do orçamento à Assembleia vai até 30 de setembro e a terminação de sua votação até 14 de novembro. Temos, portanto, o prazo de um mês e meio para a elaboração do orçamento, prazo esse, evidentemente, exíguo.

Infelizmente, é o que está previsto na Constituição e, parece-me, por um erro dos Constituintes, pois não é possível, dentro desse prazo exíguo, elaborar o orçamento. É o que se está verificando.

O Sr. Castro Carvalho – É verdade!

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR- Aliás, o projeto previa a remessa da proposta de orçamento até 31 de agosto; mas, esse prazo, em virtude de uma emenda apresentada pelo nobre Deputado Ulysses Guimarães, foi dilatada para 30 de setembro. Na ocasião, justificando sua emenda, disse o nobre Deputado Ulysses Guimarães – aliás, muito bem – que não se tratava de uma imposição, mas, apenas, de uma faculdade do Executivo, considerando situação anormal.

Apesar disso, o Executivo se prevalece desse prazo, e enviou-nos a proposta no último momento e com esta agravante: desacompanhada das tabelas explicativas, que só foram recebidas após o dia 30 de setembro.⁵⁰⁹

⁵⁰⁵ Este parecer está transcrito em *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 87ª Sessão ordinária em 27 de outubro de 1947. p. 818-868.

⁵⁰⁶ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 88ª Sessão ordinária em 28 de outubro de 1947. p. 925.

⁵⁰⁷ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. V. São Paulo, 89ª Sessão ordinária em 29 de outubro de 1947. p. 984.

⁵⁰⁸ *Idem*, p. 983-984.

⁵⁰⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. Proposta orçamentária. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 90ª Sessão ordinária em 30 de outubro de 1947. p. 15 (expediente).

O que ele distinguiu acima procede quando ele está questionando que a proposta não foi acompanhada das tabelas discriminativas da receita e da despesa, como consta no artigo 29 da Constituição estadual de 1947.⁵¹⁰ Essas, como identificamos acima, foram publicadas nas sessões dos dias 2 e 21 de outubro.

Por conseguinte, a partir das palavras iniciais de nosso deputado, em seu discurso acima, interpretamos que o período de 30 de setembro até 12 de novembro, quando foram aprovados os textos finais dos aludidos projetos de lei, foi de intenso trabalho, em plenário, e nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento. Paralelo a isso se deram as eleições municipais, ocorridas em 9 de novembro, e tudo o que em volta da mesma se sucedeu naquela conjuntura cada vez mais adversa para a democracia.

De acordo com as observações de Caio Prado Júnior, o Projeto de Lei nº 243, entre outras providências, criava o Imposto de Exportação, à taxa de 2,5% *ad valorem*; elevava de 1,8% para 2,5% a taxa do Imposto de Vendas e Consignações; modificava as tabelas que regulavam a arrecadação do Imposto de Transmissão de Propriedade *causa-mortis* e do Imposto de Transmissão de Propriedade Imóvel *inter-vivos* e modificava a taxa do Imposto Territorial para 1,5%.⁵¹¹ Portanto, nosso deputado advertiu que:

Nestas condições perpetua-se esse vício fundamental da nossa organização tributária: a imposição direta, isto é, a imposição antieconômica, que mais agrava as camadas menos favorecidas da população com maior peso fiscal, com maior ônus tributário.

Além desse aumento de Imposto de Vendas e Consignações, o Governo propõe o restabelecimento do Imposto de Exportação, mil vezes condenado e que, em boa hora, foi abolido em São Paulo.

O Governo, na incapacidade de resolver o problema financeiro do Estado, pede o restabelecimento desse imposto. Numa palavra, o Governo mantém intacto nos seus fundamentos e agrava nas suas consequências o deplorável sistema tributário vigente em São Paulo.⁵¹²

Por conseguinte, compreendemos que nosso deputado mostrou o equívoco da proposta de política tributária do Governo de Adhemar de Barros. Seu colega do PSD, Ribeiro dos Santos cobrou que fosse elaborada uma lei ordinária que propusesse uma

⁵¹⁰ *Anais da Constituinte de 1947*. Vol. IV. São Paulo, sessão solene de promulgação da Constituição do Estado de São Paulo, p. 700.

⁵¹¹ *Idem*, p. 15- 23. Ver, também, Projeto de Lei nº 243 – Criação, majoração e arrecadação de tributos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 68ª Sessão ordinária em 02 de outubro de 1947. p. 581-594.

⁵¹² PRADO JÚNIOR, Caio. Proposta orçamentária. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 90ª Sessão ordinária em 30 de outubro de 1947. p. 15 (expediente). p. 16.

reforma tributária para o Estado, por aqueles que criticaram, durante a elaboração da Constituição do Estado, o sistema tributário, e propuseram a cobrança progressiva do Imposto Territorial Rural, como Caio Prado Júnior fez. A essa colocação nosso deputado respondeu da seguinte forma:

O Poder Legislativo não dispõe dos mesmos elementos do Executivo e isso é da história administrativa de todos os países. São sempre os Governos que devem iniciar essas grandes reformas; a Assembleia, absolutamente, não dispõe de elementos para essa reforma tributária, tão profunda e completa. Se o Governo de São Paulo estivesse à altura das suas obrigações e se tivesse compreensão do momento que estamos atravessando, teria, incontinentemente, depois de assumido o poder e, particularmente, depois dos debates havidos nesta Casa, quando se discutia a Constituição, elaborado um trabalho de reforma tributária. É isso que esperamos até agora.⁵¹³

Ele ainda distinguiu que a proposta do governo do Estado foi apresentada ao apagar das luzes da sessão legislativa, visto que já estavam a três meses do encerramento do ano. E ainda destacou as consequências do aumento na cobrança do IVC, mostrando o momento difícil que viviam os estabelecimentos comerciais e a população do Estado de São Paulo.⁵¹⁴ Como a hora do expediente estava esgotada, Caio Prado Júnior interrompeu sua exposição e afirmou que voltaria em *explicação pessoal* na Ordem do Dia, para terminar seu discurso.

Então, logo depois de encerrados os trabalhos na Ordem do Dia, ele deu sequência a sua exposição e o debate foi acalorado quando recebeu vários apartes, pois retomou a discussão que ocorreu durante a elaboração da Constituição do Estado, qual seja, a efetiva cobrança do ITR. E ao final concluiu apresentando a solução para aquele momento:

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço a Casa que medite bem sobre esse ponto. Trata-se de escolher entre duas formas: ou aumentamos um imposto ou aumentamos outro. Ou aumentamos o Imposto Territorial ou aumentamos o Imposto de Vendas e Consignações e de Exportação. Com o primeiro, traremos fomento à vida econômica do Estado. Como o aumento do Imposto de Vendas e Consignações traremos a derrocada da nossa economia. Não se trata, agora, de escolher entre alternativas que nós mesmos preparamos; mas, alternativas que a situação do Estado impõe. É diante dela que está colocada esta Casa, necessitando escolher o melhor caminho. Ou agravar, consideravelmente, a situação de crise em que se encontra o Estado de São Paulo com a gravação do Imposto de Vendas e Consignações, estabelecendo o aumento do custo de vida, que amanhã, como consequência, provocará toda ordem de reivindicações de aumento de salários, de vencimentos de funcionários etc.

⁵¹³ *Idem*, p. 17-18.

⁵¹⁴ *Idem*, p. 22-23.

É essa a situação que se apresenta com o aumento do Imposto de Vendas e Consignações e do Imposto de Exportação; por outro lado, o Imposto Territorial, não somente, como provei, cobrirá esse *déficit* que se apresenta e, mais ainda, gravará sobre tudo aqueles que não exploram suas terras, aqueles que não dedicam seus esforços conscienciosamente, aqueles que não trabalham suficientemente para fazerem suas terras produzir.

Essa é a alternativa diante da qual nós nos encontramos.

Espero que esta Casa considerando, meditando cuidadosamente sobre esse assunto, saiba resolvê-lo de acordo com os altos interesses do nosso Estado. Tenho dito. (*Muito bem. Muito bem.*) (Palmas).⁵¹⁵

Em nossa perspectiva, além do acompanhamento da conjuntura na qualidade de deputado, Caio Prado Júnior demonstrava seu conhecimento detalhado da situação socioeconômica do Estado de São Paulo e do Brasil, registrada, entre outras obras, em seu livro *História econômica do Brasil*,⁵¹⁶ lançado em 1945, justamente próximo aos períodos eleitorais de 1946 e 1947, nos quais, como já mencionamos anteriormente, ele concorreu respectivamente a uma vaga no legislativo federal e, no ano seguinte, ao legislativo estadual.

No entanto, retomemos as discussões em torno dos projetos de lei nºs 243 e 244. Na 91ª sessão ordinária, em 31 de outubro de 1947, foram registradas as três emendas, para o aludido Projeto de Lei nº 243, de que Caio Prado Júnior foi o primeiro signatário; transcrevemos abaixo:

EMENDA Nº 10, AO PROJETO DE
LEI Nº 243, DE 1947

Suprima-se o Artigo 2º, que eleva o Imposto de Vendas e Consignações.
Sala de Sessões, 30 de outubro de 1947. – *Caio Prado Júnior, Estocel de Moraes, Rubens do Amaral, Lincoln Feliciano, Diogo Bastos, Vieira Sobrinho, Oliveira Mathias.*

EMENDA Nº 11, AO PROJETO DE
LEI Nº 243, DE 1947

Substitua-se, no Artigo 13, onde se lê “1,5% (um e meio por cento)” por “5% (cinco por cento)”.
Sala das Sessões, 30 de outubro de 1947. – *Caio Prado Júnior, Estocel de Moraes, Lincoln Feliciano, Diogo Bastos, Oliveira Mathias.*

EMENDA Nº 12, AO PROJETO DE
LEI Nº 243, DE 1947

⁵¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. Proposta orçamentária. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 90ª Sessão ordinária em 30 de outubro de 1947. p. 46-47. (explicação pessoal/ ordem do dia).

⁵¹⁶ PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*, op. cit.

Suprima-se o Artigo 1º e seus § §, em que se institui o Imposto de Exportação.

Sala de Sessões, 30 de outubro de 1947. - *Caio Prado Júnior, Estocel de Moraes, Rubens do Amaral, Lincoln Feliciano, Decio de Queiroz Telles, Diogo Bastos, Ferraz Egreja, Vieira Sobrinho, Oliveira Mathias.*⁵¹⁷

Mais adiante iremos examinar as emendas acima a partir dos pronunciamentos de Caio Prado Júnior sobre as mesmas. Então, voltemos aos trabalhos da 91ª sessão ordinária do dia 31 de outubro, na qual, durante a Ordem do Dia, foi colocada em segunda discussão a lei nº 243. Nesta discussão se pronunciaram os deputados Bravo Caldeira, Osny Silveira e Rubens do Amaral.⁵¹⁸ Destes, Caio Prado Júnior ofereceu apartes ao colega Osny Silveira,⁵¹⁹ dos quais destacamos o último:

O SR. OSNY SILVEIRA – (...) Sr. Presidente. Era o que tinha a dizer, declarando, outrossim, que concordo com os aumentos referidos, inclusive o do Imposto de Vendas e Consignações, ou a instituição ou a volta do Imposto de Exportação, mas concordo simplesmente porque não vejo outro meio de darmos aos Tesouro ou erário público, elementos para atender às despesas, que vão crescendo extraordinariamente.

(...)

O Sr. Caio Prado Júnior – Do Imposto Territorial.

O SR. OSNY SILVEIRA – ... já que da terra não podemos fazer, em vista das condições conhecidas de nossa vida rural.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem!)* *(Palmas.)*⁵²⁰

Compreendemos que no aparte de Caio Prado Júnior mencionado acima, nosso deputado reafirma sua convicção de que a saída para o equilíbrio financeiro do Estado estava na efetiva cobrança do ITR, como poderemos notar mais adiante, durante a votação de suas emendas para a lei nº 243.

Não obstante, após a fala do deputado Rubens do Amaral o presidente da Casa deu como encerrada a discussão do projeto nº 243, pois ninguém mais pediu a palavra. Mas sua votação ficou adiada, pois não havia número legal de deputados para tal. Ato contínuo entrou em discussão o Projeto de Lei nº 244. Somente o relator do referido projeto, deputado Padre Carvalho, usou da palavra⁵²¹ sendo apartado, entre outros, por Caio Prado Júnior. Nesses apartes observamos que Caio Prado Júnior reafirma seus argumentos contra o aumento do IVC, a recriação do Imposto sobre as exportações e a

⁵¹⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 91ª Sessão ordinária em 31 de outubro de 1947, p. 64.

⁵¹⁸ *Idem*, p. 71-82.

⁵¹⁹ Ver *idem*, p. 77-79.

⁵²⁰ *Idem*, p. 79.

⁵²¹ *Idem*, p. 82-97.

defesa do aumento da alíquota do ITR.⁵²² Observamos que, concluída a explanação do deputado Padre Carvalho, o presidente da Casa deu como encerrada a segunda discussão do Projeto de Lei nº 244 e informou que não haveria convocação de sessão para os dias 1º, 2 e 3 de novembro; entretanto, apelou para que os deputados comparecessem às sessões de terça e quarta-feira, dias 4 e 5, para que pudessem ser votadas as Leis Orçamentárias e Tributária.⁵²³ Nada mais havendo a tratar encerrou-se a sessão.

Dando sequência às discussões sobre a lei orçamentária, foram publicadas, na 92ª sessão ordinária, em 4 de novembro, as emendas ao projeto de nº 244, apresentadas pelos deputados, inclusive as assinadas por Caio Prado Júnior.⁵²⁴

Por outro lado, as eleições municipais se aproximavam e o clima se tornava cada vez mais tenso. Isso foi revelado ao lermos os discursos dos deputados, sendo que naquela sessão ordinária, em 4 de novembro, foi apresentada a moção nº 20, a qual transcrevemos abaixo, pois foi assinada, entre outros, por nosso parlamentar:

MOÇÃO Nº 20, DE 1947

A Assembleia Legislativa de São Paulo, conturbada pelo ambiente de pânico, que se está estabelecendo em São Paulo, cada dia pior, vem afirmar perante o povo paulista, perante todo o povo brasileiro, o seu protesto contra todas as coações e violências que possam perturbar a livre manifestação da vontade popular a 9 de novembro.

Neste protesto, a Assembleia concita diretamente o Sr. Governador do Estado a conservar-se na sua função, presidindo o pleito com isenção, e impondo aos seus subordinados o respeito que devem à soberania do povo.

Dirige-se, também, ao Sr. Presidente da República, lembrando a S. Exa. que São Paulo é um pedaço do Brasil, com direito à livre prática do regime democrático e à paz do seu lar paulista e brasileiro.

Palácio 9 de julho, 4 de novembro de 1947. – *Rubens do Amaral, Loureiro Júnior, Alfredo Farhat, Milton Cayres de Brito, Estocel de Moraes, Lincoln Feliciano, Castro Tibiriçá, Joviano Alvim, Paula Lima, Sebastião Carneiro, Padre Carvalho, Conceição Santamaría, Caio Prado Júnior, Pereira Lopes, Catullo Branco, Auro de Moura Andrade.*⁵²⁵

Após a apresentação da moção nº 20, os debates, ainda na hora do expediente, foram calorosos, vários deputados se posicionaram em protesto contra as coações que

⁵²² Cf. *idem*, p. 85-89.

⁵²³ *Idem*, p. 97.

⁵²⁴ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 92ª Sessão ordinária em 4 de novembro de 1947. p. 103 – 107.

⁵²⁵ MOÇÃO Nº 20 – De protesto contra as coações que possam perturbar as eleições de 9 de novembro. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 92ª Sessão ordinária em 4 de novembro de 1947. p. 118-119.

pudessem perturbar as eleições de 9 de novembro.⁵²⁶ Mas a aludida moção só seria apreciada na sessão ordinária do dia 11 de novembro.⁵²⁷ Por outro lado, encerrada a hora do expediente, o assunto em pauta foi a continuação da votação e discussão das emendas aos projetos de lei nº 243 e 244.

Por conseguinte, as emendas nºs 7, 8 e 9, assinadas por Caio Prado Júnior, foram colocadas em pauta para votação, mas por solicitação do mesmo essas tiveram sua ordem de votação invertida, pois, segundo nosso parlamentar, o objetivo das mesmas não era aumentar o Imposto de Vendas e Consignações, e, sim, apenas o Imposto Territorial. Assim, essas emendas de Orçamento visavam apenas ao resultado da votação da lei tributária, ou seja, da lei nº 243; então, só deveriam ser votadas após a aprovação do Projeto de Lei nº 243.

Acreditamos que pelo fato de estarem às vésperas das eleições municipais, nos dias 6 e 7 de novembro não ocorreram sessões, visto que não havia número legal de deputados presentes para se abrirem as respectivas sessões. No dia 6 de novembro de 1947 compareceram somente 15 deputados, e no dia 7, somente 16.⁵²⁸ Mas, no dia 8 de novembro, às vésperas do pleito, o deputado Caio Prado Júnior estava presente em plenário, e logo no início da 94ª sessão ordinária garantiu que a mesma tivesse quórum para sua realização:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR- (*Pela ordem*) O Artigo 11, do regimento, no seu § 1º, declara expressamente que, para efeito da declaração do número necessário à abertura da sessão, consulta-se a lista de presença. Uma vez que a lista de presença acusa o comparecimento de 19 Srs. Deputados, evidentemente, a sessão poderá ser aberta. Aliás, quero lembrar que a sessão foi aberta, e o Sr. 2º Secretário já havia iniciado a leitura da ata. De forma que a questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Castro Carvalho foi intempestiva – desculpem-me a expressão – e fora de propósito, uma vez que a sessão já estava aberta e iniciada com a leitura da ata pelo 2º Secretário.⁵²⁹

Mas, só havia dois membros da bancada do PCB naquela sessão; além de nosso parlamentar, estava presente o segundo secretário da Mesa, deputado Catullo Branco,

⁵²⁶ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 92ª Sessão ordinária em 4 de novembro de 1947. p. 119-133.

⁵²⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 96ª Sessão ordinária em 11 de novembro de 1947. p. 380. Portanto, na 96ª sessão ordinária o deputado Rubens do Amaral, primeiro signatário da Moção nº 20, retirou a mesma justificando que como já haviam passado as eleições municipais, a mesma perdeu a oportunidade.

⁵²⁸ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 4ª Reunião em 06 de novembro de 1947. p. 213-220. E *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 5ª Reunião em 07 de novembro de 1947. p. 221-243.

que compareceu àquela sessão, ainda tensa por conta das eleições municipais. Percebemos isto pelas palavras do deputado Caio Prado Júnior:

Na realidade, o que está em jogo não é o Regimento e sim, a bancada do Governo, que teme os debates que se vão travar nesta Casa; que quer impedir qualquer debate nas vésperas das eleições, com medo das denúncias que seriam trazidas a esta Casa, como já, têm sido trazidas, das arbitrariedades e das verdadeiras brutalidades que vêm sendo praticadas pelo Governo, a fim de impedir a livre manifestação das urnas.⁵³⁰

Observamos que o Regimento que estava sendo utilizado era o Regimento Interno da Constituinte, pois, como já informamos acima, as discussões para a elaboração do Regimento Interno da ALESP para os trabalhos ordinários só foram retomadas nas sessões de dezembro daquele ano.⁵³¹ Mas voltemos à 94ª sessão ordinária, na Ordem do Dia, quando mais uma vez Caio Prado Júnior, entre outros momentos, fez referência às tensões ocorridas às vésperas das eleições municipais. Naquele momento estava em discussão o Projeto de Lei nº 222, cujo primeiro signatário era o deputado Padre Carvalho, e versava a respeito de permuta e doação de imóvel na Capital.⁵³²

O SR. PRESIDENTE – (...) Prosseguindo na Ordem do Dia, vou submeter à continuação de discussão, o Projeto de Lei nº 222, de 1947.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Esse projeto tem uma grande importância e tem um grande significado, de forma que, representando, neste momento, a minha bancada, não podia deixar de dizer alguma coisa sobre o assunto. Aprovamo-lo em primeira e segunda discussão e devemos aprová-lo em terceira. Teria toda a vontade de utilizar esse momento para mostrar a significação desse projeto, e o sentido do nosso voto. Infelizmente, deparo com um obstáculo, que é a fadiga em que me encontro. Isso, Sr. Presidente, porque estou aqui tresnoitado, visto que passei a noite correndo a cidade de São Paulo de bairro em bairro, dos bairros à polícia e da polícia para os bairros, protegendo a liberdade e protegendo até a vida de companheiros.⁵³³

Deste modo, o deputado Caio Prado Júnior foi chamado à atenção pelo presidente da Casa em exercício, Rubens do Amaral, para que se ativesse à discussão em pauta. Então, Caio Prado Júnior solicitou que fosse adiada a discussão do Projeto de

⁵²⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. Questões de Ordem sobre início da Sessão e prorrogação da Hora do Expediente. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 94ª sessão ordinária em 08 de novembro de 1947. p. 244.

⁵³⁰ *Idem*, p. 246.

⁵³¹ *Idem*, p. 247.

⁵³² Cf. Projeto de Lei nº 222 - Permuta e doação de imóvel na Capital. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IV. São Paulo, 64ª Sessão ordinária em 26 de setembro de 1947. p. 381.

⁵³³ PRADO JÚNIOR, Caio. Verificação de presença. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 94ª sessão ordinária em 08 de novembro de 1947. p. 269.

Lei nº 222, e a Casa aceitou seu pedido. No entanto, os debates naquela sessão continuaram e estavam claramente tensos devido aos preparativos para a ida às urnas, tanto que ao final da sessão o deputado Caio Prado Júnior insistiu em sua arguição ao deputado do PSP, Lino de Mattos:

O SR. LINO DE MATTOS – Diante desse estado de perturbação em que se encontram os meus nobres colegas, não posso permitir apartes.

O Sr. Salomão Jorge – Não querem se conformar com a derrota iminente.

O Sr. Caio Prado Júnior – Quando V. Exa. subiu à tribuna, para dar conta de fatos graves que se verificaram, inclusive na Capital do Estado de São Paulo, não foi para tratar de política geral, de especulações políticas em torno de movimentos passados...

O Sr. Cunha Lima – E de nome de grande prestígio.

O Sr. Caio Prado Júnior – ... pois, o que queremos do Governo, através de V. Exa. é que explique porque, nestas últimas noites, tem o Governo mobilizado todos os seus investigadores para arrancar cartazes e faixas dos partidos que se encontram na oposição.⁵³⁴

Mas o deputado Lino Mattos não responderia às questões colocadas pelo deputado Caio Prado Júnior, e o presidente da Casa deu por encerrada a sessão devido ao tempo regimental, que estava esgotado.⁵³⁵

Então, em 9 de novembro de 1947 a banca comunista da ALESP fez um prefeito. Armando Mazzo, constituinte estadual e membro do PCB, fora eleito, pelo Partido Social Trabalhista (PST), prefeito de Santo André.⁵³⁶

Não obstante, as discussões em torno da definição do orçamento do Estado foram retomadas na 95ª sessão ordinária, em 10 de novembro de 1947, quando o presidente da Casa, Valentim Gentil, no início da Ordem do Dia, colocou em votação e discussão o já referido Projeto de Lei nº 243. Logo, nosso deputado, pela ordem, se pronunciou após a Casa conceder a preferência para o substitutivo oferecido pela Comissão de finanças e Orçamento:

O SR. PRESIDENTE – O nobre deputado Bravo Caldeira solicita preferência para a votação de seus substitutivo ao Projeto de Lei nº 243. Vou consultar a Casa sobre o pedido de preferência.

- Consultada a Casa concede a preferência.

⁵³⁴ *Idem*, p. 293.

⁵³⁵ *Idem*, p. 294.

⁵³⁶ Detalhes sobre isso ver: MEDICI, Ademir. *9 de Novembro de 1947: A vitória dos Candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999. Ver também a referência que o deputado Caio Prado Júnior fez a respeito da eleição de Armando Mazzo para a prefeitura de Santo André. Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. Adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 2654-M, de 1947. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VIII. São Paulo, 128ª Sessão Ordinária em 22 de dezembro de 1947. p. 778-783.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)*. Sr. Presidente, essa votação do substitutivo será feita sem prejuízo das emendas que foram oferecidas ao projeto?

O SR. PRESIDENTE – Mesmo a votação do substitutivo é feita sem prejuízo das emendas, a não ser na parte em que as emendas deixam de ter relação com o Projeto, uma vez que este é que foi visando pelas emendas.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)*. Sr. Presidente, o substitutivo é uma reprodução quase completa do projeto. Apenas difere em alguns pontos. Agora, há certos dispositivos do projeto que estão no substitutivo, e aos quais foram oferecidas emendas. Pergunto a V. Exa., essas emendas não estão prejudicadas?

O SR. PRESIDENTE – Não estão prejudicadas. *(Pausa)* (...).⁵³⁷

Neste sentido, de acordo com o regimento interno, a votação da lei nº 243 e suas emendas foi feita artigo por artigo, a partir do substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, como mencionamos acima, sem prejuízo das emendas apresentadas pelos deputados. No entanto, ainda sobre o encaminhamento para votação, Caio Prado Júnior observou o seguinte:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)*. Sr. Presidente, acho que as emendas deverão ser votadas no momento oportuno de cada artigo a que se referem, porque – vamos figurar um exemplo – as emendas supressivas sempre têm preferência para a votação. Esta é uma regra estabelecida. Há emendas supressivas de dispositivos do próprio substitutivo, e parece-me que deveriam ser votadas em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE – Nesse caso, o Deputado pedirá preferência. Vamos proceder à votação do artigo 1º.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Na votação desse artigo eu peço preferência para a emenda supressiva do artigo e parágrafos, emenda essa que tem o nº 12 e que diz: “Suprima-se o Artigo 1º e seus parágrafos.” De acordo o Regimento e o estabelecido na praxe parlamentar, as emendas supressivas têm preferência, de forma que solicitaria de V. Exa. pusesse em votação, em primeiro lugar, a Emenda nº 12.

O SR. PRESIDENTE – (...) Vou consultar a Casa sobre o pedido de preferência requerido pelo Deputado Caio Prado Júnior.

- Consultada, a Casa concede a preferência solicitada pelo Deputado Caio Prado Júnior.⁵³⁸

Deste modo, a emenda nº 12 de Caio Prado Júnior foi colocada em votação:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Visa esta emenda suprimir o Artigo 1º e seus parágrafos, do Projeto de Lei nº 243, que cria o Imposto de Exportação. (...).

O objetivo de um país, de um Estado, deve ser o de levar suas mercadorias ao mercado internacional, nas melhores condições possíveis, isto, é com os

⁵³⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 95ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1947. p. 334.

⁵³⁸ *Idem*. p. 334-335.

preços mais baixos possíveis. O imposto, portanto, virá gravar o preço das mercadorias de exportação, reduzindo, portanto, nossas possibilidades na colocação de nossos produtos no mercado externo. (...)

Espero que a Casa considerando a gravidade deste assunto, não vote essa reforma tributária, que cria um imposto altamente prejudicial à economia do Estado e, indiretamente, à economia do País.⁵³⁹

Ato contínuo ao encaminhamento do deputado Caio Prado Júnior, o deputado Bravo Caldeira, relator do aludido Projeto de Lei, na qualidade de componente da Comissão de Finanças, colocou que, por maioria de votos, os membros daquela Comissão aceitaram a indicação da proposta governamental, criando a taxa do Imposto de Exportação; assim, pediu à Casa que rejeitasse a emenda do deputado Caio Prado Júnior.⁵⁴⁰ Logo após a exposição do deputado Bravo Caldeira, a emenda nº 12 foi colocada em votação e aprovada.⁵⁴¹ Em seguida o presidente da Casa passou para a discussão do artigo 2º do projeto. E Caio Prado Júnior solicitou a preferência para a emenda supressiva nº 10, pelas mesmas razões apresentadas anteriormente, ou seja, pela preferência natural das emendas supressivas. O presidente consultou a Casa e essa concedeu a preferência. A emenda de nº 10, cujo primeiro signatário era o deputado Caio Prado Júnior foi colocada em votação:

O SR. PRESIDENTE – (...) A Emenda nº 10 diz o seguinte: “Suprima-se o Art. 2º que eleva o Imposto de Vendas e Consignações.”

De maneira que a emenda suprime o Artigo 2º, que eleva, mas mantém o imposto de vendas e consignações na base atual.

- Consultada, a Casa concede preferência para a votação da Emenda nº 10, solicitada pelo Sr. Deputado Caio Prado Júnior.

O SR. BRAVO CALDEIRA – Sr. Presidente, pelo a palavra.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra, para encaminhar votação, o nobre deputado Sr. Bravo Caldeira.

O SR. BRAVO CALDEIRA – *(Para encaminhar a votação)* (...) Pedimos à Casa a rejeição desta emenda, porque precisamos dar ao Governo meios para enfrentar a grave situação financeira em que se encontra o Estado. Para que esse imposto não fique como norma em nossa legislação tributária, demos-lhe em nosso substitutivo a vigência de dois anos apenas, esperando que, nesse interregno, possa o Governo, depois de estudar a reforma de nosso código tributário, apresentar outro meio de obter os recursos de que carece o Estado. Era o que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Sr. Presidente, pelo a palavra.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra, para encaminhar votação, o nobre deputado Sr. Caio Prado Júnior.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Essa é mais uma modalidade anti-econômica proposta pelo

⁵³⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. Emendas ns 10, 20, 11 e 12 ao Projeto de Lei nº 243, de 1947. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 95ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1947. p. 335-336.

⁵⁴⁰ Ver *idem*, p. 336.

⁵⁴¹ *Ibidem*.

Governo do Estado. É o que significa o aumento do Imposto de Vendas e Consignações. Quando se discutiu aqui a Constituição, havia uma emenda, em que se propunha a supressão desse imposto. A Casa inteira reconheceu que o Imposto de Vendas e Consignações devia ser suprimido, mas que não era oportuno introduzir isso na Constituição Estadual e por isso emenda não foi aprovada. Não obstante, ficou claro o pensamento unânime desta Casa era de que o Imposto de Vendas e Consignações deveria ser reduzido, gradativamente. (...) Não admitamos um aumento que ferirá profundamente a economia do Estado e o levará a uma situação de descalabro e de desorganização e, sobretudo, de miséria, para a massa da população que terá de arcar com o ônus desse imposto. Votando a favor da emenda supressiva, votaremos a favor dos interesses do Estado e, particularmente, a favor das massas desfavorecidas, que são aquelas justamente sobre as quais pesa esse imposto. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – Está em votação a Emenda nº 10, que manda suprimir o Artigo 2º.

- Posta a votos, é rejeitada a Emenda nº 10.⁵⁴²

Notamos que o relator Bravo Caldeira ainda apresentou no seu substitutivo a vigência de dois anos do IVC; em nossa perspectiva isso se deu devido aos vários discursos que nosso deputado ofereceu à Casa sobre o tema da reforma tributária. No entanto, mais uma vez Caio Prado Júnior não conseguiu que a Casa rompesse com o conservadorismo e com os interesses mais imediatos, principalmente a bancada de proprietários de terras. As votações acerca do Projeto de Lei nº 243 prosseguem até o momento da votação da emenda nº 11 cujo primeiro signatário era o deputado Caio Prado Júnior, a qual estabelecia a substituição do imposto de 1,5% para 5%, pelas palavras de nosso parlamentar:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente, Srs Deputados. O aumento do Imposto Territorial já foi amplamente discutido nesta Casa e também é assunto que mereceu a aprovação da Assembleia Constituinte, quando considerou que esse imposto era um imposto justo, um imposto necessário, que viria substituir, com vantagem, o Imposto de Vendas e Consignações. (...)

Acabamos de votar, aprovando, duas emendas, uma delas, que suprime o Imposto de Exportação e a outra, que não concede o aumento pedido pelo Governo. Nessas condições, o Governo ficará absolutamente destituído de recursos, se não for votada favoravelmente esta emenda. Será a única forma de resolver o desequilíbrio, provocado pela não aceitação do Imposto de Exportação e do aumento do Imposto de Venda e Consignações, o aumento do Imposto Territorial. Assim sendo, e louvando-me nos argumentos expendidos nesta Casa pelos Srs. Deputados que já se manifestaram sobre o assunto, em particular, pelo ilustre representante do Governo, o Deputado Mario Beni, penso que esta Casa não pode deixar de aprovar a Emenda nº 11 sob pena de deixar o Governo de São Paulo absolutamente destituído de recursos para fazer face à administração pública. Esta emenda visa substituir

⁵⁴² *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 95ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1947. p. 337-338.

o Imposto de Vendas e Consignações e o Imposto de Exportação, contra o qual esta Assembleia já se manifestou.

É uma necessidade tanto do ponto de vista econômico, com já foi amplamente elucidado nesta Casa, como, agora, do ponto de vista financeiro.⁵⁴³

Logo após a exposição do deputado Caio Prado Júnior o relator do projeto se pronunciou, rebatendo as afirmações de nosso parlamentar:

O SR BRAVO CALDEIRA - (*Para encaminhar a votação*) (...) A lavoura paulista está em péssima situação, e o campo, dia a dia, vem sendo abandonado. Este Imposto Territorial não vai recair somente sobre as grandes como também sobre as pequenas propriedades aqueles que necessitam de recursos, pois, que são os mais desamparados. A taxa de 5% apresentada pelo Deputado Caio Prado Júnior, tem por fim única e exclusivamente trazer uma balbúrdia na produção agrícola de São Paulo. É para matar a lavoura. Nessas condições, peço à Casa que rejeite essa emenda.⁵⁴⁴

Em nosso ponto de vista, bastaram as palavras do deputado Bravo Caldeira para afirmar a posição da bancada agrícola que como maioria conseguiu rejeitar a emenda: 15 deputados votaram “Sim” e 32 votaram “Não”. Compreendemos que por mais esforços que nosso parlamentar tenha feito, a política tributária do governo Adhemar de Barros venceu e iria levar o Estado a uma recessão aguda.

Ainda naquela sessão foram encerradas a segunda discussão e votação do Projeto de Lei nº 243 e iniciada a votação das emendas apresentadas à Lei Orçamentária do Estado. Assim, o Projeto de Lei nº 243 foi provado em segunda discussão e foi definido o encaminhamento para os prosseguimentos dos trabalhos da última votação do referido Projeto de Lei. Deste modo, a Casa concedeu a dispensa de interstício legal, solicitada pelo relator Bravo Caldeira, para o aludido Projeto de Lei, a fim de que fosse incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte sua última votação.⁵⁴⁵ Em seguida o presidente da Casa colocou em votação as emendas oferecidas à Lei Orçamentária e que não foram votadas na sessão anterior. A primeira delas foi a emenda nº 3, assinada, entre outros, pelo deputado Caio Prado Júnior, que não havia sido votada, pois, o deputado Lino de Mattos, solicitou a inversão de votação a fim de possibilitar um estudo mais apurado da emenda.⁵⁴⁶ Esclarecemos que a emenda nº 3 solicitava o

⁵⁴³ *Idem*, p. 343-344.

⁵⁴⁴ *Idem*, p. 344.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 349.

⁵⁴⁶ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 92ª Sessão Ordinária em 4 de novembro de 1947. p. 134.

reajustamento de vencimento de Pessoal (fixo e variável) do ensino primário,⁵⁴⁷ de acordo com o cálculo apresentado na mensagem do Governo do Estado o que acompanhou o Projeto de Lei nº 244. De acordo com Caio Prado Júnior:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Pela ordem)* Sr. Presidente. Como signatário dessa emenda, em meu nome e em nome dos colegas que também a subscreveram, peço permissão para retirá-la.

O SR. PRESIDENTE – Foi retirada a Emenda nº 3. Vamos passar à votação da Emenda nº 7.⁵⁴⁸

O autor da emenda nº 7 foi o deputado Caio Prado Júnior, ela previa um aumento na receita ordinária de tributos através do aumento da alíquota do Imposto Territorial Rural⁵⁴⁹, justificado em seu discurso pronunciado na sessão ordinária do dia 30 de outubro, destacado acima.

O SR. PADRE CARVALHO - *(Pela ordem)* Sr. Presidente, na minha opinião, essa emenda deve estar prejudicada, como decorrência natural da votação da Lei Tributária.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Pela ordem)* Ouvi as palavras do nobre colega Padre Carvalho e desejo dizer que essa emenda não está, propriamente, prejudicada. Na realidade, ela não tem mais razão de ser e, por isso, deve ser rejeitada. Em todo o caso, para abreviar nossos trabalhos, como seu signatário, vou retirá-la.⁵⁵⁰

Então, dando prosseguimentos aos trabalhos passou-se para a votação da emenda nº 9, de autoria do deputado Caio Prado Júnior, que apresentava a redução do cálculo da receita ordinária do IVC, prevendo-se que a alíquota desse imposto baixasse de 2,5%, previsto no Projeto de Lei nº 243 para 1,5%, o que não ocorreu, como acompanhamos acima. Deste modo, o presidente da Casa sugeriu o seguinte:

O SR. PRESIDENTE – O que me parece é que esta emenda deveria ser rejeitada ou retirada, para ser apresentada em 3ª discussão.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Pela ordem)* Parece que essa é a melhor solução. Retiremos a emenda e iremos sugerir à Comissão de Finanças que faça um cálculo sobre quanto renderá o Imposto de Vendas e Consignações na taxa de 2% e aprovaremos em terceira discussão, o montante apurado.

O SR. PRESIDENTE – Quer dizer que V. Exa. retira a emenda?

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Perfeitamente. Peço a retirada da emenda.

O SR. PRESIDENTE – Está retirada a emenda.

Vamos proceder à votação da Emenda nº 20.⁵⁵¹

⁵⁴⁷ *Idem*, p. 103.

⁵⁴⁸ *Idem*, p. 349.

⁵⁴⁹ A emenda nº 7 foi publicada na íntegra na 92ª sessão ordinária. *Idem*. p. 105.

⁵⁵⁰ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 95ª Sessão Ordinária em 10 de novembro de 1947. p. 349.

⁵⁵¹ *Idem*, p. 349-350.

O deputado Caio Prado Júnior encaminhou a votação da emenda nº 20, da qual foi o primeiro signatário, e que consistiu na supressão das verbas: nº 240, referente a “veículos motorizados” e nºs 260 e 262 destinadas ao aparelhamento policial:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Sr. Presidente. Apresentamos essa emenda, com o objetivo de reduzir as despesas do orçamento e procurar restabelecer, na medida do possível, o equilíbrio orçamentário gravemente afetado. (...) Nesse sentido, posso lembrar a Verba nº 240, referente a “veículos motorizados”.

Evidentemente, não se justificam veículos motorizados para uma corporação policial.

A explicação dada é que essa verba se destina à compra de carros de bombeiros.

Verifica-se, por aí, que uma explicação resolve imediatamente o assunto, porque, efetivamente, para a aquisição de carros de bombeiros, esta verba, em absoluto, não pode ser aprovada, por uma razão muito simples: acabamos de votar, há poucos dias, nesta Casa, a Lei Orgânica dos Municípios.

De acordo com essa lei, que já foi votada, sancionada e está em vigor, o serviço de bombeiros compete à Municipalidade, quer dizer, é, privativamente, matéria de competência municipal. (...)

Quanto às verbas de ns. 260 e 262, evidentemente, elas se acham muito pouco especificadas, isto é, não está bem claro o seu destino. Aparelhamento policial e de campanha é muito vago (...).

Mas, Sr. Presidente, não podemos votar uma despesa com essa explicação sumária. Diante de um orçamento deficitário como o nosso, precisamos exigir uma especificação rigorosa, minuciosa, das despesas a serem realizadas.⁵⁵²

No entanto, a Casa votou pela rejeição da emenda nº 20. Deste modo, interpretamos que as observações do deputado Caio Prado Júnior não foram levadas em conta; mesmo sem as especificações do material a ser adquirido a ALESP votou favoravelmente para que as despesas com o aparelhamento dos serviços de Polícia e de Assistência fossem mantidos. Uma posição um tanto quanto questionável, pois os relatos anteriores de nosso deputado mostraram as arbitrariedades cometidas pela polícia do Estado. Assim, concordamos com os questionamentos de Caio Prado Júnior que solicitava, pelo que entendemos, detalhes sobre o material a ser adquirido para a manutenção dos serviços da Polícia. Logo os debates em segunda discussão das emendas ao projeto do Orçamento se encerraram. Então, ficou definido pela Casa que durante a sessão ordinária do dia 11 de novembro seria votada a Lei de Tributos e na sessão extraordinária, no mesmo dia, convocada para as 21h seria destinada para

⁵⁵² Idem. p. 350-351.

terceira discussão da Lei Orçamentária. Os trabalhos em pauta na Ordem do Dia da 94ª sessão ordinária tiveram sequência e se encerrou o expediente na hora regimental.

Portanto, na 96ª sessão ordinária, em 11 de novembro de 1947, foi lido na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 243, já incorporadas as emendas de primeira e segunda discussão, e logo posto em votação e aprovado em globo, ficando a aprovação da redação final para a sessão extraordinária daquele dia.⁵⁵³

Abertos os trabalhos da Ordem do Dia da 10ª sessão extraordinária em 11 de novembro de 1947, foi posta em discussão e, em debate, aprovada, a redação final do Projeto de Lei nº 243, de 1947. Imediatamente passou-se para a terceira discussão e votação final do Projeto de Lei nº 244. O deputado Caio Prado Júnior encaminhou a votação das emendas nºs 8, 9, 6, 11 e 12, como destacaremos abaixo. O presidente da Casa colocou em discussão a emenda nº 8, apresentada pelo deputado Caio Prado Júnior e outros; então, para encaminhar a votação, nosso deputado se pronunciou em seguida:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente, refere-se a redução proposta ao serviço de gráficos e de publicidade, da Secretaria de Fazenda. Realmente, não se compreende que, diante do Orçamento deficitário, como será o de 1948, numa verba de material e serviços, na importância de Cr\$ 409.780,00, mais de 25%, isto é, Cr\$ 120.000,00 se destinem publicidade. (...) Assim, parece-me, que essa emenda se justifica e traz uma redução aconselhável na situação atual das finanças públicas.⁵⁵⁴

Ato contínuo, o Padre Carvalho se pronunciou na qualidade de relator e defendeu a aplicação da referida verba para a publicação de todos os relatórios e gráficos que a Secretaria de Fazenda do Estado dava conta ao povo da aplicação dos dinheiros públicos e do movimento das finanças de toda a Secretaria.⁵⁵⁵ Colocada em votação, a emenda nº 8 foi rejeitada. Em seguida foi colocada em votação a emenda nº 9 a qual Caio Prado Júnior também encaminhou a votação na qualidade de autor da mesma:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Essa emenda prevê a redução do item nº 404, que tem a seguinte rubrica: “Jornais, Radiodifusão, Publicidade e Escrituração da Secretaria de Segurança.”

⁵⁵³ Cf. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 96ª sessão ordinária em 11 de novembro de 1947. p. 380-382.

⁵⁵⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Emendas ns 8, 9, 6, 7, 11, 10 e 12 ao Projeto de Lei nº 244, de 1947. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 10ª Sessão Extraordinária em 11 de novembro de 1947. p. 438

⁵⁵⁵ *Idem*, p. 438.

Não é possível que, da dotação de Cr\$ 176.000, 00, como é a da presente verba, Cr\$ 125.000,00, isto é, mais de 75% se destinem à propaganda, como indica o item de referencia. (...) a redução pedida pela Emenda nº 9 é para Cr\$ 47.000,00, quantia essa mais que suficiente para a aquisição de jornais, de que a referida Secretaria necessita.⁵⁵⁶

O relator imediatamente se pronunciou, pedindo que a emenda nº 9 fosse rejeitada nos mesmos termos que a anterior, pois tratava-se de uma verba mínima para um fim de alta relevância. No entanto, a Casa acompanhou o deputado Caio Prado Júnior e aprovou a emenda nº 9.⁵⁵⁷ Passou-se à votação da emenda nº 6, também de autoria do deputado Milton Cayres de Brito e assinada, entre outros, por Caio Prado Júnior, a quem coube o encaminhamento de votação:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente, a Verba nº 8-072 – Material permanente – refere-se à aquisição de uma oficina gráfica para o Departamento Estadual de Estatística.

Esse problema dos trabalhos gráficos do Estado, evidentemente está mal resolvido pela forma proposta no Orçamento. De fato, o Departamento Estadual de Estatística, como as demais repartições, necessita de imprensa capaz de atender às suas necessidades. Mas, isso se resolverá cabalmente, quando se reestruturarem e ampliarem as oficinas da Imprensa Oficial. (...) Os trabalhos gráficos do Governo do Estado devem ser reunidos numa única repartição, que será sempre a Imprensa Oficial. (...).

Nestas condições, aprovando essa emenda teremos resolvido o problema da indústria gráfica do Governo, por outra forma muito mais aconselhável, isto é, sugerindo-lhe que reaparelhe de uma vez para sempre, a Imprensa Oficial, que está a merecer essa prova de atenção da administração. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

- Posta a votos é aprovada a Emenda nº 6.⁵⁵⁸

Ato sucessivo, foi colocada em votação a emenda nº 7, de autoria do deputado Caio Prado Júnior, que encaminhou a votação como registramos abaixo:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Destina-se esta emenda a reduzir verbas do Departamento Estadual de Informações. Quando se votou, aqui, o Orçamento, em segunda discussão, foram suprimidas verbas desse Departamento, mas, infelizmente, escapou à atenção dos membros desta Casa uma outra verba, com o seguinte título: “Certames promovidos pelo Estado, prêmios culturais, custeio de viagens e excursões técnicas do Departamento de Imprensa e Propaganda”. Este é o mesmo título que já foi condenado quando da segunda discussão do orçamento, e a Assembleia entendeu privar o Departamento desses recursos, por entender, muito acertadamente, que aquela repartição, absolutamente, não se destina à difusão cultural, mas sim à propaganda política, ou trabalho de

⁵⁵⁶ *Ibidem.*

⁵⁵⁷ *Idem*, p. 439.

⁵⁵⁸ *Ibidem.*

polícia. Este fato foi verificado e confirmado pela Assembleia, quando proferiu seu voto, por ocasião da segunda discussão. (...).
Nessas condições, solicito à Casa que dê seu voto favorável à emenda.
Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.⁵⁵⁹

De novo o relator fez uma intervenção, afirmando que o destino da referida verba era a difusão da cultura através do Departamento Estadual de Informações, por isso apelou para que a Casa mantivesse a dotação como estava, votando contra a emenda que visava a modificá-la.⁵⁶⁰ No entanto, a emenda foi aprovada.⁵⁶¹ Em seguida foi colocada para votação a emenda nº 11, a que Caio Prado Júnior encaminhou a votação:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Trata-se, nesta emenda, de suprimir as dotações destinadas à publicidade da Secretaria da Agricultura. A Secretaria dispõe de um departamento, que é a Diretoria de Publicidade Agrícola. (...)

Trata-se, portanto, de restabelecer uma boa prática seguida, até há poucos anos atrás, na administração do Estado, isto é, concentrar na Diretoria de Publicidade Agrícola todas as publicações da Secretaria de Agricultura, eliminando, por conseguinte, as verbas que as diferentes dependências da Secretaria têm. (...)

Nessas condições, solicito à Casa que dê seu voto favorável a esta emenda, porque será assim restabelecida uma prática salutar, que existiu no passado em nossa administração, isto é, concentrar na Diretoria de Publicidade Agrícola todas as despesas referentes às publicações da citada Secretaria.

- Posta a votos, é aprova a Emenda nº 11.⁵⁶²

Ato contínuo, foi colocada em votação a emenda nº 10; no entanto, quando o deputado Osny Silveira pediu a palavra pela ordem, observou:

O SR. OSNY SILVEIRA – *(Pela ordem)* Sr. Presidente. É muito louvável o proposto da emenda apresentada. Na realidade, a construção de hospitais regionais é uma imposição do Serviço de Assistência Social. Entretanto, pela ordem, peço licença para apresentar uma questão à Mesa. Trata-se da exata interpretação do Artigo 61, do Regimento de que estamos servido. Diz o mencionado artigo: “Na 3ª discussão, debater-se-á o projeto em globo, sendo permitido oferecer emendas. Tratando-se, porém do Orçamento, não se admitirão emendas que criem despesas; apenas podem ser aumentadas, diminuídas e suprimidas as despesas que já estiverem criadas.” (...) trata-se de criar uma nova despesa. Por um lapso, essa despesa não foi incluída Orçamento.

Faria, até, um apelo ao eminente subscritor da emenda, no sentido, de transferir para outra oportunidade a apreciação da matéria, porque, ao que me parece, o Artigo 61 não pode acobertar essa pretensão.

⁵⁵⁹ *Idem*, p. 440.

⁵⁶⁰ *Ibidem*.

⁵⁶¹ *Ibidem*.

⁵⁶² *Idem*, p. 441.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o Deputado Caio Prado Júnior.

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente. Peço a palavra como signatário da emenda. Reconhecendo as razões apresentadas pelo ilustre Deputado Osny Silveira, requeiro a retirada dessa emenda. A emenda, quanto ao mérito, aliás de acordo com a afirmativo do ilustre Deputado Osny Silveira, se justifica. A instalação dos hospitais regionais tem sido já largamente debatida e se justifica plenamente. Infelizmente, por um lapso, em vez de ser apresentada na discussão própria, esta emenda ficou para terceira discussão, quando, efetivamente, de acordo com o nosso Regimento ela não cabe mais. De maneira que vamos retirar esta emenda, reservando-nos o direito de, oportunamente, apresentar um Projeto de Lei que crie esses hospitais regionais, dotando-os, então, com créditos suplementares, se não houver dotações orçamentárias, ou os incluiremos dentro das verbas já existentes, e que não tiverem sido esgotadas. Assim Sr. Presidente, retiramos esta emenda.⁵⁶³

Por fim, Caio Prado Júnior ainda encaminhou a votação da emenda nº 12:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – *(Para encaminhar a votação)* Sr. Presidente. Essa emenda se refere a uma suplementação das verbas do Instituto Butantã. Não se trata, em absoluto, de criação despesas novas. Trata-se do aumento de despesas já existentes e todas elas perfeitamente justificadas.⁵⁶⁴

Então, Caio Prado Júnior continua o encaminhamento de votação da emenda nº 12, justificando cada atividade do Instituto Butantã, que mereceria o aumento de despesas. E ao fim de sua explanação solicitou à Casa a aprovação da aludida emenda. Mas o deputado Nelson Fernandes colocou uma questão de ordem sobre a matéria em votação:

O SR. NELSON FERNANDES – *(Pela ordem)* Sr. Presidente.

A Casa está adotando o critério de dois pesos e duas medidas.

A emenda apresentada pelo Deputado Caio Prado Júnior é idêntica a outras emendas que a Casa acaba de rejeitar, porquanto o Artigo 61, do Regimento Interno diz: “Na terceira discussão, debater-se-á o projeto em globo, sendo permitido oferecer emendas.

Tratando-se, porém, do Orçamento, não se admitirão emendas que criem despesas; apenas, podem ser aumentadas, diminuídas ou suprimidas as despesas que já estiverem criadas”.

Ora, o Deputado Caio Prado Júnior apresentou emenda a verba já criada. (...). Portanto, essa emenda não pode ser, também, considerada objeto de deliberação.

Era o que me cumpria esclarecer.

O SR. PRESIDENTE – De acordo com o critério que a Mesa vem estabelecendo, vou submeter à Casa a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Nelson Fernandes.

⁵⁶³ *Idem*, p. 441-442.

⁵⁶⁴ *Idem*, p. 444.

Os que consideram objeto de deliberação da Casa a Emenda nº 12, queiram conservar-se como se encontram.

(Pausa) A Casa considera a Emenda nº 12 objeto de deliberação.

- A seguir, é posta a votos e aprovada a Emenda nº 12.⁵⁶⁵

Por conseguinte, mais três emendas foram votadas, de autoria de outros parlamentares, e se deu por encerrada a terceira discussão e votação da Lei Orçamentária. Logo, foi à Mesa da Casa o seguinte Requerimento, assinado, entre outros, por nosso deputado:

REEQUERIMENTO

Sr. Presidente

Nos termos do Regimento Interno, requeiro a V. Exa. o seguinte:

- a) dispensa de interstício;
- b) dispensa de publicação da redação final e, em consequência, a leitura da lei orçamentária.

Sala de Sessões, 11 de novembro de 1947. – *Castro Carvalho, Joviano Alvim, Toledo Artigas, Osny Silveira, Henrique Ricchetti, Salomão Jorge, Pinheiro Júnior, Valentim Amaral, Castor Neves, Caio Prado Júnior, Alfredo Farhat, Rubens do Amaral.*⁵⁶⁶

O Requerimento foi aprovado pela Casa e ficou definido que a redação final da Lei Orçamentária seria votada na sessão ordinária do dia 12 de novembro.

Portanto, a redação final do Projeto de Lei nº 244, referente à Lei Orçamentária, foi apresentado e entrou em única discussão da redação final na 97ª sessão ordinária, em 12 de novembro.⁵⁶⁷ Como nenhum dos deputados solicitou o uso da palavra, o presidente da Casa submeteu o aludido Projeto de Lei à votação, tendo sido aprovado pelos parlamentares. Em seguida foi lida, pelo deputado Caio Prado Júnior, a declaração de voto da banca comunista sobre as Leis Orçamentária e Tributária. Nesta, percebemos muito das ideias de nosso parlamentar; assim, destacamos o seguinte:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Ao votarmos o Orçamento do Estado para 1948 e o Projeto de Lei nº 243, que o complementou, tivemos, sobretudo, em vista, a necessidade de uma reforma tributária, indispensável, no momento atual, em face das contingências financeiras, econômicas e sociais em que nos encontramos. (...).

A reforma tributária, por nós proposta desde a elaboração da Constituição, visava, precipuamente, a redução gradativa do Imposto de Vendas e Consignações, imposto tipicamente indireto e base principal, no momento, da arrecadação pública; e sua substituição por impostos que gravassem os setores mais abastados da população, em particular o imposto territorial rural,

⁵⁶⁵ *Ibidem.*

⁵⁶⁶ *Idem*, p. 445.

⁵⁶⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 37ª Sessão Ordinária em 12 de novembro de 1947. p. 475-611.

progressivo em relação à área das propriedades, de forma a isentar as pequenas propriedades, gravar moderadamente as médias, e tributar, sobretudo, as de grande extensão, em particular os latifúndios improdutivos.

Durante a elaboração da Constituição, o Governo, através de seus representantes diretos nesta Assembleia, bem como por declarações do então Secretário de Fazenda, repetidas vezes afirmou que estava resolvido a abordar, de frente, o problema da reforma tributária, tendo, para esse fim, iniciado os necessários estudos que seriam, oportunamente, submetidos a apreciação da Assembleia. (...)

E esperávamos que seriam trazidas à Assembleia com a proposta orçamentária.

Infelizmente, não foi isso que se verificou. O Governo limitou-se a propor o aumento do imposto de vendas e consignações (aumento vertiginoso de quase 40%) e o restabelecimento do mil vezes condenado Imposto de Exportação. (...)

Limitamo-nos, por isso, a propor a conservação do Imposto de Vendas e Consignações na taxa atual (o que já era muito, uma vez que nossa intenção era a redução desse tributo antieconômico e anti-social); a rejeição do Imposto de Exportação; e, finalmente, o aumento da taxa do Imposto Territorial Rural. (...)

Quanto às duas primeiras propostas, conseguimos obter ganho de causa nesta Assembleia. O Imposto de Exportação não foi restabelecido, e o de vendas foi apenas ligeiramente aumentado, nos termos de uma emenda do Sr. Deputado Rubens do Amaral (1,8% para 2%).

Quanto ao Imposto Territorial, a elevação da taxa que propusemos e que permitiria cobrir o déficit previsto, não foi aceita pela Assembleia.

A nossa errada política tributária, consagrada, mais uma vez, no orçamento a vigorar em 1948, resultará no seguinte: déficit considerável, ônus fiscal excessivo para as classes menos favorecidas, insuficiência de recursos para atender a um sem número de iniciativas da maior premência (obras públicas, reajustamento de vencimentos do funcionalismo, etc.). (...)⁵⁶⁸

Em nossa opinião, estamos diante de uma das peças de análise da questão orçamentária e da majoração de imposto muito bem elaborada por nosso parlamentar, a qual deixa transparecer a dificuldade que a população do Estado de São Paulo viveria naquele final da década de 1940 e para além dela. Voltemos então ao exame de Caio Prado Júnior acerca da Lei Orçamentária de 1948:

Restava-nos, assim apenas a possibilidade de procurar atenuar os vícios profundos da proposta orçamentária original, procurando alcançar pelo menos uma distribuição melhor das verbas e dotações orçamentárias. (...)

Procuramos corrigir, através de nossas emendas, dentro do possível, essa absurda distribuição das dotações orçamentárias. Cortamos verbas da Secretaria de Segurança; aumentamos as da Secretaria de Agricultura. Boa parte de nossas emendas mereceu aprovação da Assembleia. (...)

Ao mesmo tempo, ampliamos as dotações da Secretaria da Agricultura, particularmente as destinadas ao fomento da produção de trigo e instalação de moinhos, a fim de que possamos caminhar para a solução de um dos

⁵⁶⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. Declaração de voto ao Projeto de Lei nº 243, de 1947 – Parecer dado ao Projeto de Resolução nº 1.765 – M, de 1947. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VI. São Paulo, 37ª Sessão Ordinária em 12 de novembro de 1947. p. 612-614.

máximos problemas atuais do Brasil: o abastecimento de pão de trigo. Outra emenda nossa destinou-se a dar cumprimento ao dispositivo constitucional, que manda reservar ½% de sua receita ao fomento da pesquisa científica. Todas essas emendas, igualmente, mereceram aprovação da Assembleia. (...).⁵⁶⁹

Distinguimos desse fragmento de seu discurso a preocupação de sempre de Caio Prado Júnior em garantir os recursos necessários para a pesquisa científica. Concluiu sua fala salientando o compromisso que sua bancada tinha com a massa da população do Estado de São Paulo:

E assim agimos tendo sempre em vista os altos interesses do nosso Estado e, particularmente, da massa de sua população, tão necessitada de reformas profundas, que melhorem suas condições de vida, elevem seu padrão de vida, que se encontra ainda em nível ínfimo, e tragam riqueza e prosperidade para o nosso país.

Sala de Sessões, 12 de novembro de 1947. – *Milton Cayres de Brito, Caio Prado Júnior, Taibo Cadorniga, Lourival Villar, Zuleika Alambert, Catullo Branco, Sanches Segura, Roque Tevisan.*⁵⁷⁰

⁵⁶⁹ *Idem*, p. 613-614.

⁵⁷⁰ *Idem*, p. 614.

3.4. A cassação dos mandatos da bancada do PCB

Ao longo do exame que fizemos das sessões da Assembleia Constituinte e da Assembleia Legislativa de São Paulo em seus trabalhos ordinários, compreendemos que antes da Constituição Estadual de São Paulo de 1947 completar um mês de sua promulgação, o contexto de redemocratização do país começou a mudar. E o tema da cassação de mandatos de parlamentares eleitos democraticamente foi colocado em pauta. Percebemos isso, através, entre outros momentos, da leitura da 6ª sessão ordinária ocorrida no dia 17 de julho, na qual o líder da bancada comunista Milton Cayres de Brito apresentou a Moção nº 2 de confiança ao Congresso Federal evitando a cassação dos mandatos.⁵⁷¹ Esta foi votada nominalmente e aprovada na 10ª sessão ordinária do dia 22 de julho.⁵⁷² Em nosso ponto de vista, a moção nº 2, foi uma das inspirações para o discurso do deputado Caio Prado Júnior, preferido na Ordem do Dia da 12ª sessão ordinária de 24 de julho de 1947, quando, na qualidade de legislador ordinário, realizou seu primeiro discurso sobre a possibilidade da cassação do mandato dos parlamentares eleitos pela legenda do PCB, revelando a intenção do Congresso Nacional em cassar o mandato dos legisladores eleitos por aquela legenda. Pelas palavras de nosso deputado, quando denunciou a política antidemocrática do presidente Dutra:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – (*Para explicação pessoal*) – Sr. Presidente, venho trazer a esta Casa mais algumas manifestações populares contra a cassação de mandatos de parlamentares. Uma delas vem de Graça, e com mais de 400 assinaturas representativas de vários partidos políticos e correntes de opinião, inclusive de autoridades locais. (...)

Outro manifesto (...), é dos moradores do Jardim Paulista, desta Capital igualmente traz, algumas centenas de assinaturas. (...)

Sr. Presidente, são essas manifestações populares nessa relevante questão da cassação dos mandatos. É a voz do povo unindo-se à de juristas, os mais eminentes do país, ao profligarem o atentado que se pretende desferir contra a nossa Constituição e contra as instituições democráticas brasileiras.

Seria inútil repetir aqui os argumentos jurídicos e constitucionais contra a cassação ou a extinção dos mandatos, dêem a isso o nome que melhor entenderem, porque, no fundo, é sempre a mesma coisa: o desrespeito mais brutal, flagrante e acintoso à vontade popular manifestada livre e soberanamente nas urnas. Aliás, esta Assembleia já teve oportunidade de se manifestar sobre o assunto, repelindo o atentado que trama um pequeno grupo fascistóide que cerca o Presidente da República, incluindo-se nesse grupo o próprio Sr. Gen. Eurico Gaspar Dutra. E mesmo aqueles que votaram contra a moção aprovada nesta Casa assim o fizeram, em maioria, apenas porque não a consideravam oportuna, negando-se a entrar em seu mérito,

⁵⁷¹ Ver *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 6ª sessão ordinária em 17 de julho de 1947. p. 206.

⁵⁷² *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 10ª sessão ordinária em 22 de julho de 1947. p. 332-333.

conforme declaração de voto do Sr. Deputado Padre Carvalho, ilustre líder do Partido Social Democrático. Assim tinha que ser porque, individualmente, a quase totalidade dos Srs. Deputados, com exceção de três ou quatro, tão somente, já manifestaram, através de entrevistas concedidas à Imprensa, seu repúdio formal e decidido contra a cassação de mandatos.

A Assembleia Legislativa de São Paulo forma-se francamente na corrente em que já se alistaram as Assembleias Legislativas de quase todos os Estados do Brasil, incluindo-se as da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul.

Assim, Sr. Presidente, é a grande maioria do país que se levanta contra esse atentado à Constituição e às nossas instituições representando na cassação dos mandatos de legítimos representantes do povo.

Mas, se apesar disso, o atentado se consumar pela imposição do pequeno grupo fascista que empolgou o Poder no Brasil e pretende ditar-lhe suas regras e princípios inspirados em Hitler e Mussolini, se isso se der, terá sido, então, a última hora do que resta de nossas instituições democráticas e do regime, bem como daqueles que, em qualquer posto, dirigem os destinos da nacionalidade. E teriam então perdido o direito ao respeito dos cidadãos e do povo brasileiro. (*Muito bem.*)⁵⁷³

Observamos que Caio Prado Júnior se remeteu aos líderes fascistas, em nossa compreensão, para mostrar que o assunto era da maior gravidade e que poderia ter repercussões sobre a frágil democracia brasileira. Assim, nesse ponto iremos examinar, como anunciamos anteriormente, as intervenções de nosso deputado sobre o aludido tema da cassação dos mandatos parlamentares que ocorreram entre novembro de 1947 a janeiro de 1948.

No entanto, destacamos o processo que levou à supressão do Partido Comunista do Brasil, o qual foi acompanhado por nosso parlamentar, como vamos verificar em seus discursos que revelaremos mais à frente. O referido processo teve dois momentos: o primeiro, no Tribunal Superior Eleitoral, incumbido de julgar o cancelamento do registro partidário; e o segundo, no Poder Legislativo, ao qual incumbia julgar a cassação do mandato dos parlamentares eleitos pelo partido. O PCB foi julgado pelo TSE e, em 7 de maio de 1947, por três votos contra dois foi considerado ilegal e, portanto, cancelado seu registro.⁵⁷⁴ Sobre a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB em 1947, a profa. Maria do Carmo Campello de Souza escreveu que:

A discussão de matéria na Câmara e no Senado teve início em setembro, tendo como protagonistas principais, de um lado, o representante da UDN na Comissão de Justiça da Câmara, Afonso Arinos, contrário a cassação; e de outro, o Senador Ivo D'Aquino (PSD-SC), que conseguiu a aprovação de seu

⁵⁷³ PRADO JÚNIOR, Caio. Abaixo-assinados contra a cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. I. São Paulo, 12ª sessão ordinária em 24 de julho de 1947. p. 401 – 402.

⁵⁷⁴ Ver SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

projeto na íntegra pela Comissão de Justiça do Senado, recusando todas as emendas que visavam retardar ou amenizar a cassação. À votação na Câmara compareceram 243 deputados, dos quais 179 aprovaram e 74 se opuseram à cassação, assim distribuídos. A aprovação dependeu diretamente do PSD e dos pequenos partidos, visto que a UDN se dividiu exatamente ao meio e o PTB inclinou-se pela rejeição da medida. A Lei nº 211, que decretava a cassação dos parlamentares comunista, é de 7 de janeiro de 1948, posterior, portanto, à promulgação da nova Constituição e às primeiras eleições estaduais do novo regime.⁵⁷⁵

Distinguimos que Ivo de Aquino foi eleito senador por Santa Catarina pelo PSD, em 1945. Como líder da maioria no Senado, apresentou um Projeto de Lei ao Congresso Nacional dispondo sobre a extinção dos mandatos de parlamentares, o que resultou na cassação dos senadores e deputados eleitos pelo PCB. Este projeto baseou-se na decisão de 7 de maio de 1947 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que cassou o registro do PCB. O referido projeto foi aprovado, dando origem à aludida lei federal nº 211, de 7 de janeiro de 1948. Mais à frente registraremos a opinião de Caio Prado Júnior sobre o Projeto de Lei de Ivo de Aquino.

Assim, compreendemos, ao ler os discursos de Caio Prado Júnior, que a cassação dos mandatos de senadores e deputados eleitos pelo povo, iria ferir de morte nossa democracia, sendo que uma das consequências, em nosso entendimento, foi a supressão das instituições democráticas, 17 anos depois, em março de 1964. Pelas palavras de Caio Prado Júnior, pronunciadas durante a hora do expediente da 105ª sessão ordinária, em 22 de novembro:

O SR. CAIO PRADO JÚNIOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna para trazer ao conhecimento da Casa, e de toda a população de São Paulo e do Brasil, mais um atentado, da maior violência, não só à nossa Constituição, ao nosso regime democrático, mas, também, aos nossos foros de país civilizado.

E fere os nossos foros de país civilizado, porque já não estamos mais no momento histórico em que se permita que o povo reunido pacificamente em praça pública, para manifestar as suas opiniões, fosse violentamente atacado e maltratado pelo poder público através de nossos órgãos policiais.

No exercício de um legítimo direito, assegurado pela Constituição, o povo de São Paulo foi convocado para um comício de protesto contra a cassação de mandatos de parlamentares comunistas.

O exercício desse direito, assegurado pela Constituição, revestiu-se de todas as formalidades legais. A realização do comício foi comunicado à polícia por um cidadão idôneo, eleito Vereador na Capital, o Sr. Benedito Jofre. (...) o povo, no exercício legítimo de seus direitos, afluiu ao Largo da Lapa, nesta Capital

A Polícia, advertida, naturalmente, pela própria comunicação, da realização desse comício, tomou o referido Largo como se tomaria uma praça de guerra.

⁵⁷⁵ *Idem*, p. 118.

Posso trazer o testemunho pessoal disto, excluindo de início uma alegação que tem sido levantada, em outras oportunidades, nesta Casa, de que “não há provas” de fatos abrigados nesta tribuna. Venho, agora, com o meu testemunho pessoal. Trago a palavra de um cidadão de um Deputado.⁵⁷⁶

Deste modo, interpretamos que Caio Prado Júnior procurou testemunhar, com os próprios olhos, na qualidade de participante, a manifestação das classes populares contra a cassação dos mandatos e consequentemente a repressão arbitrária da Polícia do Estado de São Paulo, rompendo, assim, com os princípios constitucionais.

Não obstante, encerrada a hora do expediente nosso deputado continuou, ainda naquela sessão, seu discurso após o vencimento da pauta definida para a Ordem do Dia. Em explicação pessoal, diria ele:

Estão sendo colhidas as assinaturas do povo de São Paulo contra o projeto de cassação de mandatos, que transita na Câmara Federal. Essa cassação, esse projeto já foi caracterizado, juridicamente, e, politicamente, já sofreu o repúdio popular que merece.

Esse projeto está encontrando a reprovação formal do povo, através de uma manifestação como não se viu, talvez, igual entre nós, que é um manifesto-monstro que está sendo assinado pelo Brasil inteiro, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro a Mato Grosso; do norte a sul, de leste a oeste do território nacional.

Isso também ocorre nesta Capital, e o Governo de São Paulo, compreendendo que essa mobilização popular contra a cassação de mandatos, representa um golpe nele – Governo – nesse Governo que faz parte da trama antidemocrática que ameaça o Brasil, esse Governo adotou a providência de impedir que o povo de São Paulo se mobilizasse nesse sentido, isto é, que assinasse as listas do manifesto contra a cassação.⁵⁷⁷

Por conseguinte, entendemos que o deputado Caio Prado Júnior proferiu aquelas palavras ao sabor do momento, que indicava o envolvimento da massa contra aquele processo de supressão dos mandatos de deputados eleitos democraticamente. E ao final de seu discurso, profeticamente salientou qual seria o destino de nosso país se as Constituições, Federal e Estadual não fossem respeitadas. Logo, conclamou a ALESP a se pronunciar contra o desrespeito que o governo estadual demonstrava pelo cidadão ao não cumprir a Carta constitucional do Estado. De acordo com Caio Prado Júnior:

Agora trata-se de mobilizar esta Assembleia e através dela, através de cada um dos democratas desta Casa, mobilizar o povo brasileiro porque, se permitirmos que continue a situação atual, estaremos, dentro de muito pouco tempo, novamente num ditadura total, assistindo à aniquilação completa de

⁵⁷⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Autoridades policiais e o momento político. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 105ª sessão ordinária em 22 de novembro de 1947. p. 213.

⁵⁷⁷ *Idem*, p. 232.

todos os nossos direitos e do esmagamento dos nossos interesses, dos interesses populares. É para isso que estamos marchando. Ou levantamos o nosso brado de protesto, contra esta marcha progressiva do Governo atual pelo caminho da ilegalidade, do arbítrio, ou então, terá soado a hora da democracia no Brasil e estaremos reduzidos, novamente, à ditadura contra a qual todos sabem quanto lutamos e da qual tanto custamos no livrar. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem.*) (*Palmas*)⁵⁷⁸

Dando sequência às observações do deputado Caio Prado Júnior sobre aquele momento, no qual estava em pauta a perda dos direitos políticos dos deputados comunistas, selecionamos partes de seu discurso sobre o já referido projeto do senador Ivo de Aquino. Isto ocorreu na hora do expediente da 108ª sessão ordinária do dia 26 de novembro, presidida pelos deputados Nelson Fernandes e Rubens do Amaral, quando foi colocada em discussão e votação a Moção nº 23 de repúdio ao Projeto de Lei federal de cassação de mandatos.⁵⁷⁹ Caio Prado Júnior foi o autor do requerimento⁵⁸⁰ que pediu a urgência para a discussão e a votação dessa moção. Então, aprovado o requerimento, Caio Prado Júnior foi o primeiro deputado a usar a palavra na discussão da Moção nº 23:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna para justificar as assinaturas apostas pela nossa bancada na moção a ser dirigida à Câmara dos Deputados e contrária à cassação dos mandatos. Assinamos a moção, embora estejamos diretamente em causa na mesma, porque não são os nossos mandatos que defendemos, defendemos mandatos do povo, mandatos conseguidos pelo voto soberano. (...)

Em primeiro lugar, o Projeto de Lei Ivo de Aquino entrega a decisão da cassação do registro dos partidos a um Tribunal composto de cinco juízes e estabelece que a cassação do registro determina, automaticamente, a cassação dos mandatos. Resulta desse fato que um Tribunal Eleitoral composto de cinco juízes, por uma simples maioria de três Deputados, pode cassar o mandato de todo o Poder Legislativo, de todas as Assembleias populares do País. (...)

Mas, não é apenas a independência dos Poderes que se encontra ameaçada pelo Projeto de Lei Ivo Aquino. Dá-se a mesma coisa com relação à autonomia estadual e, chamo particularmente a atenção para esse fato, porque, parece-me, não me recordo, ter sido ele devidamente salientado e esclarecido. O Projeto de Lei Ivo Aquino autoriza a cassação dos mandatos dos Senadores e Deputados federais, como também dos Deputados estaduais. Isso representa uma intervenção absolutamente indébita de um órgão federal na vida constitucional do Estado.

A independência, a autonomia dos Estados, tem por base principal essa faculdade de organizarem-se constitucionalmente, de disporem, dentro dos limites estabelecidos na Constituição, sobre mandatos, sobre a constituição e

⁵⁷⁸ *Idem*, p. 235.

⁵⁷⁹ MOÇÃO nº 23 De repúdio ao Projeto de Lei Federal de cassação de mandatos dos Deputados comunistas. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 108ª sessão ordinária do dia 26 de novembro de 1947. p. 413.

⁵⁸⁰ Requerimento Nº 317 - urgência para a discussão e votação da Moção nº 23. In: *Idem*, p. 413.

funcionamento de suas Assembleias. É esta a base essencial, e pode-se dizer, a única autonomia estadual. Admitida a intervenção de um Tribunal Eleitoral Federal nesta esfera privativa da autonomia do Estado, teremos suprimido a autonomia desses mesmos Estados, e estará morta a Federação Brasileira.⁵⁸¹

Essas duas observações de Caio Prado Júnior são importantes, em nosso ponto de vista, para entendermos a constituição do Estado Republicano no Brasil. Primeiro, compreendemos que ele convocou o tema clássico de Montesquieu, o equilíbrio dos Poderes⁵⁸², apontando que ao se colocar o tema da cassação para ser definido pelo Judiciário e o Legislativo, perde espaço, e o equilíbrio entre os poderes ficaria maculado. E em segundo lugar, ele advertiu sobre o abalo que tal lei faria no princípio federativo, estabelecido desde a primeira Constituição brasileira, a já citada Constituição Federal de 1891. Ou seja, uma lei federal interferiria no funcionamento do legislativo estadual. Neste sentido, concluiu seu discurso afirmando que:

Anulado o Poder Legislativo, sabe muito bem o povo que, desse dia em diante, estarão sem proteção, sem defesa, os seus interesses. O Poder Executivo terá força absoluta, não encontrará mais freio, e levará o País para o regime ditatorial, que se já conhecemos através de um longo sofrimento, felizmente se encerro há alguns anos. (...)

O Projeto de Lei Ivo de Aquino encontra-se na Câmara Federal à espera da última votação. É o momento decisivo esse. Enganam-se muito aqueles que pensam que o assunto se resolverá exclusivamente dentro da Câmara dos Deputados. Não. É o povo que resolverá. É o povo e entre esse povo nós, Deputados, estamos também incluídos. É esse povo que, através de suas lutas, através de manifestação de sua vontade, decidirá, porque os Deputados, representantes desse mesmo povo não poderão se levantar contra essa voz quase unânime que se alça em todo o país.⁵⁸³

No entanto, não foi isso que ocorreu, como poderemos averiguar mais adiante, através das próprias palavras de nosso deputado. Mas, a discussão continuou, só usando da palavra mais um deputado o *udnista* Auro de Moura Andrade, ao qual Caio Prado Júnior ofereceu alguns apartes. Num desses apartes nosso deputado salientou que:

V. Exa. aqui repetiu, várias vezes, que se trata da extinção ou cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. No Projeto de Lei Ivo Aquino, no entanto, não se encontra a palavra “comunista”. Refere-se esse projeto ao mandato de qualquer parlamentar. Embora, até hoje, o único partido que teve seu registro cassado tenha sido o Partido Comunista, não se esqueça V. Exa. de que, amanhã, nessa mesma base – porque não passou de um pretexto a

⁵⁸¹ PRADO JÚNIOR, Caio. Cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 108ª sessão ordinária em 26 de novembro de 1947. p. 413-414.

⁵⁸² Ver Montesquieu, Charles de S., Baron de. *O espírito das leis*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

⁵⁸³ PRADO JÚNIOR, Caio. Cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 108ª sessão ordinária em 26 de novembro de 1947. p. 415-416.

cassação do registro do Partido Comunista – serão cassados os registros de outros partidos, inclusive o de V. Exa.⁵⁸⁴

Em nossa interpretação, Caio Prado Júnior estava certo em sua advertência, tanto que a história confirmaria sua opinião, pois, 17 anos depois foram cassados todos os partidos da República brasileira.

Mas, voltemos para nossa questão. Em seguida à conclusão da explanação do deputado Auro de Moura Andrade, foi posta em votação a Moção nº 23, que foi aprovada pela Casa.⁵⁸⁵

Na sessão extraordinária em 28 de novembro Caio Prado Júnior solicitou uma questão de ordem para que pudesse encaminhar ao Congresso Nacional os abaixo-assinados dos cidadãos paulistas contra a cassação de mandatos.

Sr. Presidente. Ainda no Expediente, eu queria propor uma questão de ordem a V. Exa.

Temos em mãos abaixo-assinados contra a cassação de mandatos. Esses documentos estão se multiplicando diariamente. (...) Perguntaria a V. Exa. qual a forma mais prática para evitar a necessidade de encaminhá-los, através de discursos, que tomariam inutilmente o tempo da Assembleia. Perguntaria a V. Exa. se podemos entregar esses abaixo-assinados à Mesa – os atuais e os futuros que nos chegarem. A Mesa providenciará o seu encaminhamento, conforme requerem esses manifestos, isto é, o encaminhamento às Câmaras do Congresso Nacional.⁵⁸⁶

Então, logo após a intervenção dos deputados Castro Carvalho, Silvio Luciano de Campos e Salomão Jorge, sobre a questão de ordem levantada por Caio Prado Júnior, o presidente da Casa em exercício, deputado Nelson Fernandes, decidiu que:

Se essas representações, como disse, forem dirigidas a esta Assembleia serão lidas no Expediente e publicadas no Diário Oficial. Para que sejam encaminhadas à Câmara Federal é preciso que um dos Srs. Deputados requeira esse encaminhamento e, então a Assembleia tomará conhecimento desse requerimento e o discutirá. Se entender que as representações devem ser encaminhadas à Câmara Federal isso será feito, se não serão arquivadas. A Assembleia decidirá através do requerimento de um dos Deputados.⁵⁸⁷

Por conseguinte, no dia 1 de dezembro Caio Prado Júnior levantou uma questão de ordem durante o expediente, visto que todos haviam sido informados de que a

⁵⁸⁴ *Idem*, p. 418.

⁵⁸⁵ *Idem*, p. 421.

⁵⁸⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. Questão de Ordem sobre o encaminhamento de abaixo assinado contra a cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 11ª sessão extraordinária em 28 de novembro de 1947. p. 542.

⁵⁸⁷ *Idem*, p. 543.

ALESP receberia naquele dia mensagem de populares contra a cassação dos mandatos. Nosso deputado solicitou ao presidente da Casa o seguinte esclarecimento:

Sr. Presidente, todos sabem, porque já teve larga publicidade, que esta Assembleia receberá hoje mensagem de populares contra a cassação de mandatos.

A propósito desse acontecimento, os jornais, certos jornais, referem-se com termos verdadeiramente alarmistas e, mesmo terroristas, procurando com isso pôr a população em pânico e causar o desassossego na cidade. (...)

Eu solicitaria a V. Exa. Sr. Presidente, que explicasse quais foram as providências tomadas pela Mesa a fim de que cesse essa campanha alarmante que, depois dos jornais, transferiu-se para as Estações de Rádio. (...) continua a manter essa campanha terrorista com o fim de alarmar a população e criar um ambiente de terror propício para os seus planos que encobrem nada mais nada menos, do que a implantação da ditadura no Brasil.⁵⁸⁸

Prontamente o presidente da Casa respondeu ao nosso deputado:

Acolhendo a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Caio Prado Júnior, devo comunicar o seguinte: Ao tomar conhecimento, através do ofício do Exmo. Sr. Secretário da Segurança e de elementos da Bancada Comunista, de que hoje, às 17 horas, se realizaria em frente ao Palácio 9 de Julho uma concentração popular, a fim de fazer, à Assembleia, entrega de mensagens de protesto contra a cassação de mandatos, resolvi entender-me com aquela alta autoridade e com os Deputados aludidos, a fim de se estabelecer o processo da entrega das mensagens, dentro de um ambiente de ordem e de respeito à lei, às autoridades e ao Poder Legislativo. Convoquei, à noite, os colegas líderes das diversas bancadas e acertamos medidas para alcançarmos o fim aludido.

Parece-me que efetivamente, atingimos os nossos objetivos: populares, através de uma comissão, farão entrega das mensagens a Mem mesmo, no Gabinete da Presidência, e se dissolverão logo em seguida. Acredito, portanto, que as providências tomadas alcançaram os seus objetivos, que as leis serão observadas, e os poderes públicos prestigiados, mantendo-se imperturbável a ordem pública, como é necessário para a tranquilidade da família paulista, como é e deve ser desejo de todos aqueles que pertencem a esta Casa.⁵⁸⁹

As referidas mensagens foram entregues naquele dia por uma comissão composta por populares; no entanto, a sua entrega não foi tão tranquila quanto o esperado pelo presidente da Casa, como vamos perceber pelas palavras de Caio Prado Júnior, registradas mais adiante.

Portanto, na sessão ordinária seguinte, realizada no dia 2 de dezembro, Caio Prado Júnior apresentou à Mesa o seguinte requerimento:

⁵⁸⁸ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 111ª sessão ordinária em 1 de dezembro de 1947. p. 686.

⁵⁸⁹ *Idem*, p. 687.

REQUERIMENTO Nº 349, DE 1947

Requeremos o encaminhamento à Câmara do Deputados Federais das mensagens contra a cassação dos mandatos de Deputados, ontem entregues a esta Assembleia.

Sala de sessões, 2 de dezembro de 1947. – *Caio Prado Júnior, Estocel de Moraes, Lourival Villar.*⁵⁹⁰

Este requerimento foi apreciado na sessão ordinária do dia 4 de dezembro, sendo que pouco antes de sua discussão o aludido requerimento recebeu um aditivo do deputado Roque Trevisan sugerindo que a remessa das mensagens fosse feita por intermédio de uma comissão de deputados da ALESP. Somente Caio Prado Júnior fez considerações no momento reservado para discussão do requerimento nº 349, e de seu aditivo:

O aditivo, que tomamos a liberdade de apresentar, objetiva que essa remessa seja efetuada por intermédio de uma comissão de Deputados desta Assembleia. (...)

Todos se lembram de que, por causa de uma mesinha de colhimento de assinaturas, foram presos dois Deputados e vários Vereadores. Outras tropelias e violências foram cometidas ao se acolherem assinaturas para essas listas. Quero trazer, até, o meu testemunho pessoal do que ocorreu em Campinas, onde foram barbaramente espancados, em praça pública, dezenas de populares; e, entre eles, quatro vereadores da Câmara Municipal de Campinas que se encontravam no Largo do Rosário, colhendo assinaturas. (...)

Essas listas foram entregues a esta Assembleia na tarde de anteontem, naquela tarde dramática, em que se verificaram tão lamentáveis acontecimentos e contra os quais protestou esta Assembleia, mas que ainda continuam a ocupar os debates.

Uma comissão, enfrentando as balas dos sicários do Governo, conseguiu, correndo risco da própria vida, atravessar aquela fila de capangas a serviço da reação, a serviço do Governo e penetrar nesta Assembleia, trazendo essas listas que, agora, estamos para remeter ao Congresso Federal. (...)

Devemos, ainda, em homenagem a esse povo, completar esse ato da entrega das listas com uma solenidade, encaminhando-as por intermédio de uma comissão desta Assembleia à Câmara Federal. (...)

A Assembleia, mais uma vez – e, desta vez, perante o Congresso Federal – reafirmará a sua repulsa contra esses atos de violência que mancham e nodoam os nossos foros de país civilizado.

Era o que eu tinha a dizer. (*Muito bem. Muito bem*)⁵⁹¹

Como mais nenhum deputado solicitou o uso da palavra, ato contínuo o presidente da Casa submeteu o aludido requerimento à votação, e foi aprovado. Logo

⁵⁹⁰ REQUERIMENTO Nº 349 Encaminhamento de mensagens contra a cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 112ª sessão ordinária em 2 de dezembro de 1947. p. 732.

em seguida colocou o aditivo ao requerimento em votação e esse foi rejeitado pela Casa.⁵⁹²

Destacamos um último momento antes do desenlace final acerca da cassação dos mandatos da bancada comunista na ALESP; trata-se da discussão do Requerimento nº 367 apresentado pelo deputado Caio Prado Júnior. Nosso parlamentar requereu que fosse transcrito nos Anais da ALESP o parecer do jurisconsulto Sílvio Romero Filho, a respeito da cassação de mandatos de deputados. Caio Prado Júnior foi o único deputado a se pronunciar durante a discussão do referido requerimento. Ele iniciou sua fala informando que Sílvio Romero Filho havia sido diplomata, portanto, representante do Brasil em vários lugares do mundo. Além disso, frisou que o jurista era autor de várias obras de Direito e que sua especialidade era o Direito Público. E fez questão de assinalar que durante o Estado Novo Sílvio Romero foi reformado e posto em disponibilidade; pelas palavras de nosso parlamentar:

O Sr. Romero Filho acentua, igualmente, alguns aspectos políticos, mostrando a gravidade dessa cassação no que diz respeito à estabilidade e à permanência da democracia em nosso país. E a esse respeito posso citar o ocorrido na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de Deputados Federais, quando se discutiu o Projeto de Lei Ivo de Aquino. Nessa ocasião, logo depois de aprovado - infelizmente aprovado - pela comissão esse projeto, o Deputado Agamenon Magalhães exclamou, dirigindo-se àqueles que haviam dado seu voto favorável ao projeto: “Vocês são os coveiros da democracia que renasce no Brasil”.

O Deputado Eurico de Sousa Leão, que se destacou como um dos mais ativos cassadores de mandatos, na Comissão de Constituição e Justiça, deu a seguinte resposta ao Deputado Agamenon Magalhães: “Ora, Agamenon, você já concorreu para a liquidação da democracia em 1937; agora é a nossa vez. Há algum mal nisso?”

A isso, o Sr. Agamenon Magalhães, responsável, e ele mesmo o reconhece, por esse ato que praticou como Ministro da Justiça, que era, naquela ocasião - (...) - retrucou com as seguintes palavras: “Ainda hoje padeço pela atitude que tomei naquela época. Hoje sou um homem do povo e sei que quando o Executivo começa a exigir leis como essa, nada é capaz de fazê-lo parar na marcha para o arbítrio”. (...)

Sr. Presidente, essas palavras dizem tudo e esta Assembleia, que já se manifestou, por várias vezes, contra a cassação de mandatos, aprovando a inserção, em ata, de um luminoso voto contrário a essa cassação, terá mais uma vez reafirmado a sua posição decidida e franca, contra esse monstruoso projeto. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Muito bem!*).⁵⁹³

⁵⁹¹ PRADO JÚNIOR, Caio. Remessa de mensagens contra a cassação de mandatos. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VII. São Paulo, 114ª sessão ordinária em 4 de dezembro de 1947. p. 962.

⁵⁹² *Idem*, p. 962-963.

⁵⁹³ PRADO JÚNIOR, Caio. Transcrição do Parecer do Dr. Sylvio Romero Filho. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1º Legislatura. Vol. VIII. São Paulo, 117ª sessão ordinária em 9 de dezembro de 1947. p. 166.

Em seguida, como não havia mais quem quisesse discutir o Requerimento nº 367, o presidente da Casa o colocou em votação e este foi aprovado.⁵⁹⁴

No entanto, apesar dos esforços do deputado Caio Prado Júnior, como percebemos acima, pouco menos de um mês após a sessão ocorrida em 9 de dezembro de 1947, ou seja, em 7 de janeiro de 1948, a lei nº 211, de autoria do senador da República Ivo de Aquino foi aprovada em plenário e publicada no *Diário Oficial da União*. Abaixo registramos na íntegra a referida lei:

LEI N. 211 – DE 7 DE JANEIRO DE 1948

Regula os casos de extinção de mandatos dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não legendas partidárias:

- a) pelo decurso de seu prazo;
- b) pela morte;
- c) pela renúncia expressa;
- d) pela sua perda nos casos dos §§ 1º e 2º do artigo 48, da Constituição Federal;
- e) pela cassação do registro do respectivo partido, quando incidir no § 13 do artigo 141, da Constituição Federal;
- f) pela perda dos direitos políticos.

Art. 2º Nos casos das letras e f do artigo 1º, as Mesas dos Corpos Legislativos, a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos.

Parágrafo único. Para esse fim o órgão judiciário ou autoridade que houver cassado o registro do partido ou declarado a perda dos direitos políticos dos representantes, levará, o fato ao conhecimento das referidas Mesas, dentro em 48 horas contadas do trânsito em julgado da decisão ou da publicação do ato, e, quanto aos atos e decisões já existentes, da vigência desta lei.

Art. 3º Nos outros casos do mesmo artigo 1º a declaração será feita nos termos do Regimento de cada Corpo Legislativo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1948, 127º da Independência e 60º da República.

Eurico G. Dutra.⁵⁹⁵

Diante desse acontecimento Caio Prado Júnior, na 135ª sessão ordinária, em 7 de janeiro de 1948, proferiu as seguintes palavras em plenário:

⁵⁹⁴ APÊNDICE. Parecer do Dr. Sylvio Romero Filho sobre a cassação de mandatos de Deputados Comunistas. *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. VIII. São Paulo, p. 992 – 995.

⁵⁹⁵ *Diário Oficial da União*, Capital Federal, Rio de Janeiro, Quinta-feira, 8 de janeiro de 1948. p. 225.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para que fique registrado nos Anais desta Casa o maior golpe sofrido pela democracia nestes últimos anos – e já foram tantos desses golpes – em consequência da cassação dos mandatos de Vereadores eleitos, em 9 de novembro, constituindo, em muitos casos, bancadas majoritárias e representando, portanto, a maioria do povo. (...)

Foi necessário que se criasse uma justiça eleitoral, para que se enodoassem as tradições da magistratura brasileira. Numa sentença iníqua e num procedimento inqualificável, o Superior Tribunal Eleitoral, e, pactuando com ele, o Tribunal Regional de São Paulo, enlamearam as tradições de nossa Justiça, numa verdadeira manobra política, imoral e indigna, cassaram o mandato de representantes do povo.

Juridicamente, o caso não mereceria comentários. Não há ninguém, de boa fé e de consciência limpa, que possa admitir a cassação de mandatos de representantes regular e legitimamente eleitos; que possa admitir que um simples tribunal se sobreponha à vontade manifesta do povo soberano e anule, sumariamente, como foi feito, os seus votos. (...)

Nas vésperas da sentença, já se conhecia o seu resultado, que era, não apenas comentado, mas tomado em conta nas combinações políticas, que se realizavam. O Prefeito Paulo Lauro o declarava publicamente: não lhe interessavam combinações com os Vereadores eleitos do Partido Social Trabalhista, porque não havia dúvida nenhuma com relação à sentença, que cassaria os seus mandatos. (...)

Não se recontaram apenas os votos, para levar à Câmara Municipal de São Paulo e a outras Câmaras, Vereadores que não foram eleitos, que o povo não quis eleger. Chegou-se ao extremo, ao despudoramento de empossar, como Prefeito de Santo André, um derrotado nas eleições. (...)

Pergunto, ainda, com que autoridade esses homens ocupam esses cargos, e com que autoridade essas Câmaras vão legislar, vão administrar os Municípios assim feridos na sua autonomia, na sua dignidade, na sua decência?

Tal é a situação, como se apresenta no momento. E é de indagar! Onde iremos! Nessas condições, de que valerão, de ora em diante, as nossas instituições! Que respeito terá por elas o povo, e que respeito se poderá a ele pedir? Nenhum. Não é mais o respeito que as Assembleias representativas do Brasil podem esperar do povo brasileiro. Essas Assembleias e essa política degradante, que levou a tal situação a nossa representação popular, não tem, hoje, outra defesa se não a polícia, a força bruta.

Estamos, definitivamente, num regime policial, num regime em que impera apenas o arbítrio dos detentores do poder, resguardados contra o povo pelos seus mercenários policiais. É essa a situação em que se encontra São Paulo e, em consequência, o Brasil, em face desse atentado consumado no dia 1º de janeiro. Mas o povo não deixará de dar a sua resposta a essa situação. O povo oprimido, esmagado e perseguido pela polícia, esse povo não desapareceu e esse povo não se acovardou, porque os nossos tribunais e os nossos juízes se agacharam perante o Executivo, perante as promessas e ameaças de um governo, que não representa a vontade popular. O povo brasileiro, esse não se acovarda e saberá reagir contra esses governos, que não são dignos dele, nem da civilização brasileira (*muito bem.*) (*palmas.*).⁵⁹⁶

Então, primeiro ocorreu a cassação dos mandatos dos comunistas eleitos pelo Partido Social Trabalhista para as prefeituras e câmara de vereadores, em 9 de

⁵⁹⁶ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IX. São Paulo, 135ª sessão ordinária em 7 de janeiro de 1948. p. 478 a 481.

novembro de 1947. Em seguida, exatos cinco dias depois, foram cassados os deputados eleitos pela legenda do PCB. Mas Caio Prado lutaria até as últimas forças para impedir o equívoco que feriria de morte a frágil democracia brasileira. Foi, portanto, que na 139ª sessão ordinária em 12 de janeiro de 1948, Caio Prado Júnior apresentou o seguinte requerimento:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Caio Prado Junior.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – (Pela ordem) Sr. Presidente. Encaminhamos à Mesa um requerimento, que foi lido no Expediente e para o qual pedimos um despacho.

O requerimento é o seguinte:

“Considerando que, em face do Artigo 21, alínea “a”, da Constituição do Estado de São Paulo, “é da competência exclusiva da Assembleia eleger sua Mesa, regular a própria polícia, votar o Regimento Interno, etc.”;

considerando que não pode uma lei federal ordinária imiscuir-se nas atividades internas de uma Assembleia Estadual, atribuindo funções e competências a seus diferentes órgãos, à Mesa inclusive;

considerando que, nessas condições, não pode a Mesa, sem prévio pronunciamento do Plenário, praticar qualquer ato ou exercer qualquer função, que não sejam previstos pelo Regimento Interno;

considerando que nada existe em nosso Regimento Interno que autorize a Mesa a declarar a extinção de mandatos;

considerando, assim, que não pode a Mesa fazer a declaração prevista na Lei nº 211, de 7 de janeiro de 1948, sem audiência prévia do Plenário;

Requeremos que, antes de qualquer providência nesse sentido, seja a matéria sujeita a debate e votação em Plenário, depois de ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 12 de janeiro de 1948. – Caio Prado Junior, Roque Trevisan, Taibo Cadorniga, Lourival Villar, Zuleika Alambert, Celestino dos Santos, Sanches Segura”.

Diante desse requerimento, solicitaria a V.Exa. que o despachasse, a fim de que, antes de qualquer providência da Mesa no sentido de declarar extintos os mandatos, de cassar os mandatos dos Deputados, a Mesa ouça a Comissão de Constituição e Justiça e submeta o assunto – como está provado que é necessário – à discussão deste Plenário.

Estamos seguros de que a Mesa não fugirá desse debate e desse parecer da Comissão de Constituição e Justiça, porque tem perfeito fundamento o requerimento que apresentamos e não se admite que um ato dessa gravidade, dessa importância, seja praticado sem, antes, o pronunciamento deste Plenário e de seus órgãos técnicos, sobretudo para o devido esclarecimento do povo de São Paulo, que precisa conhecer quais são, nesta Assembleia, os cassadores de mandatos. (*Muito bem!*)⁵⁹⁷

Mais uma vez Caio Prado Júnior destacou que uma lei federal não poderia ferir os princípios da Carta constitucional do Estado de São Paulo. Observamos que os

⁵⁹⁷ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IX. São Paulo, 139ª sessão Ordinária em 12 de janeiro de 1948. p. 750 a 755.

preceitos do federalismo, como já havia sido apontado por nosso deputado, estavam sendo negligenciados diante do tema em tela. Assim, as Constituições, Federal e Estadual, estavam em franca disputa, pois, qual das duas se seguiria para definir a cassação dos mandatos de deputados estaduais legitimamente eleitos. As palavras do presidente da Casa deixavam clara a aliança entre o Governo Federal e o Estadual, para liquidar com aquela experiência que foi o exercício dos mandatos dos deputados comunistas; interpretamos isso a partir do debate que registramos na íntegra:

O SR. PRESIDENTE – O requerimento, desacompanhado de qualquer pedido de urgência, vai à publicação para, depois, ser tomado em consideração.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – (Pela ordem) Sr. Presidente. V.Exa. afirmou que o nosso requerimento seria publicado para, depois, V.Exa. lhe dar o devido despacho. Eu observaria, em primeiro lugar, que me parece ser esse o procedimento certo, uma vez que um requerimento tem que ser despachado e fundamentado quando é apresentado, para que a sua publicação seja feita já com o despacho. Mas, se V.Exa. tomou essa resolução de antes publicar o requerimento, espero que isso seja feito como medida também preliminar de qualquer ato futuro, no sentido da cassação dos mandatos.

O SR. PRESIDENTE – Tem a palavra o nobre Deputado Pinheiro Junior.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – (Pela ordem) V.Exa. já deu o despacho ao requerimento que apresentei?

O SR. PRESIDENTE – Peço licença ao nobre Deputado, para informar que o despacho já foi dado anteriormente, na forma do costume, na forma regimental, na forma de todos os atos da Mesa. A respeito do requerimento, o processo vai para a publicação e figurará na Ordem do Dia do dia seguinte, de sorte que é este o despacho que está exarado no requerimento apresentado por V.Exa.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – (Pela ordem) Esse processamento, a que V.Exa. aludiu, aplica-se aos requerimentos que dependem, para a sua solução, do pronunciamento do Plenário. Esse requerimento não é dirigido ao Plenário, mas dirigido à Mesa, a V.Exa., como Presidente da Mesa. E é a V.Exa. que cabe dar o despacho, e não entrar na Ordem do Dia, para uma discussão, que não se justifica. No caso, é V.Exa. quem tem de dar o despacho a esse requerimento, porque ele é dirigido a V.Exa.

Se assim fizemos, dirigindo esse requerimento a V.Exa., foi fundado em nosso Regimento Interno, que estabelece competir ao Presidente despachar requerimentos dessa natureza, que dizem respeito à observância de disposição regimental. De acordo com o requerimento, o que está em jogo é um caso regimental. Nós não entramos na parte substantiva, no mérito da cassação de mandatos, mas, por enquanto, apenas na forma regimental de se processar essa cassação, isto é, a Lei nº 211, declara que o mandato será declarado extinto pela Mesa.

Ora, uma lei federal ordinária não pode atribuir funções à Mesa, porque esta é matéria privativa de nosso Regimento Interno, fundado nas disposições de nossa Constituição. Nessas condições, trata-se de matéria regimental sobre o procedimento desse assunto, isto é, se a Mesa pode fazer esse pronunciamento ou não, e de que forma a Mesa deve fazê-lo.

Trata-se, portanto, de matéria regimental e o Artigo 66, tratando dos requerimentos, diz muito claramente:

“Serão verbais ou escritos e independarão de apoio, de discussão e votação, sendo resolvidos imediatamente pelo Presidente, os requerimentos que solicitarem a observância de disposição regimental”.

Nessas condições, como esse requerimento se refere a assunto regimental, ao processamento dessa matéria, V.Exa. deve, nos termos do artigo citado, dar o seu despacho, isto é, remeter, se essa for a solução, resolver a remessa desse requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esse dê parecer e, na base do parecer dessa comissão, o Plenário se manifeste.

Essa é a solução do requerimento, se não se quiser passar acima das nossas disposições regimentais, e impedir um pronunciamento indispensável, no caso, desta Assembleia.

O SR. PRESIDENTE – Se o requerimento é dirigido à Mesa, esta o indefere de plano, uma vez que a Lei nº 211 atribui à Mesa a execução de uma lei federal e a Mesa, ao se reunir para tomar conhecimento dela e ao executá-la, não faz mais que cumprir uma lei federal.

Nessas condições, indefiro o requerimento de V.Exa., tanto mais que a Mesa já deliberou sobre o assunto.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Pela ordem, discutindo esse ponto...

O SR. PRESIDENTE – Peço licença a V.Exa., mas as questões de ordem, uma vez resolvidas, não podem mais ser discutidas, de maneira que V.Exa. há de permitir, em homenagem, não a mim, não à Mesa talvez, mas a esta Assembleia...

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Não, porque esta Assembleia não é cassadora de mandatos.

O SR. PRESIDENTE – ... ou em homenagem a alguma coisa que V.Exa. ainda possa respeitar dentro da nossa Constituição, que, tendo tido este requerimento o destino que lhe foi dado pela Mesa, sob sua inteira responsabilidade, não seja mais discutido no Plenário.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – De forma que V.Exa. não quer o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça, nem deste Plenário, porque V.Exa., por sua deliberação, resolve, também, cassar mandatos!

O SR. PRESIDENTE – A Mesa ia tomar a deliberação que vai determinar, em atenção aos nobres colegas. Entretanto, assumindo inteira responsabilidade dos seus atos, dentro da Constituição, vai mandar proceder à leitura da Ata na qual a Mesa se manifesta sobre a Lei Federal nº 211.

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – Solicitaria que V.Exa. argumentasse no sentido de defender o ponto de vista da Mesa ou de V.Exa.⁵⁹⁸

No entanto, os argumentos de nosso deputado não foram suficientes para que o presidente da Casa se pronunciasse e reavaliasse sua posição, assim dando sequência ao encaminhamento para a cassação dos mandatos da bancada comunista:

O SR. 1º SECRETÁRIO procede a leitura da seguinte

ATA DA REUNIÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 1948

Aos 12 de janeiro de 1948, reunidos na Sala das Reuniões da Mesa, os seus componentes (Artigo 23, do Regimento Interno): Srs. Deputados Valentim Gentil, Presidente; Mario Beni, 1º Secretário e Catullo Branco, 2º Secretário,

⁵⁹⁸ *Ibidem.*

o Presidente declarou que o objeto da reunião era tomar conhecimento do telegrama seguinte, do Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa – São Paulo – N DE 9-1-48 – Em cumprimento § único, Artigo 2º, Lei nº 211, de 7, publicada a oito corrente e em conformidade decisão de hoje deste Tribunal no sentido constitucionalidade desse preceito vg levo conhecimento Vossência que pela Resolução nº 1841, de 7 de maio e publicada Diário da Justiça 7 junho de 1947 vg foi cancelado registro Partido Comunista do Brasil com fundamento no § 13, do Artigo 141 da Constituição pt Vão transcritos necessários dispositivos referida lei pt Artigo 1º: Extingue-se o mandato dos membros dos Corpos Legislativos da União vg dos Estados vg do Distrito Federal vg dos Territórios e dos Municípios, eleitos ou não sob legenda partidária pt Letra E: Pela cassação do registro do respectivo partido vg quando incidir no § 13, do Artigo 141 vg da Constituição Federal pt Letra F: Pela perda de direitos políticos pt Artigo 2º: Nos casos das letras E e F, do Artigo 1º, as Mesas dos Corpos Legislativos a que pertencerem os representantes, declararão extintos os mandatos pt § único: Para esse fim o órgão Judiciário ou autoridade vg que houver cassado o registro do partido ou declarado a perda dos direitos políticos representantes, levará o fato ao conhecimento das referidas Mesas vg dentro de 48 contadas do trânsito em julgado da decisão ou da publicação do ato vg quanto aos atos de decisões já existentes vg da vigência desta lei pt Atenciosas saudações pt Antônio Carlos Lafayette de Andrade vg Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral pt”

Em face do disposto no Artigo 27, da Lei nº 211, de 7 do corrente, e em vista do telegrama acima referido, do Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em que lhe é comunicado haver sido cassado, pela resolução desse Tribunal, de 7 de maio de 1947, o registro do Partido Comunista do Brasil, a Mesa por maioria de votos, declara extintos os mandatos dos Deputados e suplentes sob a legenda desse partido. São os seguintes os Deputados que foram eleitos sob a legenda do Partido Comunista do Brasil, para a Assembleia Legislativa do Estado: Milton Cayres de Brito, Roque Trevisan, Taibo Cadorniga, Lourival Villar, Estocel de Moraes, Clovis Oliveira Neto, Sanches Segura, Armando Mazzo, Catullo Branco, componente da Mesa, na qualidade de seu 2º Secretário, foi dito: “Entendo que falece competência à Mesa da Assembleia para declarar a extinção de mandatos. As atribuições da Mesa são reguladas pelo Regimento Interno, onde nada se encontra, expressa ou implicitamente, relativo ao assunto. Nem se pode admitir que essa atribuição de declarar a extinção de mandatos possa ser outorgada à Mesa da Assembleia por uma lei federal. Nos termos do Artigo 18, da Constituição Federal, cabe a cada Estado reger-se pela Constituição e pelas leis que adotar, com a restrição única dos princípios estabelecidos na mesma Constituição Federal. Não se encontra nessa Constituição Federal nenhuma norma que limite a competência exclusiva da Assembleia, de regular sua economia interna, distribuir funções e competência, nesse particular, a seus diferentes órgãos, à Mesa e outros. E foi na base dessa faculdade que, implicitamente, a Constituição Federal outorgou às Assembleias Estaduais, que a Constituição do Estado estatuiu em seu Artigo 21, alínea “a”, que “é da competência exclusiva da Assembleia eleger sua Mesa, regular a própria polícia, votar o Regimento Interno etc.”. Cabe, portanto, exclusivamente à própria Assembleia estabelecer e regular as funções da Mesa; e não pode uma lei federal imiscuir-se em tal matéria, uma vez que não se encontra, na Constituição Federal, entre os poderes atribuídos à União e entre as matérias de competência legislativa federal, esse de regular as funções de um órgão interno da Assembleia.

Assim sendo, mesmo sem entrar na apreciação da parte substantiva da Lei nº 211 (isto é, o seu Artigo 1º), que será, em tempo oportuno, julgada pelos tribunais, entendo que o Artigo 2º, § único, que dispõe sobre a declaração da extinção de mandatos pela Mesa, é inaplicável, por não encontrar fundamento constitucional essa função, que se quer impor à Mesa.

Acresce que o Artigo 15, da Constituição do Estado, estabelece que as vagas, na Assembleia, somente se darão por falecimento, renúncia expressa ou perda do mandato, estando os casos de perda do mandato enumerados no Artigo 13 e seu § único, e não se encontrando, entre esses casos, nenhum que tenha relação com o estatuído na Lei nº 211.

Nessas condições, estamos em face de dois textos legais em evidente contradição, e entre eles temos de escolher. Juridicamente, não pode haver dúvidas que deve prevalecer o da nossa Constituição, porque trata-se de matéria eminentemente constitucional e, nesse terreno, a competência do Estado encontra-se claramente estatuída no citado Artigo 18, da Constituição Federal.

Preferir o disposto na Lei nº 211 é, portanto, além de francamente inconstitucional, uma clara manifestação de voto político em favor da cassação dos mandatos de Deputados. Para os juristas, invoco a inconstitucionalidade; para o povo em geral, desmascaro e aponto essa posição de “cassadores” de mandatos, legitimamente conferidos por esse mesmo povo.

E, nesta hora trágica para a democracia em nossa terra, quero aqui deixar declarado, da forma mais clara possível, o meu repúdio a cassação de mandatos de representantes do povo, nas Assembleias Legislativas de nosso país. No meu caso particular, como 2º Secretário da Mesa desta Assembleia Estadual, recuso-me a tomar parte na deliberação em que a Mesa declarará vagas as cadeiras dos Deputados comunistas, porquanto essa cassação é particularmente inconstitucional no que se refere aos nossos Deputados, por ferir a autonomia de nosso Estado.

Quero, porém, encerrar esta declaração, fazendo as minhas palavras proferidas por um grande político paulista: refiro-me à declaração de voto do Deputado Altino Arantes. A sua declaração é a seguinte:

“Declaramos que votamos contra o Projeto nº 900, que cassa o mandato dos Deputados comunistas, por considerar essa medida inconstitucional na sua essência e contraproducente nos seus efeitos, representando um inexplicável crime à democracia”.

Estas são palavras daqueles que querem um Brasil melhor, independente economicamente, capaz de lutar contra o imperialismo e, assim, lutar contra a fome e a miséria em nossa pátria”. – Catullo Branco

Em seguida o Sr. Deputado Catullo Branco declarou que, uma vez assinada a presente, se retiraria para não assinar o ato da Mesa, sendo, em virtude dessa declaração, convocado para assinar o referido ato, na ausência do 3º Secretário, Sr. Deputado Bravo Caldeira, o 4º Secretário, Sr. Deputado Alfredo Farhat. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrada a ata, que com esta é assinada na forma assim descrita.

Eu, Mario Beni, 1º Secretário, mandei lavrar a presente ata, que conferi e assino: – *Mario Beni, Valentim Gentil, Mario Beni, Catullo Branco*.⁵⁹⁹

Ato subsequente à leitura da ata, a Mesa leu a seguinte decisão acerca dos mandatos dos deputados estaduais, em exercício, eleitos pelo PCB:

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em face do disposto no Artigo 2º, da Lei nº 211, de 7 do corrente, e tendo em vista o telegrama de 9 de janeiro de 1948, recebido no dia 10 de janeiro corrente, em que o Tribunal Superior Eleitoral, em cumprimento ao § único, Artigo 2º, da Lei nº 211, de 7 de janeiro, publicada a 8 do corrente, comunica que, em conformidade com a decisão no sentido de constitucionalidade desse preceito, pela Resolução nº 841, de 7 de maio, publicada no “Diário da Justiça” em 7 de junho de 1947, foi cancelado o registro do Partido Comunista do Brasil, com fundamento no § 13, do Artigo 141, da Constituição Federal, declara extintos os mandatos dos Deputados e suplentes eleitos para esta Assembleia sob a legenda desse partido. São os seguintes os Deputados que foram eleitos sob a referida legenda: Milton Cayres de Brito, Roque Trevisan, Taibo Cadorniga, Lourival Villar, Estocel de Moraes, Clovis Oliveira Netto, Sanches Segura, Armando Mazzo, Catullo Branco, Caio Prado Junior e Zuleika Alambert.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado, aos 12 de janeiro de 1948. – Valentim Gentil, Presidente; Mario Beni, 1º Secretário; Alfredo Farhat, 2º Secretário, em exercício.

Pelas razões constantes da ata da reunião da Mesa, desta data, o Sr. 2º Secretário, Deputado Catullo Branco, recusando-se, como declarou, a tomar parte na deliberação acima, se retirou da mesma reunião, sendo convocado, para substituí-lo, na ausência do Sr. 3º Secretário, Deputado Bravo Caldeira, o Sr. 4º Secretário, Deputado Alfredo Farhat.

Sala das Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 12 de janeiro de 1948. – Valentim Gentil, Presidente; Mario Beni, 1º Secretário; Alfredo Farhat, 2º Secretário em exercício.⁶⁰⁰

Diante daquele contexto, as últimas palavras de Caio Prado Júnior na qualidade de deputado estadual pelo PCB foram as seguintes:

O SR. CAIO PRADO JUNIOR – (Pela ordem) Sr. Presidente. Em nome da minha bancada e em meu nome pessoal agradeço muito as palavras proferidas pelo nobre Deputado Lincoln Feliciano. Entretanto, quero deixar bem claro que não é uma despedida, que se está fazendo nesta Casa, mas sim a cassação de mandatos: uma violência e uma arbitrariedade. Esta Assembleia e os seus membros ainda podem manifestar-se a respeito desse ato, contra essa violência, contra essa ilegalidade, como já provei há pouco. Se os votos vencedores na cassação se recusam a dar suas razões, ainda podem os membros desta Casa se manifestar sobre esse assunto, não para nós, porque nós, em grande parte, já sabemos quais são os Deputados cassadores e os que não o são; é para o povo, para que o povo saiba e para que seja este um dia de definição dos membros desta Assembleia.

É este o momento em que se definem responsabilidades e em que se repartem os campos respectivos, de cassadores e de não cassadores.

Dois Deputados já se definiram, claramente: os Deputados Valentim Gentil e Mario Beni, que se puseram à frente dos cassadores, nesta Casa. Agora, restam os outros. E lembro o que já disse há poucos dias, e o que está na consciência de todo o povo, que nos observa, e que guardará na memória, como serão guardados nos anais da história, os acontecimentos ocorridos nesta sessão memorável, para a vida de São Paulo e do povo paulista.

⁶⁰⁰ *Ibidem.*

É por ação que os homens se definem, em alguns casos, como foi o caso desses dois Deputados, a que me referi. É por omissão, também, que se afirmam as demais opiniões, quando falta a ação. Era o que eu queria dizer.⁶⁰¹

Assim, deste modo abrupto, o qual comprometeu todo o processo democrático daquele final dos anos de 1940 e dos anos seguintes, foram caladas as vozes de representantes do povo, como Caio Prado Júnior gostava de salientar. Foi calada a voz de um dos mais lúcidos dos nossos intelectuais, que se ofereceu para ser um dos representantes do povo. E nunca mais ouvimos sequer mencionarem sobre as palavras que ele pronunciou na ALESP. Acreditamos que esse trabalho contribui para que possamos de novo ouvi-las, ou melhor, ler seus pronunciamentos, para que saibamos quais ainda são os desafios para a construção de uma vida efetivamente democrática para todos os paulistas, logo, para todos os brasileiros.

⁶⁰¹ *Anais da Assembleia Legislativa*, 1ª sessão da 1ª Legislatura. Vol. IX. São Paulo, 139ª sessão Ordinária em 12 de janeiro de 1948.p. 760.

CONCLUSÃO

Em nossa perspectiva o parlamentar Caio Prado Júnior, quando da interrupção de seu mandato, não tinha outra conclusão a oferecer senão a de que as questões relacionadas à organização do Estado, em especial os assuntos da área financeira, como a definição do sistema tributário, durante o processo constituinte foram menos voltados para formular e implementar políticas públicas e mais para atender a interesses locais, regionais, corporativos e individuais. No entanto, o próprio Caio Prado Júnior assinalou que essas características não eram uma idiossincrasia brasileira⁶⁰². Todavia, apesar de a Assembleia Constituinte paulista de 1947 ter sido, em nossa interpretação, paroquial, Caio Prado Júnior defendeu até as últimas forças os interesses dos eleitores. Compreendemos que apesar de certa desconfiança existente que pairou no ar, os constituintes hegemônicos assumiram o risco de aumentar o poder do governador. Porém, era um risco calculado, pois, em surdina, havia a cassação dos registros partidários dos deputados do PCB, após a cassação do próprio partido, e no limite de mandatos e a preparação para as eleições municipais que ocorreram no segundo semestre de 1947. Mas, voltemos ao constituinte Caio Prado Júnior: interpretamos que sua denúncia daquela conjuntura foi formulada nos seguintes termos:

1º) Os constituintes abraçaram um modelo antipopular para a questão tributária, para acabarem por repetir muito do que era caro ao regime dos interventores estadonovistas.

2º) Em nome da restauração do federalismo e das finanças estaduais, muitas medidas foram atropeladas e não negociadas, daí os conflitos e as tensões decorrentes desses dois institutos ultrapassarem a questão político-administrativa para a esfera de políticas partidárias.

3º) A opção preferencial pelo conservadorismo tributário limitou a possibilidade de enfrentar questões candentes, como a adoção de mecanismos capazes de promover uma melhor equalização fiscal entre o Estado e os Municípios, o que seria revelado, principalmente, após as eleições municipais de 1947. A opção pelo conservadorismo tributário revelou ainda o caráter consociativo do federalismo brasileiro e da própria redemocratização. O ponto central do padrão consociativo é buscar o consenso entre as diversas forças agrupadas.

⁶⁰² Além de seus discursos durante a Assembleia Constituinte de São Paulo de 1947, ver suas obras, entre elas, a clássica *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1942].

Por fim, observamos que a política do deputado Caio Prado Júnior, em especial sua proposta de reforma tributária, implicava benefícios difusos e perdas concentradas – o padrão exatamente oposto àquele que acabou por preponderar. Interpretamos que não ocorreu a difusão desse novo paradigma de política, particularmente a tributária, pois, não se estabeleceu um consenso entre grupos de interesse na esfera pública em torno da “Boa Política”. Certo que essa explicação contrasta com a própria experiência da constituinte paulista de 1947, porque, embora se observasse, nesse caso, um papel igualmente importante das elites e da burocracia estadual – e alguma convergência programática entre as propostas no âmbito mais geral –, constatou-se amplo dissenso com raízes nos elementos que compunham a estrutura federativa brasileira e da redemocratização. Na realidade, compreendemos que Caio Prado Júnior foi derrotado porque a questão federativa subsumiu as questões relativas à tributação da propriedade e da renda. Essa conclusão, em nosso ponto de vista, é que levou Caio Prado Júnior a sugerir que a questão federativa estava no cerne do conflito distributivo e, por extensão, do conflito político no país à época.

A questão federativa estava presente também quando, na sessão ordinária do dia 12 de janeiro de 1948, os mandatos dos deputados eleitos pelo PCB foram cassados, para se cumprir a lei federal nº 211, que segundo, como examinamos, o deputado Caio Prado Júnior, feriu o princípio federativo.

Por outro lado, ficou evidente, em nossa opinião, a singularidade da atuação do deputado Caio Prado Júnior frente aos colegas de bancada. Observamos que, ao contrário dos outros deputados eleitos pelo PCB, Caio Prado Júnior nunca recorreu aos pronunciamentos do Senador Luis Carlos Pestes em nenhum dos seus discursos. Destacamos que o líder da bancada comunista Milton Cayres de Britto revelou, em um dos seus discursos, uma análise e posição diversa da de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária, em especial sobre a reforma agrária, ou seja, a redistribuição de terras para pequenos proprietários. Primeiro, notamos que logo de início em seu discurso, o constituinte Milton Cayres de Brito recorreu aos pronunciamentos do Senador Luis Carlos Pestes⁶⁰³. Por outro lado, por diversas vezes, quando o deputado Brito distingue o momento de crise do setor agrário em São Paulo, não citou o livro de Caio Prado

⁶⁰³ BRITO, Milton Cayres. Latifúndios e matéria constitucional – Lê mensagem do Senador Prestes. In: Anais da Assembleia Constituinte. Vol. III. São Paulo, 13ª Sessão Extraordinária em 11 de junho de 1947. p. 716.

Júnior, *História econômica do Brasil*, que aborda a questão,⁶⁰⁴ como também fez referências aos restos feudais que há na exploração agrária, tema que, como já informamos, não existe nas análises de Caio Prado Júnior.

Como notamos anteriormente, durante a discussão do capítulo do projeto de Constituição intitulado *Da Tributação*, o constituinte Caio Prado Júnior defendeu uma reforma agrária que regularizasse o mercado de terras e concomitantemente incentivasse, em seu modo de ver, a produção agrícola em pequenas propriedades rurais. Compreendemos que Caio Prado Júnior sabia que a categoria camponeses tinha abordagens carregadas de ideologias a respeito de tal setor da sociedade. Daí ele realçar que ainda, e principalmente, políticos e intelectuais de esquerda mostravam-se perante os camponeses com posturas ideologizadas, como haviam feito, por exemplo, no interior do PCB, Ivan Pedro Martins e Rui Facó ao ressentirem-se do procedimento de Caio Prado Júnior diante da questão agrária no pós-Segunda Grande Guerra, pois, segundo eles, este não manifestara nenhuma solidariedade para com os seus compatriotas camponeses.⁶⁰⁵ Estamos nos referindo ao debate destes dois comunistas com Caio Prado Júnior nas vésperas da preparação para o IV Congresso do PCB, que ocorreria em maio de 1947, mas, devido à cassação da legenda, o mesmo foi suspenso. Destacamos pequenos trechos da opinião dos autores envolvidos na peleja que tinha por fim a, em nossa perspectiva, disputa da direção política do PC B na década de 40 do século passado. O artigo do já então deputado Caio Prado Júnior foi publicado no *Boletim de Discussão* nº 13, do IV Congresso do PCB e, em um dos trechos, destaca o seguinte:

Os traços principais e fundamentais desta economia colonial em que se organizou o Brasil, são a grande propriedade monocultural, explorada em larga escala (em oposição à pequena exploração camponesa), e o trabalho escravo de indígenas e africanos importados pelo tráfico. Não existe aí nada que seja feudal. Se quiséssemos estabelecer um paralelo com a economia colonial brasileira, deveríamos ir buscá-lo no mundo antigo; é o que fez o próprio Marx, comparando nosso tipo de exploração agrária (“o sistema de plantação”, como é designado), com as explorações agrícolas de Cartago e Roma (*O Capital*, Livro III, Cap. XLVII).⁶⁰⁶

⁶⁰⁴ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. “A crise de um sistema (1930 ?)”. In: *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976 [1945], p. 287-300.

⁶⁰⁵ Cf. MARTINS, Ivan Pedro de. “Sobre um Artigo do Camarada Caio Prado Júnior”. *A Classe Operária*, 4 de maio de 1947. Cf. FACÓ, Rui. “Um Falso Conceito da Revolução Brasileira”. *A Classe Operária*, 26 de abril de 1947.

⁶⁰⁶ PRADO JR., Caio. “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. *A Classe Operária*, 19 de abril, 1947, p. 4.

Consequentemente, quem leu atentamente Caio Prado Júnior estranha uma cobrança desse tipo, pois, mesmo relevando o talento intelectual do político paulista, sabemos, minimamente, que a história do Brasil não comportava camponeses no estilo que conhecemos do período feudal e com a suposta capacidade de agitação tão desejada por alguns desavisados⁶⁰⁷. Mas, para Ivan Martins:

O artigo do camarada Caio Prado Júnior necessitaria de ser despido em toda sua extensão, pois quando se marcha para o IV Congresso do PCB, quando nosso Partido alcança os duzentos mil membros, quando dentro do período de desenvolvimento pacífico vamos conquistando vitórias diárias pela justa aplicação do marxismo a nossa atuação nacional, alguém traçar como objetivo próximo da revolução brasileira o socialismo, esse alguém está incidindo em extremismo imperdoável, filho de interpretação formalística, esquemática e simplista dos aspectos fundamentais de nossa economia.⁶⁰⁸

E de acordo com Rui Facó:

Para C.P.J., o sistema de meiação de terça, o pagamento da renda da terra em produtos, a não utilização do dinheiro nas trocas, não constituem restos de feudalismo, mas de escravagismo. É verdade que sobre existem também restos de escravagismo na nossa economia agrícola, mas aqueles ninguém pode refutar sem incorrer em erro grosseiro, são tipicamente feudais, resultantes do regime do semi-servidão em que ainda vive a grande massa camponesa no Brasil. C.P.J. nega a realidade, ou lhe dá outro nome.⁶⁰⁹

Portanto, percebemos que havia discordâncias entre os comunistas acerca da concepção de como abordar a questão agrária no Brasil, em especial em São Paulo.

Mas, importa reter que algumas das propostas de Caio Prado Júnior foram incorporadas à Constituição de São Paulo de 1947, nos trabalhos legislativos ordinários, assim como no conteúdo da Lei Orgânica dos Municípios. Por conseguinte, nosso objetivo foi trazer para o público em geral esses temas e todas as consequências que trouxeram para a história da política brasileira. Tentamos demonstrar a importância de se pesquisar a história do político, através da análise da trajetória do parlamentar Caio Prado Júnior.

⁶⁰⁷ *Idem*. “Marcha da Questão Agrária no Brasil”. Revista Brasiliense, nº 51, jan/fev., 1964.

⁶⁰⁸ MARTINS, Ivan Pedro de. “Sobre um Artigo do Camarada Caio Prado Júnior”, *op. cit.*, p. 7.

⁶⁰⁹ FACÓ, Rui. “Um Falso Conceito da Revolução Brasileira”, *op. cit.*, p. 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia T.. Partidos, lideranças e luta política nos tempos da Constituinte Paulista. In: Almeida, M. H. T. de (org.). *Processo Constituinte Paulista*. São Paulo: Fundap, 1989, p. 7-20.

ACERVO HISTÓRICO. *Assembleia Legislativa de São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial, 2004, vol. 2.

_____. São Paulo, Imprensa Oficial, 2005, vol. 3.

_____. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006, vol. 4.

Anais da Assembleia Constituinte de 1947. Volumes I, II, III e IV. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1947.

Anais da Assembleia Legislativa 1ª sessão da 1ª legislatura. Volumes I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1947.

Anais da Assembleia Legislativa 1ª sessão da 1ª legislatura. Volumes IX e X. São Paulo: Organizado e impresso pela Indústria Gráfica Siqueira S. A., 1948.

BRAGA, Cincinato. *Idéias econômicas de Cincinato Braga*. Organizador Elias Thomé Saliba. Brasília/ Rio de Janeiro, Senado Federal, 1983.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo, Hucitec, 1997.

BRITO, Milton Cayres de. Declaração de voto sobre o Requerimento nº 70. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol. II. São Paulo, 30ª Sessão Ordinária em 14 de agosto de 1947, p. 256-258.

CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

CORRÊA, Larissa Rosa. “O Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo: as atividades da polícia política e a intrincada organização de seu acervo”. *Revista Histórica*, nº 33, outubro de 2008.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural em construção*. Rio de Janeiro: Editoras Forense Universitária e UFRRJ, 1996.

DA SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

D’INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: Ensaio sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura/Brasiliense/Unesp, DATA.

FACÓ, Rui. “Um falso conceito da revolução brasileira”. *A Classe Operária*, 26 de abril, 1947.

_____. *Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GRAMSCI, Antonio. “Americanismo e fordismo”. In: *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. “Os intelectuais. O Princípio educativo”. In: *Cadernos do cárcere, volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*, 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HANSEN, Marcus Lee. *The immigrant in American history*. Cambridge: Harvard University Press, 1940.

HOJE. São Paulo, terça-feira, 7 de janeiro de 1947, p. 3.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, (1997) [1936].

HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IUMATTI, Paulo. *Diários Políticos de Caio Prado Júnior: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

JUDT, Tudy. *Pós-guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Ed. Unesp/Hucitec, 2002.

_____. (coordenador). *Caio Prado Júnior: parlamentar paulista*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo S. A., 2003.

KEYNES, John Maynard. *The economic consequences of the peace*. Londres: MacMillan, 1971 [1919].

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997 [1948].

LIMA, Eduardo de. *Sistemas multipartidários e eleitorais brasileiros em perspectiva comparada (1945-1964 e 1985-1998)*. São Paulo, Annablume; Belo Horizonte, FUMEC, 2004.

MARIÁTEGUI, J. C. ¿Existe un pensamiento hispano-americano? In: *Temas de nuestra América*. 10ª ed. Lima: Biblioteca Amauta, 1988.

_____. *Defensa del Marxismo: polemica revolucionaria*. 13ª ed. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.

_____. *Figuras y aspectos de la vida mundial (1926-1928)*. Nº II. 7ª ed. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.

_____. “El exilio de Trotsky”. In: *Figuras y aspectos de la vida mundial (1929-1930)*. Nº III. 6ª ed. Lima: Biblioteca Amauta, 1987.

MARTINS, Ivan Pedro de. “Sobre um artigo do camarada Caio Prado Júnior”. *A Classe Operária*, 4 de maio, 1947.

MARX, K. “Prefácio”. In: *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial. (Os pensadores, vol. XXXV), 1974 [1859].

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Tempo saquarema*. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MEDICI, Ademir. *9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

MICHELS, Robert. *Les partis politiques, essai sur les tendances oligarchiques des democraties*. Paris, Flammarion, 1919 [1911].

MONTESQUIEU, Charles de S., Baron de. *O espírito das leis*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MOREIRA LIMA, Lourenço. *A Coluna Prestes (marchas e combates)*. São Paulo: Brasiliense, 1945 [1928].

OLIVEIRA, R. P.. “A educação na Assembleia Constituinte de 1946”. In: FÁVERO, Osmar. (org.). *A educação nas Constituintes brasileiras*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 2001, v. 1, p. 153-189.

PINHEIRO, Paulo Sergio. “O ano de 1945”. *Folha de S. Paulo*, 11 de julho de 1998.

PORTELLI, Alessandro. “O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, p. 103-130.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1979 [1933].

_____. *URSS, um novo mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 [1934],.

_____. “O Programa da ANL”. *A Platéia*. São Paulo, 26 de julho a 3 de agosto, 1935.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995 [1942].

_____. “O trabalho rural no Brasil”. *Ilustração*, nº 30, São Paulo, 1944.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1976 [1945].

_____. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. I. São Paulo, 15ª Sessão Ordinária em 7 de abril, 1947, p. 391.

_____. “Dia ‘Panamericano’ – Personalidade de Franklin Delano Roosevelt”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, vol. I, 21ª Sessão Ordinária em 14 de abril, 1947, p. 552-554.

_____. “Fundamentos econômicos da revolução brasileira”. *A Classe Operária*, 19 de abril, 1947, p. 4.

_____. *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. II. 37ª Sessão Ordinária em 5 de maio, 1947, p. 32-33.

_____. “Reforma da Tributação – Imposto de Vendas e Consignações”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, vol. II. São Paulo, 39ª Sessão Ordinária em 7 de maio, 1947, p. 94.

_____. “Combate emenda que declara inelegíveis os naturalizados”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*, Vol. III. São Paulo, 58ª sessão ordinária em 30 de maio, 1947, p. 218-219.

_____. “Reforma tributária”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, vol. III, 9ª Sessão Extraordinária em 4 de junho, 1947, p. 462-468.

_____. “Emenda sobre recenseamento geral do Estado”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, 17ª Sessão Extraordinária em 23 de junho, 1947, p. 236-237.

_____. “Instituto de Pesquisas Científicas”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*. São Paulo, 68ª Sessão Ordinária em 2 de outubro de 1947. p. 814 – 817.

_____. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Brasiliense. Tomo I e II, 1952.

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953 [1946],.

_____. “Marcha da questão agrária no Brasil”. *Revista Brasiliense*, nº 51, jan/fev., 1964.

_____. *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1979].

PRESIDENTE. “Decretação e promulgação da Constituição do Estado de São Paulo”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947, p. 715.

_____. “Declara constituídas as Comissões Permanentes”. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol I. São Paulo, 7ª Sessão Ordinária em 18 de julho de 1947, p. 253 -255.

PRESTES, Luis Carlos. “A todo o povo brasileiro”. *Correio da Manhã*, 6 de julho, Rio de Janeiro, 1935.

_____. “Questão agrária”. *Diário da Assembleia*. Rio de Janeiro, 25 de junho, 1946.

PROJETO de Resolução nº 6: Cria a Comissão Especial de Assuntos Municipais. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol I. São Paulo, 4º Sessão Ordinária em 15 de julho de 1947, p. 129 -130.

PROJETO de Resolução nº 7: Cria as Comissões Permanentes. In: *Anais da Assembleia Legislativa*, 1º sessão da 1ª Legislatura. Vol I. São Paulo, 4º Sessão Ordinária em 15 de julho de 1947, p. 130 -131.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Júnior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34/Fapesp, 2000.

ROCHA, Cínara Maria Carneiro. “Orçamento público no Brasil: um estudo dos créditos adicionais”. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, vol. 4, nº 2 (2001). <http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewArticle/220>.

SANTAMARÍA, Conceição. “Bandeiras – Paulista e Brasileira”. In: *Anais da Assembleia Constituinte*. Vol. IV. São Paulo, Sessão solene de promulgação da constituição do Estado de São Paulo, 1947.

SARETTA, F.. *Política econômica brasileira: 1946-1951*. Araraquara: FCL/Laboratório Editorial/Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000.

SATO, Eiiti. “40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três reflexões”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, Brasília, 1998.

SCURR, Ruth. *Pureza fatal*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Hélio. *1945: Porque depuseram Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SILVA, Renata Bastos da. *Mariátegui além dos 7 ensaios*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, campus de Franca, 1998.

_____. “A política tributária de Caio Prado Júnior na Constituinte Paulista”. *Acervo Histórico*, nº 2, 2º semestre. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004, p. 2-11.

_____; MARINHO, Ricardo. “Peço a Palavra: entrevista Zuleika Alambert”. *Acervo Histórico*, nº 3, 1º semestre. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005, p. 32-45.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de Souza. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. Nova York: Dover Publications, 1996.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973

_____. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.

WEBER, M. (2004) [1904]. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das letras.

WERNECK VIANNA, Luiz. “Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos”. In: *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1997.

_____. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4ª ed. Belo Horizonte; Ed. UFMG, 1999.